

RENAN CALHEIROS

Debate CIDADÃO

The background of the cover is a dark blue gradient. It features a large, semi-transparent graphic of a globe. A white banner with the text "ORDEM E JUSTIÇA" is draped across the globe. Below the banner, there is a pattern of white stars, similar to the European Union flag, arranged in a circular pattern. The overall design is clean and professional.

DEBATE CIDADÃO



SENADO FEDERAL

Senador **RENAN CALHEIROS**

DEBATE CIDADÃO

BRASÍLIA – 2006

AGENDA BRASIL

Copyright 2006 by Renan Calheiros

Coordenação Editorial

Luiz Francisco Terra Júnior

Alexandre Ramos Verano

Maurício de Albuquerque Melo

Francisco Tonu

Douglas de Felice

Revisão

Mariana Reino

Capa

Alessandra Maia – Núcleo de Criação e Marketing – SF

Fotos

Arquivos Senado Federal – Gabinete Renan Calheiros

Calheiros, Renan.

Debate Cidadão/Renan Calheiros. – Brasília: Senado Federal, 2006.

476 p.

1. Política e governo, Brasil. 2. Discurso parlamentar.
3. Calheiros, Renan, atuação parlamentar. I. Título.

CDD 320.08

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação	13
Discursos	15
Posse na Presidência do Senado Federal	17
Abertura dos trabalhos legislativos – 52ª Legislatura.....	25
Homenagem póstuma ao ex-Ministro Celso Furtado	30
Marcha a Brasília em defesa dos municípios	33
Comemorações pelo Dia da Mulher	36
20 anos de redemocratização do Brasil	39
Homenagem a Luís Eduardo Magalhães	43
Regulamentação da posse e do uso de armas pequenas por civis.....	46
Diálogo aberto com o comércio	49
Agenda legislativa da indústria	55
Ordem do Mérito Militar.....	58
Aperfeiçoando a Polícia Federal	60
Papa João Paulo II	62
A reforma do voto	64
Dia do Exército	67
45 anos de Brasília.....	69

Medalha da Inconfidência	72
Convênio Eletrobrás e Ceal.....	74
Subcomissão de Assuntos Municipais	76
Lançamento livro <i>Dr. Roberto</i>	79
Patrono da arquitetura brasileira: Oscar Niemeyer	81
40 anos da Rede Globo	83
Dia do Parlamento – 3 de maio	86
Buscando justiça.....	88
Instalação da CPMI da Imigração	91
Reunião de Cúpula América do Sul–Países Árabes	94
Imprensas oficiais de língua portuguesa	96
O Senado e a reforma política	99
Congresso da Almagis.....	108
23º Congresso Brasileiro de Radiodifusão	111
Fórum Interparlamentar das Américas	114
Crise do coco em Alagoas.....	116
Crescimento necessário	119
Instalação da CPMI dos Correios	123
IX Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais	125
I Seminário Nacional de Segurança Pública	131
Lançamento da Associação Brasileira de Radiodifusores.....	134
Lançamento da Bíblia em braile	137
Frente Parlamentar Mista Brasil sem Armas	139
60 anos de criação do TSE.....	142
Conversa com o Presidente Lula sobre o momento nacional	146

Homenagem à Fafá de Belém	152
Colégio de presidentes dos TREs	155
Reformas, já! Dia da Indústria	161
Mais poder às micro e pequenas empresas	165
Repúdio à exploração infantil	167
O exemplo da “florestania”	170
Armas assassinas	172
Pinheiro Machado, um senador republicano	175
América Latina e Caribe: sonho de integração!	179
Diálogo permanente	183
Mulheres da China e do Brasil.....	185
Adeus, Ministro Paulo Afonso	188
Perda prematura	190
Compromisso com a segurança	193
Uma agenda propositiva	195
Burocracia irresponsável	199
PEC Paralela	203
O dever das CPMIs	205
Justiça, enfim.....	208
O <i>Globo</i> – 80 longos anos	210
Um plano para a cultura.....	213
O Legislativo na segurança jurídica.....	215
Um norte para a infância.....	219
Investigações mais maduras.....	222
Justiça para todos.....	224

A participação da mulher	227
Moderno aeroporto de Maceió	230
O real significado das MPEs.....	233
70 anos da Rádio Tupi.....	238
Homenagem a Amaral Peixoto.....	241
Ética e desenvolvimento econômico – Uma agenda.....	244
Fenasucro	250
Transposição das águas do rio São Francisco	254
Dia do Professor e da Criança	256
Valorização da pessoa com deficiência	259
Dia do Aviador	263
Em memória do Papa Joao Paulo II	267
Homenagem a Vladimir Herzog.....	270
Formatura da Polícia Rodoviária Federal	273
40 ^ª Encontro Nacional do Colégio de Corregedores-Gerais de Justiça.....	277
Comemoração da Proclamação da República.....	281
3 ^ª Encontro de Cortes Supremas do Mercosul.....	285
Exposição de artistas plásticos brasileiros	289
Colação de grau Unilegis.....	291
Centenário de Afonso Arinos.....	294
33 anos do Prodasen	296
Seminário sobre Celso Furtado.....	298
25 ^ª Encontro de Comércio Exterior	302
4 ^ª Seminário Nacional Interlegis.....	309

Encerramento do 4º Seminário Interlegis	318
Medalha ao Mérito Pedro Ernesto	320
Congresso dos TREs – Reforma política.....	323
Instituto Internacional Jacques Maritain	328
Encerramento dos trabalhos legislativos de 2005	330
Artigos	337
Esperança que renasce	339
A primeira de todas as reformas	341
Moradia confiscada	343
Em defesa do consumidor	345
Crise no ar	347
Folia nordestina.....	349
Uma questão básica	351
Tensões sociais.....	353
Uma agenda para o Legislativo.....	355
Pela reforma política – <i>O Globo</i>	357
Exploração sexual nunca mais	359
Um acerto com o presente	361
Democracia, vocação de um povo.....	363
O comércio e o desenvolvimento	365
O crescimento econômico sem o FMI.....	367
O legado de João Paulo II.....	369
Menos espetáculo contra a seca.....	371
Paralisia legislativa	373
Novo fôlego para as cidades	375

Paciência estratégica	377
O médico e o monstro – <i>Folha de S.Paulo</i>	379
Passo decisivo para o desarmamento.....	382
Tempos de glória – <i>Jornal do Brasil</i>	384
Brasil sem armas	386
Uma agenda para sair da crise	388
Uma proposta para o crescimento	390
Menos burocracia, mais emprego	392
A mãe das reformas	394
A vitória da paz.....	396
Uma nova Sudene	398
O referendo da paz.....	400
O futuro é agora.....	402
Retratos da crise	404
Luz acesa.....	406
A campanha ganha as ruas	408
O fim da pirotecnia eleitoral	410
O Brasil ficou mais pobre sem Arraes	412
Uma agenda para a infância.....	414
Anistia, uma lei para ser lembrada.....	416
Desarmar significa preservar vidas	418
Um marco da cidadania.....	420
Fonte de energia e de desenvolvimento.....	422
Dignidade na terceira idade	424
504 anos do Velho Chico	426

O referendo na reta final	428
Uma vitória da sociedade	430
Menos impostos, mais renda e emprego	432
A vez dos mototrabalhadores.....	434
Um alívio para o campo	436
Democracia racial.....	438
Um basta à violência contra a mulher	440
É preciso reduzir o poder dos EUA na internet – <i>O Globo</i>	442
Política para o salário mínimo	444
Prioridade para a segurança pública	446
Nova Sudene para um novo Nordeste – <i>Correio Braziliense</i>	448
Balço 2005	451
Caderno de fotos	453

APRESENTAÇÃO

Como senador, como Líder do PMDB e – agora – como Presidente do Senado Federal, faço redobrado esforço para melhor prestar contas de minhas atividades políticas e parlamentares.

Mais uma vez, por meio desta publicação, apresento algumas das minhas mais representativas atividades, alguns dos meus pronunciamentos e debates que participei, com os olhos firmemente voltados para o futuro do Brasil e de sua gente.

Escorado pela honrosa votação a mim dedicada pelos alagoanos, é a eles a quem recorro permanentemente, em busca de inspiração para a conturbada travessia política de nossa realidade nacional.

Tenho a mais absoluta convicção que meus passos seguiram rigorosamente os anseios da sociedade brasileira. Das lideranças políticas do País espera-se, também, a indicação segura dos caminhos que devemos trilhar.

A agenda nacional esteve contemplada por dezenas de temas de interesse maior: o desarmamento da sociedade civil e o respectivo referendo nacional; a tão esperada reforma política, os direitos da mulher; a defesa da empresa nacional; os compromissos com os deficientes físicos; a representação do município como base social; a indispensável proteção para as minorias; o desenvolvimento nacional; o reconhecimento aos vultos da Pátria; a questão da infância, da violência e dos excluídos; os salários, a justiça, a moradia e a cidadania; o turismo, a saúde, o transporte e a necessidade de crescentes investimentos públicos, entre tantos outros assuntos da discussão diária e permanente entre os cidadãos brasileiros.

Dedicamos largo tempo em reclamos ao envio de medidas provisórias supérfluas, que atrofiaram o Legislativo nacional. Eivadas de vícios, as medidas provisórias impediram o normal funcionamento do Congresso Nacional e estorvaram a capacidade legislativa de todos os nossos parlamentares.

Não pretendo qualquer arroubo literário, qualquer ambição acadêmica ou eloquência maior nos palanques político-parlamentares. Quis, sim – e aqui solicito o seu testemunho – ter honrado os votos recebidos dos meus conterrâneos para uma cadeira no Senado Federal, dos votos dos meus partidários para o exercício da liderança do PMDB e, finalmente, de todos os meus pares para dirigir o Congresso Nacional.

Político dos meus dias, mantenho os olhos direcionados permanentemente para o futuro do nosso País e para o progresso de seu povo. Com os pés firmes na realidade brasileira, espero contribuir – responsabilmente – ajudando a apontar os mais urgentes caminhos para os dias de hoje e amanhã.

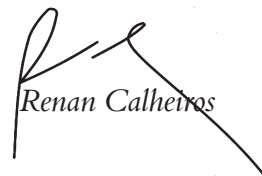
Fiquem, pois, com um pouco de mim e dos meus ideais. Sei que às vezes são comentários ou pronunciamentos ácidos, nem sempre alegres; sei, também, que alguns são tristes pelo cinza da nossa realidade social; mas, no fundo, todos refletem minha angústia cívica em busca de pressa para alcançar um alvorecer mais digno para a população brasileira.

O País não espera mais. Exige!

Desejo – com sua leitura atenta, suas críticas e observações – contribuir para a inarredável e democrática cidadania brasileira, cujo vazio deixou marcas tão profundas em passado recente.

Vamos, juntos, encurtar os caminhos!

O agradecido abraço do



Renan Calheiros

DISCURSOS

POSSE NA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

Sessão de 14-2-05.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores; Sr. Governador do Estado de Alagoas, Ronaldo Lessa; Sr. Governador do Acre, Jorge Viana; Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz; Ministro Guilherme Palmeira, do Tribunal de Contas da União; Ministro Amir Lando, da Previdência Social; autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores.

O consenso, em lugar do confronto.

A concórdia, em vez do dissenso.

A compreensão e o entendimento substituindo a discórdia.

Estas têm sido as práticas desta Casa e a lição de sabedoria que venho, todos os dias, me esforçando por aprender.

A elas, recorrerei no exercício da Presidência em que acabo de ser investido e que tanto me honra.

De todos os encargos que assumi, este é o maior desafio de minha vida pública. Tenho consciência da enorme responsabilidade sobre os meus ombros, entre elas a de continuar pautando minha atuação pela tolerância, pela paciência, pela temperança, pela moderação.

O diálogo, a busca do entendimento, a convergência de idéias não substituem o debate nem significam a renúncia aos princípios em que acreditamos, aos valores que defendemos e às convicções a que nos arraigamos. Significa, sim, a submissão àquele que é o com-

promisso primeiro do Senado: o compromisso com a Nação. Este – tenham certeza – é também o meu compromisso.

Começo por agradecer a uma das maiores expressões de nossa vida pública que, com honradez, equilíbrio e bom senso, conduziu os destinos do Brasil em momento crucial de nossa vida republicana. Alguém que, com a experiência de uma longa e proveitosa carreira parlamentar, por duas vezes emprestou o brilho de suas qualidades de homem público e de intelectual à Presidência desta Casa. Aplaudo e agradeço a meu amigo, meu companheiro de Partido, meu Líder e exemplo de estadista, a quem tenho a honra e a responsabilidade de suceder, nosso sempre Presidente José Sarney. (Palmas.)

A seu lado, manifesto também meu reconhecimento a nossos eminentes colegas que aqui permanecem, depois de terem, com igual dedicação e competência que todos lhes reconhecemos, dirigido também o Senado, os Senadores Antonio Carlos Magalhães e Ramez Tebet. (Palmas.)

Durante os últimos quatro anos, experimentei uma das mais fascinantes e difíceis tarefas da vida parlamentar: exercer a Liderança da Bancada do PMDB, cuja experiência, brilho e dedicação estão incorporados aos fachos da história política brasileira.

Pelo muito que me ensinaram e por quanto me apoiaram, a cada um desses queridos amigos, desses caros colegas, desses caríssimos companheiros de uma longa e proveitosa jornada, o meu mais efusivo e mais reconhecido agradecimento.

Não posso, por outro lado, deixar de consignar minha admiração e apreço pela correção de duas grandes expressões da vida partidária que aqui desempenham seus respectivos mandatos, o Senador Jorge Bornhausen, Presidente do Partido da Frente Liberal, e o Senador Eduardo Azeredo, Presidente do Partido da Social Democracia Brasileira. (Palmas.)

Tão rica de ensinamentos e de proveitosas experiências foi a convivência com os Líderes partidários que têm assento nesta Casa. É outro de meus deveres de gratidão registrar-lhes os nomes, que pronuncio também com respeito: Aloízio Mercadante, expressão das melhores tradições de São Paulo, exemplo de seriedade e correção; José Agripino, modelo de refinamento pessoal, determinação

partidária e competência política; Heloísa Helena, Tião Viana e Ide-
li Salvatti, promessas e gratas revelações deste Parlamento que aqui
despertaram para a vida pública nacional; João Capiberibe e Aelton
Freitas, incansáveis batalhadores; Efraim Morais, Mozarildo Caval-
canti, Antonio Carlos Valadares e Sérgio Guerra, combativos e sere-
nos; Jefferson Péres, referência de conduta ética para todos nós; meu
grande amigo Arthur Virgílio, diplomata por profissão, esgrimista
por vocação e político por paixão; Fernando Bezerra, diplomata por
vocação e político por dedicação. (Palmas.)

Encerro com uma necessária e grata referência aos novos Líderes,
nossos colegas Delcídio Amaral, Osmar Dias e Marcelo Crivella.

Em cada um deles agradeço e saúdo os integrantes de todas as
Bancadas com assento nesta Casa, dos quais espero crítica, colabo-
ração e proveitosas contribuições que receberei sempre com apreço,
humildade, consideração e estima.

Permitam-me que, a este capítulo de sinceros agradecimentos,
acrescente o registro de três caras evocações pessoais. A primeira é
aquela em que sempre me inspiro, pensando em Alagoas. Bernardo
Pereira de Vasconcelos, o mineiro ilustre do Primeiro Império e con-
sagrado do Segundo Reinado, que ensinou aos brasileiros a arte da vida
parlamentar, escreveu que “a Pátria é a terra em que nascemos”.

Floriano Peixoto, nascido em Ipioca, Alagoas, aos poucos meses
de vida, foi entregue pelo pai ao tio, em Murici, de quem se tor-
nou respectivamente filho e cidadão adotivo. Cedo saiu da cidade
em que vivia para seguir a carreira militar no Rio de Janeiro e tornar-
se, seguidamente, herói da Guerra do Paraguai, Ajudante-Geral do
Ministério da Guerra e, em seguida, Ministro, Vice-Presidente da
República e, nessa qualidade, Presidente do Senado Federal. Quando
retornou da guerra, não foi para as galas da vida pública que ele vol-
tou, mas para Alagoas, que ele considerava sua pátria, para reabilitar
as terras em decadência de sua família.

***Hoje, no dia em que passo a ocupar a cadeira da-
quele que foi o primeiro Presidente do Senado Repu-
blicano, é para Alagoas que se volta meu pensamento.***

Passadas as batalhas, é lá que eu irei curar minhas feridas e retempe-
rar as minhas forças. Como Floriano, estarei voltando à minha pátria,

porquê das glórias da vida desse bravo, esta é certamente a única coisa que consigo vislumbrar. Por isso, a evocação de Alagoas, de onde nunca me afastei.

A segunda das evocações é minha homenagem ao apóstolo da redemocratização. Por ela, sua paixão pagou o tributo da própria vida.

Para mim, mais que um ídolo e um exemplo, ele foi um paradigma de bravura, responsabilidade e acendrado amor à sua terra e à sua gente.

Refiro-me a Teotônio Vilela, que ilustrou a vida pública alagoana, que iluminou a vida pública brasileira e que redimiu, com o seu sacrifício, as virtudes dos homens públicos do nosso País. (Palmas.)

À memória de Teotônio, cujo legado está hoje nas mãos de seu filho e meu amigo de sempre, Teotônio Vilela Filho, dedico essa dolorida, dolorosa e nunca cicatrizada evocação. (Palmas.) Que seu exemplo me inspire, me ilumine e me guie, para que nunca deserte do caminho que, em vida, ele trilhou por todos nós.

A mais grata das evocações é um preito de amor, de reverência e de gratidão à minha família.

À minha mulher Verônica, mais que companheira, a amiga que tanto tem me ajudado a adoçar as agruras dos árduos caminhos da política, e a meus filhos, Renan, Rodolfo e Rodrigo, que enchem minha vida de alegria e de recompensas, dou aqui o público testemunho de que, sem eles, e sem sua compreensão, já teria esmorecido ante cada um dos obstáculos. (Palmas.)

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, peço compreensão a V. Ex^{as}, meus Colegas, com a liberdade que tomo e a ousadia que pratico ao tentar sintetizar o que entendo ser o papel do Parlamento.

O grande pensador que é Giovanni Sartori, cujas notáveis contribuições à arte e à ciência da política o tornaram um dos mestres de nossa era, escreveu que “o maior desafio do poder é resistir à tentação de ‘governar legislando’”.

E, o dos Parlamentos, superar o vezo de “legislar governando”. Os fundamentos de sua advertência são quase tão antigos quanto os próprios parlamentos.

Exorto, portanto, o Senado a resistir à tentação de “legislar governando” e lembro ao Executivo a necessidade de não “governar legislando”. (Palmas.)

Sempre que não renunciarmos a essa tentação – e os governos não a evitaram – o Brasil padeceria os rigores do autoritarismo.

É chegada a hora, Sr^{as} e Srs. Senadores, de encontrarmos remédio para esse mal, em nome da democracia. E isto, todos sabemos, está em nossas mãos, e é nosso dever.

Nisto espero empenharmo-nos todos, acima dos partidos, das doutrinas e das ideologias que nos podem caracterizar, mas não devem separar-nos, quando se trata do interesse coletivo de toda a Nação. É neste contexto que temos que continuar a apreciar não apenas o rito, mas a própria substância das medidas provisórias.

Ao aludir à separação dos Poderes, não posso deixar de lembrar, com respeito e admiração, a atuação reconhecidamente democrática dos Presidentes da República que também ilustraram o Senado: Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. E de referir-me com os mesmos sentimentos àquele com o qual hoje convivo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, símbolo dos novos tempos que estamos vivendo, e que, vencendo todas as adversidades da vida, tornou-se, por seus próprios méritos e pela vontade do povo, o primeiro Líder sindical a exercer a mais alta magistratura do País. Também o Vice-Presidente, o ex-Senador José Alencar, é outro homem público que tem minha admiração e respeito.

Permitam-me abrir um espaço breve para algumas considerações sobre a agenda que enxergo estar diante de nós.

Como sabemos, a obra formidável de engenharia política que é o bicameralismo teve a virtude de fazer com que o povo e as diferentes regiões dos países que o adotam estejam representados de forma simultânea e equilibrada nos parlamentos. O povo, nas Câmaras Baixas, as regiões, os estados e os municípios, nas Câmaras Altas.

Esse equilíbrio se tornou indispensável para evitar os excessos do localismo e os arroubos do centralismo e dessa forma tornar mais justos e equilibrados os Poderes nos sistemas federativos.

A atual Constituição incluiu, mesmo que de forma doutrinariamente heterodoxa, não só os estados e o Distrito Federal, mas também os municípios como entes federativos.

E, agora, estaremos dando um passo firme na direção de um pacto federativo verdadeiramente mais equilibrado. O Senado, fó-

rum qualificado dos temas da Federação, tem – e faço questão de destacar –, na figura do Senador Tasso Jereissati, um abnegado no combate aos desequilíbrios regionais.

Fazer boas leis, necessárias, eficientes e compreensíveis, que proporcionem a melhoria das condições de vida de todos, deve ser aspiração generalizada do povo brasileiro.

Mas que povo será capaz de compreender a utilidade e a necessidade de quase duas dezenas de milhares de leis cujo significado nem os mais sábios de nossos juristas e os mais hábeis dos advogados são capazes de entender, dominar e compreender?

Enfrentar esse problema é a grande contribuição que o Legislativo pode dar para que o Judiciário venha a executar plenamente a sua missão, a sua prestação jurisdicional.

Como soa aos ouvidos de nossa gente, por exemplo, essa norma legal que é o labirinto a que chamamos de “Lei do Orçamento”?

O nosso ordenamento jurídico exige não uma reforma, mas uma revolução.

A Lei do Orçamento há de evoluir. E evolução significa um orçamento mais impositivo, mais transparente e que garanta uma melhor qualidade do gasto público. Esse tema estará, não tenho dúvida, no topo da nossa agenda nos próximos anos.

Cabe ao Parlamento criar condições favoráveis ao desenvolvimento. Não basta fazer diagnósticos dos entraves. É preciso transpô-los, atacando suas causas.

Assumo a Presidência do Senado carregando um forte sentimento de minha geração. Tivemos de lutar para conquistar a democracia.

O primeiro passo foi fazer um acerto de contas com o passado, restabelecendo o direito de votar, elaborando uma nova Constituição e garantindo plenamente a cidadania.

Depois, foi preciso acertar as contas com o presente, conquistando um ambiente de estabilidade econômica, pressuposto básico para o desenvolvimento e para a inclusão social.

Estamos agora, talvez, ***diante do maior de todos os desafios: precisamos construir o futuro!*** Isso somente será possível se garantirmos o crescimento continuado, homogêneo, de médio

e longo prazos – como defende o Presidente do PT, ex-Deputado, eterno Deputado José Genoíno, que aqui nos honra com sua presença. (Palmas.)

A tarefa mais importante do Parlamento hoje é uma só: vamos deixar o Brasil crescer. Chegou a hora de tirarmos as amarras que minam as energias da Nação.

O Senado tem de ser o ator principal – e não um mero coadjuvante – na consolidação do ambiente adequado para o desenvolvimento, sem o qual as graves mazelas sociais, as graves desigualdades regionais jamais poderão ser superadas.

As palavras são o nosso principal instrumento de atuação, mas não o meio mais eficaz de ação dos Parlamentos, etimologicamente, “o local onde se fala”.

A diferença dos outros lugares onde diariamente todos falam e se comunicam é que talvez falemos demais e nossa atuação, ao simplesmente falar, nem sempre corresponda à ação que o País espera de nós.

Para não contribuir mais para que o discurso, que é um bem, possa se transformar num mal, por sua extensão, encerro este já longo pronunciamento. Porém, sem antes dizer uma palavra de agradecimento ao qualificado e competente corpo funcional desta Casa, agradecendo-lhe a contribuição que nos dá ao longo dos anos, sem esmorecimento.

A todos os integrantes desta Casa, mais que lhes pedir, rogo para que, entre nós, falemos mais sobre estes assuntos e juntos pensemos, também, porque ainda vale a lição de Hegel de que “o pensamento precede a ação”.

Pensar solitariamente é indispensável à condição humana. Pensar coletivamente, para ***coletivamente exercermos nosso papel e cumprirmos nossa missão, é o nosso maior objetivo.***

Sei que, sozinho, nada posso, mas com o auxílio, a cooperação, a crítica e a ponderação de todos, quem sabe, talvez possamos realizar muito mais do que aspiramos.

Para isso, conto com todos, com os seus conselhos, em todas as horas dos dias em que me couber a honra de ser o seu intérprete. É o que mais espero, para amenizar o desafio das decisões que sejamos obrigados a tomar.

Quero, por fim, agradecer a Vossas Excelências, participantes ativos desta jornada a que, a partir de agora, me aventuro, graças à confiança e à generosidade do Senado Federal.

Sinceramente, muito obrigado.

Que Deus ilumine a todos!

ABERTURA DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS

Sessão de 15-2-05.

Ao instalar os trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, cumpro o dever de lembrar que esta é uma solenidade sem a qual não existe democracia. O Parlamento está para a democracia, como voto e eleições estão para o Parlamento, instituição que não existe senão por meio do voto. E sem votos não há eleições, requisito material e formal de toda democracia. Não podemos esquecer, porém, que há Parlamentos mesmo onde não há democracia, mas não existe democracia sem Parlamento.

Legislativo exercendo livre e soberanamente suas prerrogativas, cumprindo seus deveres e representando legitimamente o povo que o escolhe jamais foi uma dádiva ou doação generosa do poder.

Ao contrário, é a conquista dos povos livres e das nações que, pela mobilização, lograram instituir, preservar e aprimorar aquele que Churchill, num momento de rara inspiração e de refinada ironia, definiu como “o pior regime político, com exceção de todos os demais”.

Há exatos sessenta anos, quando o Brasil acabava de se livrar do tormento do Estado Novo, Otávio Mangabeira cunhou uma frase que expressa bem as vicissitudes do regime democrático entre nós. Ele lembrou ser a democracia que se estava construindo “uma plantinha tenra, que ainda não dava frutos nem sombra”. A democracia a que ele se referia e que seu talento ajudou a moldar, não era então mais que uma quimera.

O grande tribuno tinha razão em seu vaticínio. O regime tão duramente reconquistado feneceu mal completada a maioria, em 1964.

A democracia, contudo, não é apenas frágil e vulnerável. É, também, nova no Brasil e no mundo, uma circunstância quase sempre esquecida. Na história da civilização ocidental, os países mais desenvolvidos e mais antigos viveram nove décimos de sua existência, sem conhecê-la. No Brasil, não foi diferente. Regime político democrático, legitimado pelo voto da maioria do povo, só conhecemos há meio século. Basta lembrar: o Estado e a sociedade não foram capazes de alfabetizar os brasileiros que somente reconquistaram o direito de voto, cassado pela Constituição republicana de 1891, quase um século depois.

Foi resultado da Emenda Constitucional nº 25, promulgada ao se contemplarem dois meses do governo do presidente José Sarney, meu antecessor a quem tenho a honra e a responsabilidade de suceder na Presidência do Congresso Nacional. A propósito, agora em março estaremos celebrando 20 anos de sua instalação. Com ela, se acrescentou ao art. 147 da malsinada Constituição de 1969, então ainda em vigor, o parágrafo 4º, prevendo que “a lei disporá sobre a forma pela qual possam os analfabetos alistar-se e exercer o direito de voto”.

Éramos, e não faz muito tempo, não somente uma frágil, mas uma singular democracia a que não tinha acesso a maioria do povo brasileiro. Esse não era um problema só nosso.

Em inúmeros dos mais adiantados países do mundo, o fim dos privilégios eleitorais e a concessão do direito de voto à mulher datam da mesma época, o fim da Segunda Guerra Mundial.

A despeito de todos os avanços que desde então conquistamos, e embora a taxa de analfabetismo tenha caído em 2001, o número absoluto de analfabetos diminuiu pouco nesses 60 anos.

Hoje, constituímos o segundo maior eleitorado do mundo ocidental e somos, portanto, uma das maiores democracias no concerto das nações.

Conquistar essa condição foi uma façanha do povo brasileiro que, na longa noite do regime militar, jamais deixou de acorrer às urnas, inviabilizando a continuidade de um regime que se esgotou e de um modelo desgastado por suas próprias deficiências.

Aceder pacificamente à democracia restaurada foi uma proeza. Aprimorá-la, continua sendo um so-

nho e nosso desafio.

A democracia, nem aqui nem em nenhuma parte do mundo, foi condição suficiente e bastante para a prosperidade coletiva, para o progresso material e para o desenvolvimento econômico. Na fase que se seguiu à Primeira Guerra Mundial, esta se tornou uma discussão que se generalizou.

E a afirmação de Nitti, o notável estadista e financista italiano que nunca cedeu ao fascismo, quando interpelado na Câmara de seu país, sobre essa questão, disse com toda convicção: “*Dai-me boa política e vos darei boas finanças*”.

A política que lhe deram não devia ser boa. Na esteira da sucessão de crises que na Itália, tal como na Alemanha de Weimar, deram origem ao fascismo que martirizou os italianos, e o nazismo que destruiu a Alemanha, mesmo lutando em campos opostos. Nós não passamos por essas lacerantes experiências.

Mas a reconquista da democracia brasileira em 1945, tal como 40 anos depois, em 1985, significaram notáveis avanços políticos, mas nem sempre implicaram êxito econômico e avanços sociais.

O Congresso brasileiro proporcionou ao Executivo, nas duas últimas décadas, mais que sua cooperação, sua solidariedade e sua participação. Eles significaram esperanças nem sempre atendidas. Hoje, vencida essa etapa, trilhamos o caminho que pode nos levar ao sucesso.

Mas reconheçamos que a impaciência de uns e a sofreguidão de outros não são boas conselheiras e certamente não constituem a “boa política” a que aludia Nitti, o que obriga a nós, congressistas, no âmbito da nossa atuação, estar continuamente sintonizados com as reais necessidades do País.

O modelo de engenharia constitucional construído em 1988, em meio a tantas expectativas, não está concluído nem consumado. E a melhor evidência é que, antes de completados os 17 anos de sua existência, já fomos chamados a alterar o seu texto nada menos de 51 vezes, um recorde no mundo contemporâneo.

Foram nada menos de seis emendas de revisão e 45 mediante o rito ordinário. Uma sucessão de reformas – incompletas umas, inacabadas outras – geram a necessidade de regulamentação, de com-

plementação e até mesmo de novas alterações, como estamos vendo acontecer com a reforma tributária.

O novo modelo de tributação precisa, acima de tudo, ser parceiro do crescimento econômico sustentado e da distribuição de renda entre os indivíduos e entre as regiões.

Uma maior racionalidade na tramitação das medidas provisórias é requisito essencial para um processo legislativo célere e eficaz.

Nesse sentido, coloco para a reflexão de todos se os pressupostos de urgência e relevância das medidas provisórias não demandariam uma maior precisão conceitual, no âmbito da nossa Carta Política.

No início do século passado, Gilberto Amado, num pronunciamento antológico aqui na Câmara, chamou a atenção para a distonia entre as instituições e o meio social.

É justa a nossa angústia com a concentração de renda, o desempenho econômico e os entraves da excessiva burocracia que emperra, massacra e pune dos mais humildes cidadãos às maiores empresas.

Hoje, a distonia de que falava o grande sergipano talvez seja a de acreditarmos na ilusão de que somente as leis têm o condão e a virtude de alterar e até de aprimorar a realidade.

A hora não pode ser de impaciência, mas de tolerância e de conjugação de esforços, para identificarmos soluções e alternativas, não só para as questões ocasionais que ocupam os governos que são transitórios, mas sobretudo para as questões de Estado que são permanentes e transcendem os governos.

Na busca dessas soluções, penso que temos o dever de nos deter também em nossos próprios problemas e desafios.

Por isso, deixo à consideração dos ilustres membros do Congresso Nacional, aos quais auguro trabalho profícuo, operoso e produtivo, a sugestão de retomar com urgência as reformas institucionais com o objetivo de garantir a estabilidade legislativa e os marcos regulatórios, para que impere a segurança jurídica nas relações entre os indivíduos.

Outra prioridade do País, absolutamente vital para a democracia, é a reforma político-partidária, que deve ter o objetivo de fortalecer os partidos, além de muito mais do que isso.

Não se trata mais de abrir a caixa-preta da política. Não, não, senhores. A nossa obrigação é jogar essa caixa, preta – preta na forma como funciona a operação política hoje – no lixo da História. É nosso dever construir uma nova caixa, que não seja apenas aberta, mas também transparente. Que não seja apenas lógica, mas legítima, representativa, igualitária e verdadeira.

Essa agenda não é minha, nem do Congresso, nem do Governo, nem da Oposição. É uma exigência da sociedade.

Muito obrigado. E que Deus ilumine a todos.

HOMENAGEM PÓSTUMA AO EX-MINISTRO CELSO FURTADO

Sessão de 2-3-05.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a sessão especial do Senado Federal que, em atendimento aos Requerimentos n^{os} 1.457, 1.456, 1.458, 1.461, de 2004, dos nobres Senadores Sérgio Guerra, Aloizio Mercadante, Pedro Simon, Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, destina-se a reverenciar a memória do ex-Ministro Celso Furtado, falecido em 20 de novembro de 2004.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado se curva hoje ante a memória de um dos mais pranteados brasileiros, menos para deplorar sua ausência do que para lembrar e louvar sua inestimável contribuição ao País, que ele tanto honrou e ao qual serviu com zelo, inteligência, devotamento e dignidade.

A personalidade de Celso Monteiro Furtado, a quem tributamos a homenagem desta Casa, transcende a dimensão de sua vida para se projetar na História de nosso País, de que ele se tornou não apenas protagonista, mas, sobretudo, personagem, símbolo e exemplo.

É símbolo do intelectual engajado, consagrado pela genialidade de seu pensamento e pela audácia de suas admiradas e originais concepções.

Foi protagonista do processo político. Ilustrou a vida pública como intelectual, como homem público duas vezes Ministro, como

profissional e como pensador. Sua obra é das mais fecundas do último século.

Foi personagem de uma era a que dedicou o melhor do seu talento, de suas preocupações e também de seus sonhos.

Foi exemplo de cidadão, de professor e de Líder. Empolgou, pregou e lutou por um mundo mais justo, em que sempre acreditou, e pelos ideais, a que nunca renunciou. Quem percorreu os caminhos que ele trilhou pode compreender a dimensão de sua formação de humanista.

Fez seus estudos básicos na capital paraibana e os completou no Recife. Graduou-se em Direito no Rio de Janeiro e, convocado, provou a amargura do maior conflito do século como integrante da Força Expedicionária Brasileira.

Finda a Segunda Guerra Mundial, voltou à Europa para doutorar-se na Universidade de Paris. Regressou ao Brasil e ingressou no serviço público do Estado do Rio de Janeiro, para aceitar, em 1948, o cargo de economista na nascente Cepal, berço de original pensamento latino-americano que ele tanto influenciou.

Foi, no entanto, na Inglaterra, de tão antigas e tão ilustres tradições, que concluiu sua obra-prima, *Formação Econômica do Brasil*, livro considerado, mais que um clássico, um dos dez mais importantes do século XX em nosso País.

Amadurecido, ilustrado e já dono de enorme erudição, estava pronto para começar sua brilhante trajetória de homem público. Foi Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e, no Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste, redigiu o famoso relatório que fez a consciência nacional despertar para a importância do Nordeste, com a criação da Sudene, de que foi Superintendente nos Governos dos Presidentes Juscelino, Jânio e João Goulart.

Numa das fases mais críticas do regime restaurado em 1945, tornou-se Ministro Extraordinário do Planejamento, cargo no qual redigiu o pouco lembrado Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social para o triênio 1963/1965.

Não é um plano econômico, Sr^{as} e Srs. Senadores. É o breviário de um estadista, a diretriz para superar uma era de incertezas e um programa de Estado para restaurar as imemoriais injustiças do País.

Punido pelo golpe militar de 1964, com os direitos políticos suspensos, amargou, como tantos outros brasileiros de sua geração, as dores do exílio. Convidado pela já então famosa Universidade de Paris, a Panthéon Sorbonne, por duas décadas predicou como professor de Desenvolvimento Econômico, disciplina em que se tornou uma referência internacional em todo o mundo acadêmico.

Celso Furtado emprestou o brilho de seu prestígio e o reconhecimento de sua contribuição à ciência econômica a uma especialidade que dominou o pensamento e as aspirações de milhões de cidadãos em todo o mundo: a Ciência do Desenvolvimento.

Ministro da Cultura no Governo do Presidente José Sarney, aí encerrou sua trajetória política, mas não sua atividade intelectual. Suas preocupações eram de pensador e de um dos epígonos da Ciência Econômica em uma era a que nunca faltou o brilho de suas profundas reflexões de verdadeiro humanista.

Em 1977, a homenagem consagrada com que a Academia Brasileira de Letras o elegeu como um tributo a um dos mais importantes intelectuais do País, autor de mais de meia centena de livros, de milhares de artigos e uma das mais originais contribuições no campo do desenvolvimento econômico e da justiça social.

Não desejo privar V. Ex^{as} do prazer de ouvir os demais oradores, que, investidos da mais alta delegação do povo brasileiro nesta que é das mais antigas instituições do País, prestarão suas homenagens a Celso Monteiro Furtado, o cidadão, o professor, o político, o intelectual, e o profissional que, por sua vida reta, exemplar e admirável, se tornou também uma instituição do nosso povo, de nossa Pátria, de nossa cultura e de nossa civilização.

Bem haja para sempre o seu nome!

Bem haja a sua memória e que todos nos lembremos de sua glória!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

MARCHA A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

Sessão de 8-3-05.

De início, quero saudar todos os participantes dessa Oitava Marcha, nas pessoas do Presidente da Confederação Nacional de Municípios, o incansável Paulo Ziulkoski; do Prefeito João Paulo Lima e Silva, novo Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, que esteve conosco no final de fevereiro; e do Presidente da Associação Brasileira de Municípios, José do Carmo Garcia. São todos batalhadores da causa municipalista, à qual emprestam o melhor da sua inteligência e do seu trabalho.

A importância da Marcha a Brasília é indiscutível. Eu fiz questão de comparecer à abertura, representando o Senado Federal e dando nosso apoio para o sucesso dessa importante iniciativa.

O tema central da Marcha é a discussão do papel do município dentro do modelo federativo brasileiro, as suas competências e como se dará o financiamento do exercício dessas competências para que se possam reduzir as desigualdades sociais em nosso País.

De acordo com dados do Presidente Paulo Ziulkoski, em 1990, a União detinha 48% da arrecadação nacional; os estados ficavam com 32,5% e os municípios com 19,5%. Hoje, a União detém 61% do total, os estados tiveram sua parcela de receita reduzida para 24,5% e aos municípios restam somente 14,5% dos recursos.

Os municípios têm, no entanto, ao seu encargo, inúmeras atribuições. São os prefeitos que conhecem mais de perto as agruras da

população e padecem, eventualmente, do dissabor de pouco poder fazer para melhorar a vida dos cidadãos por pura ausência de recursos.

A falta de escolas, de saneamento básico, de equipamentos de saúde ocorre lá na ponta, no município, sem alcançar a sensibilidade da esfera federal. O Senado tem dado a sua parcela de contribuição à solução dos problemas de falta de recursos dos municípios. Na reforma tributária, esta Casa aprovou um aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios.

Também aprovamos dispositivo para que a aplicação de 25% dos recursos de um fundo nacional de desenvolvimento regional, a ser regulamentado por lei complementar, e dos 3% do IPI e do Imposto de Renda, ocorra mediante convênios com os municípios das regiões menos desenvolvidas no País. Essas matérias estão agora pendentes de exame pela Câmara dos Deputados.

Ainda na regulamentação da emenda constitucional que trata da partilha da Cide com os estados e o Distrito Federal, destinamos 25% dos recursos reservados a cada estado para serem aplicados pelos municípios no financiamento de programas de infra-estrutura de transportes.

Em todas essas votações, temos firmado posição em defesa dos interesses municipais. Na condição de Líder, trabalhei sempre para que prevalecessem as teses que beneficiavam os municípios, porque o municipalismo tem raízes profundas e antigas em nosso partido.

É o caso de relembrar o saudoso Franco Montoro, que nos ensinou, com a sua sabedoria, a importância da descentralização da administração pública. “As pessoas vivem nas cidades, não nos estados, nem nos países”, dizia ele, ao justificar sua preocupação em fazer com que as ações governamentais alcançassem o cidadão e pudessem ser avaliadas pela população a que se destinassem.

A tese central da Marcha de Brasília é mais que justa. Quase ninguém discorda da necessidade de um novo pacto federativo, no qual a distribuição dos recursos entre União, Estados e Municípios seja proporcional às obrigações de cada uma dessas esferas de poder. A discussão está aberta e devemos nos lançar a ela com ânimo, em busca de dias melhores para a população brasileira, sobretudo para sua parcela menos assistida.

Com os recursos ou a falta deles, restam-nos as lições de Graciliano Ramos, em seus famosos relatórios de gestão à frente da Prefeitura de Palmeira dos Índios. Seu primeiro passo foi reorganizar a administração municipal. Depois, com os poucos recursos de que dispunha, realizava o que podia – a despeito das incompreensões.

Como resultado da Sétima Marcha, muitos dos anseios dos municípios brasileiros foram alcançados. Foram aumentados os repasses de recursos para a saúde aos municípios com menos de 30 mil habitantes e foram instituídos os Programas de Apoio ao Transporte Escolar e de Educação de Jovens e Adultos, entre outros objetivos alcançados.

Agora, trabalharemos, com o melhor de nossos esforços, sobre a agenda que emanar dessa Oitava Marcha. **O Brasil precisa alcançar uma melhor distribuição da sua renda.** E uma das vertentes dessa ação é, sem dúvida, **uma distribuição mais eqüitativa das receitas públicas pelas três esferas de poder.** Com isso, estaremos dando um passo importante para a redução das terríveis desigualdades regionais e sociais que infelicitam a população brasileira. Boa sorte a todos.

Muito obrigado!

COMEMORAÇÕES PELO DIA DA MULHER

Sessão de 10-3-05.

Nas pessoas das Senadoras Ana Júlia, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Lúcia Vânia, Maria do Carmo, Patrícia Sabóia Gomes, Serys Shessarenko, Heloísa Helena e Roseana Sarney, aceitem todos os meus cumprimentos, nesta solenidade de celebração do Dia Internacional da Mulher.

Estendo este cumprimento às deputadas, desculpando-me por não citá-las nominalmente, por somarem já um número significativo. Ao homenagear as parlamentares, estendo esta saudação às mulheres que trabalham no Executivo e no Judiciário.

Igualmente, nas pessoas de Clara Charf, Maria da Penha Maia Fernandes, Palmerinda Donato, Rozeli da Silva e Zilda Arns Neumann, cumprimento todas as brasileiras, aqui muito bem representadas pelas ganhadoras, deste ano, do Diploma Bertha Lutz.

Afirmava o célebre dramaturgo alemão Bertold Brecht que “... aqueles que lutam um dia são bons; os que lutam um ano são melhores; mas os que lutam toda a vida são imprescindíveis”. Peço permissão para acrescentar: por lutarem todos os dias, durante toda a vida, as mulheres, pela condição de gênero, já estão na última categoria: a de imprescindíveis!

Não me refiro, apenas, à luta em defesa dos direitos humanos, dos direitos ao trabalho, da luta contra a violência; não apenas à busca pela inclusão, ou à incessante batalha contra a discriminação salarial. Refiro-me ao esforço do dia-a-dia: de prover a alimentação dos fi-

lhos, quer chova ou faça sol, como o fazia a Sinhá Vitória, no célebre romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos.

Em nossa já não tão breve caminhada pelo mundo da política, tivemos oportunidades de nos defrontarmos com a questão da desigualdade que afeta mulheres no nosso País. Por isso, **sempre** que esteve ao meu alcance, tanto no Legislativo quanto no Executivo, **me associei às iniciativas que visassem promover as mulheres, assegurando-lhes condições mais dignas.**

No Ministério da Justiça, reforcei o trabalho do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que busca eliminar a discriminação de gênero. E, com muito orgulho, constato que aquela iniciativa rendeu frutos. Vejo consolidada, por exemplo, a Secretaria Especial de Política para as Mulheres, cuja titular, a Ministra Nilceia Freire, não mede esforços para assegurar a maior participação da mulher na sociedade.

Pesquisa concluída, no entanto, nesta terça-feira, pelo DataSenado, nas 27 capitais, com 815 entrevistadas, revelou que coibir a violência contra a mulher ainda é uma obrigação de cada um de nós.

Segundo o levantamento, um terço das mulheres, ou seja, 33% delas, admitiram que a violência sexual é a forma mais grave de violência doméstica, seguida da violência física, com 29%.

Por outro lado, tenho sido testemunha nesta Casa do quanto precisamos caminhar para alcançarmos uma proporção razoável entre o número de eleitoras e o número de mulheres atuando nos legislativos municipais, estaduais e federal.

Honra seja feita, as leis têm contribuído para superar essa discrepância.

Hoje, as chapas partidárias para as eleições proporcionais devem ter percentual mínimo de 30% para mulheres. Para se ter uma idéia, em 2002 foram eleitas 42 mulheres para a Câmara dos Deputados, contra 471 homens, uma participação de pouco mais de 8%.

Nas últimas eleições para o Senado, foram eleitas oito mulheres contra 46 homens, um significativo percentual de 15%. Trata-se de um avanço quando tomamos por base a presença de mulheres naquela, em tempos recentes, que foi praticamente um monopólio masculino durante um século e meio.

Ao encerrar esta saudação, quero manifestar a minha aspiração no sentido de que, em breve, possamos celebrar o Dia Internacional da Mulher como sinônimo da igualdade plena entre homens e mulheres.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

20 ANOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL

Sessão de 15-3-05.

Este não é só um momento de celebração, mas é também um convite à reflexão. No dia 15 de março de 1985, o Congresso Nacional se reuniu para encerrar uma etapa crucial na história política do País.

Com a posse do primeiro presidente civil, depois de 1961, demos início ao longo e vital processo de restauração da democracia, ceifada por conflitos e crises de natureza político-militar que, lamentavelmente, entristeceram toda a América Latina.

Não era a primeira vez que, no século passado, vivíamos o transe de superar um período de excepcionalidade política, para tentarmos a reconstrução daquelas que nunca deixaram de ser as aspirações dos brasileiros de todas as gerações: a convivência pacífica, a estabilidade institucional e a busca da prosperidade econômica, com o fortalecimento das instituições democráticas.

Assim foi com o fim do Estado Novo, em 1945. Assim haveria de ser com a Nova República, em 1985.

Quarenta anos separaram esses dois momentos de renascimento de expectativas e de renovação de esperanças.

Por isso, a primeira constatação ao celebrarmos 1985 é lembrarmos que o processo pacífico da transição para a democracia foi produto de dois fatores sem os quais a política não sobrevive nem prospera. O primeiro, a persistência e a confiança do povo brasileiro,

que inviabilizou a continuação do regime militar. O segundo, a capacidade das lideranças políticas que, acima de conveniências pessoais, sobrelevando diferenças partidárias e superando divergências ideológicas, foram capazes de amenizar, pela conciliação, a árdua caminhada em busca da legitimidade perdida em 1964.

A convergência se materializou por meio do documento “Compromisso com a Nação”, subscrito no dia 7 de agosto de 1984, entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, representado por seu presidente – o inesquecível, o timoneiro de todos nós –, Deputado Ulysses Guimarães, que comandou a Oposição nos dias de trevas, e o então Governador Tancredo Neves, que liderou a bancada oposicionista na Câmara, em momentos decisivos da vida política brasileira.

É imperioso que frisemos a destacada atuação do nosso Senador Pedro Simon, inquestionavelmente um dos melhores quadros do nosso bravo PMDB. Essa luta, que nasceu nos gritos pela redemocratização, passou pela anistia e teve a participação de vários partidos e inúmeros companheiros. Não podemos, portanto, deixar de citar a ativa participação do saudoso Leonel Brizola, do Presidente Lula, de Teotônio Vilela e de tantos outros que entraram de corpo e alma pela reconquista da democracia.

Pela Frente Liberal, na época ainda não constituída em partido, firmaram o documento o então Vice-Presidente da República, ex-Deputado e ex-Governador mineiro Aureliano Chaves de Mendonça e nosso atual colega, hoje como naquela época, Senador por Pernambuco, Marco Maciel. Não podemos deixar de mencionar o papel assumido também pelo nosso Senador baiano Antonio Carlos Magalhães.

Rememoro esses fatos, não somente por um dever de justiça, mas, sobretudo, para lembrar que nenhuma conquista política de envigadura e significado histórico, como nesse caso, se alcança sem sacrifícios, sem obstinação e sem renúncias.

Quinze de março de 1985 não existiria sem a esmagadora vitória de 15 de janeiro. Quinze de janeiro não se consumaria sem o amplo entendimento político entre os contrários, concluído em 7 de agosto.

Nem todos viveram a intensidade dessa sucessão vertiginosa de fatos que tiveram a virtude de sepultar, em poucos meses, as lembranças e as tristes heranças de 21 anos de desacertos e desenganos.

Mesmo os que não tiveram a oportunidade de vivê-los não podem esquecê-los. É por isso que estamos aqui. São fatos que devem se manter vivos na memória coletiva da Nação para que não volte-mos a pagar o preço de nossos próprios erros.

Frustração e sofrimento marcaram a lenta e longa jornada em busca da liberdade pela qual todos ansiavam. A rejeição da emenda das Diretas gerou – depois dos monumentais espetáculos populares que marcaram a mais vibrante das jornadas de entusiasmo e vibração cívica a que o País tinha assistido – um sentimento de desencanto.

Mas nada disso abateu o ânimo, a esperança e a perseverança dos brasileiros. A morte inesperada e o martírio da longa e sofrida agonia de Tancredo ungeram a fé de toda a Nação, compungida, solidária e confiante no gigantesco passo sem volta que o Brasil tinha dado para restaurar a democracia em nosso País.

Podemos imaginar como devem ter sido os momentos de angústia e preocupação por que passou aquele que, ante o inelutável destino, se viu obrigado a assumir o papel de principal ator da cena política brasileira. Foi um roteiro histórico de que ele participou como co-autor, para que outro, e não ele, representasse, tendo como platéia toda a Nação e, como expectador, o sofrido povo brasileiro.

A serenidade, a coragem, o equilíbrio e a experiência do Presidente José Sarney fizeram dele o principal protagonista das cenas que aqui rememoramos para que nunca nos esqueçamos o quanto lhe deve o País. Os percalços, as incertezas, o desconhecido e o inusitado ele venceu com os dotes de seu espírito de homem público. As dificuldades, superou com as virtudes de cidadão.

Os fatos históricos são únicos, por sua singularidade. E, como singulares, não se repetem. Nem por serem singulares, porém, são necessariamente inéditos.

Quando tomou posse, em 15 de novembro de 1984, o primeiro presidente civil a ocupar a Presidência da República, houve um ato de assunção, mas não de transmissão do poder, pela ausência de seu

sucessor. A posse do Presidente Sarney repetiu a de Prudente de Moraes, sem que lhe tirassem a singularidade. Tal como na de Prudente, não foi um detalhe de um ato cerimonial o que marcou a vida pública do Presidente Sarney, mas sim o seu Governo, que, como o de Prudente, garantiu a continuação, a estabilidade e a legitimidade do regime republicano. Um regime que nasceu militar e, pelas virtudes cívicas do povo e das lideranças políticas brasileiras, tornou-se civil, para que civil e democrático sobreviva, permaneça e se perpetue para a felicidade geral de toda a Nação.

Essa é a aspiração do povo brasileiro. E foi para lembrá-la que aqui nos reunimos neste ato de celebração e de reflexão.

Muito obrigado. (Palmas.)

HOMENAGEM A LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

Sessão de 16-3-05.

Victor Hugo, o escritor francês autor da célebre novela “Os Miseráveis”, afirmou certa vez existir “um espetáculo mais grandioso que o mar e o céu, que é o interior da alma”. Somente quando temos a felicidade de nos relacionarmos com personalidades valiosas, como a do saudoso Deputado Federal Luís Eduardo Magalhães, falecido prematuramente em 21 de abril de 1998, aos 43 anos, quando exercia o cargo de Líder do Governo na Câmara, é que podemos avaliar a dimensão exata do significado desta frase.

Luís Eduardo era aquele amigo interessado que todos gostariam de ter sempre ao lado. Alguém que ainda na primeira hora, qualquer que fosse a dificuldade, chegaria disposto a aliviar a carga dos seus pares, principalmente, na vida congressional.

Era uma liderança respeitada que teve grande influência na formação de outros líderes, tanto em seu estado quanto no cenário nacional. Dono de uma personalidade íntegra, forte e ao mesmo tempo compreensiva, ele nos fazia sentir orgulho por tê-lo como amigo. O seu saber político e sua rica personalidade o levaram, naturalmente, a exercer importantes cargos na vida pública.

Luís Eduardo Magalhães nasceu em 16 de março de 1955, em Salvador, quando seu pai, o hoje – e eterno – Senador Antonio Carlos Magalhães, iniciava a carreira política como deputado estadual. Logo cedo, deixou clara sua vocação para a atividade. Com o tempo, mostrou-se um especialista em ouvir a todos com atenção, relacionar-se bem mesmo com os adversários, sempre com posições firmes, bom

humor e presença de espírito. Essas foram as suas marcas na política, desde a primeira função pública que exerceu.

A vida parlamentar o seduzira desde o primeiro momento e o seu futuro já estava traçado. Em 86, elegeu-se deputado federal, com 138 mil votos, a maior votação da Bahia naquele pleito. Foi o primeiro de três mandatos de Luís Eduardo na Câmara dos Deputados, onde se sobressaiu como personagem do primeiro plano da política nacional, graças às qualidades da sua atividade parlamentar.

Logo mostrou que tinha luz própria, ganhando projeção como deputado constituinte, na defesa de um Brasil mais moderno e socialmente mais justo. Já então era um político respeitado nacionalmente, inclusive pelos adversários, que lhe reconheciam a capacidade de negociação e a virtude de sempre cumprir os acordos que firmava, nunca faltando com a palavra empenhada. Consolidou-se como referência no cenário nacional, como um político respeitado e admirado.

Em fevereiro de 1995, assumia a Presidência da Câmara dos Deputados, aos 39 anos de idade. Queria contribuir, do Congresso, para o desafio de transformar o Brasil. Conduziu, pessoalmente, as negociações e votações que efetivamente mudaram o País.

O Deputado Luís Eduardo Magalhães nos deixou, num dos momentos mais importantes da sua carreira política, quando iniciava a campanha para o Governo da Bahia e era considerado, também, um nome forte para a sucessão presidencial de 2002.

Seu prematuro desaparecimento comoveu o País e deixou mais pobre a vida política brasileira. Ficou o exemplo de espírito público, de pessoa afável e de fácil relacionamento, de político hábil e competente, o mais brilhante de sua geração.

Infelizmente, a vida nos reserva um vendaval de alegrias, mas também nos submete a uma série de tristezas, próprias da nossa condição humana.

Estamos hoje aqui para celebrar a memória de um parlamentar respeitável, por seu notável saber e sua consciência de homem lúcido, hábil e tolerante.

Apesar das agruras que certamente sofreu, Luís Eduardo nunca se despiu de sua coerência. Homem de caráter, portador de uma

imensa cultura, sempre continuou lutando por seus ideais, pelos seus rígidos conceitos de justiça, pela defesa intransigente dos marginalizados da sociedade.

Mas, a despeito de todos os cargos importantes que ocupou, e não obstante toda a autoridade que sua imagem de parlamentar imparcial e correto impôs, a figura de Luís Eduardo Magalhães ficará em nossas memórias muito mais pela sua simplicidade e pela grande marca de sua personalidade: uma consciência que o fazia compreender sempre que a amizade é um dos maiores bens que a vida nos concede.

Seja onde estiver, tenho fé, Luís Eduardo, que esteja nos vendo e aceite o meu sincero agradecimento, a minha eterna gratidão, por nos ter dado o privilégio de sua convivência.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

REGULAMENTAÇÃO DA POSSE E DO USO DE ARMAS PEQUENAS POR CIVIS

Rio de Janeiro/RJ, 16-3-05.

Foi com grande satisfação que recebi o convite para participar deste “Seminário Internacional sobre Regulamentação da Posse e do Uso de Armas Pequenas por Civis”.

Há tempos, venho lutando para mudar a cultura da violência no Brasil, restringindo o uso e a circulação das armas de fogo, diminuindo drasticamente os chamados crimes banais. Este é um problema que aflige a nós e a inúmeros outros países.

O presente seminário é, pois, o momento oportuno para trocar experiências e para falar um pouco mais sobre o que temos feito no Brasil, especialmente a partir do Estatuto do Desarmamento.

Esta luta remonta a 1998, no Ministério da Justiça. Desde aquele momento, tinha a certeza de que era absolutamente necessário diminuir o número de armas em circulação no Brasil. Participei, então, de inúmeras manifestações e atos cívicos pela paz.

Creio que tais ações foram importantes para mobilizar a sociedade civil que ocupou um papel decisivo durante a tramitação do projeto de lei no Congresso Nacional.

As resistências à aprovação do Estatuto do Desarmamento foram muitas. Em geral, baseadas no forte *lobby* das armas. O Senado Federal e depois a Câmara dos Deputados, felizmente, foram bem-sucedidos em manter, no texto final da lei, inovações como a necessidade de data para a realização do referendo e a manutenção do

teste de aptidão psicológica para aqueles que desejam obter o porte de armas.

São avanços que nos colocam sintonizados com as legislações mais avançadas do mundo. As experiências no Brasil e em outros países mostram que a restrição do uso de armas de fogo é essencial para a redução de homicídios.

Pesquisa promovida pelo Instituto de Criminalística da Secretaria de Segurança de São Paulo indica que “um cidadão armado tem 56% mais chance de ser assassinado do que aquele que anda desarmado”. Outro dado do levantamento: “a pessoa que guarda arma em casa tem quase três vezes mais chances de morrer em um assalto do que o cidadão que não guarda”.

Os desafios não param aí. A próxima etapa a ser cumprida para tornar o Estatuto do Desarmamento definitivo é a aprovação do referendo – previsto para o dia dois de outubro deste ano –, oportunidade em que os brasileiros decidirão, por meio do voto, se querem ou não proibir a venda de armas de fogo e munições.

Da aprovação do Estatuto até o referendo há um período em que discussões poderão ser realizadas e haverá um primeiro balanço do impacto causado pelo Estatuto.

O referendo é medida democrática, amplamente utilizada em outros países e que dará legitimidade única à decisão do Congresso.

Desde que se iniciou essa discussão, a sociedade tem dado enorme apoio ao Estatuto. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Sensus, entre 18 e 22 de setembro de 2003, 82% dos entrevistados eram favoráveis ao Estatuto do Desarmamento.

Em outro levantamento, o Sensus apurou que 74% da população é favorável à proibição da venda de armas de fogo.

Vamos continuar trabalhando para que a decisão definitiva aconteça no dia dois de outubro. Vamos derrubar esse *lobby* de forças nem sempre ocultas e que não representa o cidadão comum. Os brasileiros, hoje, estão plenamente conscientes de que a arma de fogo é mais um perigo do que um aliado no combate à violência urbana.

Segundo pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudo da Violência da Universidade de São Paulo e Ministério da Saúde, divulgada em

novembro do ano passado, morreram por arma de fogo no Brasil 265 mil 975 pessoas, entre 1991 e 2002.

De acordo com o levantamento, 63,9% dos homicídios cometidos no Brasil são por arma de fogo.

O Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente apurou que 70% dos homicídios são causados por motivos fúteis.

Todas as informações que nos chegam são no sentido de que, com a entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento e campanha do desarmamento, combinados com outros fatores, está havendo, nos estados, uma diminuição dos chamados homicídios fúteis.

A desarmamento voluntário da população é um sucesso, mas não podemos esmorecer até o dia da campanha. Os últimos números dão conta de que mais de 300 mil armas de fogo foram entregues às autoridades.

Só perdemos, até agora, para a campanha realizada na Austrália, em 1996, onde foram recolhidas mais de 640 mil armas. ***Há muito a fazer, porém, para prosseguirmos diminuindo a violência no Brasil.***

Temos que avançar, por exemplo, na modernização da legislação processual penal e na melhoria dos serviços prestados pelas polícias dos estados e a federal, bem como pelas guardas municipais.

A aprovação do Estatuto do Desarmamento foi um importante passo dado pela sociedade brasileira, na direção da sua vocação maior que é a paz. O Estatuto, todavia, traduz-se apenas numa importante etapa. Nossa luta agora é pela aprovação do projeto que marca o referendo.

É nessa tarefa que o Congresso Nacional, e especialmente o Senado Federal depositam, agora, todos os seus esforços.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DIÁLOGO ABERTO COM O COMÉRCIO

São Paulo, 21-3-05.

Cumpro, em primeiro lugar, expressar meus agradecimentos à Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de São Paulo e à Associação Comercial de São Paulo pelo gentil convite a mim formulado para participar desta sessão plenária solene de posse dos membros de suas diretorias e conselhos.

Desejo apresentar meus cumprimentos a todos os ilustres Diretores e conselheiros que hoje tomam posse. Na pessoa do Presidente Guilherme Afif Domingos, a todos presto minhas homenagens.

Com sua trajetória de mais de duas décadas de dedicação às causas do comércio e da iniciativa privada em geral, Afif Domingos é exemplo de liderança sintonizada com os anseios de seus representados e dotada de invulgar habilidade para a negociação.

Todos conhecemos sua luta à frente do Movimento Nacional de Defesa do Contribuinte e seu empenho para a aprovação, ainda na década de 80, do Estatuto da Microempresa, bem como a participação decisiva que teve na instituição do hoje disseminado Simples, que mais do que nunca precisa ser ampliado.

Iniciando mais um mandato à frente das entidades que presidiu pela primeira vez vinte anos atrás, Afif Domingos é o homem certo para dar continuidade às gloriosas tradições da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de São Paulo e da Associação Comercial de São Paulo.

Juntamente com seus companheiros de diretorias e conselhos, estará honrando uma linhagem de lideranças empresariais iniciada

naquele remoto 7 de dezembro de 1894 pelo extraordinário empreendedor Antônio Proost Rodovalho.

Aos senhores e às senhoras, compete levar adiante a missão institucional de unir os setores empresariais e trabalhar em defesa da livre iniciativa; de representar e expressar a opinião legítima e independente dos empresários de São Paulo, na busca dos melhores caminhos do desenvolvimento.

A relevância do trabalho das entidades que Vossas Senhorias vão dirigir sobressai na medida mesma em que se tem em mente a importância do segmento comércio no contexto da vida econômica e social deste País.

Fazendo a interface entre os produtores industriais e agropecuários e os consumidores, participando de forma expressiva na formação do Produto Interno Bruto, gerando milhões de empregos, as empresas comerciais dão notável contribuição ao desenvolvimento do Brasil.

Veja-se que, no ano passado, quando o País apresentou um crescimento do PIB excelente, de 5,2% em relação ao ano anterior, o crescimento do comércio foi ainda maior, da ordem de 7,9%, liderando com folga os diversos subsetores do setor de serviços.

Na geração de postos de trabalho, o comércio também vem-se destacando. Entre 1993 e 2003, 44 a cada 100 postos de trabalho abertos em todo o território nacional foram de comerciários, segundo dados do IBGE.

Com isso, o comércio aumentou a sua participação relativa na estrutura ocupacional do País, passando de 12,7% para 17,7% nos últimos 10 anos.

Observando-se, ainda, a quantidade das ocupações no comércio, nas seis principais regiões metropolitanas, nota-se o quanto o volume de empregos nesse setor é significativo.

No mês de outubro do ano passado, o comércio foi o setor de atividade econômica que registrou maior participação relativa no total das ocupações nas principais regiões metropolitanas brasileiras, respondendo por 19,3% dos ocupados. Com isso, ele já responde por mais empregos nessas regiões do que o setor industrial, no qual estão 17% dos postos de trabalho.

Ao encerrar-se o ano passado, o comércio registrava saldo positivo de quase 404 mil novas vagas criadas, significando crescimento de quase 8% em relação ao ano anterior.

O Congresso Nacional, que tenho a honra de presidir, tem também um papel a desempenhar no sentido de assegurar as condições para que os empresários possam dar uma contribuição cada vez maior para o desenvolvimento nacional.

Cabe a nós incrementar os níveis de segurança jurídico-institucional, simplificando a legislação e dando-lhe maior estabilidade, a fim de criar um ambiente mais propício ao investimento privado, um ambiente de confiança e de otimismo quanto ao retorno do capital de risco colocado nos empreendimentos.

Um aspecto a ser enfrentado, para que os trabalhos do Congresso Nacional possam desenvolver-se com mais eficácia, é a modificação que precisamos realizar na apreciação das medidas provisórias.

Elas devem ser entendidas como instrumentos de caráter excepcional. Seu uso deve ficar restrito a situações muito especiais. Daí a necessidade de aclararmos os conceitos de urgência e relevância. Estes conceitos precisam ser transparentes e convincentes.

Quero afirmar que **não concordo com o uso de medidas provisórias em se tratando de questões tributárias**. É fundamental que seja respeitado o princípio de que não pode haver tributação sem o respaldo da representação popular legítima.

Também não posso aceitar que medidas provisórias sejam propostas sem o foco necessário do seu objetivo maior, permitindo que assuntos distintos, e muitas vezes irrelevantes, sejam a elas atrelados.

Uma vez aperfeiçoado o rito de tramitação das medidas provisórias, o Congresso Nacional poderá apreciar, com muito mais cuidado e profundidade, o mérito delas, garantindo-se, como resultado final, a melhoria da qualidade da legislação federal. Trata-se, em última análise, de resgatar o papel legiferante do Parlamento.

Paralelamente, o Congresso Nacional avançará na discussão e votação de uma série de proposições que virão trazer benefícios concretos ao segmento comercial e aos pequenos e médios empreendedores.

Assim como fizemos com a nova Lei de Falências – que foi aprovada para dar mais estabilidade à economia, diminuir o risco-país, atrair investimentos externos e proteger empregos –, avançaremos na reforma tributária para desonerar a produção, dar maior progressividade ao sistema e simplificar o cumprimento das obrigações fiscais.

É preciso intensa mobilização da sociedade para que a reforma tributária seja retomada na Câmara.

É crucial que medidas como a unificação da legislação do ICMS; a definição do Supersimples; o estabelecimento de encargos sociais diferenciados para os pequenos; a desoneração da cesta básica de alimentos e dos serviços de utilidade pública – água, energia elétrica e telefone –, entre outras, sejam incorporadas ao texto para permitir que se amplie o espaço para o desenvolvimento do empreendedorismo nacional.

A reforma das antiquadas leis processuais em vigor, por seu turno, é medida indispensável para permitir que o Poder Judiciário opere com maior rapidez e eficiência, propiciando maior segurança jurídica a todos os agentes econômicos.

No âmbito da ética concorrencial, é preciso continuar avançando nas medidas de proteção à propriedade intelectual e de combate às práticas de pirataria.

É intolerável que os lojistas regularmente estabelecidos, que geram empregos formais e recolhem tributos, tenham de competir com quem pratica o contrabando, o descaminho e a falsificação de produtos, delitos que causam prejuízos de 18 bilhões de reais ao País, com redução na arrecadação de 3 bilhões de reais e a eliminação de algo em torno de 2 milhões de empregos formais.

Há uma questão que angustia e inquieta a todos, reduz o potencial de competitividade das empresas, diminui os investimentos e frustra as possibilidades de crescimento econômico.

Trata-se da questão dos juros, que hoje promove estragos de toda a ordem, na vida econômica e na vida de cada cidadão, em particular.

Os problemas são tais que basta verificar o problema gerado pelos juros altos sobre as contas públicas do País, cujo crescimento explosivo é fundamentalmente derivado das constantes elevações da taxa básica de juros.

É inaceitável que não se estabeleça uma política capaz de garantir coerência entre os esforços do Tesouro Nacional de reduzir o tamanho da dívida pública interna e a calibragem dos juros básicos pelo Banco Central.

O Congresso já deu um passo importante para a redução do *spread* bancário ao revisar e atualizar a Lei de Falências.

Quero aproveitar a oportunidade para sugerir à Associação Comercial de São Paulo a mobilização do empresariado no sentido de discutir uma oportuna e objetiva agenda de medidas destinadas a reduzir os alarmantes e escorchantes juros cobrados no País que hoje são duas vezes mais elevados que os praticados pela Turquia, segundo país com juros mais altos do mundo.

Na agenda do Congresso Nacional, há um item que, geralmente, é encarado como um tema de interesse quase exclusivo dos políticos.

Refiro-me à reforma política, que engloba as modificações a serem introduzidas no regramento do sistema eleitoral e partidário do País. Tenho, contudo, a convicção de que essa temática interessa, sim, e muito de perto, aos brasileiros como um todo e aos empreendedores.

Os objetivos fundamentais da reforma política devem ser, de um lado, garantir que haja maior fidelidade no processo de transformação da vontade do eleitor em mandatos parlamentares e, de outro lado, fortalecer os partidos induzindo a fidelidade dos eleitos às agremiações pelas quais se elegeram.

Com essas medidas, **avançaremos** muito **no sentido de dar consistência aos programas partidários e aos programas de governo, o que redundará**, evidentemente, **em maior previsibilidade das condutas governamentais**.

Não é preciso dizer que a previsibilidade do comportamento dos governos constitui fator de tranqüilidade e segurança para os empreendedores, estimulando os investimentos.

Ao renovar meus cumprimentos aos ilustres diretores e conselheiros que hoje tomam posse, desejo deixar explícito meu compromisso, como Presidente do Congresso Nacional, de envidar meus melhores esforços para contribuir, para garantir a governabilidade, bandeira fundamental do meu partido.

Em nosso entendimento, a estabilidade política constitui premissa da estabilidade econômica e social, sem o que não poderemos avançar na senda do desenvolvimento e da promoção da justiça social.

No esforço realizado pela Nação em busca do seu desenvolvimento, São Paulo tem sempre representado – e continuará a representar – a mola mestra. E no conjunto da pujante economia paulista, o segmento comercial continuará ocupando – sob a liderança de Vossas Senhorias – papel de grande destaque e relevo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA

CNI – 29-3-05.

Sempre acompanhei com sincero interesse o lançamento da Agenda Legislativa da Indústria, instrumento com a qual esta entidade tem procurado institucionalizar o necessário diálogo dos industriais brasileiros com o Congresso Nacional.

Como senador, Senhor Presidente da CNI, Deputado Armando Monteiro, vejo essa iniciativa como contribuição essencial na busca da cooperação indispensável entre os diferentes setores da sociedade e a representação política.

O Legislativo tem sido e deve continuar a ser o estuário natural das aspirações nacionais e o foro privilegiado de debates, não só dos grandes desafios, mas também das reconhecidas carências de nosso País. Portanto, mais do que nunca, é imperiosa uma agenda que crie um ambiente propício ao desenvolvimento, ao crescimento da renda, de empregos e à redução dos precipícios sociais e regionais que tanto envergonham o País.

Devemos recomeçar pela retomada da reforma tributária, cuja proposta aprovada pelo Senado Federal indica no rumo da redução da carga tributária, da simplificação de impostos, ampliação da base contributiva, da unificação do ICMS, da redução do número de tributos e alíquotas, da desoneração dos produtos da cesta básica, medicamentos, energia, telefonia e outros.

Ela exige uma política industrial compatível com mudanças que tenham começo, meio e término, resultando na extinção de impostos cumulativos e na substituição destes impostos pelo IPVA.

Não é da boa técnica legislativa – e não me importo de ficar afônico pela repetição – veicular matéria tributária em medidas provisórias. As MP, por sua própria natureza, são atos repentinos no universo legislativo.

O tributo, como todos sabem, é, ao contrário, regido pelo princípio da não-surpresa, da perspectiva de permanência, e que deve preservar a segurança jurídica e a capacidade de previsão dos cidadãos.

O último exemplo desta deformação foi desalentador. A Medida Provisória nº 232, que terá um desfecho ainda esta semana, ou ela evolui satisfatoriamente ou precisa ser corrigida naquilo que apresenta de distorção e da sede insaciável arrecadadora da Receita.

Com a tranqüilidade das previsões seguras, precisamos retomar investimentos.

Neste campo a CNI tem participado desses investimentos como vetor decisivo para o crescimento duradouro de nossa economia. Temos, além dos juros estratosféricos, a menor relação PIB/crédito do mundo. Enquanto na China os créditos batem na casa dos 60% do PIB, exemplo também verificado nos Estados Unidos e no Japão, no Brasil os créditos chegam próximos a 20% do Produto Interno Bruto.

Entendo que as PPP, para se tornarem verdadeiramente um ponto de atração de investimentos, carecem de algumas premissas relevantes:

I) estabilidade e segurança dos contratos – de forma a assegurar que as regras das PPP, que são de longo prazo, não sejam alteradas repentinamente; e

II) estabilidade política para a qual todos devemos contribuir.

Além disso, o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal devem ampliar ainda mais os espaços de aliança com o setor produtivo. Temos, de outro lado, outra grande dificuldade que a centenária e enrugada burocracia, cujos excessos afetam cotidianamente a iniciativa privada.

Muitos setores dinâmicos da economia ainda penam no cartorialismo herdado dos positivistas. Estamos preparando, e esse é um compromisso que assumo neste momento, um pacote de propostas concretas para que possamos erradicar alguns feudos do cartorialismo do Estado.

O que estiver sob a competência do Senado contará com meu empenho. Burocracia, que no passado recente foi chamada apropriadamente de “burrocracia”, é um custo e por isso deve ser eliminada. Mais do que nunca precisamos aproximar o processo legislativo das reais necessidades dos segmentos organizados da sociedade.

Na reforma educacional, não podemos deixar de atender as demandas técnicas do setor industrial. Ela não pode estar descolada das necessidades da formação de mão-de-obra para a indústria. Educação é um fator de elevação da produtividade. A reforma sindical só terá sentido e prioridade se conseguirmos afiná-la com a modernização das leis que regem as relações trabalhistas.

Claro que nessa breve intervenção não se pretende esgotar os temas que estão sob a responsabilidade de todos nós, mas não custa lembrar que as turbulências, como as tempestades, incomodam, atrapalham, mas são passageiras.

O que não podemos é deixar-nos vencer pelas dificuldades ocasionais. Nem deixarmos de superar aquelas que são transcendentais. Devemos ter em mente ***o papel que o Brasil deve assumir em face do futuro em que a cooperação e a competição serão as duas palavras-chave mais importantes.***

Gostaria, finalmente, de agradecer a atenção e a dedicação de todos.

Muito obrigado.

ORDEM DO MÉRITO MILITAR

Em 30-3-05.

Foi na metade do século XIX, com Duque de Caxias e a pacificação nacional, a consolidação da independência em todo o nosso território, a campanha do Paraguai, a luta pelo fim da escravatura e a campanha republicana que se firmou entre nós o conceito de País, de Nação livre e independente, com seus símbolos, suas aspirações e até mesmo o seu destino.

E o Exército esteve à frente de todos esses acontecimentos. São momentos, ainda, dessa afirmação: a heróica participação brasileira na luta contra as potências nazi-fascistas na Segunda Guerra Mundial, enfim, foram respostas do Exército às angústias da sociedade brasileira, em cada um desses períodos da nossa história e que eram sentidas pelos seus próprios quadros.

Pela sua própria natureza, pela origem de seus membros, que vêm de todas as classes sociais, desde a sua criação, o Exército é um retrato vivo do povo brasileiro.

Além de sua missão constitucional, o Exército, ao longo do século XX, passou a cumprir o papel social, levando o Estado brasileiro às regiões mais remotas do País em atendimento médico e social a populações carentes.

Hoje, o Exército brasileiro cumpre com excepcional zelo seu papel institucional. Devo destacar que esta eficiência se dá, em grande parte, por causa do trabalho do Ministro José Alencar e do Comandante do Exército, General Francisco Roberto de Albuquerque.

A contrapartida que o Brasil tem de dar a esse **esforço é modernizar a nossa Força, dotando-a de condições tecnológicas e operacionais que atendam às exigências essenciais de defesa das nossas fronteiras.**

Somos um país pacífico que defende a autonomia dos povos e o não-intervencionismo. Mas precisamos estar aparelhados e treinados para combater inimigos, como o narcotráfico em nossas fronteiras e os piratas da biodiversidade que cobiçam a Amazônia.

Sabemos o quanto são providenciais as ações do Exército para garantir a segurança pública urbana, papel que não deve caber às Forças Armadas, a não ser em ocasiões especialíssimas.

E agora, neste exato momento, está o Exército cumprindo um excepcional papel, de grande responsabilidade, em nome do Estado brasileiro: a missão de paz das Nações Unidas no Haiti, este sofrido país do Caribe.

Assim, o Exército brasileiro consolida, com o projeto Força Militar de Paz, a sua tradição de enviar missões a nações amigas, a exemplo do que ocorreu em Angola, Moçambique e no Peru-Ecuador.

Por tudo isso, é com grande honra – e com muito orgulho – que recebo a Ordem do Mérito Militar, a maior condecoração concedida pelo nosso Exército.

Agradeço a distinção e renovo aqui a esperança de todos nós: a de que o Brasil será um grande país, próspero, socialmente justo, democrático e moderno, exemplo para todo o mundo.

Contem sempre comigo.

Muito obrigado.

APERFEIÇOANDO A POLÍCIA FEDERAL

Maceió, 1^o-4-05.

Quero agradecer pelo convite para este seminário, que é mais uma boa oportunidade para refletir sobre o papel da Polícia Federal, suas obrigações, necessidades e desempenho. Como ministro da Justiça, tive oportunidade de conhecer bem de perto a instituição e atestar a eficiência e o zelo com que a Polícia Federal cumpre seu papel constitucional, de polícia judiciária da União. Uma instituição que hoje tem a confiança e o respeito da sociedade brasileira. Não é fácil a missão. Só a Amazônia Internacional tem 4,7 milhões de quilômetros quadrados para pouco mais de 10 mil homens em todo o Brasil. A Argentina tem um número quatro vezes maior de policiais, para um território muitas vezes menor e com fronteiras bem menos complicadas do que as nossas.

Como ministro, aumentamos o número de profissionais, por meio de concursos públicos; instituímos um plano de modernização da Academia Nacional de Polícia, conseguimos elevar o orçamento, construímos sedes e compramos equipamentos e instituímos projetos que intensificaram a presença da Polícia Federal na Amazônia, no combate ao tráfico de drogas.

Mas esse esforço tem que ser permanente e tem sido, porque o crime organizado hoje é transnacional, informatizado, especializado, multimilionário, multifacetado, com as tecnologias mais modernas de que se pode dispor no mercado. O tráfico de drogas, a lavagem de dinheiro, as fraudes financeiras e fiscais, o contrabando, a pirataria até mesmo da nossa biodiversidade, tudo isso é um desafio que requer atualização constante, esforço permanente, reciclagem profissional,

agilidade, eficiência, bons equipamentos, democratização das ações, bons quadros e boa remuneração. Digo isso com a responsabilidade de quem incorporou, definitivamente, gratificação eventual que a advocacia da União queria que fosse retirada. É uma verdadeira guerra, contra um inimigo poderoso que requer um esforço total.

Na reforma do Judiciário, recém-aprovada pelo Congresso Nacional, foi incluída por proposta minha, defendida com todas as forças, a federalização dos crimes contra os direitos humanos, que poderão agora ser investigados pela Polícia Federal. Por isso, a fim de democratizar a instituição, desde que era ministro, defendi e lutei pela investidura de prazo certo para o diretor-geral e para os superintendentes regionais da Polícia Federal e não aceitei critérios políticos porque depreciam a imagem da instituição. Como consegui fazer, por exemplo, com a Corregedoria Geral da instituição.

Por esse modelo, o diretor-geral seria sabatinado pelo Senado Federal, como se faz com o Procurador-Geral da República, com embaixadores, com o presidente e diretores do Banco Central. Aprovado na sabatina do Senado, o diretor teria uma espécie de mandato, com direito a apenas uma única recondução. Só poderia ser afastado por decisão judicial, má conduta disciplinar ou a pedido do próprio.

O diretor-geral bem como os superintendentes têm que ser nomeados por critérios, exclusivamente, técnicos, de competência, sem injunções de qualquer outro tipo. Não pode ser tolerada a politização, a partidária da Polícia Federal, que existe para servir à sociedade, à Nação, e não a interesses circunstanciais. Hoje, há que se ressaltar, a Polícia Federal tem um diretor-geral que está à altura das suas melhores tradições.

Só assim podemos ter uma **Polícia Federal completamente independente, que trabalhe visando apenas a eficiência**. É preciso também preservar a hierarquia e a disciplina, o rigor profissional e o respeito aos direitos humanos. Podem contar sempre comigo para aprimorar cada vez mais a instituição, que tem merecido a boa imagem de que desfruta, diante da competência que tem demonstrado. Claro que sempre haverá o que aperfeiçoar. Vamos todos lutar para que os nossos delegados, agentes e demais profissionais sigam sempre motivados e orgulhosos da missão constitucional que lhes é reservada pela Pátria.

PAPA JOÃO PAULO II

Sessão de 5-4-05.

Georg Hegel, o maior representante da filosofia clássica alemã, dizia que os fatos e personagens de grande importância histórica ocorrem sempre duas vezes. Mas neste momento, em que o mundo pára para chorar a morte de um homem, penso que será difícil que surja um outro personagem histórico com a potência geopolítica e religiosa equivalente à do Papa João Paulo II.

Chefe de uma das religiões mais difundidas do mundo – a Católica Romana –, ele empunhou a bandeira da luz num tempo de trevas, pregou a paz e o amor num tempo de guerra e egoísmo, lembrou aos homens que o Divino existe, mas que é preciso realizá-lo já, agora, resgatando a mensagem do próprio Jesus Cristo.

Quero destacar neste momento o papel decisivo de João Paulo II na disseminação do diálogo e da cooperação pelo mundo. Em um gesto histórico, admitiu a omissão da Igreja Católica no massacre de judeus pelos nazistas.

Buscou a interlocução das igrejas ortodoxas Russa e Grega, da religião judaica, do islamismo. Respeitou o materialismo dos comunistas, mas visitou Cuba, onde foi recebido pelo Presidente Fidel Castro e aclamado por uma multidão em Havana – o que parecia absolutamente impossível até o final do século XX.

Atuou de forma decisiva para espalhar a lufada de ares democráticos que varreu o leste europeu, inclusive sua Polônia natal.

Durante o seu pontificado, duplicou o número de países com relações diplomáticas com o Vaticano: de 92, há um quarto de século,

passaram para 178, número comparável aos 191 países representados na ONU.

Diante de tais e tamanhos feitos, Senhor Presidente, meus colegas senadores e senadoras, reitero que a dimensão histórica de João Paulo II dificilmente será repetida, quer de forma absoluta, quer de forma relativa.

No instante em que o mundo se prepara para a sucessão, penso que talvez seja mais apropriado falarmos num tempo ainda mais avançado, em que a religião dê os braços à ciência em questões como a pesquisa com células-tronco.

Estou certo de que, juntas, elas podem propiciar a nós, seres humanos, criados à imagem e semelhança de Deus, mais e melhores respostas aos problemas da carne e do espírito.

Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, iniciei este pronunciamento citando Hegel, mas vou terminá-lo recorrendo ao nosso Dom Hélder Câmara, inesquecível arcebispo hemérito de Olinda e Recife.

Disse ele: “*É preciso um mínimo de conforto para a prática da virtude*”.
Estou certo que **ao partir, João Paulo II deixou o mundo mais confortável para que pratiquemos a virtude.**

Muito obrigado.

A REFORMA DO VOTO

*Auditório do ILB
Brasília/DF, 13-4-05.*

É com especial satisfação que venho hoje ao Instituto Legislativo Brasileiro. O Seminário “A Reforma do Voto” – realizado em conjunto pelo ILB, Unilegis e pelo Instituto dos Advogados do Distrito Federal – é uma louvável iniciativa para aprimorarmos o exercício da política e a delegação desse poder pela sociedade brasileira.

O presente evento é uma ótima oportunidade para também ressaltar que o assunto que aqui será tratado faz parte da temática da reforma política, processo esse que, faço questão de frisar, não pode e não deve ser tratado única e exclusivamente na esfera política.

Ao contrário: deve ser assunto exaustivamente disseminado em meio à população.

Quero, neste momento, fazer uma defesa veemente da reforma política. O fortalecimento dos partidos constitui mesmo, a meu ver, o cerne das mudanças. Assim, as principais propostas hoje em tramitação no Congresso devem formar um todo coerente em busca desse objetivo.

A história do voto no Brasil é longa, centenária. Ao longo deste período, avançamos muito.

As mulheres conquistaram o direito de votar. Os descendentes de escravos também. Em 1988, a Constituição consagrou o sufrágio universal, inclusive propiciando esse direito aos jovens maiores de 16 anos – com o qual eu tive a oportunidade de contribuir como deputado constituinte. Mas temos a obrigação de avançar mais.

A partir disso, posso afirmar que hoje a sociedade brasileira delega o poder aos mandatários com nível elevado de participação popular. ***Chegou o momento do Parlamento corresponder aos avanços e adotar regras melhores para o exercício do poder.***

É hora de pôr fim à farra do troca-troca. É hora de instituímos a fidelidade partidária. Podemos fazê-lo, já! Basta uma mudança nos regimentos da Câmara e do Senado, de forma que o tamanho das bancadas eleitas seja definido como critério de divisão de poder nas duas Casas ao longo de toda a legislatura.

Tenho certeza de que, ao fazê-lo, acabaremos com estas mazelas. Enterraremos o aluguel de partidos, prática condenável, em que as siglas passam a ser vistas como albergues de conveniência para interesses não raras vezes inconfessáveis.

É hora de acabarmos com a chamada verticalização. Também devemos fazê-lo já, aprovando com urgência proposta nesse sentido. A verticalização nasceu de um conceito justo. Visa obrigar os partidos políticos a um nível máximo de coerência.

Mas tem o inconveniente de ignorar a complexidade da vida político-partidária em todo o País. Nós que andamos pelos estados, pelo interior, sabemos que uma aliança de cúpulas nem sempre pode ser reproduzida no plano local em função das peculiaridades e diferentes realidades regionais.

Talvez, num futuro próximo, com amadurecimento político e social, a verticalização possa ser resgatada.

Essas duas medidas – a fidelidade partidária e o fim da verticalização – devem valer, já. Podem vigorar nas eleições do ano que vem. E trabalharei para isso!

Como presidente do Congresso, já fiz várias reuniões com os líderes e presidentes partidários e chegamos a um acordo de procedimento para votarmos urgentemente essas duas medidas indispensáveis para restaurar a relação com o desejo do eleitor.

No médio prazo, acho que o Congresso também deve buscar outras mudanças, como a adoção de listas mistas nas eleições parlamentares e o financiamento público de campanha. Essas medidas fazem parte da reforma político-partidária, debatida e aprovada no

Senado e que tramita há dois anos na Câmara. Penso que a discussão não deve se alongar a ponto de impedir que elas estejam vigorando nas eleições municipais de 2008.

Sei que o financiamento público das campanhas eleitorais ainda causa controvérsias. Mas apóio esta idéia com tranqüilidade e convicção.

Acho que o financiamento público – exclusivamente público – devo reforçar, torna a disputa mais equilibrada entre os candidatos, diminui a nefasta influência do poder econômico e facilita a fiscalização eleitoral.

O sistema de listas consolida a mesma idéia da fidelidade partidária. Ambos reforçam o caráter dos partidos políticos como agremiações legítimas onde homens públicos com idéias convergentes se reúnem para disputar o poder e, no caso da oposição, fiscalizar o exercício do poder.

O Brasil tem muitas qualidades, mas, também, defeitos. Um dos mais graves é que nós ainda não temos o que alguns chamam de senso de urgência. Deixamos coisas muito importantes para serem resolvidas tarde demais.

Apesar de o Senado ter aprovado o início de algumas importantes reformas, uma mudança profunda e estrutural ainda está por vir. O primeiro passo para esta guinada está na reforma política – que deveria ter sido a primeira de todas as reformas.

Infelizmente, ela se diluiu na retórica fácil dos palanques e foi sendo adiada. Agora não dá mais para retardar as mudanças. No que depender de mim, elas virão. Tenho certeza de que grandes contribuições surgirão nestes dois dias de debates aqui no ILB.

Muito obrigado.

DIA DO EXÉRCITO

Sessão de 19-4-05.

Neste dia 19 de abril, em que o Brasil homenageia seu Exército, gostaria de dizer que, ao seu Exército, o Brasil deve a unidade nacional. Trata-se, pois, da essência da força da nossa Nação, desse imenso país-continente, impávido colosso. Para ter a exata noção do quanto isso representa, basta ver o contraste da América espanhola, que se fracionou em diferentes países.

O Brasil se consolidou como nação livre e independente à medida que o Exército Brasileiro também se consolidava, graças à ação do Duque de Caxias, o Pacificador, que combateu rebeliões separatistas em várias regiões e soube, ao mesmo tempo, pacificá-las, incorporá-las como províncias ao País que surgia após a Independência.

Os oficiais, ainda no tempo do império, provinham, em boa parte, de municípios do interior do Nordeste, do Rio Grande do Sul, de todas as partes do País, não apenas dos centros urbanos. O jovem oficialato do império era modernizador, defendia a educação do povo, a industrialização, a construção de ferrovias, o fim da escravidão e, aos poucos, acompanhando o anseio popular, a proclamação da República.

No século 20, nossos praças, sargentos e oficiais lutaram heroicamente contra o eixo nazi-fascista, feito que nos enche de orgulho. Nossa força terrestre, durante muitos anos, foi a única face presente do Estado brasileiro em todas as regiões do País, mesmo nas mais remotas. Nessa condição, cumpriu papel social e assistencial decisivo de defesa territorial e também na assistência médica, na construção

de estradas, no combate a endemias, na educação, muitas vezes como única perspectiva de vida para os jovens pobres de regiões distantes.

O Senado Federal, que com muita honra presido, é a Casa da Federação, do equilíbrio entre os estados que formam nosso País.

Em nome dessa instituição e dos ideais que ela representa, quero dar os parabéns ao Exército Brasileiro.

Parabéns e obrigado.

45 ANOS DE BRASÍLIA

Sessão de 20-4-05.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convido o Senador Eduardo Azeredo para compor a Mesa. (Pausa.)

Convido também para compor a Mesa o Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Exm^{os} Srs. Embaixadores, Exm^o Sr. Joaquim Roriz, Governador do Distrito Federal, Exm^{os} Srs. Secretários de Estado do Distrito Federal, Exm^{as} Sr^{as} Senadoras, Exm^{os} Srs. Senadoras, Exm^{os} Sr^{as} e Srs. Deputados, Il^{ma} Sr^a Anna Christina Barbará Kubitschek Pereira, senhoras e senhores, obstinação, quase teimosia, tem sido o traço dos líderes que marcaram a história da humanidade. Apenas os que abraçaram obstinadamente causas e projetos conseguiram movimentar povos e nações em torno de sua realização.

Obstinação, quase teimosia, é qualidade fundamental dos realizadores de grandes proezas. Esse, meus nobres pares, queridos senadores e queridas senadoras, foi o traço marcante da personalidade de Juscelino Kubitschek. O traço que o fez passar da promessa feita a um eleitor da pequena Jataí de Goiás à inauguração da grandiosa Brasília, apenas cinco anos depois.

Obstinação, quase teimosia, que nos permite, hoje, nesta sessão solene, comemorar os 45 anos de vida de nossa Capital e da grande transformação provocada na sociedade brasileira.

Obstinação, quase teimosia, senhoras e senhores, tem sido o traço dos que, como eu, querem ver Brasília, monumento à arquitetura

e ao urbanismo nacionais, marcar a história do Brasil como a Brasília cidadã, fundamento desta Nação brasileira antevista por JK.

Romanos e gregos deixaram para a história monumentos aos deuses e aos mortos. Nós, brasileiros, edificamos um monumento à vida de nosso País.

O destemor de Juscelino, a genialidade de Lúcio Costa, a estética revolucionária de Oscar Niemeyer, a bravura dos pioneiros, tudo se somou para que, no dia 21 de abril de 1960, às 9h30 min, se instalassem os três Poderes da República na nova Capital. Uma nova era se iniciava para o Brasil!

Mesmo com o rude golpe contra a democracia, em 1964, os governos que se seguiram consolidaram Brasília como o real e incontestável centro político-administrativo do País. Transformou-se, paulatina e persistentemente, na cidade viva e pujante de hoje.

Bela em sua arquitetura, Brasília acolhe, desde seus primórdios, brasileiras e brasileiros de todos os quadrantes, credos e raças. Síntese da brasilidade, nossa Capital encontra nessa miscigenação o vigor que a torna definitiva no coração do Brasil.

Cidade aberta, acessível a todos, foi imaginada sem barreiras para o povo. Poucas capitais colocam dirigentes e população tão próximos uns dos outros. Em que lugar do mundo podemos ver, a olho nu, o interior dos palácios dos três Poderes da República? Só em um País fraterno, como o Brasil; só numa metrópole cidadã, como Brasília.

As sucessivas administrações comandadas pelo Governador Joaquim Roriz têm feito de Brasília uma cidade cada vez mais moderna e dinâmica. (Palmas.)

Permanentemente preocupado com a qualidade de vida dos que aqui vivem, o Governador Roriz tem, incessantemente, melhorado a infra-estrutura urbana e renovado o equipamento comunitário ao dispor da população.

Aqui se vive bem e cada vez melhor! Qualidade de vida e liberdade cívica são os componentes do ar abençoado deste altiplano, que Dom Bosco anteviu como o espaço da Brasília de hoje.

Para tanto, senhoras e senhores, contribui a firme e positiva atuação dos ilustres parlamentares representantes do Distrito Federal no Senado e na Câmara. Deputados e senadores não medem esforços na

defesa incessante da Capital Federal. De sua ação, beneficiamo-nos todos nós que vivemos nesta cidade magnífica.

Dáí a necessidade de cumprimentar todos, abraçando este grande Líder, Senador Paulo Octávio, uma pessoa comprometida com os ideais e com a vida de Brasília. Em nome do Senador Cristovam Buarque, valoroso Senador que tão bem governou Brasília, ex-Ministro da Educação e atual presidente da nossa Comissão de Relações Exteriores, e também do Senador Valmir Amaral, diligente Senador, grande amigo nosso, também batalhador das causas de Brasília e do Distrito Federal, quero aqui saudar todos os cidadãos e cidadãs que nasceram ou vivem nesta Capital. (Palmas.)

Todavia, da mesma forma que ***ainda não terminamos a construção de Brasília, ainda não concluímos a construção democrática do Brasil.***

Muito ainda temos que concretizar, para o que, eu, como presidente do Senado e do Congresso Nacional, envidarei todos os esforços. Esse é o compromisso dos obstinados, que não esmorecerão na construção da Nação brasileira, simbolizada na magnífica Brasília que a obstinada têmpera dos brasileiros de ontem e de Juscelino legou.

A história dos próximos milênios colocará, ao lado das pirâmides dos faraós e dos templos dos gregos, a monumental Brasília dos brasileiros.

Era inicialmente o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

MEDALHA DA INCONFIDÊNCIA

Ouro Preto/MG, 21-4-05.

A História do Brasil tem passagem obrigatória por Minas Gerais, berço de heróis e mártires, onde a atividade política é feita e cultivada como arte, com cuidados e astúcias especiais.

Dentre os notáveis mineiros da história, não tenho como deixar de citar dois deles: Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, uma figura que se torna cada vez maior à medida que o tempo passa.

E Tancredo Neves, mártir e grande arquiteto da última e definitiva redemocratização do Brasil. Tiradentes foi o homem que lutou pelo seu sonho com o sacrifício da própria vida. Não tinha o jeito mineiro na ação política, era um apaixonado e um voluntarioso. Mas tinha a coragem.

Todos os registros da Inconfidência Mineira indicam que o seu projeto de independência para o Brasil vislumbrava uma república realmente democrática, livre da escravidão, muito mais avançada do que a república que inspirava alguns dos inconfidentes, a norte-americana.

Tancredo é, em si mesmo, em sua figura marcante, um painel do Brasil contemporâneo. Ele era um tipo que não surge a toda hora em um país. Um homem com a dimensão da história, do futuro, daquele tipo que não pensa nos próximos anos, mas nas próximas gerações.

Um pragmático brilhante e, ao mesmo tempo, um grande formulador. Tancredo sabia que qualquer conversa em busca de saídas políticas em favor do País não começa pelas divergências, mas pelas convergências.

Por isso, vir a Minas receber esta condecoração é revigorar a alma, é motivo de enorme orgulho e honra, é fortalecer no espírito a certeza de que o Brasil é um país que tem futuro, porque tem história.

E agora eu vejo aqui, ao meu lado, o Governador Aécio Neves, que realiza uma brilhante administração em Minas Gerais. É o legítimo herdeiro do grande e saudoso Tancredo Neves. Uma realidade do presente e a garantia de bom futuro, para Minas e para o Brasil.

Muito obrigado.

CONVÊNIO ENTRE ELETROBRÁS E CEAL

Maceió/AL-26-4-05.

Alagoas está dando hoje um salto importante no que diz respeito à questão da eficiência energética.

Graças ao interesse da Eletrobrás, aqui representada pelo presidente Silas Rondeau, e ao espírito dinâmico do governador Ronaldo Lessa, mais de 18 milhões de reais estão sendo destinados a diversas ações que vão tornar mais racional o uso da energia elétrica em nosso Estado.

Desse total, 15,4 milhões de reais serão destinados ao aumento da eficiência dos sistemas de iluminação pública de 66 municípios do Estado.

Esses recursos representam crédito que será aberto em favor da Companhia Energética de Alagoas por meio do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente, o Reluz.

Os quase 2,8 milhões de reais restantes – que serão repassados ao Estado a fundo perdido, no âmbito do Protocolo de Cooperação Técnica que está sendo assinado hoje entre a Eletrobrás e o Governo de Alagoas – destinam-se a diversas ações voltadas para o uso racional de energia, que vão envolver outros atores, além da Eletrobrás e o Governo do Estado.

Refiro-me à indispensável participação da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas e da Universidade Federal de Alagoas neste processo.

Assim, sob o manto deste Protocolo, será celebrado convênio específico com a Federação das Indústrias, destinado à capacitação de

profissionais e à implantação de medidas de redução de perdas elétricas nas indústrias do Estado.

Além disso, será assinado convênio próprio com a Universidade, que destinará recursos ao Laboratório de Eficiência Energética e Conforto Ambiental.

Também será beneficiado o Município de Água Branca, cuja prefeitura assinará convênio com a Eletrobrás para a elaboração de um Plano Municipal de Gestão Energética, de modo a racionalizar os gastos da municipalidade com energia elétrica.

Como se vê, são vários os importantes atores envolvidos nesse processo, que tem finalidade nobre: combater o desperdício de energia elétrica, permitindo uma utilização mais eficiente dos recursos naturais do nosso Estado, com evidentes e significativas repercussões no meio ambiente.

Resta-me, portanto, saudar o empenho do eminente presidente da Eletrobrás, Dr. Silas Rondeau, e do nosso Governador Ronaldo Lessa, para que esses recursos se tornassem disponíveis a partir de hoje, mediante a assinatura desse Protocolo de Cooperação Técnica. Dado este primeiro e importante passo, ***esperamos que essas ações se tornem realidade e frutifiquem o mais rápido possível.***

Muito obrigado a todos.

SUBCOMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Sessão de 26-4-05.

Ao examinar o processo de desenvolvimento das economias, o brilhante e saudoso Celso Furtado propôs a idéia de que somente há crescimento sustentado quando a expansão ocorre no País por inteiro.

É com esse espírito que damos hoje um novo salto em direção ao interior do Brasil. É com esse espírito que o Senado Federal instala a Subcomissão Permanente para Assuntos Municipais e que a TV Senado cria o informativo “Minuto do Município”.

A cidade é a célula da nação. É onde as pessoas vivem, portanto é onde o Poder Público deve se materializar para promover o bem-estar.

No Brasil, é certo que ainda há muito que aperfeiçoar em termos institucionais, mas temos uma peculiaridade que considero bastante positiva: a Constituição de 1988 descentralizou a arrecadação de impostos, elevando a parcela apropriada por estados e municípios. Portanto, a Carta Magna brasileira releva politicamente nossas cidades ao primeiro plano da Federação, algo que não acontece em outros países.

Apesar disso, os governos vêm, nos últimos anos, driblando a orientação constitucional e aumentando unilateralmente a arrecadação por intermédio das contribuições sociais. Esse expediente põe “fermento no bolo”, mas não o distribui aos estados e municípios. É uma política lamentável e geradora de desigualdades.

Uma boa forma de compensar tal distorção é patrocinarmos o aumento de 22% para 23% na parcela da arrecadação do Imposto de Renda destinada ao Fundo de Participação dos Municípios.

É justo, é bom, é legal, é urgente. Penso que devemos aproveitar o consenso e aprovar essa mudança logo, mesmo que isto implique na divisão da reforma tributária. A Subcomissão de Assuntos Municipais, que instalamos neste momento, certamente será um fórum apropriado para tratarmos desse e de outros temas relevantes às nossas cidades.

Não é a primeira vez que o Brasil volta-se para seu interior. Quando transferiu a capital da República das franjas litorâneas para o Planalto Central, o inesquecível presidente Juscelino Kubitschek procurava espalhar o desenvolvimento por todo o território.

Hoje, podemos dizer que foi bem-sucedido em seu intento. Mas é nosso dever aprofundá-lo e é isso que estamos fazendo.

O Senado Federal, Casa da Federação que é, vem nos últimos anos se dedicando aos municípios. Bom exemplo disso é o programa Interlegis, dirigido pelo Senador Efraim Morais, por uma feliz coincidência, conterrâneo de Celso Furtado, nosso maior ideólogo do desenvolvimento regional.

O Interlegis é uma associação do Senado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Ele tem por objetivo modernizar e integrar o Poder Legislativo com o auxílio da internet e de videoconferências. Por seu intermédio, vereadores e funcionários das câmaras municipais recebem treinamentos e trocam informações sobre os temas em discussão nas cidades País afora.

Para se ter uma idéia da grandiosidade desse programa, gostaria de fornecer algumas informações. Das 5.560 câmaras de vereadores existentes no Brasil, o Interlegis firmou convênio com 3.744 delas. Dentre as que aderiram ao programa, 2.948 já receberam um microcomputador e uma impressora a *laser* para participar do treinamento virtual.

Até julho, elevaremos este número para 3.100 municípios equipados. Todos estão sendo munidos de informações que os possibilitam melhorar tópicos como a elaboração do orçamento público, os princípios da responsabilidade fiscal e a fixação de metas de qualidade na prestação do serviço público.

Estamos, efetivamente, inserindo os pequenos municípios do interior do Brasil na era do conhecimento. A

TV Senado, por si só um caso de sucesso na disseminação de informações, ajudará ainda mais nesse trabalho.

O programa “Minuto do Município”, que entrará nos intervalos da programação várias vezes por dia, tratará exclusivamente da temática municipalista. Levará esta perspectiva a um público diferenciado, formador de opinião e, conseqüentemente, irradiador de entusiasmo em defesa das nossas cidades.

Não posso deixar de citar neste momento o lançamento do DVD titulado “Processo Legislativo”. Ele foi concebido em linguagem didática, com o intuito de servir como um curso para que todos, inclusive e, sobretudo, nossos prefeitos, vereadores e funcionários públicos municipais, conheçam em pormenores como funciona o Senado Federal.

Ao expor nosso âmago institucional, penso que nós, senadores, estamos nos colocando num patamar de máxima colaboração com os administradores públicos em todos os níveis da Federação.

Minhas senhoras, meus senhores, não quero me alongar além do necessário. O Senado Federal inicia hoje mais uma marcha ao interior do Brasil. Mais uma marcha para engrossar o sangue de nosso País, para desenvolver as cidades, grandes e pequenas, urbanas e rurais, no litoral ou no interior.

Este é um caminho seguro para chegarmos ao lugar a que toda nação independente almeja: ser reconhecida como um país desenvolvido. Não tenho dúvida de que chegaremos lá brevemente.

Muito obrigado.

LANÇAMENTO DO LIVRO *DR. ROBERTO*

Sessão de 26-4-05.

Enquanto, para o comum dos mortais, o ato de viver quase nunca ultrapassa a rotina dos dias, na qual se intercalam bons e maus momentos, para outros – bem poucos, é verdade – viver é fazer história.

É gente para quem desafios existem para serem vencidos, a quem jamais falta coragem e que, ao cabo da jornada, pode olhar para trás com a serenidade e com a certeza de que faria tudo outra vez.

É dessa substância que se faz alguém como Roberto Marinho.

O homem que homenageamos neste momento, com o lançamento de um livro cuja autoria reuniu algumas das mais lúcidas expressões da inteligência brasileira, foi personagem central da História brasileira ao longo de quase todo o século XX.

Ainda muito jovem, foi empurrado pelo destino para conduzir uma das mais fecundas experiências jornalísticas deste País.

A repentina morte de seu pai, que mal acabara de colocar nas ruas o primeiro exemplar de *O Globo*, exigiu de Roberto Marinho talvez a primeira resposta categórica ante o desafio inesperado e difícil: não permitir que o esforço de Irineu Marinho se perdesse e, com ele, o sonho de dotar o Brasil de uma imprensa moderna, arrojada, competente e independente.

Naquele longínquo 1925 tinha início a saga de Roberto Marinho. Em pouco tempo, *O Globo* despontava como jornal de referência, de conteúdo denso, comprometido com a modernização do País.

Em meio à acirrada competição, ganhava leitores e consolidava a credibilidade que jamais deixou de ostentar.

A seguir, veio o rádio. Como poucos, Roberto Marinho intuiu o inestimável valor desse meio de comunicação, a desempenhar um papel insubstituível na sociedade de massas que o século XX produziu.

Hoje, a Rádio Globo lidera, a partir do Rio de Janeiro, o extraordinário Sistema Globo de Rádio.

Com suas emissoras de ondas médias, curtas e frequência modulada, ele representa o que de mais moderno, dinâmico e atual a radiofonia brasileira possui, em nada devendo a qualquer outro país.

Feliz coincidência aproxima o lançamento desta obra à passagem dos quarenta anos da Rede Globo de Televisão. No decurso destas quatro décadas, não apenas a criatividade e a competência dos brasileiros se sobressaem – algo que, de resto, é reconhecido mundialmente –, mas aflora, uma vez mais, o espírito empreendedor de Roberto Marinho.

À frente de todos, ***ele compreendeu haver chegado o momento de o Brasil completar seu processo de efetiva integração.***

Para isso, criou uma televisão voltada para o futuro, assentada na mais avançada tecnologia e sustentada pelo padrão de qualidade que se transformou em sua marca registrada, um padrão de qualidade que se pode dizer genuinamente brasileiro.

É possível afirmar que um dos segredos do sucesso de Roberto Marinho era a paixão que orientava suas convicções, suas escolhas e suas atitudes.

Ao dizer isto, quero homenagear dona Lily Marinho, que esteve aqui conosco, recentemente, no lançamento do livro *Roberto & Lily*.

Por tudo isso, Senhoras e Senhores, reverenciar Roberto Marinho é preciso. Celebrar sua memória e destacar seus feitos é o que devemos fazer sempre, não apenas por ser de justiça, mas também por nos lembrar a tarefa grandiosa que temos pela frente: o aprofundamento da democracia, a consolidação da cidadania, a universalização das oportunidades de acesso à educação, à cultura e ao trabalho.

Enfim, a construção do Brasil moderno, justo e fraterno que é sintetizado na obra de Roberto Marinho.

Muito obrigado.

PATRONO DA ARQUITETURA BRASILEIRA: OSCAR NIEMEYER

Sessão de 28-4-05.

Minhas senhoras, meus senhores, é com muita honra que assino neste momento a mensagem que encaminha ao Presidente da República os autógrafos para sanção do projeto apresentado com muita propriedade e sabedoria pela ilustre Deputada Luiza Erundina, que agracia o arquiteto Oscar Niemeyer com o título de Patrono da Arquitetura Brasileira.

Niemeyer é uma espécie de alma gêmea de Juscelino Kubitschek, o que por si só já quer dizer muita coisa. No passado, ambos se irmanaram pela ousadia, pelo entendimento de que o Brasil era um país a ser escrito, inaugurado, uma página em branco.

“Na Europa, tudo já foi feito. No Brasil, tudo está para ser feito”, era como pensavam.

Hoje, Niemeyer e Juscelino se emparelham na grandiosidade de sua obra, ambas sintetizadas de forma monumental na própria Capital da República, Brasília, erguida sobre a obstinação irresistível de um, e sobre a genialidade criativa de outro.

Desde o início de sua carreira, Oscar não gostava das linhas retas, dos prédios convencionais. Sonhava já com as formas curvilíneas, sensuais, capazes de despertar emoções diferentes nos observadores.

Foi com este espírito que projetou Brasília, o complexo da Pampulha, em Belo Horizonte, a sede da Organização das Nações Uni-

das, em Nova York – em que trabalhou junto com o suíço Le Corbusier, outro gênio da arquitetura.

São também marcadas pela sinuosidade sobre concreto o projeto do Memorial da América Latina, em São Paulo, o fantástico Museu de Arte Contemporânea de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, o Sambódromo, também no Rio, que fez sob encomenda dos amigos Darcy Ribeiro e Leonel Brizola.

Atendeu encomendas dos Governos da Alemanha, da Argélia e da França. Mereceu uma exposição exclusiva em 1964 no Museu do Louvre, em Paris, a primeira que o museu dedicou a um arquiteto.

É o autor do projeto de “La Defense” e da sede do Partido Comunista Francês, em Paris; de anexos da Universidade de Oxford, na Inglaterra, e da reurbanização do Algarve, em Portugal.

Ao emergir para o mundo, Niemeyer foi criticado porque propunha um estilo de curvas sinuosas, era acusado de retornar ao estilo barroco, de que era um exagerado, de que suas formas externas, baseadas no concreto armado em ângulos incomuns, eram pouco funcionais.

O tempo passou e felizmente mostrou que Oscar estava certo. ***Que sua arquitetura deixara o campo eminentemente técnico para se abrigar no mais alto patamar de arte.***

Niemeyer, sem dúvida, é um dos mais ilustres brasileiros desde sempre. É, portanto, com enorme justiça que lhe agradecemos com o título de Patrono da Arquitetura Brasileira.

Muito obrigado.

40 ANOS DA REDE GLOBO

Sessão de 3-5-05.

Por uma feliz coincidência, realizamos esta sessão solene no dia 3 de maio, o Dia do Parlamento. O nosso Congresso Nacional remonta à ocasião da independência, ou seja, nasceu junto com a Nação. Desde então, atravessou todos os fatos históricos cumprindo à risca seu papel precípua de guardião da liberdade e da vontade do nosso povo brasileiro. Parabéns ao Parlamento brasileiro pelo seu dia.

Minhas senhoras e meus senhores, a TV Globo completa 40 anos, exibindo em suas produções jornalísticas e artísticas a face mais moderna do Brasil.

Na era da informação e da tecnologia, destaca-se como modelo de Brasil de Primeiro Mundo, de empresa saudável – uma emissora reconhecida no mundo inteiro pela qualidade técnica e pela competência.

Recentemente, em visita ao Brasil, o escritor moçambicano José Eduardo Agualusa disse que o português falado em Portugal tem sofrido grandes mudanças por influência da TV Globo.

Houve períodos em que 12 novelas brasileiras, produzidas pela Rede Globo, eram exibidas simultaneamente em Portugal.

Até mesmo na Rússia e na China, países sem nenhum traço cultural em comum com o Brasil, as produções da Rede Globo são consumidas com o maior interesse.

A Globo conseguiu criar uma linguagem própria, um estilo inconfundível, um estilo brasileiro!

Em sua robusta produção, destacam-se as minisséries, que em alguns momentos transcendem a condição de cultura popular e atingem o patamar de obra de arte.

Foi assim desde a primeira delas – “Lampião e Maria Bonita”, exibida em 1982, premiada com a medalha de ouro do Festival de Cinema e TV de Nova York.

Posso citar também as fantásticas “O Tempo e o Vento”, “Agosto”, “Memorial de Maria Moura”, “O Pagador de Promessas”, “Grande Sertão: Veredas”, “Os Maias”, “O Auto da Compadecida”, entre tantas outras, até a recente e belíssima “Hoje é Dia de Maria”. Até hoje foram 58 dessas produções, verdadeiras jóias da teledramaturgia.

Tivemos também os festivais de música, os “Casos Especiais”, “Os Casos Verdade”, “Malu Mulher”, de 1979, que trouxe avanços no papel da mulher na sociedade brasileira.

Nós, telespectadores, fomos brindados ainda com poesia na TV, com obras de gênios como João Cabral de Mello Neto e Vinícius de Moraes.

Foi o caso da primorosa adaptação de “Morte e Vida Severina”, de 1982, agraciada com o prêmio Emmy, o mais importante dedicado à televisão nos Estados Unidos. Ou mesmo com o musical infantil “A Arca de Noé”, de 1981, também vencedor do Emmy.

A adaptação dos textos dos grandes escritores foi realizada de forma magnífica; uma contribuição notável à cultura e um grande estímulo à leitura para todos os brasileiros.

A prova disso é que a maioria dessas obras literárias foi relançada com sucesso depois das minisséries.

A obra de Jorge Amado certamente foi revisitada por milhares de brasileiros depois das adaptações de seus romances para a televisão, como aconteceu com “Gabriela”, “Tenda dos Milagres”, “Terras do Sem Fim” e “Tieta do Agreste”. Quem já tinha lido, foi reler. Quem não havia lido, comprou o livro.

Quando mencionamos a TV Globo, nos lembramos da excelência de seu jornalismo, à altura das grandes redes do mundo.

Desta verdade, nós parlamentares e membros do Executivo somos testemunhas aqui em Brasília, graças ao contato diário que mantemos com jornalistas.

Para milhões de brasileiros, nas cidades e vilas mais remotas do Brasil, a TV Globo é, em muitos casos, a única fonte de informação sobre o que acontece no resto do País, juntamente com “A Voz do Brasil”. Posso dizer que **a Rede Globo é um dos principais fatores da integração nacional.**

As Organizações Globo e Roberto Marinho sempre representaram, na verdade, a inovação, a busca da excelência técnica e empresarial, e a qualidade.

Tudo isso graças à visão do saudoso jornalista ao longo da história, desde que herdou o jornal do pai, o jornalista Irineu Marinho.

Apesar do poder de sua Rede e de suas excelentes relações em todas as áreas, Roberto Marinho nunca se interessou por cargos públicos. Sua obstinação era o ofício de jornalista, que exerceu com enormes paixão e talento.

O compromisso de Roberto Marinho com a notícia foi de tal modo bem-sucedido que nenhum jornal do País fecha sua edição antes que seus editores acompanhem o “Jornal Nacional”.

É por isso que a Rede Globo chega aos 40 anos em pleno vigor, sempre inovando, mais sólida do que nunca.

Parabéns a todos que fizeram e fazem da TV Globo um padrão brasileiro de excelência mundial.

Muito obrigado.

DIA DO PARLAMENTO – 3 DE MAIO

Sessão de 3-5-05.

Iniciamos nossos trabalhos neste plenário hoje, dia 3 de maio, em meio às comemorações do Dia do Parlamento. É o trigésimo ano em que o Brasil celebra a data, instituída para homenagear o nascimento da vida parlamentar em nosso País, ocorrido em 1823.

Neste já distante ano, Dom Pedro I convocava a primeira Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Brasil. Brotava ali a Nação. Brotava ali, junto com ela, o Parlamento.

As palavras são o nosso principal instrumento de atuação, mas não o meio mais eficaz de ação dos Parlamentos, etimologicamente, “o local onde se fala”.

A história da representação parlamentar brasileira evolui junto com a história do Brasil como país independente.

Nós, congressistas, discutimos e participamos da vida pública no Império, no alvorecer da República, na primeira fase dela, conhecida como República Velha.

Estávamos aqui, no plenário do Senado, quando o poder foi exercido da província para o centro, na época dos governadores, na mudança dessa estrutura marcada pelo tenentismo, no Estado Novo.

Calamo-nos por um breve período sob a força das baionetas, no período militar, mas logo voltamos a abrigar o rumor surdo da sociedade em prol da liberdade.

Resgatamos uma dívida com o passado ao reativarmos a democracia na Nova República. Quitamos débitos com o presente, ao reestabilizarmos a economia, e já se vão onze anos desde então.

Agora, **chega a hora de prepararmos o País para o futuro, para o desenvolvimento, para a justiça social, para o equilíbrio regional.**

Uma feliz coincidência marca este dia 3 de maio.

Pois também hoje o Senado Federal, atendendo a um feliz requerimento do ilustre Senador Tião Viana, primeiro Vice-Presidente desta Casa, instala uma comissão especial para estudar mudanças em seu regimento interno.

Vamos aperfeiçoar o funcionamento do Senado, tornando mais claro e transparente o trâmite das matérias, dando celeridade ao processo legislativo, facilitando a atuação dos senadores e democratizando a participação das minorias.

Eis um trabalho de grande envergadura pelo futuro do nosso País. Ao mudar o Regimento Interno do Senado, podemos tocar em pontos sensíveis e estratégicos da vida nacional, como a fidelidade partidária – que se tornou um bem de enorme valor na atual conjuntura – e o rito das medidas provisórias emanadas do Poder Executivo.

Estamos, pois, a bordo de uma instituição que orgulha a nação pelo seu passado, que luta pela Nação no presente, e que certamente será uma das glórias da Nação no futuro.

Parabéns ao Parlamento brasileiro e a nós que, com muita honra, o integramos atualmente.

Muito obrigado.

BUSCANDO JUSTIÇA

4-5-05.

É com grande honra que me dirijo a este auditório, em meio à reunião da Corte Especial do Egrégio Superior Tribunal de Justiça de nosso País.

Do alto de sua admirável cultura jurídica, que nos legou o próprio sistema legal que nos serve atualmente, os romanos diziam: *“faça-se justiça, ainda que o mundo pereça”*.

O provimento jurisdicional parece-me o ponto fundamental dos valores republicanos e democráticos, uma vez que a democracia, ao contrário do que pensam alguns, não é um fim em si, mas apenas um meio – o mais eficaz meio, reforço – de viabilização dos mais legítimos anseios da sociedade.

A Corte Especial é o órgão máximo do Superior Tribunal de Justiça, é o palco onde, dentre outras questões importantes, são julgadas as autoridades estaduais.

Nesse ponto de suas dignas atribuições, no zelo pelo equilíbrio da Federação, ela se irmana ao Senado Federal, instituição que com muita honra presido.

Por isso, faço questão de cumprimentar meu dileto amigo, ministro Edson Vidigal, Presidente deste Tribunal e também de sua Corte Especial. E, cumprimentando-o, estendo-me aos 20 demais membros da Corte, parceiros nos mais elevados interesses federativos e republicanos.

A exemplo do Poder Judiciário, o Poder Legislativo tem trabalhado em sintonia com os anseios do cidadão brasileiro, de aprimorar uma legislação mais moderna, um ordenamento jurídico a cada dia mais democrático e incluyente.

Assim, resgataremos ao Estado seu verdadeiro espírito, de proteger os mais fracos contra a tirania dos mais fortes, de preservar a liberdade de todos e de cada um.

Nesse sentido, precisamos urgentemente mudar o rito por que tramitam as medidas provisórias. Como está, ele causa uma inusitada e condenável “abstinência legislativa” nas Casas do Congresso, paralisando os trabalhos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O Poder Executivo acaba legislando em excesso por via atípica, atropelando inclusive o pressuposto constitucional de urgência e relevância.

O Congresso, senhoras e senhores, tem dado mostras de que sempre defenderá os interesses do cidadão, como no caso recente do aumento de impostos perpetrado por medida provisória.

A sociedade repudiou tal expediente. E o Parlamento que a representa pôs o interesse do País à frente do interesse exclusivo do Governo.

Ao combater o excesso de medidas provisórias no Congresso e ao defender um novo rito para elas, fomos justos e patriotas, porque a divisão das funções estatais reserva ao Legislativo – e a ele, unicamente – a atividade de legislar.

Justo e patriota tem sido o STJ, na sua permanente busca pela celeridade e pela pronta resposta nas ações em que é instado a se pronunciar.

Minhas senhoras e meus senhores, termino este pronunciamento reiterando que a tarefa que, a nós, membros do Judiciário e do Legislativo, nos incumbe cumprir é de máxima relevância para um País com fome de justiça.

Uma Justiça – como este Superior Tribunal de Justiça quer – que ilumine grotões com sua luz intensa, aclarando o breu infeliz dos que sofrem e que clamam nas esquinas, nas periferias, nas favelas e no campo.

Uma Justiça, enfim, que faça nascer o sol radiante, iluminando o que Ulysses Guimarães denominou “a noite dos desgraçados”, em seu emocionante discurso de promulgação da vigente Carta Magna.

Eis o que de melhor e mais profundo podemos desejar ao Brasil e ao Superior Tribunal de Justiça nesta data.

Venho aqui para dizer que certamente, trabalhando juntos, irmanando propósitos, esforços, vamos alcançar esse objetivo.

Muito obrigado, Presidente Vidigal.

Obrigado, senhores ministros.

Contem comigo.

INSTALAÇÃO DA CPMI DA IMIGRAÇÃO

Sessão de 5-5-05.

Uma das piores dores existenciais do ser humano é o exílio forçado, seja por razões políticas, seja por não ter o exilado condições de sobreviver em sua própria terra por falta de trabalho. O exilado político ainda tem o consolo de ostentar a dignidade de uma posição política e de pagar por ela, em nome da pátria e de um ideal.

O exilado que abandona seu país e sai pelo mundo em busca de uma vida mais digna, atrás da sobrevivência, ao contrário, é obrigado a abrir mão da própria dignidade de cidadão e de ser humano. Vai sempre ser humilhado.

Por isso, um dos crimes mais indignos, mais hediondos, mais cruéis é o agenciamento de seres humanos para trabalho em outro país, com falsas promessas, mediante fraude, aliciamento, falsificação, violência, oferta de passaportes e documentos falsos, aproveitando-se do desespero e da ingenuidade de gente humilde.

É um crime que se assemelha ao tráfico negreiro, de escravos. Até mesmo a denominação dada a esses criminosos é hedionda: coioetes, nos Estados Unidos, zangões em algumas partes do Brasil.

Pobre do país que não consegue oferecer condições de vida e de trabalho a seus cidadãos, e que os leva a tentar a sorte em uma terra estranha, sofrendo toda sorte de riscos, de violências, burlando a lei, agindo na clandestinidade, na ilegalidade, inebriados por ilusões vendidas por criminosos.

Há anos temos lido sobre a tragédia dos dekasseguis no Japão, os brasileiros descendentes de japoneses que fazem o caminho oposto

ao de seus pais ou avós, e vão em busca da sobrevivência ou da riqueza do outro lado do mundo.

São considerados lá cidadãos de terceira classe, nunca são assimilados e sofrem humilhações, indiferença e até violência, embora muitos consigam até mesmo enviar dinheiro para os parentes no Brasil.

É doloroso e humilhante também ler sobre os chamados bra-siguaios, os brasileiros que cruzam a fronteira com o Paraguai em busca de trabalho. Agora mesmo, uma lei xenófoba do Governo pa-raguaio proíbe que estrangeiros possuam terras ao longo da fronteira guarani. Claro que a lei atinge em cheio a milhares de brasileiros, que serão desapropriados de forma violenta, com possibilidade até de deportação.

Mas o que nos ofende mais é saber que milhares de brasileiros buscam entrar clandestinamente nos Estados Unidos e na Europa, iludidos por coiotes, que oferecem passaportes falsos, ofertas de tra-balho falsas, e ilusões de enriquecimento.

Sabemos todos a violência que sofrem, seja como trabalhadores clandestinos, semi-escravos, seja como prisioneiros, uma vez captu-rados pelas autoridades de fronteira norte-americanas. Há menos de dois anos, cerca de mil brasileiros estavam nas prisões dos Estados Unidos e, depois de uma difícil negociação diplomática, foram finalmente repatriados, humilhados, de volta à terra natal.

Atualmente, temos a informação de que mais de 600 estão presos, em condições vis, e mais 240 foram presos e aguardam vagas nos presídios norte-americanos. Mais de 70% provém de Minas Gerais.

É por isso que o Congresso Nacional instala esta Comissão Par-lamentar Mista de Inquérito, para apurar a ação ilegal dos coiotes, dos aliciadores, destes novos negreiros traficantes de seres humanos. A iniciativa do Senador Hélio Costa, do PMDB, e do Deputado João Magno, do PT, ambos de Minas Gerais, deve ser apoiada como o começo de uma luta contra esses criminosos hediondos.

O Senador Hélio Costa e o Deputado João Magno são de Mi-nas, o estado que mais tem sido vitimado pela ação dos traficantes de seres humanos, dos vendedores de ilusão.

Os líderes vão indicar os 11 senadores e os 11 deputados que participarão da CPI, que terá 180 dias para apresentar seu relatório e encaminhá-lo, por intermédio do Congresso Nacional, às autoridades competentes. É o primeiro passo.

O passo definitivo é retomar o processo de desenvolvimento do Brasil, do crescimento econômico, para que nenhum brasileiro seja mais obrigado a sair daqui em busca de oportunidades de trabalho.

Claro que sempre haverá os que vão preferir viver no exterior, por razões pessoais. É um direito de cada um. Mas temos que ter a garantia de que nem ao menos um brasileiro tenha que sair para buscar a sobrevivência, para buscar trabalho.

REUNIÃO DE CÚPULA AMÉRICA DO SUL-PAÍSES ÁRABES

Em 9-5-05.

É uma enorme honra para mim dar boas-vindas aos participantes da “Cúpula América do Sul – Países Árabes”. É com enorme satisfação que o Brasil e seus países-irmãos sul-americanos recebemos nações de uma civilização que, sem sombra de dúvida, ajudou a moldar nossa própria formação cultural.

Não é possível pensarmos a América do Sul sem a riquíssima influência do mundo árabe, seja na cultura, na culinária, na arquitetura.

No Brasil, os árabes e seus descendentes já são mais de 12 milhões de pessoas, perfeitamente integrados a nosso modo de viver.

O mundo de herança ibérica e o mundo árabe guardam entre si múltiplas afinidades. Ambas as culturas buscam alcançar o desenvolvimento com justiça social.

Ambas as regiões vêm no diálogo e na cooperação as únicas formas de resolvermos os desafios que nossas multifacetadas sociedades nos apresentam.

E é justamente em função dos objetivos comuns que podemos dizer que o intercâmbio comercial e cultural entre nossos países têm um potencial imenso ainda por ser explorado.

O intercâmbio bilateral entre o Brasil e o mundo árabe, por exemplo, obteve significativo avanço em 2004, graças ao empenho de lideranças brasileiras e árabes, que sabem que muito não se faz por puro e simples desconhecimento das possibilidades.

Faltam, ainda, canais apropriados de diálogo e de conhecimento mútuo.

É nesse contexto que esta reunião de cúpula ganha importância singular. Isso porque, além das mais altas autoridades sul-americanas e árabes, contamos com a presença de empresários dos 34 países participantes do “Encontro Empresarial América do Sul – Países Árabes”.

Trata-se de uma chance inédita de buscarmos novas oportunidades de negócio, de possíveis novos produtos para troca comercial entre a América do Sul e os países árabes.

Atividades como o turismo, por exemplo, ainda largamente inexplorado entre essas duas regiões, podem não só gerar renda e emprego, mas também contribuir para o intercâmbio cultural.

Nós, sul-americanos e árabes, fazemos parte de sociedades complexas, multifacetadas e, por esta razão, riquíssimas.

Tal como o mundo árabe nos tem ensinado há milênios, **é perfeitamente possível a coexistência entre povos, culturas e etnias diferentes.**

No Brasil, vivemos a diversidade muito de perto. Afinal, sobre a herança ibérica e a contribuição americana, adicionamos cores, culturas e sabores de outras regiões da Europa, da África e da Ásia. Nossa maior riqueza advém dessa diversidade.

Em uma época em que a diferença tem sido usada para justificar toda forma de autoritarismo e de conflito armado, esta reunião de cúpula, ao fazer a aposta no diálogo e na cooperação, é bem mais que uma feliz opção política do Presidente Lula e dos demais chefes de Estado e de Governo aqui presentes. É um imperativo ético e uma demonstração inequívoca de sabedoria com as questões do Estado.

Muito obrigado.

IMPENSAS OFICIAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Em 11-5-05.

Mais uma vez, reúnem-se representantes de vários países para realizar o V Encontro das Impensas Oficiais de Língua Portuguesa, tendo como objetivo debater assuntos de interesse desses órgãos de divulgação do Poder Público.

Foi com grande satisfação que recebi o convite, na qualidade de Presidente do Congresso Nacional brasileiro, para proferir algumas palavras a tão seleta platéia.

Apenas cinco anos se passaram desde o I Encontro das Impensas Oficiais de Língua Portuguesa.

Essa reunião correu paralelamente ao 5º Congresso de Jornalismo de Língua Portuguesa, realizado de 7 a 9 de junho de 2000, no Recife, reunindo jornalistas, comunicadores e empresários dos diversos setores da comunicação (rádio, televisão, jornal, revista e internet).

E, em 2005, já estamos realizando a quinta edição do evento.

Quero destacar, neste momento, o conceito que considero fundamental para os países aqui representados e que foi aprovado no IV Encontro das Impensas Oficiais de Língua Portuguesa, realizado na cidade portuguesa de Évora nos dias 29 e 30 de abril de 2004. É ele: “A minha pátria é a língua portuguesa”.

Esse conceito resume o ideal de agregação que orienta as reuniões das impensas oficiais dos países de língua portuguesa. É um ideal a

ser perseguido até a sua realização plena. Que as fronteiras entre as nações possam dissipar-se, ampliando os laços fraternos de todos os falantes de nosso belo instrumento de comunicação.

Que, ainda, as disparidades tecnológicas e de desenvolvimento social e científico sejam atenuadas por laços de solidariedade entre os países do grupo.

Sabemos que a língua portuguesa tem importância crescente num mundo em que as comunicações unem as pessoas instantaneamente.

Essa importância é determinada pelo elevado número de falantes, estimado em mais de 200 milhões de pessoas, que se distribuem por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

A língua portuguesa se faz presente em vários continentes e é a 6ª língua mais falada no planeta.

Por isso, devemos fazer todo o esforço possível para manter a sua unidade, em que pesem algumas características regionais, que lhe dão nuances distintivas, mas sem comprometer a sua essência.

Algumas preocupações já se apresentam há algumas décadas com relação à pureza da língua e sua invasão por termos estrangeiros.

Tal fenômeno parece ser inevitável, com a facilidade de comunicação dos dias atuais e o aparecimento da internet, que acabou se disseminando, contagiando pessoas de todas as idades e aproximando cidadãos do mundo inteiro.

Quero dizer neste momento que nada pode ser considerado mais importante para a perenização da língua do que a palavra impressa. Como nos ensina o provérbio: “palavras, o vento leva”.

Todavia, estando elas escritas, até o tempo hesita em destruí-las.

Nesse sentido, a Imprensa Oficial desempenha um papel imprescindível para a sociedade democrática.

Pois ***os atos normativos que orientam a vida dos cidadãos têm sua validade conferida pela publicação nos diários oficiais.***

Além disso, é a Imprensa Oficial que serve também para tornar públicos os atos administrativos do Governo, possibilitando aos cidadãos tomarem conhecimento desses atos e dando a necessária transparência à máquina pública de seu país.

Julgo da maior relevância o fato de estarmos aqui reunidos estreitando laços fraternos de usuários do mesmo idioma para a nossa comunicação e a expressão de nossas idéias e de nossos sentimentos.
Muito obrigado.

O SENADO E A REFORMA POLÍTICA

Sessão de 12-5-05.

Mais que um dever, é um sincero prazer participar da sessão de encerramento deste Fórum. Não só por ser testemunha da enorme contribuição dada pelo Ministro Reis Veloso ao País com esta meritória iniciativa que já se tornou apreciada, aplaudida e incorporada ao calendário brasileiro. Também pela circunstância do tema de hoje ser a reforma político-partidária.

Estou pessoalmente empenhado neste assunto e concordo plenamente com a qualificação que aqui lhe foi dada: essa é “a mãe de todas as reformas”.

Com efeito, essa compreensão da reforma política é uma questão de lógica político-institucional.

A reforma deve ser considerada como base para a realização de outras reformas porque é dela que virão os pressupostos para aperfeiçoar o exercício do poder político, nas diversas instâncias em que ele se apresenta.

Um dos objetivos centrais da reforma que defendemos é a criação de condições para um relacionamento produtivo e eficaz entre os Poderes da República, especialmente entre o Executivo e o Legislativo.

De modo que o Governo possa, de fato, governar. E que o Parlamento possa, de fato, legislar. De outro lado é preciso regras estáveis em todos os níveis da atividade político-partidária para que o Brasil assegure seu merecido lugar na geopolítica mundial.

Toda reforma que seja digna desse nome tem de preocupar-se com o resgate da imagem dos representantes do povo e com a fidelidade à vontade do eleitor.

Como presidente do Senado, tenho empenhado doses diárias de energia para aglutinar as lideranças políticas em favor da reforma.

Nesse sentido, imediatamente após assumir o cargo que muito me honra, reuni os presidentes e líderes dos partidos para mobilizá-los na direção das mudanças.

Já foram várias reuniões nesses cem primeiros dias à frente do Senado Federal. Se não identificamos tantos pontos consensuais, dada a complexidade da mudança que se anuncia, já acertamos um acordo quanto ao procedimento em relação a vários temas, os quais abordarei em seguida.

O Senado Federal concluiu as últimas votações da reforma político-partidária em 2002. Portanto, há quase três anos!

As circunstâncias desde então criaram uma série de dificuldades para seu trâmite na Câmara dos Deputados. Para contorná-las, proponho algumas alternativas que detalharei em seguida.

Em primeiro lugar, depois de consultar os presidentes e líderes dos partidos, chegamos a um primeiro acordo no sentido de implantar as mudanças por etapas, algumas para valer já nas eleições do ano que vem e outras com um cronograma previsto para 2008 e 2010.

Penso que devemos realizar imediatamente duas mudanças no regulamento infraconstitucional, para que novas regras vigorem já na eleição do próximo ano.

Ambas atendem aos requisitos gerais da reforma, de dar estabilidade e consistência ao ambiente político, e geraram uma ampla convergência sobre si.

A primeira delas diz respeito à fidelidade partidária. Hoje temos um quadro absolutamente insustentável. Há uma névoa de suspeita na sociedade de que mandatos e partidos são instrumentos de negócios escusos.

A sociedade elege sua representação parlamentar com uma determinada configuração e antes mesmo de os representantes serem empossados, essa representação já é desfigurada pelas trocas de partido.

Isso significa que, mesmo que queiram, os partidos e seus ideais não servem de parâmetro eleitoral. Há aí um empobrecimento gritante da representação parlamentar.

Uma das causas para as trocas partidárias é a regra com que é feita a divisão do poder nas duas Casas Legislativas.

Como se sabe, no Parlamento, desde a indicação de relatores para projetos, os cargos na Mesa Diretora e presidência nas Comissões Temáticas, tudo é distribuído proporcionalmente ao tamanho das bancadas.

Os atuais Regimentos das duas Casas são defasados, prolixos e imprecisos. Pecam por não fixar critérios definidos para dividir o poder dentro do Congresso. Esse parâmetro básico precisa ser estabelecido pelos presidentes das Casas a cada dois anos.

Por isso, infelizmente, os períodos imediatamente anteriores às legislaturas tornam-se palco de um lastimável troca-troca de partidos, causando na sociedade a justa indignação de que existem partidos e até parlamentares de aluguel.

A solução não precisa esperar pela reforma política, que contém outras medidas reforçando a fidelidade partidária.

Desde já, podemos impingir mudanças nos Regimentos Internos da Câmara e do Senado, estabelecendo as bancadas eleitas como base para a divisão do poder por todo o período de quatro anos entre as eleições nacionais.

Aliás, é o que temos feito. Instalei na semana passada a Comissão que irá reformar o Regimento do Senado, comissão esta presidida pelo Senador Marco Maciel e que tem como relator o Senador Tião Viana.

Com a alteração do Regimento, mesmo que os parlamentares troquem de partido posteriormente, isso não influenciará a partilha dos direitos dos partidos dentro do Congresso.

Eliminaremos, portanto, uma das principais causas que levam à migração partidária. Os partidos não podem se transformar em albergues de conveniências para determinados políticos. Conveniências que, eventualmente, podem encobrir interesses inconfessáveis.

A outra ação que considero de necessidade imediata para o Brasil é o fim da verticalização.

Tenho realizado diversas reuniões com os presidentes e líderes dos partidos com representação congressual e, apesar de não conseguirmos ainda unanimidade quanto ao mérito, obtivemos consenso quanto à necessidade de tramitação de proposta que se encontra na Câmara. Ela foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça ontem.

A verticalização foi instituída na eleição de 2002, a partir de uma interpretação do Tribunal Superior Eleitoral. Ela contém princípios louváveis. Sua principal ambição é a de conduzir os partidos políticos a um nível máximo de coerência, pois os obriga a firmarem alianças iguais em todas as instâncias federativas.

Ocorre que há aí algo que alguns cientistas políticos chamam de “custo transacional”. A norma formal é descasada da realidade, isto é, das regras informais, do caldo de cultura que gera as normas de comportamento aceitas pela sociedade. Também a doutrina, por mais legítima e consistente, deve guardar uma estreita relação com a realidade. Em bom português: a verticalização virou uma camisa-de-força partidária que despreza as realidades locais.

Nós que andamos pelo interior do País, que conversamos com as lideranças nas pequenas cidades, sabemos que um pacto de cúpula nem sempre pode ser reproduzido automaticamente nos estados.

Porque, no Brasil, o arranjo político começa no plano local e a partir daí se nacionaliza.

É um dos poucos traços da Federação que ainda podemos verificar. A verticalização, portanto, caminha na contramão da cultura nacional e da própria Federação. Impõe sacrifícios brutais às peculiaridades regionais da nossa sociedade.

Isso também desequilibra a representação congressual.

Como presidente do Senado Federal, a Casa da Federação por natureza, sinto-me absolutamente confortável em defender o fim da verticalização.

Da forma como a questão vem sendo tratada, insinua-se que há trocas em torno da verticalização por causa da conjuntura política atual, dos interesses atuais do Governo ou dos partidos.

Mas não! Essa medida deve ser conseqüência da reforma como um todo, não pressuposto dela.

Talvez, no futuro, a cultura nacional mude e a verticalização passe a ser mais adequada. Por ora, trata-se de algo que se não afronta, certamente despreza a realidade brasileira.

Esses primeiros passos – incluir a fidelidade para efeito de divisão de poder no Congresso e a derrubada da verticalização – não permite inferir que os demais pontos da reforma irão dormir eternamente. Queremos, sim, incluir na reformulação legal um prazo mínimo de quatro anos para mudanças de partidos. Também iremos discutir a federação de partidos, como contrapartida à cláusula de desempenho.

A pauta, como se sabe, é extensa. Nesse debate teremos, obrigatoriamente, de nos defrontarmos com a coincidência de todos os mandatos, o que elimina o alto custo de uma eleição por biênio, a redução da duração do horário gratuito na televisão e no rádio, a igualdade nos prazos de desincompatibilização e, principalmente, a possibilidade de que suplentes de senadores também sejam escolhidos pelo voto e não pela simpatia do titular.

Como disse, além das duas mudanças mais imediatas – fidelidade e verticalização – acho que devemos planejar algumas outras para serem postas em prática nas eleições municipais de 2008. Falarei rapidamente sobre elas.

Em primeiro lugar, penso que devemos lançar mão de um sistema misto de eleição. Atualmente, a eleição proporcional é feita de forma nominal. Considero esta regra absolutamente democrática. Mas acho que ela não estimula o fortalecimento dos partidos políticos, na medida em que reforça o voto no candidato, sem levar em conta sua militância partidária.

A outra modalidade é a das listas partidárias que, dependendo do modelo adotado, podem variar.

A sistemática mais conhecida é a de listas fechadas e bloqueadas, em que o eleitor expressa seu apoio a uma lista de candidatos, sem alterar sua composição nem manifestar preferência entre eles. É o modelo adotado na Noruega, Israel, Portugal e Espanha.

Em todo caso, é o partido e não o candidato que se beneficia da decisão do eleitor. Há ainda as listas fechadas e não bloqueadas, onde o eleitor enumera suas preferências e um terceiro modelo de lista aberta onde só não são permitidas a inclusão de nomes novos.

Proponho que adotemos um sistema misto de listas. Metade das vagas seria preenchida em votação nominal, como é hoje. E metade das vagas seria preenchida com votação em listas fechadas.

Mas o que determinará o número de vagas é o número de votos que o partido tiver na lista fechada. Assim, em vez apenas do individualismo que marca as campanhas atuais, teremos o fortalecimento dos partidos.

Explico: vamos imaginar uma situação absurda de um candidato ter todos os votos de um estado na lista aberta, mas seu partido não registrar um voto sequer na lista fechada.

Assim, ele não estará eleito. Portanto, o sistema de listas estimula a campanha voltada para as idéias e bandeiras do partido, minimizando o instituto do famoso “vote em mim”.

Ao fazer isto, estaremos mantendo a virtude democrática da votação nominal. E adicionando a ela a virtude institucional do fortalecimento dos partidos, propiciada pela lista fechada.

Temos aqui um daqueles jogos em que todos saem ganhando.

Minhas senhoras e meus senhores, muito já se disse sobre o financiamento público das campanhas eleitorais. Fala-se que ele é injusto, ineficaz, que não se aplica em países pobres como o Brasil, que não é possível botar mais dinheiro no sistema político.

Reconheço tratar-se de um tema controverso, polêmico e, por isso, o abordarei com a máxima clareza.

Proponho que iniciemos a discussão pelo diagnóstico do modelo atual. Ele tem várias falhas, não vou citar todas, mas gostaria de me ater a apenas duas delas.

Em primeiro lugar, ele favorece o poder econômico e desequilibra sensivelmente a disputa.

Pois, entre outras coisas, divulga-se mais e melhor o candidato que conseguir mais dinheiro para sua campanha.

Ou seja, a probabilidade de ser eleito cresce na medida em que mais e mais recursos são angariados pelo seu comitê financeiro.

Não surpreende, nesse contexto, que as eleições brasileiras constem entre as mais caras do mundo.

Os dados disponíveis sobre gasto eleitoral, aliás, confirmam essa hipótese. O cientista político norte-americano David Samuels chegou mesmo a comprová-la.

Ele analisou, em 2002, as informações que os Tribunais Eleitorais acumularam sobre os gastos declarados pelos candidatos nas eleições de 1994 e 1998.

Os gastos declarados em nossas eleições “gerais” equivalem ao custo das eleições norte-americanas análogas, as quais ocorrem num país, como todos sabemos, com população bem superior à nossa e PIB muitas vezes superior.

As eleições no Brasil, contudo, são certamente ainda mais caras, uma vez que os gastos declarados de nossos candidatos, muitas vezes, são muito inferiores aos gastos reais.

Os especialistas estimam essa diferença entre um mínimo de duas vezes e um máximo de dez.

Assim, nossa eleição geral de 1994, cujo gasto total declarado foi de três bilhões e meio de dólares, teria custado, na verdade, alguma cifra entre sete bilhões de dólares e trinta e cinco bilhões de dólares.

A estimativa mais modesta supera em muito o gasto com a eleição norte-americana de 1996, que teria custado três bilhões de dólares. É claro que nossos candidatos só se dispõem a gastar muito porque esses gastos compensam, ou são necessários, embora nem sempre suficientes, para a vitória.

Ou seja, o sistema atual consome recursos da nossa economia. E o faz de forma crescente e exponencial. Isso sem mencionar a possibilidade das emissoras de rádio e televisão deduzirem do Imposto de Renda os custos com os horários gratuitos.

Então, relembrando, o favorecimento do poder econômico é um dos grandes problemas do atual sistema de financiamento das campanhas.

O outro grande problema a que quero me referir deriva dele e representa outra grave deformação na representação parlamentar.

Vejam só: vamos raciocinar do ponto de vista do Congresso. **Se, para ser eleito, o candidato depende do dinheiro, depende do poder econômico, ele passa a representar não só seus eleitores, mas também aqueles que o financiaram.**

Pois uns não existiriam sem os outros. É imperioso eliminar essa sombra de que há uma relação promíscua entre financiadores e financiados.

Logo, mesmo que o parlamentar não queira, o exercício de seu mandato passa a ser uma rotina de administrar pressões pelo interesse público de um lado – que prevalece sempre no caso dos homens de bem – e de interesses privados, de outro. É um campo aberto à corrupção.

De forma que o atual sistema de financiamento das campanhas políticas é ineficaz e ineficiente se observado do ponto de vista econômico, político ou moral.

Ele embute um custo terrível ao País. E o que é pior, esse custo não pode ser medido facilmente.

Já o financiamento público – exclusivamente público – devo reforçar, corrige muitas distorções.

Ele iguala os candidatos ao destinar uma quantia determinada de recursos públicos às campanhas eleitorais.

De antemão, estabelece um teto para o custo eleitoral, pois todas as despesas da campanha devem ser pagas com esse dinheiro predefinido.

Depois, ele reduz a influência do poder econômico a níveis insignificantes.

Lógico, se há um teto para os gastos, finda-se o pressuposto de “quanto mais dinheiro, mais votos”.

E mais: as campanhas não poderão ser tão díspares umas das outras, porque receberão quantias proporcionais de recursos.

Em caso de discrepância, se algum partido começar a demonstrar um volume de campanha muito maior que outro, por exemplo, a Justiça Eleitoral conseguirá fiscalizar com muito mais facilidade.

O financiamento público das campanhas é, ao contrário do modelo atual, eficiente econômica, política e moralmente.

Penso que essas mudanças pontuais podem ser feitas independentemente do texto da reforma política, que está sendo negociado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e que traz outras regras para fortalecer os partidos, para dar transparência e simplicidade ao quadro político brasileiro.

Todas essas medidas nos trariam ganhos institucionais de curto e longo prazos. Daríamos consistência à esfera pública, contribuiríamos mais com a estabilidade, com a previsibilidade e, portanto, com o crescimento e o desenvolvimento do nosso País.

Não posso deixar de tecer um comentário ligeiro sobre as cláusulas de desempenho e a federação de partidos, que foram aprovadas em reformas anteriores do nosso Código Eleitoral, mas que também estão em discussão no âmbito da reforma política.

Prometo não me alongar muito mais.

Gostaria de falar, no entanto, que a democracia é tão mais saudável e desenvolvida quanto maior é seu respeito pelas minorias. Assim, parto da premissa de que a pluralidade é fundamental quando tratamos de partidos políticos.

As chamadas cláusulas de desempenho impõem um nível mínimo de representatividade aos partidos. Isso é bom, inibe, por exemplo, as pragas das legendas de aluguel que grassam no submundo da vida pública nacional.

É recomendável, entretanto, que encontremos uma forma de proteger partidos históricos no Brasil, como o PCdoB, o PPS, o PSB, o PDT, que representam minorias organizadas e que fazem um contraponto saudável às forças hegemônicas no nosso País.

Por isso, defendo as cláusulas de desempenho desde que elas venham junto das federações partidárias.

Minhas senhoras e meus senhores, desde a primeira das reuniões com os líderes partidários que convoquei, houve consenso de que cada uma das mudanças propostas deverá ser examinada, discutida e votada separadamente, por ser o caminho mais hábil para a busca do consenso.

Aquelas que forem objeto de concordância da maioria poderão ser mais rapidamente adotadas. As demais poderão ser postergadas, mas não abandonadas, até que o consenso seja possível.

O que posso assegurar é que esse esforço persiste, terá continuidade e haverá de propiciar os avanços que a sociedade reclama. Minha disposição, como já ficou claro, é a de insistir, persistir e perseverar. Desistir, nunca.

Muito obrigado.

CONGRESSO DA ALMAGIS

Maceió/AL , 14-5-05.

É uma grande honra participar deste congresso sobre o Direito, num momento em que a Nação inteira participa de um esforço de aprimoramento institucional. Aprovamos há pouco tempo a reforma do Poder Judiciário, que teve a contribuição inestimável, fundamental e necessária dos próprios membros do Judiciário. Claro que ainda há aperfeiçoamentos por fazer, e é isso que garante ao Brasil toda essa energia e esse vigor de país em permanente construção: a consciência de que temos de melhorar cada vez mais, de que ainda não estamos prontos como Nação; e o esforço que todos fazemos para nos aperfeiçoar, para aprimorar as nossas instituições.

A Justiça no Brasil teve momentos históricos, protagonizados por grandes advogados e magistrados. Não só na defesa do Estado de direito, mas na função didática do que é a prática do Direito, na demonstração da beleza e da grandeza da Justiça em funcionamento. Mesmo diante das ditaduras e sob riscos concretos. Lembro, por exemplo, do grande advogado Sobral Pinto, em plena ditadura do Estado Novo, na defesa do Líder comunista Luís Carlos Prestes e do alemão Harry Berger.

Preso e incomunicável, em 1936, Prestes recebeu na prisão a visita do jovem advogado Sobral Pinto, indicado pela Ordem dos Advogados para defendê-lo. A conversa foi tensa. Prestes disse: “Não me interessa a sua defesa. O que pode fazer por mim um advogado identificado com as classes dominantes, um burguês? O senhor está proibido de fazer a minha defesa”. O advogado respondeu de forma

educada que, mesmo discordando de suas idéias, tinha a obrigação de lhe defender o direito de tê-las. E cumpriu a sua missão.

Durante os oito anos seguintes de ditadura do Estado Novo, Sobral Pinto, um católico e anticomunista, foi um anjo da guarda de Luís Carlos Prestes, chegando mesmo ele próprio, Sobral Pinto, a ser preso e perseguido, e sem receber um único centavo, e sendo um adversário ferrenho de tudo o que Prestes defendia. Sobral Pinto chegou a utilizar a Lei de Proteção aos Animais para a defesa do comunista alemão Harry Berger, que sofria torturas diárias, não tinha direito a cama, a banho e nem a alimentação regular.

Quando o Presidente General Ernesto Geisel encarregou o senador Petrônio Portella de estabelecer um cronograma para a abertura do regime militar, o primeiro civil a quem Petrônio buscou foi o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Raymundo Faoro. Do brilhante advogado gaúcho, o senador recebeu um roteiro que começava pelo restabelecimento do instituto do *habeas corpus*, sem o qual não haveria democracia possível e nem funcionamento pleno do Estado de direito. Como advogado, Raymundo Faoro foi uma das vozes mais respeitadas na defesa da redemocratização do País.

Quero lembrar também do emblemático julgamento do *playboy* Raul Doca Street, assassino confesso de Ângela Diniz, em Búzios, no Rio de Janeiro. O regime militar ainda exercia seu peso sobre a Nação brasileira. Doca matou a namorada por ciúmes, um crime que chocou o Brasil e que foi erguido como bandeira pelas mulheres brasileiras contra a brutalidade chamada de “legítima defesa da honra”. O assassinato inspirou até série de televisão, sob o título “Quem ama não mata”. Dois dos maiores advogados do Brasil foram escalados para o Tribunal do Júri: na acusação, Evaristo de Moraes Filho, como assistente da Promotoria. Na defesa, Evandro Lins e Silva.

O doutor Evandro foi duramente questionado pelas lideranças feministas: como ele teria coragem de defender um assassino abjeto e confesso como aquele *playboy*? O velho mestre explicou então, mais por gestos e atitudes do que por palavras, que era um dever e uma obrigação de todo advogado garantir o funcionamento da Justiça em sua plenitude. Todo acusado tem o direito de defesa. Não cabia a ele,

como advogado, julgar se o acusado era ou não culpado. A ele cabia exercer o ritual da Justiça, garantir ao réu o direito de defesa.

Naqueles idos de 1979/1980, aquele julgamento foi um exemplo notável e didático da força e da beleza do Direito. Dois mestres em ação, em um ritual que mostrou ao País que a democracia voltaria com força, e já podia ser vista no horizonte.

O Direito é uma das mais belas criações da civilização, é o oposto da barbárie, é o mais sólido e sofisticado pilar da democracia. E um dos aprimoramentos necessários ao Judiciário brasileiro é o de obter maior rapidez. Todos sabemos que há necessidade de um número maior de juízes, tanto no plano estadual como no plano federal. ***Precisamos de mais defensores públicos, de garantir o acesso à Justiça dos que não podem pagar por ela.***

Sabemos também que é preciso atualizar e aperfeiçoar os nossos Códigos, principalmente o de Processo Penal. A sociedade brasileira sofreu mudanças profundas nas últimas décadas, e o nosso Direito tem de acompanhar essas mudanças. No Congresso Nacional, vamos envidar todos os nossos esforços nessa direção. E precisamos da participação decisiva da nossa Magistratura, que deve apontar os caminhos a seguir, onde melhorar, o que aperfeiçoar, para que a Justiça não seja privilégio apenas de quem pode pagar, mas de todos os cidadãos brasileiros. E que seja uma Justiça rápida e eficiente, para que o Direito seja plenamente realizado.

23º CONGRESSO BRASILEIRO DE RADIODIFUSÃO

Em 18-5-05.

Se é verdade que estamos na era do conhecimento – e não tenho dúvida de que estamos! – este 23º Congresso Brasileiro de Radiodifusão reúne os veículos mais importantes dos nossos dias.

Importante pela velocidade com que transmitem as informações, importante pela amplitude da audiência que atingem e, no caso do Brasil, especialmente importante pela altíssima qualidade que adquiriram no papel de agentes da integração nacional.

Gostaria de saudar todos os representantes das empresas associadas à Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, citando a pessoa do ilustre José Inácio Pizani, que com muita competência preside a instituição.

O Brasil, Senhor Presidente, vem discutindo nos últimos anos como dará o próximo passo no que diz respeito à radiodifusão nesta nova era de informação instantânea e abundante. Refiro-me especificamente aos sistemas digitais de rádio e TV, que em breve se tornarão padrão no mundo e também no nosso País.

Lembro que, sob inspiração do então Ministro Miro Teixeira, meu companheiro de Congresso Nacional, nossos especialistas iniciaram pesquisas para desenvolver um padrão brasileiro de TV digital. Todos os esforços nesse sentido são louváveis, pois o Brasil é rico em talentos nessa área e não deve nunca ficar a reboque das inovações tecnológicas surgidas no mundo.

Entretanto, se por questões estratégicas e econômicas, nosso Governo decidir adotar um padrão estrangeiro – seja americano, eu-

ropeu ou japonês –, que o faça presidido pela lógica comercial, permutando tal opção por vantagens na troca de bens e serviços com o país escolhido.

Assim, poderemos importar tecnologia e exportar outras riquezas brasileiras, talvez até programação de rádio e TV.

Essa discussão vem sendo tratada com habilidade extraordinária pelo excelente Ministro das Comunicações, Eunício Oliveira. Vários grupos de trabalho estão debruçados sobre todas as alternativas, alguns deles integrados inclusive pela Abert.

Estou certo de que nossas autoridades trabalharão para dar ao Brasil um sistema que combine as doses necessárias de portabilidade e interatividade exigidas pela nova TV de alta definição. Seja este sistema nacional ou estrangeiro.

O novo padrão de rádio digital também está para ser adotado, por causa do esgotamento da tecnologia analógica. Alguns sistemas já estão em uso no exterior, transmitindo sons com qualidade de CD. Sem dúvida, o Brasil caminhará nesta direção.

No entanto, ao fazermos nossa opção, não podemos ignorar as condições econômicas da maioria da nossa população.

Porque o aparelho reproduzidor do rádio digital, sobretudo os do padrão mais difundido nos Estados Unidos, deverá custar o equivalente a 300 dólares, algo próximo a oitocentos reais no Brasil.

Definitivamente, é um valor alto para uma troca em larga escala. ***Precisamos encontrar formas de reduzir o preço antes de oferecer a nova tecnologia aos brasileiros.***

Minhas senhoras, meus senhores, as questões a serem discutidas neste Congresso são fundamentais para o nosso País.

Os veículos de comunicação vêm, no mundo inteiro, enfrentando a realidade da nova era. Nela, os consumidores estão cada vez mais exigentes quanto à qualidade, o que demanda novos custos na produção.

Ao mesmo tempo, a dinâmica dos mercados atuais vem consumindo as margens de lucro das empresas, o que, num primeiro momento, desestimula os investimentos em propaganda.

Tudo isso somado a uma torrencial oferta de informações em tempo real, providenciada pela internet.

Esses são indícios de que o modelo precisa evoluir. Estamos, pois, numa encruzilhada. Uma maior interatividade com o público, estou certo, é um caminho. Há outros, e as opções que discutiremos aqui ajudarão a escolher o rumo certo.

Os veículos de comunicação de massa – rádios e TV à frente, repito – são as pernas da sociedade moderna. Faço votos para que caminhemos rumo ao desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigado.

FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

Em 19-5-05.

É com especial satisfação que compareço à solenidade de abertura da quarta Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas.

Esta é uma oportunidade admirável de discutir temas relevantes para o nosso continente americano, como a Área de Livre Comércio das Américas, nossas dívidas externas e as políticas de combate ao terrorismo.

Desde que foi criada, em 2001, a Fipa vem se tornando protagonista do diálogo entre nações amigas, seja pelo compartilhamento de experiências, seja pela identificação de interesses comuns nas questões hemisféricas.

Foi assim na reunião inaugural de Ottawa, em 2001, e também nas plenárias realizadas nos anos seguintes, no México, Panamá e Chile.

Este evento, em Brasília, será de fundamental importância como reafirmação do papel exercido pelos nossos parlamentos no debate das políticas de cooperação internacional.

Não devemos nos esquecer que muitos desses parlamentos têm a incumbência não só de debater, mas igualmente de decidir sobre tratados internacionais e, no caso do Brasil, até de aprovar a nomeação de embaixadores.

É auspicioso constatar que esta assembléia estabeleceu como seu objetivo contribuir para a integração como instrumento decisivo para o crescimento sustentável e harmonioso da região.

Além disso, há outro **objetivo** que se entrelaça com esse primeiro: **o fortalecimento do papel do Poder Legislativo na democracia e nos direitos humanos.**

Para nós, brasileiros, a democracia adquiriu o sentido de patrimônio nacional.

Vivemos sem ela por 21 anos na segunda metade do século passado. Lutamos para restaurá-la porque sentimos na pele sua falta e pudemos nos certificar de que não há justiça sem liberdade.

Agora, vinte anos depois da redemocratização do Brasil, reforçamos nossa crença de que não há justiça social se o Estado é autoritário, se o povo não escolhe seus representantes com liberdade, regularidade e respeito aos direitos individuais de seus cidadãos.

Nossa região tem feito progressos admiráveis tanto no que tange à democracia quanto nos direitos humanos.

No que se refere ao Poder Legislativo brasileiro, que com muita honra presido, posso citar de pronto duas matérias importantes:

– o Estatuto do Desarmamento, aprovado há pouco tempo, pelo qual nossa população civil está literalmente entregando suas armas para serem destruídas pelo poder público. Ele certamente já contribuiu para a diminuição da violência urbana; e

– A reforma política ora em debate, que deverá elevar o grau de representatividade e legitimidade dos nossos parlamentares, melhorando a eficiência da democracia brasileira.

Saúdo as delegações presentes, fazendo votos de que ao final dos trabalhos tenhamos atualizado nossa agenda em prol de um continente cada vez mais integrado e voltado para o desenvolvimento comum.

Muito obrigado.

CRISE DO COCO EM ALAGOAS

Sessão de 23-5-05.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quase meio milhão de trabalhadores na extração do coco brasileiro estão ameaçados pelo desemprego. Duzentos e vinte e quatro mil produtores correm o risco da falência; mais de 300 mil hectares de coqueirais estão à beira da inviabilização.

Seguramente, é a maior crise que os produtores brasileiros de coco já enfrentaram. A maior e a mais longa, pois já dura quase um ano; a de maior dimensão e abrangência, pois já não escolhe empresa ou regiões. Todos os produtores – rigorosamente, todos – estão iguais diante do prejuízo inevitável e da falência irreversível.

Essa crise, Sr. Presidente, tem um nome: concorrência desleal. E um sobrenome: importação desenfreada.

Os produtores brasileiros vêm obtendo, nos últimos anos, sucessivos ganhos de produtividade. Nossas médias hoje são compatíveis com as melhores dos produtores mais qualificados. Alguns de nossos plantios chegam mesmo a exibir recordes mundiais de produtividade.

Nada, porém, tem sido suficiente para nos livrar da crise, porque nenhum brasileiro conseguirá suportar a concorrência de até 42% de subsídios que sustentam o preço do coco de países como Filipinas, Indonésia, Sri Lanka, Malásia e Costa do Marfim, por exemplo.

Quando, Srs. Senadores, o Brasil, pela primeira vez, levantou-se contra tais subsídios, as Filipinas protestaram. A própria Confedera-

ção da Agricultura e Pecuária do Brasil foi à OMC, que reconheceu e condenou os subsídios filipinos. A OMC permitiu o estabelecimento de salvaguardas, criando condições de igualdade para a concorrência de mercado. Mesmo dentro da rigidez de suas normas e do multilateralismo de sua atuação, a OMC estendeu a mão ao produtor brasileiro.

Quem nos deu as costas, Sr. Presidente, lamentavelmente, foi o próprio Brasil. Para proteger o produtor brasileiro contra a importação desenfreada do coco ralado subsidiado, o Brasil, respaldado pela Organização Mundial do Comércio, estabeleceu cotas de importação para esses países que comprovadamente subsidiam a sua produção.

O Brasil incluiu o coco ralado na lista de exceções do Mercosul, aplicando-lhe uma Tarifa Externa Comum de 55%. As duas medidas conjugadas, sem dúvida, estavam protegendo o produtor nacional, que, em contrapartida, Sr. Presidente, Srs. Senadores, cuidava da revitalização de 75 mil hectares de coqueirais e da renovação de outros 35 mil hectares.

Sem qualquer justificativa, sem qualquer explicação, o Brasil, em julho do ano passado, reduziu a TEC de 55% para apenas 10%. As salvaguardas foram deixadas, portanto, de lado. As conseqüências foram imediatas e absolutamente funestas. As importações superaram todas as cotas: só de dezembro a fevereiro passado, ou seja, em apenas três meses, o Brasil importou quase 400 toneladas a mais de coco ralado.

O preço despencou em até 36%...

O produto se tornou gravoso: o Brasil produz hoje coco ralado a 25 centavos a unidade, mas o produtor só recebe 20 centavos por seu produto. Quanto mais se produz, Sr. Presidente, mais se perde. É a falência anunciada.

Nenhum produtor será contra a importação, muito menos este, Senador Federal. Mas, todos, inclusive este Senado Federal, se levantam contra a concorrência desleal. Nenhum produtor está pedindo qualquer subsídio oficial, que jamais teremos internamente, mas sempre temeremos expressamente. Não se pede subsídios; ao con-

trário. Tudo que se espera é que o Brasil, em proteção aos produtores brasileiros, aplique ao menos o que a própria OMC aprovou: medida de salvaguarda, com a elevação da TEC aos patamares anteriores de 55%.

Já estou encerrando, Sr. Presidente.

Sem isso a salvaguarda se tornará instrumento tão inócuo como o foram os direitos compensatórios. Coisa para inglês ver, Sr. Presidente, ou filipino debochar. A elevação da TEC e o restabelecimento das salvaguardas, em sua plenitude, são indispensáveis. E são urgentes.

Como, do contrário, suportar a concorrência desleal de importações subsidiadas? Como, com preços gravosos, investir na revitalização e na renovação de coqueirais?

Poucos setores industriais no Brasil absorvem a mão-de-obra empregada em nossos coqueirais: quase meio milhão de trabalhadores, a maioria sem qualquer qualificação. **É o coco ou o desemprego, sem meio-termo de alternativas ou perspectivas.**

Tenho a mais viva esperança de que o Governo brasileiro reverá suas posições e reconsiderará a elevação da TEC para os 55% dos patamares anteriores. Seria trágico, absurdamente trágico, que os brasileiros tivessem que recorrer à OMC para que o próprio Brasil efetivasse as salvaguardas pedidas e aprovadas anteriormente pela Organização Mundial do Comércio.

O Brasil, Sr. Presidente, não tem escolha: ou as salvaguardas e a elevação da TEC, ou a falência em cascata. Ninguém sobreviverá, a não ser a insensibilidade dos que levarem a produção nacional de coco a esse estágio da inviabilização irreversível. O Brasil não será mais multilateral que a OMC.

Era, portanto, o que eu tinha a dizer e comunicar desta tribuna que, nessa linha, estou também enviando uma carta ao Exm^o Sr. Ministro da Indústria e Comércio para que possamos, num curto espaço de tempo, rever, proteger novamente, estabelecer salvaguarda para esse setor da economia que não é tão importante, não é tão significativo, mas, sem dúvida, um dos setores que mais emprega no Brasil.

Muito obrigado.

CRESCIMENTO NECESSÁRIO

CNC, 24-5-05.

Gostaria, antes de mais nada, de agradecer à Confederação Nacional do Comércio pelo convite e pela deferência a mim e ao Senado Federal.

Quero cumprimentar a todos, citando nosso ilustre presidente, Antônio Oliveira Santos, que muito me honra por proporcionar a oportunidade deste encontro com os dirigentes das Federações do comércio de todo o País, bem como com a Diretoria Nacional da CNC.

Temos, neste momento, uma boa oportunidade para trocar informações sobre algo que penso ser de nosso interesse comum: o crescimento da economia brasileira, seus gargalos e as melhores formas de removê-los.

O comércio representa hoje impressionantes 40% da economia brasileira. Gera um em cada cinco empregos no nosso País e liderou com folga o avanço do nosso PIB de serviços em 2003.

Como se não bastasse, aqui, no Brasil, nossas lideranças administram o sistema Sesc/Senac, um dos maiores programas de desenvolvimento social do mundo.

São benefícios oferecidos a 50 milhões de brasileiros por ano. Um colosso de eficiência e também de responsabilidade social.

Penso que a nossos comerciantes – tão bem representados nesta sala – interessa, antes de tudo, a ampliação equilibrada da dinâmica econômica, não só da produção de bens e serviços, mas de uma população com poder aquisitivo robusto e crescente para formar uma demanda estável e lucrativa. Ou, em bom portu-

guês, ao comércio interessa ter fornecedores eficientes e clientes seguros.

Para chegarmos a esse ambiente ideal de negócios, devemos lançar mão de várias ações.

Uma das mais importantes delas está sendo realizada por uma comissão mista de deputados e senadores incumbida de propor mudanças no trâmite das medidas provisórias.

Venho reunindo essa comissão regularmente para estimular o diálogo entre Governo e Oposição. O relatório final será votado na próxima semana e várias alterações estão por vir.

Ao Governo, por exemplo, será vedada a possibilidade de alterar contratos por medida provisória. Estamos dialogando para proibir também a edição de questões tributárias via medida provisória.

Teremos ainda uma solução para o grave problema do trancamento da pauta da Câmara e do Senado pelas MPs emanadas do Governo.

Esse trancamento acaba impingindo ao Parlamento um ritmo tal em que uma lei é discutida, votada e redigida de forma açodada.

Acabamos produzindo uma legislação confusa, que, uma vez dentro do ordenamento jurídico, retarda a atividade econômica, estimula controvérsias entre os agentes e entope os tribunais.

Outra questão essencial envolve os impostos. Sabemos que tanto o empresariado quanto a classe trabalhadora acham, com razão, que pagam impostos demais.

E mais, que esses **impostos são cobrados de forma confusa, desordenada e irracional.**

Sobre a carga total de tributos, penso que devemos olhar a equação pelo lado das despesas públicas. São elas que determinam a quantidade de recursos que o Estado precisa gastar para atender às demandas sociais.

É inegável que o Brasil tem uma imensa dívida a resgatar com sua população pobre. São pessoas que dependem do setor público para praticamente tudo.

Portanto, há gastos demais esperados do Governo nos três níveis da Federação, o que engessa qualquer expectativa de redução da carga tributária, ao menos no médio prazo.

Já a imensa confusão do nosso sistema de impostos é absolutamente reversível. Ela foi atacada com brilhantismo no projeto de reforma tributária ora em discussão na Câmara dos Deputados.

Essas mudanças foram concebidas pelo Governo, porém totalmente reformuladas no Senado, onde ganharam um calendário de procedimentos que a deram viabilidade Política para saírem do papel.

A maior qualidade da reforma tributária talvez esteja na simplificação total do ICMS, esse tortuoso cipoal que amarra nossa economia em mais de 40 diferentes regras e regulamentos.

A votação final da reforma tributária ainda depende de um imenso esforço de negociação entre o Governo, as lideranças na Câmara, os governadores e finalmente o empresariado.

Do meu lado, continuo empenhando os melhores esforços para viabilizar um pacto entre todos os envolvidos, no sentido de chegar a bom fim neste verdadeiro “parto”.

Não posso deixar de citar a comissão especial mista que estuda mudanças nas regras do Orçamento Geral da União como uma das ações que o Parlamento executa para simplificar o cenário de negócios no Brasil.

Esta comissão finalizará seus trabalhos na próxima semana. E trará melhorias consideráveis ao ambiente institucional, dando mais transparência, previsibilidade e racionalidade à política fiscal brasileira.

Propositadamente, deixei para o fim deste pronunciamento algo que será extraordinário para nosso País: um amplo programa de combate à burocracia.

Neste momento, um grupo de especialistas e consultores legislativos está reunido e levanta todos os nós burocráticos que atrasam a economia do Brasil.

Aqui, o ato relativamente simples de abrir uma empresa requer 60 procedimentos diferentes. Consome absurdos 180 dias!

É simplesmente inadmissível que isso ainda aconteça num tempo em que a tecnologia pôs a comunicação no ritmo do tempo real.

A Colômbia sofria do mesmo problema, atacou-o e conseguiu reduzir o prazo médio para abertura e fechamento de firmas a apenas um dia.

O levantamento da nossa equipe consultiva será entregue a um grupo de trabalho de senadores incumbido de formular soluções para todos esses problemas. A instalação do grupo de trabalho ocorrerá dentro de 15 dias.

Uma das soluções que vamos propor certamente será a adoção do número único de registro.

Tal como é feito atualmente nos Estados Unidos, nossos cidadãos terão um único registro que servirá para sua identificação civil, previdenciária, no trânsito ou em qualquer instância legal.

A lei que institui essa novidade já existe desde 1997. Precisamos apenas de regulamentação. Faremos essa regulamentação, não há dúvida. Ela facilitará a contratação de trabalhadores, a investigação de fraudes, a solução de crimes. O registro único é algo relativamente simples, porém fundamental para desburocratizar nosso País.

Junto a tudo isso, devo citar a reforma política como prioridade absoluta para dar ao Brasil a segurança jurídica e a tranqüilidade necessária para facilitar as decisões de investimento que nos levarão ao desenvolvimento.

Minhas senhoras e meus senhores, a reforma política, a que uma vez me referi como “a mãe de todas as outras”, fortalecerá os partidos políticos, dará mais transparência ao financiamento das campanhas, aperfeiçoará o processo eleitoral. Enfim, trará mais estabilidade e previsibilidade ao sistema político brasileiro.

São condições fundamentais para o desenvolvimento do nosso País, e por isso venho patrocinando reuniões com os líderes partidários no intuito de minar todas as resistências e aprovar a reforma, mesmo que o seja por partes.

Como presidente do Senado Federal, quero mais uma vez agradecer pelo convite da Confederação Nacional do Comércio e dizer a todos que o Congresso Nacional está, como sempre, aberto ao diálogo, à cooperação e a busca por saídas para melhorar o Brasil.

Muito obrigado.

INSTALAÇÃO DA CPMI DOS CORREIOS

Sessão de 25-5-05.

Até os observadores mais desatentos reconhecem que o País atravessa uma circunstância política delicada. Embora incômoda, ela é superável. Homens públicos precisam ter serenidade e ponderação. Não é, infelizmente, o que estamos verificando nos últimos dias. Há excessos e destemperos de todos os lados. Todos sabemos que radicalismos e tensionamentos não são bons conselheiros, especialmente em momentos como o atual.

Até os vocábulos, desencavados do período mais triste da História brasileira, são impróprios. Estamos muito mais próximos de uma crise institucional maquinada na retórica do que de uma crise de fato. Todas as instituições estão sólidas e funcionando normalmente, com independência. Temos, inegavelmente, desalinhos políticos, todos reversíveis. Há erros e alguns se equivocam. Mas um erro é um erro. Se multiplicados torna-se um vício, um desregramento.

Cabe aos homens públicos dar as respostas adequadas à sociedade. Todos têm ciência do que é cobrado do Congresso Nacional. É incorreto inferir que o desgaste na opinião pública seja personalizado. Respostas adequadas à população só fortalecem a instituição e nossa condição impõe uma sintonia fina com a sociedade. Vamos cumprir nosso papel com responsabilidade e isenção. Vamos continuar trabalhando e banir de nosso dia-a-dia iniciativas clientelistas, ações fisiológicas e defesas corporativistas.

Já atravessamos turbilhões piores e o País caminhou. Já houve CPI com apurações mais complexas e, nem por isso, o Brasil parou.

Pelo contrário, estamos em plena maturidade democrática e as próprias CPIs deram contribuições institucionais relevantes.

CPI é um instrumento democrático da Minoria. À Maioria cabe explicitar sua maioria, também democraticamente. Como presidente do Senado saberei respeitar a imparcialidade e zelar pela convivência democrática entre os poderes. Também como Presidente do Senado não vou paralisar nossa agenda ou permitir passivamente que ela seja poluída. Temos reformas por votar – cito a política e a tributária –, temos de alterar o rito das medidas provisórias, temos de reescrever nosso Regimento e temos de eliminar a burocracia. Enfim, temos uma agenda, que não é de governo, mas do País, e ela subsistirá.

IX CONFERÊNCIA NACIONAL DOS LEGISLATIVOS ESTADUAIS

Bahia, 27-5-05.

Antes de tudo, gostaria de cumprimentar a todos os participantes desta IX Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais e agradecer o convite, que muito me honra, para debater tema tão relevante.

Daí a necessidade de felicitar o Presidente da Unale, Deputado Leal Junior, pela excepcional idéia de incluir a reforma política entre os temas preponderantes a serem discutidos nesta conferência nacional.

Como muitos de vocês estão acompanhando, tenho me empenhado em fortalecer o debate da reforma político-partidária por acreditar plenamente que esta é “a mãe de todas as reformas”.

Com efeito, essa compreensão da reforma política é uma questão de lógica político-institucional. A reforma deve ser considerada como base para a realização de outras reformas institucionais porque é dela que virão os pressupostos para aperfeiçoar o exercício do poder político, nas diversas instâncias em que ele se apresenta.

Como presidente do Senado e do Congresso Nacional, tenho empenhado doses diárias de energia para aglutinar as lideranças partidárias em favor da reforma política. Nesse sentido, imediatamente após assumir o cargo que muito me honra, reuni os presidentes e líderes dos partidos para mobilizá-los na direção das mudanças.

Já foram várias reuniões nesses primeiros meses à frente do Senado Federal, pelo menos seis. E já identificamos muitos pontos consensuais, pelo menos entre os quatro maiores partidos. E se não

identificamos outros tantos pontos consensuais, dada a complexidade da mudança que se anuncia, já acertamos um acordo quanto ao procedimento de votação em relação a vários temas, os quais abordarei em seguida.

Como todos sabem, o Senado Federal concluiu as últimas votações da reforma político-partidária em 2002. Portanto, há quase três anos. As circunstâncias desde então criaram uma série de dificuldades para seu trâmite na Câmara dos Deputados. Para contorná-las, como já disse, tenho realizado reuniões e na próxima semana faremos outra reunião com o Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti. E para avançarmos, proponho algumas alternativas que detalharei em seguida, cujos pontos têm o consenso entre os maiores partidos e o apoio de outros partidos também.

Em primeiro lugar, depois de consultar os presidentes e líderes dos partidos, chegamos a um primeiro acordo no sentido de implantar as mudanças por etapas, algumas para valer já nas eleições do ano que vem e outras com um cronograma previsto para 2008 e 2010, mas votadas agora, pois só assim continuaríamos a superar dificuldades.

Penso que devemos realizar imediatamente duas mudanças no regulamento infraconstitucional, para que novas regras vigorem já na eleição do próximo ano.

Ambas atendem aos requisitos gerais da reforma, de dar estabilidade e consistência ao ambiente político, e geram uma ampla convergência sobre si.

A primeira delas diz respeito à fidelidade partidária. Hoje temos um quadro absolutamente insustentável. A solução não precisa esperar pela reforma política, que contém outras medidas reforçando a fidelidade partidária. Desde já, podemos impingir mudanças nos Regimentos Internos da Câmara e do Senado, estabelecendo as bancadas eleitas como base para a divisão do poder por todo o período de quatro anos entre as eleições nacionais.

Aliás, é o que temos feito. Instalei há duas semanas a Comissão que irá reformar o Regimento do Senado, comissão esta presidida pelo Senador Marco Maciel e que tem como relator o Senador Tião Viana.

Com a alteração do Regimento, mesmo que os parlamentares troquem de partido posteriormente, isso não influenciará a partilha dos direitos dos partidos dentro do Congresso, das Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais.

Também já aprovamos no Senado Federal a ampliação do prazo de filiação partidária por quatro anos. Assim, mudaríamos os Regimentos e ampliaríamos os prazos.

A outra ação que considero de necessidade imediata para o Brasil é o fim da verticalização. Tenho realizado diversas reuniões com presidentes e líderes dos partidos com representação congressional e, apesar de não conseguirmos ainda unanimidade quanto ao mérito, obtivemos consenso quanto à necessidade de tramitação de proposta que se encontra na Câmara. Ela foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça há poucos dias, como conseqüência de acordo de procedimento que realizamos para votar a emenda Bernardo Cabral já aprovada em dois turnos no Senado Federal.

Como presidente do Senado Federal, a Casa da Federação por natureza, sinto-me absolutamente confortável em defender o fim da verticalização. Da forma como a questão vem sendo tratada, insinua-se que há trocas em torno da verticalização por causa da conjuntura política atual, dos interesses atuais do Governo ou dos partidos.

Mas não! Essa medida deve ser conseqüência da reforma como um todo, não pressuposto dela. Talvez, no futuro, a cultura nacional mude e a verticalização passe a ser mais adequada. Por ora, trata-se de algo que se não afronta, certamente despreza a realidade brasileira.

A pauta, como se sabe, é extensa.

Nesse debate teremos, obrigatoriamente, de nos defrontar com a coincidência de todos os mandatos, o que elimina o alto custo de uma eleição por biênio, a redução da duração do horário gratuito na televisão e no rádio, a igualdade nos prazos de desincompatibilização, critérios para divulgação de pesquisas, *shows* milionários, os chamados “showmícios”, e, também, a possibilidade de que suplentes de senadores sejam escolhidos pelo voto e não pela simpatia do titular.

Além das três mudanças mais imediatas – fidelidade, verticali-

zação e federação de partidos – acho que devemos planejar algumas outras para serem postas em prática nas eleições municipais de 2008 com o fim das coligações proporcionais, a lista mista partidária de votação e o financiamento público de campanha. Falarei rapidamente sobre elas.

Em primeiro lugar, penso que devemos lançar mão de um sistema misto de eleição. Atualmente, a eleição proporcional é feita de forma uninominal, há quase duzentos anos. Considero esta regra absolutamente democrática. Mas acho que ela não estimula o fortalecimento dos partidos políticos, na medida em que reforça o voto no candidato, sem levar em conta sua militância partidária, sua disciplina, sua fidelidade, além de dividir os partidos.

Proponho que adotemos um sistema misto de listas. Seria uma transição do sistema nominal para o sistema misto. Metade das vagas seria preenchida em votação nominal, como é hoje. E metade das vagas seria preenchida com votação em listas fechadas.

Mas o que determinará o número de vagas é o número de votos que o partido tiver na lista fechada. Assim, em vez apenas do individualismo que marca as campanhas atuais, teremos o fortalecimento dos partidos.

Portanto, o sistema de listas estimula a campanha voltada para as idéias e bandeiras dos partidos, minimizando o instituto do famoso “vote em mim”.

Muito já se disse sobre o financiamento público das campanhas eleitorais. Fala-se que ele é injusto, ineficaz, que não se aplica em países pobres como o Brasil, que não é possível botar mais dinheiro no sistema político. Reconheço tratar-se de um tema controverso, polêmico e de difícil aplicabilidade. Se o financiamento for implementado, no entanto, isoladamente e não no bojo de uma ampla reforma política, seria o mesmo que financiar com recursos públicos o caos que está aí.

Proponho que iniciemos a discussão pelo diagnóstico do modelo atual. Ele tem várias falhas, nós todos as conhecemos razoavelmente bem, mas gostaria de me ater a algumas delas. Em primeiro lugar, **ele favorece o poder econômico e desequilibra sensivelmente a disputa, pois, entre outras distorções,**

divulga-se mais e melhor o candidato que conseguir mais dinheiro para sua campanha.

O sistema atual consome recursos da nossa economia. E o faz de forma crescente e exponencial. Isso sem mencionar que as emissoras de rádio e televisão deduzirem do Imposto de Renda os custos com os horários gratuitos. Então, lembrando, o favorecimento do poder econômico é um dos grandes problemas do atual sistema de financiamento das campanhas.

O outro grande problema a que quero me referir deriva dele e representa outra grave deformação na representação parlamentar. Vejamos só: vamos raciocinar do ponto de vista do Congresso.

Se, para ser eleito, o candidato depende do dinheiro, depende do poder econômico, ele passa a representar não só seus eleitores, mas também aqueles que o financiaram. E, pior, acaba transformando, muitas vezes, em relação promíscua, a relação entre o financiado e o financiador.

De forma que o atual sistema de financiamento das campanhas políticas é ineficaz e ineficiente se observado do ponto de vista econômico, político ou moral. Ele embute um custo terrível ao País. E o que é pior, esse custo não pode ser medido facilmente.

Já o financiamento público – exclusivamente público – devo reforçar, corrige muitas distorções.

Ele iguala os candidatos ao destinar uma quantia determinada de recursos públicos às campanhas eleitorais. De antemão, estabelece um teto para o custo eleitoral, pois todas as despesas da campanha devem ser pagas com esse dinheiro predefinido. Depois, ele reduz a influência do poder econômico a níveis insignificantes.

Não posso deixar de tecer um comentário ligeiro sobre as cláusulas de desempenho e a federação de partidos, que citei como uma das três mudanças para já, para a próxima eleição, que foram aprovadas em reformas anteriores do nosso Código Eleitoral, aliás, lógico, que vamos reformar agora, mas que também estão em discussão no âmbito da reforma política.

As chamadas cláusulas de desempenho impõem um nível mínimo de representatividade aos partidos, um mínimo de 5% em nove estados. Isso é bom, inibe, por exemplo, as pragas das legendas de aluguel que grassam no submundo da vida pública nacional, que co-

locaram com o troca-troca que transforma partidos em albergues de aluguel, fragilizando todos os partidos.

É recomendável, entretanto, que encontremos uma forma de proteger partidos históricos no Brasil, como o PCdoB, o PPS, o PSB, o PDT, que representam minorias organizadas e que fazem um contraponto saudável às forças hegemônicas no nosso País. Por isso, defendo as cláusulas de desempenho desde que elas venham junto das federações partidárias, que seriam uma espécie de embrião de um novo partido... já que a federação não funcionaria como funcionam as coligações hoje – apenas nas eleições, sem consequência nos mandatos – elas serviriam, essas federações, para todo o mandato.

Desde a primeira das reuniões com os líderes partidários que convoquei, houve consenso de que cada uma das mudanças propostas deverá ser examinada, discutida e votada separadamente, por ser o caminho mais hábil para a busca do consenso. Daí o que chamamos de reforma fatiada. Fatiada mas sistêmica, com início, meio e fim. Também dividida em temas, com prazos para implementação. Só assim superaríamos dificuldades óbvias.

Aquelas que tiverem a concordância da maioria seriam mais rapidamente adotadas. As demais poderão ser postergadas, na implantação, mas não abandonadas, até para que o consenso seja possível.

O que posso assegurar é que esse esforço persiste, terá continuidade e haverá de propiciar os avanços que a sociedade reclama de todos nós. Minha disposição, como já ficou claro, é a de insistir, persistir e perseverar. Desistir, nunca, jamais.

I SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Alagoas, 27-5-05.

Depois de saudar esta categoria sem a qual a paz e a segurança nas ruas jamais poderão ser alcançadas, gostaria de parabenizar os organizadores deste Seminário, iniciativa sem a qual não poderíamos aprofundar o debate sobre as questões que envolvem tema tão complexo quanto o da segurança pública.

Acredito, sinceramente, que a população brasileira preza e admira os agentes da lei. Desnecessário reforçar aqui a necessidade de construirmos melhores condições de trabalho para cada um dos profissionais desta área. A Polícia brasileira deve ser, sem dúvida alguma, uma das melhores do mundo porque supera dificuldades materiais e pessoais para combater a criminalidade.

Tenho tanta consciência desta realidade que gostaria de aproveitar a oportunidade deste encontro para anunciar que, assim que retornar a Brasília, vou pedir aos líderes partidários que retomem a votação de um projeto, de minha modesta autoria, que prevê a criação de subsídios habitacionais para os policiais de todos os estados.

Apresentei esta proposta há cerca de três anos no Senado Federal porque sabemos que um dos maiores problemas enfrentados pelos agentes da lei no País é a moradia. Obrigados a viver e conviver com a criminalidade, os policiais estão sempre ameaçados – ou condenados por causa dos baixos salários – a morar nas periferias das cidades

submetendo a si e a suas famílias aos perigos da violência que ronda os centros urbanos.

Por isto, quero resgatar esta proposta e dar celeridade à sua aprovação no Senado Federal para que a proposição seja, depois, encaminhada à Câmara dos Deputados.

Não poderia tratar da questão da segurança pública e de suas circunstâncias sem abordar o tema do desarmamento da população civil. No próximo dia 3 de junho, haverá a comemoração do Dia Nacional pelo Desarmamento e, neste exato momento, estaremos criando comitês estaduais e municipais para acelerar a retirada de circulação das armas de fogo no Brasil.

São essas as primeiras decisões e ações da Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas, que tive a honra de instalar no Congresso Nacional, no último dia 19 de maio. No sábado passado, cerca de 250 igrejas cristãs de todo o País abriram suas portas para receber as armas de fogo que, voluntariamente, foram entregues por seus ex-proprietários, em uma impressionante prova de consciência de que é preciso desarmar o Brasil.

A Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas é formada por 18 senadores e deputados federais de diferentes partidos e por representantes de várias organizações não-governamentais de combate à violência. São pacifistas e pessoas que perderam parentes e amigos vítimas das armas de fogo.

Um dos primeiros objetivos é defender a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do decreto que marca a data do referendo em que a população poderá decidir em favor da proibição da venda de armas e de munição em todo o território nacional para o dia 2 de outubro deste ano. A proposta já foi aprovada pelo Senado Federal.

Os últimos levantamentos junto ao Sistema Único de Saúde em todo o Brasil comprovam que, desde que a campanha pelo desarmamento começou, o número de crimes cometidos com arma de fogo foi reduzido de forma significativa em cerca de 22%.

Claro que a violência brasileira, no campo e nas cidades, tem origens diversas, como a força do crime organizado, a brutal desigualdade social e a miséria dela decorrente, a própria cultura da violência em si, entre outras causas. Mas está muito claro que **o banimento da**

arma de fogo será decisivo para uma redução drástica do número de assassinatos. Principalmente os assassinatos por motivos fúteis, cometidos em finais de semana e em discussões de trânsito. O número de assaltos a mão armada nas cidades também deverá cair, o que proporcionará mais tranqüilidade aos cidadãos.

A sociedade brasileira e as entidades sindicais dos policiais civis de todo o País não estão paradas. Até que o referendo sobre desarmamento em outubro seja aprovado pela Câmara dos Deputados, estaremos todos nos mobilizando e organizando novas atividades pelo fim das armas de fogo.

Ao contrário do que propagam os apologistas da bala, uma sociedade desarmada não é uma sociedade desprotegida. Quanto mais facilidade para se comprar um revólver, maior o grau de violência e de insegurança a que nos sujeitamos.

Para concluir, gostaria de desejar a todos os participantes deste seminário sorte e força no debate que ora se inicia. Tenho certeza que daqui sairão grandes propostas para engrandecer o País e melhorar as condições de vida e de trabalho dos profissionais de segurança pública de todo o País.

Muito obrigado.

LANÇAMENTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSORES

Em 31-5-05.

Fico especialmente lisonjeado pela oportunidade de participar do nascimento de mais uma instituição representativa de nossos veículos de comunicação.

Faço votos para que a Associação Brasileira de Radiodifusores, recém-nascida, obtenha êxito em sua missão de contribuir para o desenvolvimento de nossos meios de comunicação de massa. Estou certo de que o sucesso virá, pois a instituição é presidida por Johnny Saad, o que por si só já é garantia de dinamismo e talento.

Como Presidente do Senado Federal, coloco-me de pronto inteiramente à disposição para um diálogo aberto e produtivo sobre os assuntos de interesse do setor de telecomunicações.

Estamos no alvorecer de uma nova era, em que a tecnologia pôs a comunicação no ritmo do tempo real.

As empresas radiodifusoras, por sua velocidade e amplitude, representam o espírito e o núcleo dessa nova era.

Nós, brasileiros, vivemos um momento decisivo. Porque estamos no meio do processo de escolha da tecnologia que substituirá o esgotado padrão analógico, tanto nas transmissões de televisão como nas de rádio.

Por influência do nosso ex-Ministro das Comunicações, Deputado Miro Teixeira, o Governo brasileiro começou a estudar o desenvolvimento de um padrão nacional de TV digital.

Penso que todo esforço para incluir o Brasil entre os protagonistas da inovação tecnológica é válido.

Nossos briosos pesquisadores são talentosos e devem ser encorajados e estimulados pelo Governo para tirar o Brasil do grupo de dependentes no mercado mundial de alta tecnologia.

No entanto, há padrões digitais já maturados, disponíveis no mercado. E é plenamente possível, por razões estratégicas e econômicas, que venhamos a adotar um deles – seja o norte-americano, o europeu ou o japonês.

O Governo brasileiro, muito bem representado na área pelo competente Ministro Eunício Oliveira, vem estudando várias hipóteses.

O empresariado do setor faz parte dos diversos grupos de trabalho instituídos para tal.

Faço votos para que, se chegarmos à conclusão de que o melhor para nós é adotarmos um dos padrões de TV e rádio digitais já disponíveis, façamos uma operação comercial, isto é, troquemos a adoção do padrão, qualquer que seja ele, por vantagens no comércio com o país escolhido. Inclusive na exportação de programação televisiva e radiofônica e na importação de peças e equipamentos.

Quanto ao novo padrão de rádio digital, acho sensato que o Brasil procure um sistema que una as características de portabilidade e interatividade demandadas pelas atuais tecnologias de alta definição.

E que, ao nos decidirmos por este ou por aquele padrão, tenhamos em mente o preço dos equipamentos para o usuário final, pois não podemos patrocinar uma troca em larga escala sem nos assegurarmos de que haverá renda entre os consumidores para realizar a demanda que, esperamos, seja lucrativa para nossas empresas radiodifusoras.

O setor de comunicação vêm amargando no mundo inteiro um período de adaptação à nova era da informação.

A internet produziu uma oferta enorme de informações e tornou os consumidores cada vez mais exigentes, cada vez mais capacitados para escolher entre as diversas opções de conteúdo disponíveis no mercado.

Obviamente, esse fenômeno impôs novos custos às empresas de comunicação e tolheu parte dos lucros, pois aumentou a competição.

É um movimento saudável, não há dúvida, pois a concentração não é algo recomendável para nenhum mercado no mundo, ainda mais para o da comunicação de massa.

Portanto, busquemos uma forma de aliar boa qualidade a preço baixo, com custos racionalizados e grande interatividade com o público. Eis o nosso maior desafio neste momento.

Para isso o Congresso Nacional se põe de pronto como interlocutor preferencial do setor de comunicação na busca pelas melhores saídas para o desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigado.

LANÇAMENTO DA BÍBLIA EM BRAILE

Em 31-5-05.

Em primeiro lugar, quero agradecer em meu nome, e em nome do Senado Federal, pela doação de um exemplar da magnífica Bíblia em Braille, editada por esta admirável instituição que é a Sociedade Bíblica do Brasil.

São 38 volumes, com dois metros de altura, impressos na própria gráfica da Sociedade, em São Paulo, e que virão enriquecer ainda mais o acervo de nossa biblioteca.

É uma iniciativa inédita no mundo. Nem mesmo países com maior tradição de leitura e de conhecimento bíblico do que o nosso têm trabalho semelhante.

A criação da Imprensa Braille, da Sociedade Bíblica do Brasil, é um feito realmente impressionante, que começou em 2001 e hoje é uma realidade.

A Sociedade já tinha toda uma ação voltada para deficientes visuais, com a distribuição da bíblia em CD, em cassetes e em CD-ROM.

Com a criação da Imprensa Braille, com equipamentos importados da Noruega, tornou-se possível imprimir os 66 livros da Bíblia Sagrada em apenas três horas, com uma velocidade de impressão de mil e duzentas páginas por hora.

É um serviço social inestimável da Sociedade Bíblica do Brasil, que tem promovido seminários, exposições, debates teológicos, tem prestado assistência a escolas e hospitais.

A Sociedade está presente em mais de 200 países e atua no Brasil há 57 anos, em seis estados.

A Bíblia não é só o livro-base do cristianismo, de duas das grandes religiões da humanidade, reconhecida como livro sagrado também por judeus e muçulmanos. É também a base do pensamento ocidental, fonte de valores éticos, de conhecimentos históricos, filosóficos e religiosos, base também das imensas obras de Santo Agostinho e de São Tomás de Aquino.

A Sociedade Bíblica do Brasil já tem catalogados quase dois mil deficientes visuais que recebem gratuitamente a Bíblia em Braille, o que é um esforço gigantesco e admirável.

O Brasil tem mais de um milhão e meio de deficientes visuais que encontram toda sorte de dificuldades para estudar e encontrar um emprego digno.

O Senado Federal, em sua gráfica, já possui também um setor de produção de obras em braile, utilizando inclusive um novo *software*, o “Braille Fácil”, criado pelo professor José Antônio Santos Borges, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e produzido pelo Instituto Benjamin Constant, também do Rio.

Temos editado exemplares da Constituição do Brasil e das legislações para deficientes visuais, e temos muitos funcionários deficientes visuais recrutados por concurso público, além de oferecermos estágios em nosso setor de braile.

A Gráfica do Senado programou para o segundo semestre deste ano um curso de especialização em serviços gráficos para deficientes visuais, nas especialidades de revisão, transcrição, grafia, produção de texto e novas técnicas de impressão em braile.

O curso será permanente, com reciclagens periódicas, aberto não só para os funcionários deficientes visuais, como para pessoas da comunidade, que terão assim uma alternativa profissional.

Portanto, mais uma vez agradecemos a doação da Sociedade Bíblica do Brasil ao nosso acervo, o que vai garantir à nossa biblioteca a possibilidade de prestar mais um serviço aos cidadãos que nos procuram para estudos e consultas.

Muito obrigado.

FRENTE PARLAMENTAR MISTA BRASIL SEM ARMAS

Em 31-5-05.

É com muita satisfação que participo da primeira reunião ordinária da Frente Parlamentar Mista Brasil sem Armas. Esta Frente, suprapartidária, instalada no último dia 19, tem um desafio: ampliar a mobilização social em favor da proibição definitiva da comercialização de armas no País.

A primeira tarefa é começar a promover uma ampla mobilização nacional pelo desarmamento e em favor da aprovação do projeto de decreto legislativo que regulamenta a realização do referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição no Brasil.

Com a criação da Frente estamos dando apenas o primeiro passo de uma longa caminhada que ainda teremos de percorrer. O comitê suprapartidário nasceu aqui, mas irá – tenho absoluta certeza – se enraizar por toda a sociedade.

A partir de agora buscaremos a implantação de comitês nos estados e nos municípios. Além da esfera política, vamos procurar o engajamento dos artistas, das mulheres, dos movimentos sindicais, patronais e sociais, enfim, da sociedade organizada.

Alguns segmentos já nos procuraram e se solidarizam com essa bandeira. É o caso do MST, que esteve em Brasília e, voluntariamente, apoiou a iniciativa do desarmamento.

Somente um movimento orgânico, ecoando por todos os canais da sociedade, irá fazer frente ao inescrupuloso “lobby da

bala”, tão bem estruturado nos corredores do Congresso. Precisamos repetir à sociedade, a todo instante em que se ouve cada estampido, que pouquíssimos lucram com este comércio da violência e que milhares de pessoas sofrem por perdas irreparáveis, a cada ano.

O País, mesmo com tantos contratempos, está evoluindo, avançando. Poucas pessoas atentaram para o valor histórico do que estamos fazendo nesse projeto de desarmamento.

Mais do que a ousadia de enfrentar uma indústria poderosa, é a primeira vez que vamos ouvir a população sobre um tema que lhe afeta diretamente. Houve, é verdade, o plebiscito sobre sistema de governo, mas é a primeira vez que usaremos um referendo para a sociedade confirmar ou não um projeto aprovado pelo Congresso Nacional.

Temos, cada vez mais, de recorrer a esse expediente. Este instrumento de consulta popular é um avanço da democracia representativa, uma maneira direta de o brasileiro participar do debate sobre os grandes temas nacionais.

Não estamos vendendo nenhuma ilusão. Nesses quase três anos em que o Estatuto do Desarmamento tramitou no Congresso, deixamos claro: a iniciativa não elimina a violência, que tem outras causas endêmicas, econômicas e sociais.

Mas muda radicalmente a cultura da violência, ao prever o banimento da comercialização das armas e munições em todo o território nacional.

Em outras palavras, usando a linguagem mais popular, com o duplo sentido, a arma não é uma coisa legal. Por isto, **vamos, sim, acabar com o crime fútil, sem causa, derivado apenas da banalização das armas.**

Dados recentes revelados pela *Folha de S.Paulo* mostram que, somente em São Paulo, 60% dos crimes com armas envolviam pessoas sem antecedentes criminais.

Um dado recente do Ministério da Saúde aponta uma queda considerável no atendimento de baleados de atendimento na rede SUS desde que começou a campanha do desarmamento.

Todos esses dados se somam aos números já conhecidos e nos permitem entrar nessa briga de cabeça erguida. Estaremos fazendo o que a sociedade quer.

E o Congresso tem que fazer o que sociedade exige. Vamos fazer, sem medo de cara feia de ninguém.

Muito obrigado.

60 ANOS DE CRIAÇÃO DO TSE

Sessão de 1º-6-05.

A presente Sessão Especial destina-se a comemorar os 60 anos de criação do Tribunal Superior Eleitoral, nos termos do Requerimento nº 259, de 2005, de autoria do Exm^o Senador José Sarney e outros senadores.

A Presidência tem a honra de convidar para compor a Mesa o Exm^o Sr. Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal. (Pausa.)

Convidamos para compor a Mesa o Exm^o Sr. Ministro Carlos Velloso, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. (Pausa.)

Convidamos para compor a Mesa o Exm^o Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles. (Pausa.)

Exm^{os} Srs. Ministros; Exm^{as} Sr^{as} e Srs. Senadores; Exm^{os} convidados, é uma grande honra presidir esta sessão solene em homenagem aos 60 anos do Tribunal Superior Eleitoral, cuja sigla, TSE, é um emblema de respeitabilidade, competência e símbolo dos mais autênticos da democracia brasileira.

Responsável pela realização das nossas eleições, o Tribunal Superior Eleitoral tem sido imprescindível para que a vontade política da população se expresse nas urnas, cada vez menos assombrada pelos vícios que caracterizaram durante muitos anos o processo eleitoral brasileiro.

No dia 28 de maio de 1945, um decreto presidencial criou o Tribunal Superior Eleitoral para atuar como órgão máximo da Justiça Eleitoral. Naquela ocasião, a redemocratização do País estava dando os primeiros passos depois de oito anos de Estado Novo.

Desde então, o Tribunal Superior Eleitoral vem mantendo seu compromisso com eleições livres, buscando aplicar o Código Eleitoral para que o povo eleja seus representantes, sem entraves de qualquer natureza. Tal compromisso alcança com heroísmo até mesmo as comunidades mais longínquas, como, por exemplo, as aldeias localizadas no interior da floresta amazônica.

Atualmente, a alta Magistratura do Tribunal Superior Eleitoral é presidida pelo ilustre Ministro Carlos Velloso, a quem quero cumprimentar, homenageando a todo o Pleno do Tribunal.

O Ministro Carlos Velloso é um paladino da Justiça Eleitoral. Sua estréia nessa instância jurídica de nosso País data de 1969, quando foi nomeado Juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Em 1974, há 31 anos, portanto, S. Ex^a presidia a Comissão Apuradora das Eleições Parlamentares no Estado, ocasião em que se deu, de forma pioneira, a contagem de votos por meio de computadores.

A informatização de nossas eleições, a urna eletrônica, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um dos muitos avanços propiciados ao mundo pelo nosso sistema eleitoral nesses 60 anos.

Sinto-me especialmente orgulhoso por ter participado do esforço para introduzir os computadores na votação e na apuração dos votos das eleições brasileiras, assim como me sinto especialmente orgulhoso por ter, como deputado constituinte, em 1988, apresentado e conseguido aprovar o direito de voto aos 16 anos de idade.

Penso que essa mudança deixou nossa democracia ainda mais participativa e ainda mais consistente, pois introduziu os jovens no debate dos grandes problemas nacionais.

Não poderia deixar de me referir neste pronunciamento ao autor do requerimento para realização dessa homenagem: meu antecessor na Presidência desta Casa, o ilustre Senador José Sarney.

Presidente José Sarney, nada mais coerente do que vê-lo associado às homenagens que prestamos hoje ao Tribunal Superior Eleitoral, dado o seu histórico compromisso com a causa democrática.

Neste ano, Presidente José Sarney, completamos 20 anos da redemocratização. V. Ex^a merece, sem dúvida nenhuma, toda a nossa admiração e reconhecimento, pois foi protagonista incontestável da

reconquista da liberdade pelo nosso País.

Eu também não poderia deixar passar essa grande oportunidade sem me referir a um tema de crucial importância para o destino da política e das eleições no Brasil: a necessidade urgente de concluirmos a reforma política.

Devemos adotar regras mais justas e eficazes para o exercício do poder. E uma das formas de fazermos isso é pondo fim ao troca-troca espúrio e ao aluguel de partidos, que transformam nossas siglas em meros albergues de conveniência. Em outras palavras, temos que instituir a fidelidade partidária.

Urge igualmente acabarmos com a chamada verticalização, que nasceu com o sincero objetivo de obrigar os partidos políticos a um nível máximo de coerência, mas que acaba, na prática, incorporando o inconveniente de ignorar a complexidade da vida político-partidária em todo o País. Sabemos muito bem que uma aliança de cúpulas nem sempre pode ser reproduzida nos estados ou nos municípios. Há peculiaridades regionais e locais a se respeitar.

Gostaria também de reafirmar aqui meu compromisso com estas duas medidas – a fidelidade partidária e o fim da verticalização – para que passem a valer, se a reforma avançar, já nas próximas eleições.

No médio prazo, acho que o Congresso Nacional também deva estabelecer outras mudanças, como a adoção de listas mistas nas eleições parlamentares e, como consequência de tudo isso, o financiamento público de campanha.

São tópicos que fazem parte da reforma política, debatida e aprovada no Senado Federal, há três anos, mas que as circunstâncias paralisaram na Câmara dos Deputados.

Penso que a discussão não deve se alongar a ponto de impedir que algumas das regras já estejam vigorando nas eleições de 2008.

Gostaria de, mais uma vez, enaltecer o espírito público, o preparo e a capacidade de trabalho da Justiça Eleitoral, aqui representada pelos eminentes Ministros do Tribunal Superior Eleitoral.

Se estamos reunidos hoje, e se diariamente podem reunir-se o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas e as Câmaras de Ve-

readores com a nobre função de legislar, e se prefeitos, governadores e o Presidente da República podem dedicar-se todos os dias a executar planos para o bem-estar da Nação, é a nossa alta corte eleitoral que devemos em grande parte agradecer.

Muito obrigado e parabéns pelos 60 anos do Tribunal Superior Eleitoral.

CONVERSA COM O PRESIDENTE LULA SOBRE O MOMENTO NACIONAL

Sessão de 3-6-05.

Sr^{as} e Srs. Senadores, sem pretender interromper a lista de inscrição, eu queria fazer uma comunicação ao Senado Federal e ao País sobre um encontro que tive hoje com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Fui convidado pelo Presidente para uma conversa sobre o momento nacional e também sobre uma proposta, que defendo desde o momento da minha posse como Presidente do Congresso Nacional, uma proposta de crescimento para o País que trate da superação de entraves de toda ordem, de combate à corrupção, de redução da informalidade, enfim, de uma agenda suprapartidária de interesse do Brasil.

O Presidente concordou com a iniciativa, pediu para ajudar a dar concretude a ela e sugeriu encontros, que devermos fazer daqui para frente. Considero o encontro positivo e muito produtivo e me permito detalhar alguns pontos que levei como aquilo que seria uma agenda de interesse nacional.

No que se refere à ordem institucional, propomos a redução da insegurança jurídica. Eu disse ao Presidente que se precisava avançar mesmo nos marcos regulatórios, para criar um ambiente propício para o investimento. Citei, especificamente, a questão das medidas provisórias. Grande fator de insegurança jurídica no Brasil é a medida provisória e a possibilidade de ela veicular aumento de juros e

alteração contratual. Falei da existência, no Congresso Nacional, de uma comissão que foi designada para propor mudanças, alterações, nas medidas provisórias, comissão essa que é presidida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

Defendi a necessidade da continuidade da reforma do Judiciário, com alterações infraconstitucionais, para dar maior agilidade à Justiça; a questão da desburocratização para empresas e para os cidadãos nas suas relações com o Estado. Na verdade, cabe ao Estado facilitar a atuação do segmento produtivo e não criar barreiras ao crescimento, que é o que acaba ocorrendo hoje no Brasil.

Disse que era preciso dar um choque de gestão e sugeri ao Presidente a adoção de um modelo gerencial na Administração Pública. Defendi que cada programa de Estado passasse a ter um gerente, permitindo uma cobrança efetiva de resultados, coisa que não ocorre hoje em razão da exigüidade da execução orçamentária. **Sugeri também a redução de instâncias decisórias, a redução de cargos de livre provimento, o que vai assegurar maior profissionalização, maior efetividade e menor tempo na máquina pública.**

Defendi a necessidade de agilizarmos a votação da reforma política, com ênfase no fortalecimento dos partidos. Falei que havia um consenso entre os maiores partidos com relação ao fatiamento da reforma, que ela poderia ser feita por etapas, mas teria de ser sistêmica. Ela poderia alterar e fortalecer a fidelidade partidária, criar a federação de partidos e desvincular para a próxima eleição, desverticalizar. Propus que se deixassem para 2008 mudanças fundamentais com relação ao sistema de votação, ao sistema hoje nominal.

Sugeri, com relação à ordem tributária, algumas mudanças que objetivariam a redução da carga tributária. Lembrei que a reforma tributária que aprovamos no Senado Federal, depois de uma ampla discussão com a sociedade e de um grande engajamento de todos os partidos, continha mecanismos de redução da carga tributária que precisavam ser institucionalizados. Defendi a redução da carga tributária também por meio da racionalização do gasto público. Hoje, todos sabem que a carga tributária ultrapassou a marca dos 36% e é superior à de muitas economias desenvolvidas.

Defendi o que o Brasil todo defende, que é a redução dos juros elevados, que, além de estimularem o investimento, acabam por impactar o próprio endividamento público, criando uma contradição nesse curto espaço de tempo. Disse que não se pretendia, evidentemente, baixar juros por decreto, mas como consequência de um dever – e não de irresponsabilidade.

Sugeri, no que tange ao endividamento de estados e municípios, a correção das dívidas pelos mesmos parâmetros adotados nas operações do setor privado com o Poder Público, sob pena de inviabilizar de vez o pacto federativo. Afirmei que não há absolutamente nenhum sentido, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Tesouro Nacional continue a caracterizar-se como uma instituição financeira que obtém lucros nas operações de crédito com estados e municípios.

A título de exemplo, ***citei que mais de três mil municípios encontram-se inadimplentes com o INSS***, e, quando criamos a Subcomissão de Municípios, tivemos a oportunidade de discutir isso. Há municípios que pagam as parcelas do mês porque são descontadas do Fundo de Participação dos Municípios, mas não têm condição de pagar as parcelas anteriores, porque o número de prestações é pequeno e o orçamento do município não permite uma renegociação com os meses que estão especificados hoje na legislação. Isso cria obstáculo de toda ordem aos municípios que não recebem CLD e que têm, como consequência, dificuldades cadastrais.

Falei da necessidade, sob pena também de inviabilizarmos de vez o pacto federativo, de distribuímos as contribuições da União com estados e municípios, as chamadas contribuições sociais, sem desequilibrar as contas públicas, levando em consideração que a natureza tributária das contribuições arrecadadas pela União exigem, sem dúvida, sua distribuição com os demais entes da Federação. Sugeri que o Governo adotasse um modelo gradual para que, a cada ano, a União transfira 10% desses montantes, ainda na lógica do fortalecimento do pacto federativo.

Falei ainda da necessidade de recuperação dos créditos do setor privado. O diálogo com os devedores da União poderia criar condições para que o Estado receba hoje uma grande parte desses créditos que teoricamente estão perdidos, porque fizemos a reestruturação

dessas dívidas em dois programas, e isso, na prática, não teve um bom resultado, porque é muito difícil compatibilizar a carga do mês com o pagamento da dívida reestruturada em função dos desacertos ocorridos na nossa economia. Lembrei que isso está aumentando a informalidade. Setores importantes da nossa economia não estão conseguindo reestruturar suas dívidas com o INSS, com o Tesouro, e estão indo para a informalidade, aumentando essa triste marca, hoje, do Brasil.

Falei da necessidade do tratamento diferenciado para o pequeno negócio. Precisamos implementar o Supersimples, elevar o valor do Simples e aprovar a Lei Geral da Microempresa. Estima-se, hoje, que temos no Brasil 10 milhões de empresas na informalidade, número que tende a aumentar se não ampliarmos os valores do Supersimples e não votarmos a Lei Geral, que é uma grande reivindicação nacional.

Falei da necessidade do marco regulatório do saneamento básico. Lembrei que há dois projetos sobre saneamento básico tramitando no Congresso Nacional, um projeto do Governo que tem urgência constitucional, mas é muito detalhista e deixa pouca margem de regulação para os estados.

Lembrei da existência de um projeto cujos autores são o Senador Gerson Camata e outros senadores, que parece ser consenso entre as empresas públicas de saneamento de todo o Brasil. Isso é dramático, porque, para que o Brasil, até 2020, tenha uma cobertura integral no saneamento, seriam necessários investimentos de R\$9 bilhões por ano. Precisamos criar condições para que isso ocorra, fazendo uma regulação que o viabilize, sob pena de repetirmos com o saneamento o que ocorreu com as PPPs, que parece não vão sair do papel.

Falei da necessidade de uma política de desenvolvimento regional. Criamos no Senado uma Comissão de Desenvolvimento Regional para propor mudanças efetivas com relação a estímulos com impostos federais, a uma política industrial que inclua o Nordeste – que cresceu apenas metade do crescimento do PIB – a créditos regionalizados para essas regiões. Há necessidade de fazermos isso rapidamente.

Com relação a algumas propostas que a agenda contém para a área social, ***defendi a desoneração dos produtos da cesta***

básica, que foi aprovada no Senado Federal na proposta de reforma tributária.

O Governo já até adotou o princípio com relação a alguns impostos federais, mas foi insuficiente. O que precisamos desonerar mesmo nos produtos da cesta básica é o ICMS, porque, se o fizermos – temos estudos que demonstram as conseqüências – teremos uma elevação do poder de compra dos pequenos salários maior do que a elevação de compra que houve no início do Plano Real. Essa é uma medida que precisava rapidamente ser implementada.

Falamos de outro mecanismo que também vai elevar o poder de compra dos pequenos salários: a desoneração dos serviços industriais de utilidade pública, como esgoto, água, telefone e energia. Se se desonerar esse pagamento, se se diminuïrem para essa classe de salário menor as tarifas públicas, aumentar-se-á o poder de compra dos salários.

É necessário também o mapeamento das áreas de risco social – desemprego, prostituição, trabalho escravo – áreas que têm a criminalidade acima da média nacional, para que o Governo defina uma política pública. Disse que estamos mudando o Orçamento da União para que seja efetivamente um instrumento de política pública, o que hoje não ocorre no Brasil, pelo seu caráter que é facultativo apenas.

Falei da necessidade da inclusão previdenciária, que está paralisada na Câmara dos Deputados – já estou encerrando – e da necessidade também de existir, para a inclusão previdenciária, programas específicos. E lembrei ao Presidente da República o que queria lembrar ao Senado Federal, que aprovamos um programa a fim de retirar da informalidade ou pelo menos possibilitar que a classe média, ao contratar um empregado doméstico – atualmente há no Brasil algo em torno de sete milhões de empregados domésticos –, tenha uma redução no pagamento do Imposto de Renda por formalizar essas pessoas. Isso não apenas em relação à assinatura do contrato, da Carteira de Trabalho, mas com relação também à inclusão previdenciária, ao pagamento da Previdência Social, para que essas pessoas sejam protegidas na velhice.

Chegamos a aprovar o projeto no Congresso Nacional, mas foi vetado pelo Governo anterior, o que não reduz a possibilidade de que seja reapresentado e possa ser priorizado a fim de resolver tais problemas.

Tive com o Presidente uma conversa que considero, repito, positiva. Sua Excelência me chamou para conversarmos um pouco sobre o País, sobre essa questão recorrente na Comissão Parlamentar de Inquérito. O Presidente fez questão de dizer – e não poderia ser diferente – que a decisão tem de ser do Congresso Nacional e que já fez o que estava sob sua competência, que era mandar investigar na Polícia, no Ministério Público e na Corregedoria-Geral da União.

Assim sendo, como Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, é o comunicado de uma conversa que considero pública, e não poderia me recusar a fazê-lo neste momento.

HOMENAGEM À FAFÁ DE BELÉM

Sessão de 2-6-05.

Não conheço um só brasileiro que não goste de Fafá de Belém. Que não tenha dela uma lembrança marcante na sua vida, uma canção favorita, que não tenha um carinho especial por ela, tanto pela artista como pela militante na luta pela redemocratização do Brasil.

Por isso, é com muita honra e um carinho especial que **o Senado Federal pára hoje e reverencia em sessão solene uma de suas artistas mais amadas, mais queridas.**

Fafá não é só grande cantora popular, com estilo próprio, marcante, vigoroso, que encantou e encanta o Brasil, Portugal e outros países com sua voz intensa. Ela é também a figura deslumbrante, empolgante, carismática, espontânea.

Ela é personagem central da História recente do Brasil, em que reconquistamos a liberdade e a democracia e retomamos as rédeas do nosso País para seu povo.

À artista, gostaria de citar Chico Buarque, a quem a própria Fafá homenageia em seu novo disco. Em “Tempo e Artista”, diz Chico (e eu, por empréstimo, digo à Fafá):

*No anfiteatro, sob o céu de estrelas
Um concerto eu imagino
Onde, num relance, o tempo alcance a glória
E o artista, o infinito*

Já à mulher, que se amplia além da própria artista, quero adaptar alguns dos versos que ela mesma imortalizou em sua inesquecível interpretação de “Menestrel das Alagoas”, dos mestres Milton Nascimento e Fernando Brandt:

*Quem é essa viajante
Que espalha a esperança
Que transforma sal em mel
Que fala a língua do povo
Como ninguém fala mais
É também tua essa ira santa,
essa saúde civil
Que tocando na ferida,
Há 20 anos redescobriu o Brasil*

Na primeira metade dos anos 80, o Brasil caminhava a passos largos para a redemocratização, mas a luta ainda não estava vencida.

Fafá engajou-se de corpo e alma na campanha das Diretas Já. Emprestou sua voz, seu talento e sua popularidade aos comícios e às gigantescas manifestações que tomaram conta do País.

A interpretação de Fafá para o Hino Nacional Brasileiro nas praças públicas até hoje emociona e comove quem lembra e quem ouve novamente.

A histórica interpretação de “Menestrel das Alagoas”, em homenagem ao nosso querido, saudoso e inesquecível Teotônio Vilela, superou o grau de cancionista popular. Foi carinhosamente guardada no lugar mais querido da memória nacional.

Naqueles momentos finais do regime militar, em que o Brasil transbordava de esperança e felicidade cívica pela iminência da volta da democracia, com o povo finalmente saindo às ruas, a trilha sonora dessa época tinha a voz e a alegria de Fafá de Belém.

No grande comício das Diretas-Já da Candelária, no Rio de Janeiro, em 1983, com mais de um milhão de pessoas espalhadas pela Avenida Presidente Vargas, Fafá chegou correndo, acompanhada de um jovem deputado, que vinha do aeroporto esbaforido.

Quando os dois iam subir ao palanque, foram barrados por um segurança: “*Dona Fafá pode subir, mas o rapaz aí não pode*”.

Nervoso, o deputado argumentava que teria de discursar, que era deputado federal, mas o segurança bateu o pé: “Só pode subir a Fafá”. O que fez ela então? Deu aquela gargalhada e disse ao segurança: “Ele não é deputado coisa nenhuma, é músico, toca no meu conjunto e em todo lugar que a gente vai tem a mania de dizer que é deputado. Deixa o rapaz subir”.

O segurança deu um sorriso embevecido e deixou subir ao palarque o Deputado Dante de Oliveira, justamente o autor da emenda constitucional das Diretas. É assim a Fafá, com esse espírito, essa alegria, esse fantástico senso de humor e amor pela liberdade e pelo nosso Brasil.

São 30 anos de uma carreira artística brilhante, de uma personagem que encanta a todos nós. Fafá, que tanto já deu ao nosso povo e ao nosso País, agora recebe esta justa homenagem do Congresso Nacional, em nome de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TREs

Palmas/TO, 3-6-05.

Creio ser dispensável ressaltar o prazer com que atendi ao honroso convite para participar deste encontro e compartilhar a agradável, ainda que fugaz, convivência com V. Ex^{as}.

O ano pré-eleitoral que estamos vivendo será marcado, tanto pela expectativa de eventuais mudanças decorrentes da reforma política em discussão no Congresso Nacional quanto pela realização da consulta popular que constituiu uma das iniciativas pela qual mais me tenho empenhado nos últimos anos: o referendo sobre a proibição da venda de armas de fogo, etapa que reputo como decisiva na campanha do desarmamento.

Estamos em período de contagem regressiva em relação a ambos os temas, sobre cuja relevância seria ocioso aprofundar-me, por se tratar de matérias que em breve estarão entregues à competência da Justiça Eleitoral e, portanto, ao zelo, à diligência e aos cuidados de V. Ex^{as}.

Esta é a razão por que apenas afloro as duas questões. Em relação à primeira, para dizer que, mesmo tendo tomado a iniciativa que me cabia como presidente do Congresso Nacional, promovendo sucessivas reuniões dos líderes partidários, em busca do consenso possível, em face das sadias divergências políticas, ideológicas e partidárias, traço essencial do debate parlamentar democrático, não desejo alimentar vãs esperanças de grandes e imediatas transformações.

Os passos que demos nos últimos anos podem não ter sido nem o anseio dos conservadores, o sonho dos reformadores, tampouco a

utopia dos revolucionários. Mas constituíram, sem dúvida, sólidos avanços, cautelosos, porém essenciais, em busca da estabilidade de nossa legislação eleitoral e partidária.

Permito-me citar, nessa área, três ou quatro mudanças decisivas. A primeira foi, sem dúvida, a aprovação pela Assembléia Nacional Constituinte, do artigo 16 da Constituição em vigor.

Em sua redação original, dispunha: “A lei que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após sua promulgação”. A dubiedade a que essa redação poderia dar causa foi tempestivamente corrigida pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993: “A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência”.

É forçoso reconhecer que essa medida corrigiu um dos piores vícios de que tanto nós, os políticos, quanto Vossas Excelências, magistrados responsáveis pela eficácia do sistema eleitoral brasileiro, padecemos juntos: o de termos de enfrentar novas regras e casuísmos a cada pleito.

Os dois outros avanços foram tão ou mais significativos. Trata-se da aprovação de duas normas legais, particularmente. A primeira, a Lei nº 9.096, de 1995, que substituiu a antiga Lei Orgânica dos Partidos Políticos e dispôs sobre o funcionamento dos partidos, além de regulamentar os artigos 14 e 17 da Constituição.

A Lei nº 9.693, de 1999, por sua vez, corrigiu e deu nova redação a dois de seus dispositivos, os artigos 28 e 37, para corrigir alguns excessos da redação original.

O resultado é que, em setembro, estaremos completando dez anos de vigência da mesma lei partidária que sobrevive já há quatro eleições, vencendo o ano que vem o quinto pleito sucessivo.

A segunda é a Lei nº 9.504, de 1997, que estabelece normas para as eleições. Nessa, foram duas as alterações. Uma, promulgada dois anos depois, a de nº 9.840, de 28 de setembro de 1999, que acrescentou um novo dispositivo, o artigo 41-A, oriundo de campanha liderada pela CNBB e pela OAB, tipificando a conduta caracterizada como “captação de sufrágio” e estipulando pena de multa e cassação do registro ou do diploma dos autores dessa prática.

De seus resultados, Vossas Excelências, melhor do que eu, podem dar valioso testemunho. A meu ver, é um dos mais poderosos instrumentos de que se dotou a Justiça Eleitoral, para aumentar a legitimidade das eleições e reprimir uma das formas mais generalizadas de abuso do poder econômico.

A segunda alteração decorreu da Lei nº 10.408, de 10 de janeiro de 2002, dando nova redação aos artigos 59 e 66 e incluindo um novo dispositivo, o artigo 61-A, aprovado com o objetivo de ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico, de cuja segurança e funcionalidade hoje já não é mais lícito duvidar.

Com tais inovações, construímos o arcabouço jurídico dos dois mais importantes componentes de nosso modelo político: o sistema partidário e o sistema eleitoral.

Acredito não ser manifestação de ufanismo inconseqüente afirmar aqui, até mesmo como um preito de reconhecimento à notável contribuição que vem dando ao País a Justiça Eleitoral, que **temos um dos mais dinâmicos e atualizados sistemas eleitorais da atualidade, o segundo em expressão no mundo ocidental**, inferior em número de eleitores apenas ao dos Estados Unidos.

Se ele é passível de ser aprimorado, responderei sem dúvida que sim. Os avanços possíveis e desejáveis, a meu ver, são de duas espécies distintas. Por um lado, o aprimoramento tecnológico da informatização, que é de natureza técnica e para o qual está atento o egrégio Tribunal Superior Eleitoral.

Vossas Excelências sabem que há experimentos em curso em vários países. Na Grã-Bretanha, um dos compromissos do terceiro mandato do Primeiro-Ministro Tony Blair refere-se exatamente a esse aspecto, centrado nas possibilidades do uso da internet nas futuras eleições.

Na Espanha, foram testados métodos alternativos em pelo menos um pequeno município, onde o acesso à rede de telecomunicações já foi universalizado, permitindo, inclusive, o voto via celular, algo certamente nos dias de hoje ainda inviável em face dos requisitos de segurança e inviolabilidade do sufrágio.

Os aprimoramentos da segunda espécie são os que vêm sendo discutidos no Congresso há pelo menos uma década. São de natureza

ética, mas também decorrem de aspectos técnicos e políticos.

Dizem respeito, por exemplo, ao financiamento das campanhas eleitorais, sendo consensual, para não dizer unânime, a opção pela modalidade de financiamento exclusivamente público, entre os três modelos possíveis.

Há naturais resistências e temores quanto à aceitação desse avanço pela opinião pública do País, tendo em vista os ônus financeiros e orçamentários dele decorrentes. A cautela, no caso, parece-me que, pelo menos por enquanto, tem sido boa conselheira de todos os parlamentares envolvidos nessa discussão.

A aceitação dessa mudança, porém, implica, necessariamente, termos de alterar o sistema de votação proporcional que hoje adotamos, pois viabilizá-la exige passarmos do paradigma atual do voto personalizado, pelo voto coletivo.

Outras questões, como a fidelidade partidária, por exemplo, podem ser mais facilmente resolvidas, tanto pela legislação ordinária, ampliando-se o prazo de filiação partidária, quanto com medidas *interna corporis*, no âmbito do Direito parlamentar, alterando-se os Regimentos Internos das duas Casas do Congresso.

O terceiro passo, entre os citados inicialmente, está consubstanciado na Lei nº 9.709, de 1998, que regulamentou o artigo 14 da Constituição, dispondo sobre o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.

Até mesmo em função da expressão demográfica do País, com sua inevitável repercussão no corpo eleitoral de quase 120 milhões de eleitores, nossa experiência tem sido restrita em face de outros países. A primeira foi a consulta de 3 de janeiro de 1963, para optarmos entre a manutenção do parlamentarismo e a restauração do presidencialismo.

A mudança do sistema de governo, como se sabe, decorreu da Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961, que instituiu o sistema parlamentar de governo, como solução para a renúncia de Jânio Quadros e a crise política dela decorrente. Num eleitorado de 18,5 milhões, o número de votantes chegou a 12,3 milhões, ou seja, um comparecimento de 66,48%.

A segunda experiência resultou de disposição prevista no artigo

2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do texto aprovado em 1988, para que o eleitor definisse, por meio de plebiscito, previsto para ser realizado em 7 de setembro de 1993, a forma e o sistema de governo que deveriam vigorar no País.

A consulta, como é do conhecimento geral, foi antecipada, por meio da Emenda Constitucional nº 2, de 25 de agosto de 1992, para o dia 21 de abril do ano seguinte, quando foi finalmente realizada, segundo os ditames da Lei nº 8.624, de 4 de fevereiro de 1993. Tratou-se, tal como trinta anos antes, de uma votação com cédula única impressa, longe, portanto, dos recursos de hoje. A discussão foi longa em torno do modelo de cédula constante da lei, vetado pelo Presidente da República, assunto finalmente resolvido por decisão do colendo Tribunal Superior Eleitoral.

Convém lembrar que o eleitorado brasileiro já era, naquele ano, de 90,2 milhões de eleitores, dos quais 67 milhões, ou 74,2% compareceram às urnas. Dois terços dos eleitores, 66,6% votaram a favor da forma de governo republicana, 10,21% pela monarquia e 10,49% em branco. Em relação ao sistema de governo 55,45% escolheram o presidencialismo, 24,65% optaram pelo parlamentarismo e 5,17% votaram em branco.

A próxima consulta será bem mais simples, e seguramente bem mais ágil e de apuração mais rápida, em face da informatização das urnas eletrônicas.

Não são poucos os que questionam as razões de recorrermos ao julgamento popular, quando se poderia, mais facilmente, resolver a questão no âmbito parlamentar. Minha posição é clara e conhecida. A gravidade da situação em que vive o País, em razão dos índices da violência perpetrada com o uso de armas de fogo, é alarmante. Era a maior causa de óbitos, na faixa etária entre os 19 e os 24 anos de idade, em várias regiões do Brasil. Hoje, já é a maior, entre os jovens e adultos, de 15 a 39 anos. Impedir a comercialização e o uso desse instrumento de risco mortal em nosso País implica adotar medidas que afetarão um setor econômico de razoáveis proporções e de reconhecida influência.

O debate, antes mesmo do coroamento da campanha que se dará com o referendo, mobiliza interesses que se conflitam de forma con-

tundente. As pesquisas até agora divulgadas indicam que o apoio ao banimento das armas de fogo é expressivo, majoritário e, confirmado na consulta popular, será um veredicto definitivo, incontestável e, espero eu, consagrador para a causa que abracei.

Pela lógica do sistema democrático que adotamos, só outra consulta popular poderá pôr fim à decisão provinda do eleitorado brasileiro.

Como Alberto Camus, peço desculpas “por não ter tido tempo de ser breve”. As opiniões que acabo de expender são mais fruto de minhas observações até mesmo do que de minhas convicções.

Falando perante V. Ex^{as}, tenho o dever de ser cauto, pois aqui estou mais para ouvir do que para falar e, com mais razões ainda, mais para aprender do que pela incabível pretensão de ensinar.

A experiência de V. Ex^{as} tem sido útil ao País e à democracia. Os resultados deste encontro hão de ser proveitosos para o regime que abraçamos e para o sistema que prezamos e que V. Ex^{as} com zelo, dedicação e patriotismo, acima de tudo, têm ajudado a preservar e a aprimorar.

Pelo labor de V. Ex^{as}, que todo o Brasil preza e admira, **feliz é o regime que pode contar com guardiões da probidade política** que os nobres integrantes **da Justiça Eleitoral brasileira** representam, em sua benfazeja existência de quase três quartos de século.

Encerro, agradecendo a todos a gentileza do convite e manifestando a cada um dos presentes meu reconhecimento pela paciência e a tolerância em me ouvir.

REFORMAS, JÁ! DIA DA INDÚSTRIA

Belo Horizonte/MG, 3-6-05.

Foi com grande satisfação que recebi o convite da Federação das Indústrias de Minas Gerais para estar aqui hoje, dialogando com todos os segmentos da robusta economia mineira.

Quero cumprimentar a todos, em especial ao nosso anfitrião, o Presidente Robson Braga de Andrade, que vem marcando sua gestão com extraordinário dinamismo, serenidade e firmeza.

A Fiemg – gostaria de testemunhar – deu uma contribuição substancial à reforma tributária, que aprovamos no Senado e que agora discutimos na Câmara dos Deputados.

Nosso País vem infelizmente patinando em sucessivas crises políticas. Por conta delas, acabamos perdendo o foco, perdendo a agenda. Ficamos sem um projeto claro de desenvolvimento.

Por conta disso, tenho proposto que formulemos uma agenda alternativa de desenvolvimento. Que trilhemos um caminho para sair do atoleiro e entrar num ambiente positivo, claro, consistente para o nosso País.

Essa agenda alternativa contém alguns projetos concretos.

Vou citá-los, a seguir. Antes, porém, gostaria de afirmar que eles todos têm o objetivo de dar mais racionalidade às nossas instituições, de trazer mais estabilidade e previsibilidade à política e à economia. Portanto, de criar um ambiente ideal para se fazer negócios, gerar riquezas e contratar pessoas, de forma que as chances de prosperidade se distribuam igualmente na sociedade brasileira.

Essa agenda começa por duas reformas constitucionais fundamentais: a política e a tributária. Ambas estão paradas por divergências entre os diversos interesses envolvidos.

Venho me empenhando pessoalmente para patrocinar o diálogo e aprovar o quanto antes a reforma política. Penso que devemos fazê-lo mesmo que isso represente aprová-la por partes. Desde já, para vigiar na eleição do próximo ano, defendo mudanças nos Regimentos Internos da Câmara e do Senado instituindo as bancadas eleitas como critérios para divisão de poder dentro do Congresso.

Isso inibiria sobremaneira o troca-troca partidário, essa triste farra que, junto com o aluguel de legendas, transforma nossos partidos políticos em verdadeiros albergues de conveniência.

Partidos fracos são uma das grandes causas de instabilidade política, que, como vemos, tanto malefício traz ao ambiente econômico.

Também para já, defendo o fim da verticalização, aquela regra em que as coligações nacionais devem ser repetidas nos estados. Ela ignora o fato de que no Brasil o poder se forma nos estados e, a partir daí, ruma à esfera nacional.

Ou seja, no caso da verticalização, a lei anda na contramão da realidade. O que igualmente traz instabilidade polui o ambiente político e prejudica o econômico.

A reforma tributária é um daqueles casos em que todo mundo sabe que é importante, mas que ela não sai. O atual sistema é um cipal que amarra nosso potencial econômico, sobretudo na parte que tange ao ICMS. A proposta original do Governo atacava timidamente as complicações. No Senado, mudamos alguns pontos e propusemos sua implementação por partes. Isso deu viabilidade política ao que até então era só um conjunto de boas intenções.

Parece até aqui que o diálogo foi insuficiente. Como Presidente do Senado, vou usar todas as prerrogativas do cargo para estimular a convergência.

Temos de simplificar nosso sistema de impostos imediatamente, para abrirmos caminho aos investimentos e, por conseqüência, ao crescimento.

Além dessas duas reformas inadiáveis, a agenda de desenvolvimento que proponho inclui mudanças substanciais no Orçamento-

Geral da União. Já há uma comissão mista de deputados e senadores trabalhando para formular propostas para dar mais transparência e simplicidade ao Orçamento.

Uma das alterações será a execução obrigatória pelo menos das emendas individuais dos parlamentares.

Isso eliminará uma das principais causas de instabilidade política, que é o verdadeiro mercado persa em que se transformou o sistema atual, em que votos no Parlamento viraram moeda em troca de verbas orçamentárias.

As mudanças trarão racionalidade, simplicidade e transparência à política fiscal. E isso, tenho certeza absoluta, é essencial para o crescimento econômico.

Finalmente, a agenda traz um projeto ambicioso, do qual me orgulho especialmente: a desburocratização do Brasil.

Formei uma equipe de consultores no Senado e a incumbi de levantar todos os nós burocráticos do nosso País. São coisas como os mais de 60 diferentes procedimentos requeridos para se abrir uma empresa, que consomem inacreditáveis 180 dias, em média, para uma firma nascer no Brasil.

O levantamento será entregue dentro de alguns dias a um grupo de trabalho de senadores, formado exclusivamente para formular soluções para cada um dos gargalos burocráticos. Considero esse um dos projetos com maior potencial para levar nossa economia definitivamente ao patamar de uma economia madura e desenvolvida.

Além desses todos, temos uma comissão de senadores formada para alterar o Regimento Interno do Senado, de forma que o processo legislativo ganhe visibilidade. Queremos que a sociedade, o empresário e as organizações de classe e possam participar mais efetivamente do processo de produção de nossas leis.

Nesse sentido, é imperativo que mudemos as regras de trâmite das medidas provisórias – e também para isso temos em pleno funcionamento uma comissão mista de deputados e senadores, que venho reunindo com regularidade para patrocinar a convergência.

As atuais regras das medidas provisórias são prejudiciais à estabilidade. Em primeiro lugar, ao trancar a pauta da Câmara e do Senado, ela obriga os parlamentares a discutirem as MP, de

forma açodada. Acabamos produzindo leis mal debatidas e mal redigidas, que ao entrarem no ordenamento jurídico, só fazem produzir controvérsia, entupindo os tribunais e gerando ineficiência.

Temos de resolver o problema de trancamento da pauta e também de proibir o Governo de alterar contratos por medida provisória. Esses são tópicos em que há acordo.

Penso que no ambiente ideal, uma medida provisória não deveria tratar de temas tributários, mas aí, ainda precisamos dialogar mais até chegar à convergência.

Minhas senhoras, meus senhores, temos aqui centenas e centenas de empresários, o que prova a natureza empreendedora do povo mineiro. Talvez isso explique a riqueza desse estado, que vem sendo administrado de forma exemplar pelo Governador Aécio Neves. Acho que aqui encontro parceiros ideais para empunhar a agenda alternativa, para tirar as atenções nacionais da politicagem a liderar o País rumo ao desenvolvimento.

Muito obrigado.

MAIS PODER ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Em 8-6-05.

O peso das micro e pequenas empresas na economia brasileira é inquestionável. Pelos dados do Sebrae, elas representam hoje 99% das empresas formalmente estabelecidas e empregam 60% dos trabalhadores no mercado formal.

A capacidade de geração de empregos é impressionante: estudos mostram que, entre 1995 e 2000, nada menos que 96% dos novos empregos foram criados em empresas com até 100 empregados. Nesse período, o número de empregos nessas empresas cresceu 26%. Nas grandes empresas, esse crescimento foi de 0,3%.

E tem mais. A ampliação de oportunidades, o estímulo ao empreendedorismo e a interiorização dos negócios, espalhados tanto nas grandes cidades quanto nos municípios mais carentes e isolados do País, são um impulso definitivo para a inclusão social, a melhor distribuição de renda e o desenvolvimento regional sustentável, sem falar na ampliação da base de arrecadação de impostos.

Motivos de sobra para que não apenas os empresários, mas toda a classe política e toda a sociedade, entrem na briga para preservar a saúde financeira e a competitividade das micro e pequenas empresas. Competitividade que, todos sabemos, anda bastante fragilizada. Mais da metade desses empreendimentos acaba fechando em até três anos.

Sem os incentivos adequados, é complicado competir com as grandes empresas. Mais difícil ainda competir com o setor informal,

que cresce a cada dia no Brasil. Hoje, já se estima em cerca de 10 milhões o número de empreendimentos informais no País.

Se a carga tributária é um dos fatores decisivos da fragilidade das micro e pequenas empresas, a burocracia é outro entrave que precisa, urgentemente, ser removido.

Basta citar que, no Brasil, são necessários 155 dias para abrir uma empresa, 85 a mais do que a média necessária nos países da América Latina. **Somos, infelizmente, os campeões da burocracia.**

A reforma tributária aprovada no Senado Federal abriu o caminho para a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, fundamental para definir e regulamentar um tratamento jurídico diferenciado para o setor.

Mas para acabar de vez com a burocracia é preciso ir mais além. Por isso mesmo, estamos anunciando a criação de uma Comissão Especial, que vai ser instalada dentro de poucos dias, para levantar os principais empecilhos burocráticos que dificultam a vida dos cidadãos e das empresas, uma iniciativa articulada com os segmentos empresariais, com ministérios e órgãos federais, estaduais e municipais, Poder Legislativo, Judiciário e sociedade.

A Comissão, que será constituída de três senadores, irá apontar medidas capazes de reduzir a burocracia no País. Um exemplo é a simplificação das leis e regulamentos para a abertura de empresas, assim como a implantação e centralização de um cadastro único para pessoas jurídicas e a desoneração tributária para pequenos e médios empreendedores.

O resultado vai beneficiar não apenas essas empresas. Vai beneficiar cada cidadão, vai impulsionar a economia e a justiça social. O País inteiro vai sair ganhando.

REPÚDIO À EXPLORAÇÃO INFANTIL

Sessão de 10-6-05.

A Organização Internacional do Trabalho instituiu o 12 de junho como “Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil”.

Ao oficializar a data, em 2002, o Diretor-Geral da OIT, Juan Somavia, pediu o apoio de todos para construir um mundo livre do trabalho infantil, onde nenhuma criança fosse privada de ir à escola, de ter uma infância normal e saudável e onde os pais pudessem conseguir trabalhos decentes.

É justamente esse apoio que estamos reiterando nesta sessão solene, muito oportunamente requerida pelo Senador Cristovam Buarque. A luta contra o trabalho infantil, especialmente aquele danoso à saúde e à moral de crianças e adolescentes, deve ser diária. E o papel do Parlamento nessa luta é muito importante.

A Constituição Federal e a legislação trabalhista já colocavam limites ao trabalho infantil. Mas a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, foi um marco. A partir dele, ficou consolidada a proibição do trabalho para menores de 14 anos, exceto na condição de aprendizes.

O vínculo formal com os empregadores é permitido depois que o adolescente completa 16 anos. Mas o trabalho noturno, em atividades insalubres e perigosas, está vetado para menores de 18 anos.

A aplicação do Estatuto não é simples, é verdade. Muitas crianças trabalham em regime familiar, para complementar a produção e a renda doméstica, e a fiscalização é complicada.

Mas o Brasil já tem muito a comemorar. Os números do IBGE mostram que, nos últimos anos, o total de crianças entre 5 e 15 anos

que trabalha caiu pela metade. Em 1995, elas eram 5,1 milhões. Em 2003, eram 2,7 milhões.

Esse resultado, Senhoras e Senhores Senadores, se deve em muito aos esforços do Congresso Nacional. Foi ele que municiou com boas leis instituições como o Ministério Público do Trabalho, as Delegacias Regionais do Trabalho, as Varas Judiciais da Infância e da Adolescência, entre outras instâncias públicas e entidades não-governamentais engajadas na luta contra o trabalho infantil.

O Ministério Público do Trabalho tem atuado em inúmeros lixões espalhados pelo País, nas carvoarias do Mato Grosso do Sul e de Minas Gerais, nas pedreiras de Goiás, nas salinas do Piauí, nos canaviais de Pernambuco e da Paraíba, nos laranjais de Sergipe e de São Paulo.

Isso só para citar alguns dos locais onde o problema é mais sério. Na luta contra o trabalho infantil, o Ministério já instaurou mais de 4.500 procedimentos preparatórios ou investigatórios e firmou mais de 1.600 Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, além de entrar na Justiça com 58 ações civis públicas.

Também merece destaque o trabalho exaustivo de uma extensa rede de entidades e organizações não-governamentais na defesa de nossas crianças e adolescentes. Posso citar aqui, entre outras, a ANDI, Agência de Notícias dos Direitos da Infância, a Fundação Abrinq para os Direitos da Infância, e a ONG Missão Criança, criada em 1998 por iniciativa do Senador Cristovam Buarque, e que se notabilizou pelo Programa Bolsa-Escola.

O Estado, é bem verdade, também tem se empenhado na luta pelos direitos da infância. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o PETI, é um passo importante. Criado em 1996, ele atende hoje 930 mil crianças, que trocaram o trabalho na rua pela sala de aula.

Mas ainda é pouco. O programa precisa ser ampliado e a fiscalização deve ser mais rigorosa, mais eficiente, para que as crianças atendidas não acabem voltando às ruas em condições ainda mais degradantes.

Outro desafio é o trabalho infantil doméstico, ainda mais difícil de ser fiscalizado. Uma realidade que já atinge 1,2 milhão de crianças e adolescentes, de acordo com o IBGE.

E o mais grave: a exploração sexual, a pior forma de trabalho infantil, faz parte do dia-a-dia de milhares e milhares de crianças pelo País afora. Somente entre maio de 2003 e abril de 2005, a Secretaria Especial de Direitos Humanos recebeu 9.500 denúncias.

Um problema que tem merecido a devida atenção por parte do Congresso Nacional. Convém lembrar que a exploração sexual infantil foi tema, no ano passado, de uma CPI mista presidida pela Senadora Patrícia Gomes e relatada pela Deputada Maria do Rosário.

Iniciativas como essa são fundamentais. Mas para acabar de vez com o trabalho infantil **é preciso enfrentar a base do problema: a miséria, a exclusão e a injustiça social**. É preciso apostar no desenvolvimento econômico, gerar mais renda e mais emprego.

Por isso mesmo, estamos empenhados em trabalhar em torno de uma agenda de crescimento, capaz de trazer mais estabilidade e previsibilidade à política e à economia, de garantir o equilíbrio das contas públicas e impulsionar o desenvolvimento econômico e social.

A desoneração da cesta básica e de tarifas públicas para classes de menor renda; o mapeamento de áreas sob risco social, para melhor direcionamento dos recursos públicos; a promoção de reformas orçamentárias que evitem o desperdício das verbas públicas; a inclusão previdenciária de trabalhadores informais; a redução da taxa de juros e da carga tributária são alguns dos pontos dessa agenda de crescimento que podem mudar o cenário brasileiro.

Um cenário onde não podem mais caber, definitivamente, distorções tão graves quanto a exploração sexual e o trabalho infantil. Precisamos apostar numa ação integrada entre os três níveis de governo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a sociedade civil, em torno de uma agenda positiva, de desenvolvimento. E, dessa forma, resgatar para nossas crianças um direito básico: o direito à infância.

Muito obrigado.

O EXEMPLO DA “ FLORESTANIA”

Em 14-6-05.

É com muita honra que o Senado Federal recebe a Exposição “Acre, o Estado da Florestania na Amazônia Brasileira”, que hoje inauguramos com a presença do Governador Jorge Viana, da Ministra Marina Silva e do nosso querido Vice-Presidente, Senador Tião Viana, três acreanos ilustres entre tantos que se destacam na vida nacional, muitos aqui presentes.

A exposição marca os 43 anos de criação desse estado, cuja pequena extensão territorial de longe contrasta com a grandeza de sua história. Quem aqui estiver saberá, para orgulho dos acreanos e de todos nós brasileiros, que o Acre é o único Estado do país que é brasileiro por opção.

Seu povo assim decidiu e por isso lutou desde os primeiros tempos. São marcos dessa postura o conhecido movimento de criação do Estado Independente do Acre, instaurado por Luiz Galvez no final do século XIX, e a Revolução liderada por Plácido de Castro, que culminou, em 1903, com a definitiva incorporação do acre ao Brasil como território.

Na verdade, o Acre tem sido um exemplo de luta por sobrevivência e identidade. E mesmo diante de condições adversas em razão de sua localização e do isolamento, sempre deu a sua contribuição para a nossa História. Foi assim na década de 40, quando os seringueiros se uniram num esforço de produção para os países aliados no final da guerra, no que ficou conhecida como a Batalha da Borracha.

A política expansionista na década de 70 e o conseqüente agravamento da destruição ambiental encontraram no povo acreano forte reação.

Ali nasceu o movimento em defesa da floresta, em torno da idéia de que é possível preservar os recursos naturais da nossa Amazônia e, ao mesmo tempo, garantir o desenvolvimento.

A dolorosa morte de Chico Mendes, ícone desse movimento e Líder dos povos da floresta, assassinado em 1988, não foi em vão. No fruto por ele plantado junto à população os acreanos têm, hoje, o que comemorar.

Os índios, os seringueiros, todo o povo do Acre, de um modo geral, tem hoje a consciência de uma cidadania diferente, extensiva, que necessariamente inclui o meio em que vivem.

Daí, o termo florestania, símbolo do esforço de promover a floresta amazônica como a grande vocação do Estado do Acre.

É um conceito que está presente na educação, na economia e na cultura acreanas que, para nossa alegria, aqui estão para serem conhecidos pelo Brasil.

Muito obrigado.

ARMAS ASSASSINAS

São Paulo/SP, 13-6-05.

Agradeço o convite e a oportunidade de estar aqui, nesta Casa, que representa os comerciários de São Paulo. Um setor fundamental para a geração de emprego e renda e, conseqüentemente, para o desenvolvimento não só deste, que é o mais importante Estado da Federação, mas de todo o País.

Aprofundar os debates no intuito de buscar soluções para o problema da violência em nosso País é uma bandeira que carrego na vida pública.

Minha preocupação com o tema vem desde o Ministério da Justiça, quando tive um contato mais próximo com a dura realidade que envolve essa questão. Não só no Brasil, mas em vários países, chama a atenção das autoridades a violência provocada por aspectos banais como aquela que é provocada por pequenas discussões em família, no trânsito, na esquina, no bar, na escola.

Para se ter uma idéia da gravidade do problema, de acordo com levantamento feito pelo Núcleo de Estudo da Violência da Universidade de São Paulo e Ministério da Saúde, divulgada em novembro do ano passado, 265 mil 975 pessoas morreram por arma de fogo no Brasil, entre 1991 e 2002.

Sensível a esse quadro, o Congresso Nacional aprovou, em 2003, o Estatuto do Desarmamento, instituto jurídico que ordena e restringe o acesso a armas de fogo.

Nossa missão, no entanto, ainda não terminou, pois falta a Câmara dos Deputados aprovar o projeto de decreto legislativo que

marca para 2 de outubro a realização do referendo popular sobre a proibição da venda de armas no território nacional. Já o aprovamos no Senado.

Ao lado de Organizações Não-Governamentais como Viva Rio, Instituto Sou da Paz, de São Paulo, e Convive, de Brasília, entre outras entidades de defesa dos direitos humanos e de parlamentares que abraçaram a causa, estamos trabalhando para votar o projeto o mais rapidamente possível. Somente assim o Tribunal Superior Eleitoral poderá organizar a consulta popular em tempo hábil. Se nossa mobilização for mais forte do que os *lobbies* silenciosos, acredito que iremos às urnas para responder ao referendo em 2 de outubro.

Uma resposta majoritariamente positiva representará a vontade do cidadão de reduzir a criminalidade em nosso País. Como bem observou o Deputado João Paulo, em brilhante artigo, na *Folha de S.Paulo*, uma decisão nesse sentido “nos dá a chancela necessária para que sigamos construindo uma política pública de redução da criminalidade mirando o futuro no horizonte”.

Nessa luta, temos participado de inúmeras manifestações e atos cívicos pela paz por todo o País, o que nos deixa cada vez mais convictos de que estamos no caminho certo.

As estatísticas são sempre preocupantes. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Sensus, entre 18 e 22 de setembro de 2003, 82% dos entrevistados eram favoráveis ao Estatuto do Desarmamento.

O mesmo instituto apurou que 74% dos entrevistados querem proibir a venda de armas de fogo.

Ninguém é ingênuo de achar que o desarmamento do cidadão de bem representará dias de paz absoluta das nossas cidades.

Somos uma Nação jovem que ainda trilha os caminhos para exercer na sua plenitude o Estado Democrático de direito. O referendo pelo fim das armas é mais um passo nesse sentido.

Vamos responder se “o comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil”.

Dados do Ministério da Justiça dão conta de que a Campanha do Desarmamento retirou de circulação, de agosto de 2004 até agora, cerca de 330 mil armas de fogo.

Ainda segundo o Governo Federal, apenas nos sete primeiros meses de vigência do Estatuto do Desarmamento, caiu em 10,5% o número de internações de pacientes vítimas de armas de fogo no Rio de Janeiro e de 7%, em São Paulo.

É um avanço significativo, na medida em que estamos tratando de vidas humanas.

Portanto, esses números em si já jogam por terra a teoria daqueles que defendem que, diante da ausência do Estado, o homem de bem precisa defender a si mesmo.

As estatísticas nos ensinam o contrário. Pesquisa promovida pelo Instituto de Criminalística da Secretaria de Segurança de São Paulo indica que “um cidadão armado tem 56% mais chance de ser assassinado do que aquele que anda desarmado”. E mais: “A pessoa que guarda arma em casa tem quase três vezes mais chances de morrer em um assalto do que o cidadão que não guarda”!

Portanto, é inaceitável o argumento de que o Estatuto desarmará o cidadão de bem e deixará armado o bandido, o traficante. Creio que o raciocínio é no sentido de que o Estatuto veio para proteger o cidadão.

O Congresso brasileiro não fechará os olhos para esse problema.

Além disso, há ações federais e estaduais, há legislação em vigor voltadas para desarmar, prender e condenar aqueles que usam, contrabandeam, comercializam armas para fins criminosos.

Portanto, o Estatuto do Desarmamento é mais uma contribuição do Congresso Nacional ao conjunto de normas jurídicas que visam uma sociedade pacífica.

Para encerrar, quero agradecer a atenção de todos e convocá-los a se engajar nessa luta pelo desarmamento, visando à construção de uma sociedade mais justa, que confirme a vocação pacífica do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

PINHEIRO MACHADO, UM SENADOR REPUBLICANO

Em 15-6-05.

O lançamento da coletânea dos discursos do Senador José Gomes Pinheiro Machado, uma das maiores figuras da República, é uma inestimável contribuição para o estudo da política brasileira. Uma excelente iniciativa do Senador gaúcho Pedro Simon, um dos mais brilhantes e experimentados parlamentares da atualidade.

Ficamos também muito felizes com o fato de o livro estar sendo lançado pelo Senado Federal. É certo que qualquer uma de nossas editoras privadas gostaria de ser honrada com essa obra.

Pinheiro Machado, gaúcho de Cruz Alta, é um dos mais impressionantes e ricos personagens da chamada República Velha. Uma figura bem característica de sua época, quando as lideranças e oligarquias estaduais eram muito mais fortes do que as instituições.

Mas Pinheiro Machado é principalmente um político moldado pelas circunstâncias e pela cultura peculiar do Rio Grande do Sul, um estado que viveu, desde a sua formação, brutais e traumáticas guerras civis. Irmãos combatendo e matando irmãos.

As guerras sangrentas entre gaúchos vêm desde o desmantelamento das missões jesuíticas, no século 18. O século seguinte foi marcado pelos dez anos de Guerra dos Farrapos, pelo massacre da comunidade dos Muckers e pela Revolução Federalista de 1893. No século 19, houve, ainda, a Guerra Cisplantina e a Guerra do Paraguai, na qual o Rio Grande do Sul esteve quase sempre no centro da ação militar.

O número de mortes entre irmãos e conterrâneos, em todos esses conflitos, ultrapassa, sem dúvida, a centena de milhares, acumulando-se ódios e rancores.

Pinheiro Machado passou a infância ouvindo os relatos do pai sobre a Guerra dos Farrapos e vivendo intensamente o clima posterior ao conflito.

Aos 15 anos, alistou-se como voluntário para combater na Guerra do Paraguai e, já como Senador, em 1893, entrou com todas as forças na Revolução Federalista.

Criou, então, a chamada “Divisão do Norte”, para combater os federalistas, que defendiam a autonomia do Rio Grande do Sul em relação ao Governo Central.

Ainda como estudante de Direito, Pinheiro Machado foi um apaixonado militante da causa republicana, pela derrubada da Monarquia. Não havia meio-termo.

Toda essa maneira de fazer política – apaixonada, radical –, que não admitia a conciliação, que não transigia com princípios, foi moldada não só pela têmpera e pela personalidade forte, mas também, como disse antes, pelo jeito gaúcho de fazer política, pelas sangrentas guerras civis, de chefias e lideranças incontrastáveis, de lealdades caninas.

Como escreveu o Senador José Sarney em seu brilhante prefácio, Pinheiro Machado assumiu um papel de destaque logo que chegou como senador ao Rio de Janeiro, em 1890, um período em que ***a República era incipiente e as instituições praticamente não existiam.***

A partir do governo de Prudente de Moraes, Pinheiro Machado se transforma no homem forte da República e ajuda a consolidar o Governo Central. O auge de seu poder se dá no governo do Marechal Hermes da Fonseca, a quem ajudou a eleger contra Ruy Barbosa e sua campanha civilista.

Estava consolidada sua fama de “fazedor de presidentes”.

Pinheiro Machado morreu como um soldado, e não como um político. Foi assassinado aos 64 anos, com uma punhalada, no *hall* do hotel em que se hospedava no Rio de Janeiro por um cidadão comum, um gaúcho, claro, intoxicado pela campanha contra a classe política e contra o próprio Pinheiro Machado.

O Senador gaúcho foi vítima de seu próprio estilo de fazer política. Um estilo apaixonado, capaz de despertar ódios e admirações.

O trabalho do Senador Pedro Simon, ao organizar uma coletânea de discursos de Pinheiro Machado, acompanhada de uma análise histórica e política de cada um deles, é muito oportuno.

Recordamos ali os bastidores dos primórdios da República em nosso País. O livro é especialmente oportuno como uma reflexão sobre a Federação no Brasil. Nunca houve de fato, em nosso País, uma Federação. Nossos estados nunca tiveram realmente autonomia em relação ao Poder Central. Nem mesmo no período áureo das grandes oligarquias regionais.

Mesmo agora, no limiar do século 21, uma reforma tributária realmente justa e moderna encontra resistências para sua implantação. E é difícil chegar a um consenso sobre o tema.

Os estados brasileiros ainda dependem do Governo Federal para ajustar suas contas e fazer frente às suas responsabilidades. Os mais pobres são obrigados a viver de pires na mão até mesmo para pagar os salários de seu funcionalismo.

Na República Velha em que viveu Pinheiro Machado, os partidos políticos eram apenas grupamentos de poder e interesses regionais.

Hoje, cem anos depois, já temos partidos realmente nacionais. Mas em um país diversificado como o nosso, cada partido tem suas particularidades estaduais e regionais.

Quero cumprimentar o Senador Pedro Simon, um dos mais brilhantes e respeitados parlamentares desta Casa. Na melhor tradição gaúcha, um político de posições claras, um guerreiro incansável em defesa da ética, com valiosos projetos e leis de combate à corrupção.

E um dos grandes combatentes pela volta do País à democracia durante o período do regime militar.

Tolerante, defensor da anistia ampla, para os dois lados, mas firme em seus princípios democráticos. Um exemplo também de fidelidade e respeito partidário. Em sua longa vida política, militou em apenas dois partidos: o PTB de Getúlio Vargas e o PMDB de Ulysses

Guimarães e Tancredo Neves.

Pedro Simon é aquele tipo de aliado e companheiro que não esconde a verdade, uma espécie de consciência crítica de grande lucidez. Vários de nossos companheiros ouviram do saudoso doutor Ulysses Guimarães, em momentos críticos de decisão:

“Só decido depois de ouvir o Pedro. Ele sempre diz a verdade, mesmo que ela seja dura de se ouvir”.

Essa é a verdadeira lealdade.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

AMÉRICA LATINA E CARIBE: SONHO DE INTEGRAÇÃO!

Em 16-6-05.

Como presidente do Senado Federal, tenho a honra de estar aqui, hoje, no lançamento do Relatório Regional sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para a América Latina e o Caribe.

O compromisso em torno da erradicação da extrema pobreza e da fome; da universalização do ensino básico; da promoção da igualdade entre os sexos; da redução da mortalidade infantil; da melhoria da saúde materna; do combate à Aids, à malária e a outras doenças; e, finalmente, de uma parceria global em prol do desenvolvimento foi capaz de reunir governantes de 189 países.

O sonho de um mundo menos desigual, mais justo, livre da fome e da miséria é, na verdade, um sonho comum não apenas a esses governantes, mas a todos nós, políticos, empresários, trabalhadores, a sociedade inteira.

Todos idealizamos um mundo em ***que as oportunidades de trabalho e o acesso à educação, às condições de saúde e saneamento não sejam privilégios de uns poucos.***

Um mundo em que o desenvolvimento sustentável e a justiça social sejam regra e não exceção.

Mas tais sonhos, meus senhores, todos sabemos, só se realizam quando há vontade política e empenho efetivo na condução de políticas públicas capazes de reduzir as desigualdades sociais, econômicas e regionais.

O compromisso assumido em 2000, na Cúpula do Milênio da ONU, é, felizmente, um sinalizador significativo dessa vontade política.

Passados cinco anos, a Cepal nos apresenta um primeiro balanço sobre os avanços da América Latina e Caribe na direção dos Objetivos do Milênio.

Apesar dos importantes avanços sociais conquistados nos últimos anos, numa região marcada pelas maiores desigualdades sociais e econômicas do mundo, o relatório da Cepal apresenta um dado estarrecedor: 222 milhões de latino-americanos e caribenhos continuam vivendo em condições de extrema pobreza; 96 milhões deles, em completa indigência.

O Chile é a feliz exceção: de 1990 para cá, conseguiu reduzir de 45% para 19% a população na faixa de extrema pobreza. Fora ele, o Brasil desponta como um dos poucos países da região que devem cumprir essa meta até 2015.

Em 1990, 8,8% dos brasileiros estavam em situação de extrema pobreza, ou seja, vivendo com menos de um dólar por dia. Hoje, são 4,7% de brasileiros nessa faixa.

Uma boa notícia é que 15 dos 24 países da América Latina e Caribe apresentaram uma redução significativa dos índices de subnutrição. O que preocupa é o fato de que são exatamente os países mais pobres que menos avançam no combate à fome.

A desigualdade econômica e social e a falta de oportunidades de empregos são os maiores entraves para o fim da pobreza e o acesso aos serviços de saúde e educação.

Senhoras e senhores, não é o caso, aqui, de alongar-me sobre o diagnóstico apontado pela Cepal.

Um estudo de suma importância sobre o qual, todos nós, homens públicos, precisamos nos deter com mais cuidado em busca de uma visão crítica, consciente dos problemas e dos avanços alcançados na América Latina e Caribe.

Como Presidente do Senado Federal, no entanto, devo aqui chamar atenção para o desempenho do Brasil no cumprimento das Metas do Milênio.

Relatório divulgado pelo Ipea e pelo IBGE em outubro passado apresentou uma ótima notícia: o Brasil tem avançado, sim, no

cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e deve cumprir, até 2015, a maioria dos compromissos ligados à educação, à saúde e à redução da pobreza.

O mesmo relatório, no entanto, apontou dificuldades nas áreas de saneamento e moradia, sérias discrepâncias regionais e desigualdades entre ricos e pobres, negros e brancos, zona rural e zona urbana, homens e mulheres.

Apesar dos esforços do Governo, reunidos especialmente em torno da política do Fome Zero, o País ainda se envergonha do número de brasileiros em situação de extrema pobreza. Os muito pobres no Brasil podem ser 8 milhões ou 17 milhões, dependendo de onde se traça a linha de indigência, ressalva o estudo.

Também não temos motivo de orgulho quando o assunto é distribuição de renda. Em 1992, os 20% mais pobres do País tinham apenas 3% do total da renda nacional; em 2002, esse percentual subiu para meros 4,2%.

Os 20% mais ricos, que concentravam 55,7% da renda nacional, em 92, detinham, dez anos depois, um percentual ainda maior dessa renda, 56,8%.

Se conseguimos reduzir em dois terços a mortalidade de crianças menores de cinco anos e somos referência mundial no combate à Aids, assistimos ao recrudescimento da malária e ainda somos o país com maior prevalência de hanseníase no mundo. Na área ambiental, amargamos a aceleração do desmatamento na Mata Atlântica e na Amazônia.

E se o acesso à água tratada tem aumentado, avançamos em ritmo lento no acesso ao saneamento básico.

Nas áreas urbanas, a porcentagem da população atendida por rede geral de esgoto ou fossa séptica passou de 65,9%, em 1992, para 74,9%, em 2002; no campo, passou de 10,3% para 16% nesses dez anos.

A universalização do saneamento básico, caros senhores, só será possível a partir de um marco regulatório sério, responsável, que permita um aporte de investimentos da ordem de R\$9 bilhões.

E a redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais dependem da adoção de uma Agenda Positiva, de Crescimento, que

inclui um choque de gestão na administração pública; a redução da carga tributária, dos juros e da insegurança jurídica; a recuperação dos créditos do setor privado e o tratamento diferenciado para os pequenos negócios; a revisão das dívidas de estados e municípios e o foco no desenvolvimento regional sustentável.

Um regime previdenciário especial para os informais e a redução do Imposto de Renda para quem contrata empregados domésticos tiraria da informalidade milhões de empregados. A desoneração do ICMS sobre a cesta básica e a redução das tarifas de água, esgoto, energia e telefonia para classes de menor renda elevariam o poder de compra dos assalariados e dinamizaria o mercado interno. Essa Agenda de Crescimento também precisa incluir o mapeamento de áreas sob risco social, para que os recursos públicos sejam melhor direcionados. E o orçamento precisa ser transparente e auto-aplicável, de forma a atender, efetivamente, às necessidades do País.

Por fim, precisamos apostar numa reforma política que garanta partidos mais fortes e, por consequência, mais estabilidade e transparência na condução da vida pública.

Somente assim poderemos construir um Brasil mais justo, livre da fome, da miséria, pautado pela inclusão social e pelo desenvolvimento econômico sustentável. E podemos nos orgulhar, como Nação latino-americana, de estar caminhando, efetivamente, na direção em que todos sonhamos ao traçar as Metas do Milênio.

Muito obrigado.

DIÁLOGO PERMANENTE

Sessão de 16-6-05.

Com imenso prazer, esta Casa abre suas portas para receber o Presidente do Senado e Vice-Presidente da nossa República irmã da Argentina, Daniel Scioli.

O Presidente Scioli veio a Brasília a convite meu, que lhe foi gentilmente transmitido pelo Senador Cristóvam Buarque quando de sua passagem por Buenos Aires, em princípio de maio.

Àquela altura, os jornais brasileiros e argentinos refletiam supostos desentendimentos entre os Governos do Brasil e da Argentina sobre os rumos do Mercosul e da aliança estratégica entre nossos dois países.

É sabido que a opinião pública, por vezes, tende a magnificar acontecimentos assim, apresentando como crise o que não passa de mera divergência de opiniões, retratando como visões inconciliáveis o que são apenas diferenças de prioridades, chamando “ultimatos” a simples propostas que visem a reorientar determinados aspectos da relação bilateral.

Embora eu não tenha perdido de vista essas nuances, estou convicto de que as eventuais diferenças devem – e serão – discutidas pelos canais apropriados.

E entendo que, além do meio diplomático, o âmbito parlamentar pode ser muito útil na discussão franca e ponderada de projetos para o Mercosul e para a aliança entre o Brasil e a Argentina.

Por isso, decidi convidar o Presidente Daniel Scioli para vir a Brasília, e me muito alegre que Vossa Excelência esteja aqui conosco.

Convidei Vossa Excelência porque penso que a simples visita do Presidente do Senado da nação-irmã constitui gesto político de impacto, capaz de ajudar a dissipar visões pessimistas sobre o relacionamento bilateral.

Porque acredito que o diálogo entre parlamentares de ambos os países é fundamental para que cada lado entenda em sua justa dimensão os anseios, expectativas e projetos da outra parte.

Porque estamos todos engajados na futura formação de um Parlamento do Mercosul e entendemos que esse projeto precisa, para sua concretização, de um contato cada vez mais fluido entre os Congressos de todos os países do bloco.

Estamos felizes e honrados com sua presença, Presidente Scioli. Ao dar as boas vindas a Vossa Excelência, em nome do Senado Federal brasileiro, desejo ainda, na condição de Presidente do Congresso Nacional, colocar-me a sua disposição para implementar quaisquer iniciativas que visem a aumentar o conhecimento mútuo, o diálogo frutífero e a amizade entre parlamentares argentinos e brasileiros.

Muito obrigado.

MULHERES DA CHINA E DO BRASIL

Sessão Solene, 22-6-05.

É com enorme honra e prazer que recebemos aqui no Congresso Nacional todas aquelas que estão empenhadas na realização desta Semana da Cultura e do Desenvolvimento das Mulheres da China e do Brasil, principalmente a Federação Nacional de Mulheres Chinesas e a Confederação das Mulheres do Brasil.

Trata-se de um evento notável e que merece toda a atenção dos dois países, e não só das mulheres, mas de toda a sociedade.

Um evento que vem sendo organizado há dois anos e que é uma grande oportunidade para que as nossas nações se aproximem e se conheçam mais.

É com grande honra que recebemos a visita de 127 mulheres de destaque da China, líderes em seus setores de atividade, formadoras de opinião. A China tem sido um exemplo do esforço de toda uma sociedade para acabar com as desigualdades seculares que, em todo o mundo, sempre impuseram uma condição de inferioridade à mulher.

Em meados do século 20, a maioria das mulheres chinesas eram ainda analfabetas. Esse problema foi superado por programas agressivos de governo e com o apoio de toda a população.

Hoje, toda mulher tem pelo menos 10 anos de escolaridade obrigatória. As mulheres já ocupam mais de um terço dos cargos no setor público e em empresas estatais e privadas. E ainda: mais de 20% dos deputados da Assembléia Popular da China são mulheres.

Como no Brasil, a evolução se faz à base de muita luta, mas a integração e a justa valorização da mulher na sociedade vêm acontecendo.

A Federação Nacional das Mulheres Chinesas tem 50 mil militantes, um número impressionante até mesmo para a gigantesca população do país.

A exemplo do que ocorre entre nós, há toda uma luta das mulheres chinesas pela valorização humana, profissional, pela educação e pelo fortalecimento da auto-estima. Sem dúvida, há muito ainda o que conquistar, e todas vocês sabem disso. Mas é passo a passo que se chega ao destino.

No Brasil, temos mulheres ministras de Estado, no Supremo Tribunal Federal (a nossa Corte Constitucional), no Parlamento, nas Forças Armadas. Mas ainda em número muito inferior à proporção real das mulheres em nossa população. E dificilmente em papéis-chave.

É verdade que algumas profissões no Brasil, como o jornalismo, já são majoritariamente femininas. Mas a regra geral é que a mulher tenha salário menor do que o do homem e não atinja os postos de maior responsabilidade.

Há ainda muitos setores que não gostam de contratar mulheres porque temem o período de licença do pós-parto, e ainda têm preconceitos tolos sobre uma suposta instabilidade emocional das mulheres. Nada mais falso. É uma luta difícil, a das mulheres. Uma luta que vem desde a Revolução Francesa, no século 18, quando a escritora Olimpe de Gouges redigiu uma declaração dos direitos da mulher, baseada nas idéias filosóficas de um dos membros da Assembléia Revolucionária, o Marquês de Condorcet.

As revolucionárias francesas exigiam acesso ao serviço público e às forças armadas, mas foram sufocadas pelo Grande Terror, liderado por Robespierre.

Por ironia, as mulheres francesas, pioneiras na luta pelos seus direitos, só conseguiram o direito ao voto em 1949, muito depois do Brasil, em 1933, Estados Unidos, em 20, e Inglaterra, em 28.

A Confederação das Mulheres do Brasil, e a Federação das Mulheres Chinesas são, assim, versões modernas e aperfeiçoadas da pioneira Federação Brasileira para o Progresso Feminino, criada em 1922 pela bióloga Berta Lutz, no auge da efervescência modernista.

São também herdeiras diretas do espírito libertário das mulheres revolucionárias da França de 1789.

É com orgulho e admiração que vemos também que a luta das nossas mulheres não se resume aos direitos delas próprias. Não. **Lutam também pela erradicação da pobreza, da fome, das desigualdades sociais e da ignorância de homens, mulheres e crianças**, não só no Brasil, mas em todo o mundo.

A China é um exemplo desse esforço: consegue alimentar uma população superior a um bilhão de habitantes e conseguiu praticamente erradicar a pobreza, mesmo tendo boa parte de seu imenso território sem condições para a agricultura. O dinamismo e a pujança de sua nova economia são também exemplos para o Brasil e para o mundo.

Nossos povos têm tudo para trocar experiências. Claro que uma nação jovem e multicultural como o Brasil, com menos de 200 anos de independência, tem muito mais a aprender com um povo milenar como o chinês, um povo que sofreu toda sorte de provações, guerras e invasões inimigas, e que acumulou sabedoria.

Nossas relações diplomáticas tiveram um hiato de dez anos, de 1964 a 1974, quando foram reatadas. E nunca estiveram em um nível tão bom como agora, de intensa cooperação econômica e tecnológica.

Temos assinados mais de 50 acordos e protocolos, trocamos não só *commodities* e tecnologia, mas também cultura: nós, brasileiros, adoramos a arte e o cinema chineses, sua culinária. E os chineses assistem também nossas novelas, amam nosso futebol e nossa música. Em matéria de tecnologia de ponta, lançamos em conjunto, em 1999, o primeiro Satélite de Recursos Terrestres.

Temos muito em comum, sendo o principal de tudo a esperança no futuro, o esforço por construir países que ofereçam condições dignas de vida aos nossos povos, principalmente nossas crianças, nossos velhos e nossas mulheres.

Bem-vindas, mulheres chinesas, que as relações entre nossos países sejam cada vez mais próximas e nossos povos cada vez mais unidos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

ADEUS, MINISTRO PAULO AFONSO

Sessão de 21-6-05.

Venho, neste momento, somar as minhas mais sinceras, profundas e fraternas homenagens ao querido amigo Paulo Afonso, com quem tantos de nós compartilharam momentos políticos históricos do País, e com quem tive, pessoalmente a honra de trabalhar de maneira ainda mais próxima, quando ministro da Justiça, sete anos atrás.

Lá tive a oportunidade de aprender com a experiência, a serenidade, o equilíbrio, o conhecimento e a habilidade de Paulo Afonso, características reconhecidas e admiradas por todos.

Memoráveis, ainda, as observações e os conselhos ditados em tantas reuniões num momento crucial da vida política do País.

Os ventos da redemocratização passaram, sem dúvida, pela pequena sala de Paulo Afonso na Câmara dos Deputados, ponto de encontro de jornalistas e dos mais destacados políticos na década de 80.

Paulo Afonso Martins de Oliveira deixa mais que saudades. Nesses tempos tempestuosos, Paulo Afonso, tenho convicção, saberia com sua ponderação habitual e sua experiência indicar o caminho mais seguro para trilharmos.

Foi em tempos muito difíceis que ele próprio, Paulo Afonso, discreta e decisivamente, ajudou a pavimentar o caminho para redemocratização do País.

Como Secretário-Geral da Câmara, Casa que conhecia como poucos, como Ministro do Tribunal de Contas da União, como Se-

cretário-Executivo do Ministério da Justiça, Paulo Afonso sempre se destacou pela dedicação absoluta à função pública, por zelo na eficiente aplicação dos gastos públicos e na observação dos princípios democráticos.

Paulo Afonso deixa saudades. ***Mais que saudades, deixa exemplos a serem seguidos.***

Paulo Afonso, sem nenhum risco de contestação, pode ser homenageado como o exemplo de funcionário público. Meu amigo fraterno, Paulo Afonso, repouse em paz e que Deus o guarde.

Muito obrigado.

PERDA PREMATURA

Sessão de 21-6-05.

É com muita tristeza que todos nós brasileiros nos despedimos do Governador Miguel Arraes. Sem medo de errar, posso afirmar que, pela lúcida visão com a qual analisava a cena política atual e por sua capacidade de vislumbrar cenários futuros, Arraes, do alto dos seus 88 anos, se vai prematuramente. Arraes e sua geração deixam órfã uma geração que tanto aprendeu com eles a resistir à ditadura e depois, com a anistia, continuou aprendendo no processo de redemocratização do País.

É prematura a sua passagem, insisto, porque num momento em que a política brasileira vive uma crise profunda, o Congresso Nacional, inicialmente, e a política como um todo, não poderiam prescindir da sua experiência e capacidade de aglutinar e buscar caminhos para debelar crises. Mas, para nossa tristeza, Deus quis assim.

Arraes deixa inconsoláveis familiares e amigos. O mundo da política, nós senadores e deputados federais, ficamos todos, a partir de agora, privados do convívio de um ícone, um dos bastiões da resistência, uma das mais representativas lideranças políticas da História republicana brasileira.

Miguel Arraes é representante de uma geração que foi violentada, por décadas, no seu direito de trabalhar política e socialmente pelo desenvolvimento do nosso País, do nosso Nordeste, de Pernambuco. Esse tempo perdido criou uma lacuna na nossa história; um tempo que está fazendo falta no que diz respeito à democratização e fortalecimento das instituições públicas.

O reflexo disso é o surgimento de alguns – e graças a Deus eles são minoria – que insistem na política do “farinha pouca, meu pirão primeiro”, do desmando, do descaso com a coisa pública, do desrespeito ao Estado Democrático de direito. Uma gente afinada com a corrupção, com a determinação de desmoralizar nossas instituições, sobretudo este que é o mais representativo Poder da República, esquecendo-se de que estamos todos aqui para legitimar as aspirações de um povo sofrido, mas esperançoso de dias melhores.

Fato é que não se pode contar a História contemporânea do Brasil sem que o nome de Miguel Arraes seja citado. Quatorze anos de exílio, não despertou o ódio em Arraes. Ao contrário, o sofrimento, a privação de ver o seu País e sua gente, apuraram o seu espírito conciliador.

Arraes retornou do exílio na Argélia disposto a resgatar o tempo perdido, trabalhando para dar sua importante contribuição à reorganização política do Brasil, sem revanchismo, ajudando a fundar o PMDB. Suas palavras na apresentação do livro *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, da Companhia Editora de Pernambuco, Governo do Estado de Pernambuco – CEPE, refletem tamanha lucidez.

“Querer a justiça não é querer a revanche. Os revanchistas apenas reformam erros, enquanto os que lutam pela justiça fazem avançar o processo de redemocratização – que no Brasil é ainda essencialmente formal, ao sustentar um modelo econômico que gera milhões de miseráveis. O reconhecimento, pelo Estado, dos direitos dos brasileiros mortos no decorrer do regime militar marcará um avanço no processo de redemocratização. Avanço no qual, temos a convicção, sabemos conquistar com maturidade e responsabilidade.”

Em todos os aspectos, tenho certeza de que, para onde for, o Governador **Miguel Arraes cumpriu, com o desprendimento dos estadistas, a sua missão de homem público.**

Cearense de Araripe, Miguel Arraes chegou ao Recife com pouco mais de 16 anos de idade, e no Estado ao qual dedicou sua vida, construiu uma história política irretocável. Advogado, iniciou na vida pública como funcionário de carreira do Instituto do Açúcar e do Alcool . Foi Secretário Estadual de Fazenda, inicialmente no Governo

de Barbosa Lima Sobrinho e depois no Governo de Cid Sampaio, deputado estadual, prefeito de Recife, governador por três ocasiões e deputado federal por quatro mandatos.

Aqueles que o acompanhavam nas suas andanças pelo interior do Estado, como o meu amigo e Ministro da Ciência e Tecnologia, o neto de Arraes, Eduardo Campos, inclusive, sabem da maneira carinhosa e respeitosa com que ele tratava cada cidadão, sobretudo aquela gente sofrida do Agreste.

O “Velho Arraia”, tratamento carinhoso escolhido pelos mais humildes, teve incontáveis vezes a roupa rasgada por incrédulos homens e mulheres sertanejos que não acreditavam estar diante de um homem, de um político, mas de um deus. Uma liderança que respeitou os pobres e, por isso, contrariou as elites conservadoras.

“Faça chover, Velho Arraia”, apelou certa vez um sertanejo em pleno Agreste, para surpresa e consternação geral. O que pode parecer blasfêmia, se explica pela admiração de um sertanejo a um governador que ao levar eletricidade a uma região abandonada por tudo e por todos, só não faria chover se não quisesse.

Muitos foram os projetos de Arraes. Um dos mais lembrados é o “acordo do campo” – pacto que envolveu os sindicatos rurais, o governo, usineiros e fornecedores para levar, com 20 anos de atraso, nos idos de 1963, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) à Zona da Mata pernambucana.

Muito aqui já foi dito sobre Arraes. Um dos aspectos mais interessantes de sua biografia é o folclore, as histórias que se contou em torno desse mito. Vou aqui fazer minha homenagem ao velho companheiro do PMDB, relatando uma passagem que foi narrada à “*IstoÉ*” pelo escritor Ney Figueiredo.

O texto é da revista: “Ao entrar numa casa, os moradores prepararam um chá para servir à visita. Ao chegar mais perto do fogão, Figueiredo pôde verificar os ingredientes da bebida. Imerso na água quente, o que daria sabor ao chá era um cartaz da campanha de Arraes”.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado a todos.

COMPROMISSO COM A SEGURANÇA

Em 27-6-05.

É com muita honra que recebo a homenagem prestada por essa prestigiada instituição, a Polícia Civil de Alagoas, que acaba de comemorar trinta anos de existência.

Nessa longa trajetória, é importante louvar a dedicação não só da diretoria da instituição, mas de todos os policiais que tão bem têm sabido desempenhar seu papel perante a sociedade. Dedicção digna, ainda, de maior louvor quando se sabe das limitações financeiras que penalizam não apenas a Polícia Civil de Alagoas, mas a de todas as outras unidades da Federação. **Essas limitações, entretanto, não têm impedido avanços significativos na luta contra o crime.** Só para dar um exemplo, gostaria aqui de lembrar o fato de todos os seqüestros cometidos em Alagoas, nos últimos três anos, terem sido devidamente esclarecidos.

Como Presidente do Senado Federal e como ex-Ministro da Justiça, sempre tive uma particular preocupação com a questão da segurança pública, ainda mais diante da triste escalada da violência nas nossas cidades. O Estatuto do Desarmamento, aprovado no Senado, é fruto de uma luta antiga e desencadeou a atual Campanha do Desarmamento, que já retirou de circulação mais de 342 mil armas. Uma vitória da paz sobre a insegurança.

A preocupação com a violência se estende, obviamente, à preocupação com aqueles diretamente responsáveis por combater essa violência. Para tentar minimizar os problemas enfrentados pelos nossos policiais, é que apresentei, ainda em 2003, no Senado Federal,

projeto de lei criando o Programa de Subsídio Habitacional para Policiais Militares e Cíveis. A melhoria das condições de moradia de nossos policiais é o mínimo que o Parlamento pode fazer para resgatar a dignidade de uma categoria tão importante para toda a sociedade. O projeto está hoje em análise na Comissão de Assuntos Sociais do Senado e tem sido por nós acompanhado com toda atenção.

Para encerrar, gostaria, mais uma vez, de agradecer a homenagem a mim prestada pela Polícia Civil de Alagoas. Homenagem à qual só não pude estar presente por força de urgentes compromissos em Brasília, como Presidente do Senado Federal.

Muito obrigado.

UMA AGENDA PROPOSITIVA

ILB/Brasília, 28-6-05.

O Senado Federal é a Casa em que são debatidos os grandes temas de interesse do Brasil. É a Casa onde se originam, se aperfeiçoam e se conformam os projetos que vão balizar a vida dos brasileiros e os próprios rumos da Nação.

É o que se pretende ao realizar este Fórum: debater os grandes temas de nosso País, focalizando seus problemas e formulando propostas capazes de solucioná-los. Trata-se, sem dúvida, de tarefa do maior relevo.

Vivemos hoje, senhoras e senhores, um momento delicado da vida nacional. Uma crise política de dimensões consideráveis, que ameaça a credibilidade de nossas instituições e exige de nós uma resposta firme, à altura da seriedade do momento.

Como Presidente do Congresso Nacional, e disso os senhores não tenham dúvidas, farei valer todos os instrumentos constitucionais e regimentais que garantam a completa e isenta apuração das denúncias de desvio de dinheiro público e de compra de votos de parlamentares.

Afinal, tais denúncias escandalizam não somente a opinião pública, mas todos nós, que sempre lutamos por um Brasil justo e democrático.

Mas o Congresso e o País, caros senhores, não podem ficar paralisados diante da atual crise política. Nem ficar à espera da conclusão de investigações que vêm ganhando uma dimensão cada vez mais grave no cenário nacional.

A reforma política é uma das principais respostas que o Congresso pode dar à Nação, neste momento. Aprovada pelo Senado, ela começa a andar na Câmara, movida, infelizmente, pelas denúncias de corrupção.

Sabemos todos que a reforma política não vai resolver as mazes do País. Mas vai fechar uma das principais portas da corrupção: a fragilidade dos partidos políticos e o abuso do poder econômico nas campanhas eleitorais.

Precisamos colocar um ponto final nas legendas de aluguel, fortalecer nossos partidos políticos e acabar com o vergonhoso caixa dois, que se tornou rotina nas campanhas eleitorais.

E o Senado Federal, senhoras e senhores, pode ir mais além. Pode apoiar, de forma decisiva, uma Agenda de Crescimento que devolva à Nação seu verdadeiro foco: o desenvolvimento econômico sustentável e a justiça social.

Foi essa agenda que apresentei recentemente ao presidente da República, e que dele obteve um sinal absolutamente positivo. Até porque a proposta é absolutamente compatível com o equilíbrio das contas públicas. Diria mais: são parceiros.

Não tenho a menor dúvida de que as classes empresariais, tão bem representadas neste Fórum, os trabalhadores, o mercado financeiro e investidores internacionais aplaudiriam de pé um superávit primário calcado na redução das despesas do Estado, na melhoria da qualidade do gasto público e na eliminação de desperdícios.

O que não se admite mais é prejudicar a produção e o emprego com tributos e juros extorsivos. É imprescindível reduzir a carga tributária que castiga empresas e cidadãos.

É imprescindível diminuir, gradualmente, a atual taxa básica de juro da economia, que inibe o crescimento econômico e alimenta o endividamento público.

É imperativo, ainda, que se consolide o pacto federativo, redistribuindo, com estados e municípios, contribuições sociais hoje apropriadas pela União.

Nessa mesma linha, é necessário rediscutir as dívidas de estados e municípios e empreender todos os esforços necessários para corri-

gir as desigualdades regionais.

A agenda de crescimento que defendemos para o País também precisa enfrentar com seriedade a questão da insegurança jurídica e a questão da informalidade.

Entre outros pontos, não podemos aceitar medidas provisórias que alterem contratos e aumentem tributos.

A informalidade, que já alcança mais de 10 milhões de empresas no País, tem de ser enfrentada por meio da recuperação de créditos do setor privado, do tratamento diferenciado aos pequenos empreendedores e do combate efetivo à burocracia.

Não se trata aqui, é bom deixar bem claro, de minimizar o impacto da atual crise política nem de reduzir a importância das investigações que já estão sendo conduzidas pelo Congresso Nacional e pela Polícia Federal.

Trata-se, isso sim, de estabelecer, como prioridade, a garantia da governabilidade e da estabilidade econômica.

Sem essa estabilidade, perdemos não apenas o rumo político, mas o rumo do desenvolvimento social e econômico do País.

Senhoras e senhores, essa é a oportunidade para lembrarmos que estamos reformando o modelo orçamentário. O objetivo é que a lei de orçamento se torne uma lei de fato e não uma mera peça de ficção.

Estamos também alterando o rito de tramitação das **medidas provisórias**, que, tenho dito sempre, **são atos bruscos e repentinos que vêm atropelando de forma absurda o Legislativo**.

Por fim, é inadiável enfrentar o grave problema da infra-estrutura. Para tanto, não podemos deixar de consolidar os diversos marcos regulatórios, investir na recuperação emergencial e assegurar os investimentos na expansão da rede. Sem isso, o Brasil verdadeiramente não caminha.

Não é sem motivo que o Fórum Senado Debate Brasil começa justamente pelo tema dos transportes, um item nuclear de qualquer política de desenvolvimento sustentável. Hoje, os diversos modais encontram-se, sem exceção, bastante obsoletos e representam um dos maiores gargalos para o nosso crescimento econômico.

Abro os debates de hoje com a certeza de que caminharemos, juntos, na busca de soluções efetivas e viáveis para o setor.

Não poderia deixar de mencionar que, para a realização deste 1º Fórum, foi indispensável a parceria do Senado Federal com Ministérios, Assembleias Legislativas, Banco Mundial, TCU e inúmeras entidades, entre elas a CNT, a CNA, a CNI, a Fiesp e o Sebrae.

Esse modelo de relacionamento institucional transparente e propositivo será, a cada dia, ampliado e estimulado.

Muito obrigado.

BUROCRACIA IRRESPONSÁVEL

Secovi/SP, junho de 2005.

É uma honra para mim estar entre empresários do dinâmico setor imobiliário. Gostaria, antes de mais nada, de agradecer à diretoria do Secovi pelo convite. E agradecer especialmente ao nosso ilustre Presidente, Romeu Chap Chap, que vem marcando com intensidade e dinamismo sua gestão a frente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo.

A minha satisfação vai além da oportunidade que tenho de me dirigir a um grupo de valorosos empreendedores. Enxergo, neste momento, uma ótima ocasião para dialogar com um setor que é sinônimo de atividade econômica, geração de emprego e de algo sagrado para o ser humano: a moradia.

Confesso estar impressionado com os números do Secovi – São Paulo, o maior sindicato do setor imobiliário da América Latina, reconhecido como uma das mais atuantes entidades representativas de condomínios e da indústria imobiliária, a caminho de seus 60 anos de atividades.

Há muito a ouvir e a dizer quando se trata de um sindicato que representa 30 mil condomínios residenciais, comerciais e mistos e aproximadamente 11.200 empresas de pequeno, médio ou grande porte. E está inserido no setor da construção, que responde por 20% do Produto Interno Bruto e pela geração de nove milhões de empregos diretos e indiretos.

Como outros ramos da economia brasileira, o imobiliário tem suas reivindicações específicas, sobre as quais falarei adiante. Gostaria

de abordar inicialmente outra questão: a adoção de uma agenda de desenvolvimento neste momento em que a temperatura da conjuntura política subiu muito além do recomendável.

Essa nova agenda contém algumas ações conhecidas. Entre as mais importantes está a criação da comissão mista de deputados e senadores, que venho reunindo regularmente, com a meta de apresentar proposta de mudança do rito processual das medidas provisórias.

A sociedade pode se preparar para uma série de modificações importantes e positivas. Uma delas será a proibição de que o Governo altere contratos por meio de MP. Esse limite poderá ser aprofundado, de modo a vedar também a possibilidade de as medidas provisórias tratarem de questões tributárias.

Posso garantir-lhes igualmente uma solução para o grave problema do trancamento da pauta da Câmara e do Senado pelas MP. Quando uma medida editada pelo Presidente da República paralisa a pauta de votações, termina por forçar o Congresso a votar leis de maneira açodada. Acabamos produzindo uma legislação confusa e ineficiente.

Minhas senhoras e meus senhores, posso ver, em meio a uma platéia composta basicamente por empresárias e empresários, um grande ponto de interrogação sobre as cabeças das pessoas aqui presentes. E a grave questão dos impostos? Como e quando será resolvida? Sabemos que tanto os homens e as mulheres de negócios quanto os trabalhadores acham, com razão, que pagam impostos em excesso. E que esses ***impostos são cobrados de forma confusa, desordenada e irracional.***

Considero que a carga tributária é dada pela demanda por serviços públicos. No Brasil, essa demanda é enorme. Portanto, reduzir a carga neste momento é um sonho distante.

Sobre a forma caótica em que se organiza nosso sistema de impostos, sei que devemos ter a modéstia como uma companheira inseparável, mas quero fazer um elogio ao Parlamento. Atacamos de forma brilhante essa imensa confusão no projeto de reforma tributária, atualmente em discussão na Câmara dos Deputados. A proposta foi concebida no Governo, mas o nosso diligente Senado reformulou-a, dando-lhe um calendário de procedimentos que construiu sua viabilidade política.

A despeito do enorme coro a favor de alterações profundas na estrutura tributária, a votação final da reforma ainda depende de negociações entre o Governo, as lideranças na Câmara dos Deputados, os governadores e o empresariado. De minha parte, não medirei esforços para mediar os acordos, a fim de que esse rebento nasça forte, depois de parto tão complicado.

Tenho me empenhado com especial devoção a um amplo projeto de desburocratização. Formamos um grupo de especialistas e consultores legislativos que está levantando todos os nós burocráticos que atrasam nosso País.

Sei que esse tema toca especialmente os empresários. **No Brasil, a simples abertura de uma empresa exige 60 procedimentos diferentes e consome 180 dias. Isso é absolutamente inadmissível.**

As empresas também poderão se beneficiar indiretamente de uma medida que vamos propor para facilitar a vida do cidadão comum: a adoção do número único de registro – tal como ocorre atualmente nos Estados Unidos. Esse número de registro servirá para a identificação civil, previdenciária, no trânsito ou em qualquer instância legal.

A lei que institui essa novidade já existe desde 1997, mas precisa ser regulamentada, o que será feito. O registro único facilitará a contratação de trabalhadores, a investigação de fraudes e a solução de crimes.

Não poderia deixar de mencionar nesta ocasião a necessidade que temos de fazer a reforma política. Esta é uma prioridade absoluta para dar ao Brasil o ambiente de segurança jurídica e propício ao desenvolvimento que todos nós queremos.

Tenho insistido nesse ponto em diversas ocasiões e para diferentes públicos. A razão dessa insistência é a convicção que tenho de que sem ela ficaremos como aquele indivíduo que não desenvolveu seu próprio modelo de atuação na vida e fica à mercê de ultrapassados conceitos herdados de gerações anteriores.

Essa reforma, a que já chamei de “a mãe de todas as outras”, fortalecerá os partidos políticos, dará mais transparência ao financiamento das campanhas, aperfeiçoará o sistema eleitoral. Enfim, dará mais estabilidade e previsibilidade ao sistema político brasileiro, contribuindo decisivamente no desenvolvimento do nosso País.

Finalmente, gostaria de me referir agora a um pleito de quase dez anos do setor imobiliário: a mudança das regras de correção do valor dos imóveis na declaração do Imposto de Renda. Como todos sabemos, desde 1996 está proibido o lançamento de correção monetária no valor de compra dos imóveis, elevando a parcela de imposto a pagar relativa à diferença entre o valor da compra e o valor da venda.

Acredito piamente que o Congresso Nacional é sensível ao clamor de qualquer empresário pela diminuição de impostos, que no Brasil são pesados e oneram o setor produtivo. Menos impostos significam mais renda e emprego, e é disso que estamos precisando. Tenho certeza de que se esse imposto baixasse, em muito se elevariam os negócios no setor imobiliário com ganho para todos.

Pouco poderia dizer, no entanto, sobre os arranjos e negociações necessários à viabilização dessa mudança antes de estudos técnicos e dos entendimentos que certamente teriam de ser feitos com o Governo numa matéria dessa natureza. Coloco-me à disposição para prosseguirmos na discussão da proposta, que, acredito, terá um final feliz para empresários e proprietários de imóveis.

Quero mais uma vez agradecer pelo convite e dizer a todos que o Congresso Nacional está, como sempre, pronto para travar um diálogo aberto, construtivo e propositivo com todos os setores da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

PEC PARALELA

Sessão de 5-7-05.

Acabamos de dar ao País mais uma prova de maturidade política. Depois de um ano e meio de discussão, o Senado Federal aprovou em dois turnos a chamada PEC Paralela da Previdência, fruto de um amplo acordo entre Governo e Oposições, para permitir a aprovação da reforma da Previdência.

A emenda constitucional aprovada no último dia 30 resgata o legítimo direito de milhares de servidores públicos que ficaram sujeitos a regras de transição depois da aprovação da reforma da Previdência.

Esses servidores recuperam, agora, a prerrogativa de ter sua futura aposentadoria reajustada junto com os salários do pessoal da ativa. O restabelecimento da aposentadoria integral é mais do que justo. Afinal, os servidores beneficiados deverão cumprir todos os requisitos exigidos por lei: tempo mínimo de contribuição; tempo mínimo de efetivo exercício no serviço público; tempo mínimo de carreira e prazo mínimo de permanência no cargo.

Destacamos, também, a adoção de critérios diferenciados para a aposentadoria de deficientes e a criação de um sistema especial de contribuição, para trabalhadores de baixa renda, inclusive donas-de-casa.

Esse sistema especial, que depende ainda de projeto de lei ordinário, é, sem dúvida, um avanço considerável no nosso sistema previdenciário.

Pontos polêmicos, como os que tratam do subteto de remuneração, da paridade das pensões e de regras para benefícios por incapacidade para o trabalho, voltam agora para nova votação na Câmara.

Caberá, então, aos nobres deputados analisar com mais calma os argumentos de que a mudança no subteto oneraria as finanças dos estados e comprometeria a cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Um debate importante, mas que não poderia paralisar o andamento da PEC Paralela da Previdência e prejudicar milhares de servidores públicos.

Repito, mais uma vez. O acordo entre Oposição e Governo, que garantiu a aprovação da PEC Paralela, é um exemplo de que, ***havendo vontade política, podemos, sim, caminhar no rumo que a Nação espera.***

E podemos, sim, resgatar a credibilidade de nossas instituições, superando esse momento particularmente difícil para todos nós, brasileiros, que sonhamos com um País mais justo e livre da miséria e da corrupção.

Muito obrigado.

O DEVER DAS CPMIs

Em 19-7-05.

Diante da grave crise política que atravessamos, venho me orientando – e não poderia me comportar diferentemente – pelo equilíbrio, pela isenção, pela responsabilidade e pela absoluta transparência. Todos são testemunhas de ter estimulado que as denúncias sobre supostos pagamentos de mesadas fossem investigadas no âmbito da Câmara dos Deputados.

Em todos os momentos procurei compartilhar as ações e decisões com os líderes partidários, do Governo e da Oposição.

Nas reuniões com os Líderes sempre deixei claro que, pelas circunstâncias, seria, repito, melhor a Câmara desenvolver a apuração, uma vez que havendo casos inscritos na possibilidade de perda de mandato, o Senado não os votaria.

Sempre disse e repeti várias vezes, e queria mais uma vez dizer, que não ficaria bem que o Senado, por exemplo, instalasse uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar quebra de decoro parlamentar de Deputados.

Como não prosperou o entendimento para a instalação de uma CPI apenas na Câmara dos Deputados, fizemos a leitura do requerimento de CPI Mista no Congresso Nacional, uma vez que o pedido para instalação da Comissão preenche os pressupostos legais: fato determinado, número suficiente de assinaturas e prazo estabelecido para seu funcionamento.

Rigorosamente, o Senado tem acompanhado, a Câmara também, o mesmo critério adotado no pedido anterior da CPI dos Correios.

Em momentos tão delicados como o atual, nossas referências inseparáveis são o respeito irrestrito à Constituição brasileira, obediência ao Regimento e total atenção às expectativas da sociedade. Apenas a investigação isenta, séria, profunda, responsável e sem paixões políticas contribuirá para mantermos a respeitabilidade e credibilidade de nossas instituições.

A História não perdoa omissões e nem a sociedade absolve tentativas de acobertamento.

Esta Casa já deu um passo vital para manter sua relação com a sociedade ao assumir o papel de protagonista da investigação. Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, ninguém está autorizado a confundir o Congresso com uma funilaria. Aqui não se fará blindagens. Quem tiver culpa, se houver culpa, pagará por ela.

As denúncias e a multiplicidade delas são de extrema gravidade, e a sociedade continua a exigir esclarecimentos. Só assim o Congresso Nacional se afirma. A responsabilidade que está em cada um de nós pode ser traduzida no fato de que 90% da sociedade quer ver resultados a partir das investigações do Congresso por meio de seu mais eficaz instrumento de fiscalização – as Comissões Parlamentares de Inquérito.

Tenho convicção de que o Congresso Nacional – que nunca se negou a combater a corrupção, dentro ou fora de seu corpo – não hesitará. Se houver parlamentares que rebaixaram seus mandatos e suas consciências em troca de subvenções ilegítimas, se houver, e contra eles forem produzidas provas, eles deverão ser punidos emblematicamente, estejam onde estiverem, em qualquer legenda, em qualquer Estado. Não prejulgo ninguém, nunca o fiz, mas ninguém poderá se considerar inalcançável. Só o trabalho autônomo das CPIs permitirá à sociedade ter elementos para separar os bons dos maus homens públicos. Generalizações são sempre desaconselháveis e perigosas.

As investigações das CPIs poderão convergir em determinado momento, dadas as coincidências dos personagens citados. Por isso, faço um apelo aos integrantes das duas comissões, a seus presidentes e relatores.

No objetivo da racionalidade, eficiência e agilidade das investigações, vamos promover um permanente intercâmbio de informa-

ções, de depoimentos e até, se oportuno for, vamos inovar, e fazer, respeitando o objeto de investigação de cada uma, sessões conjuntas para agilizar a investigação e evitar sobreposições e redundâncias.

Creio que esse é também um anseio da sociedade, que esperava ver os resultados das investigações o mais rápido possível, sem prejuízo da qualidade da apuração e do direito sagrado da defesa.

As CPIs têm poderes suficientes e os instrumentos necessários para evitar tentativas de transformá-las em laboratórios para testes de versões.

A sociedade e nós queremos a verdade, nada além e nada aquém da verdade. Vamos perseguir a verdade, só a verdade, para evitar que mergulhem em um Estado regido pelas suposições.

Era o que tinha a dizer, Srs. Senadores e Srs. Deputados.

Muito obrigado.

JUSTIÇA, ENFIM

Em 8-7-05.

Muito me honrou o convite formulado por este Sindicato para que eu me fizesse presente à Assembléia Geral dessa valorosa categoria profissional, evento organizado com o intuito de celebrar a vitória em ação trabalhista que lhes devolveu direitos importantes.

Gostaria imensamente de compartilhar pessoalmente essa alegria com os integrantes do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Educação e Previdência de Alagoas (SINTSEP-AL), mas compromissos urgentes me prendem em Brasília, onde decisões de grande envergadura estão sendo tomadas, com vistas à normalização do quadro político.

À distância, porém, comungo com os senhores desse sentimento de que a justiça, enfim, se fez cumprir. Sei o quanto representa a certeza do recebimento de recursos necessários à manutenção de suas famílias, à educação de seus filhos. Ainda mais quando se trata de recursos obtidos com o sacrifício de muitas horas de trabalho e de anos de luta nos tribunais.

Acompanhei atento a essas batalhas e me reconfortei com a decisão final do Supremo Tribunal Federal, mandando pagar os R\$21 milhões a 1.446 servidores da Funasa.

A vitória não veio sem um esforço final: o dinheiro, como todos sabem, ficou retido nas malhas da burocracia, até que, **atendendo a um apelo que lhe fiz, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva liberou a verba.**

Caros servidores, congratulo-me com os senhores nesta hora de júbilo e espero que mantenham, todos, o espírito de trabalho e luta que tanto vem dignificando essa categoria e trazendo benefícios sociais a Alagoas.

De minha parte, estarei sempre vigilante em defesa dos interesses dos trabalhadores alagoanos. Também espero continuar contando com o apoio dos senhores aos meus incansáveis esforços em prol do bem-estar da nossa sociedade.

Muito obrigado.

O GLOBO – 80 LONGOS ANOS

Sessão de 9-8-05.

A família do saudoso jornalista Roberto Marinho tem motivos de sobra para comemorar os 80 anos do jornal *O Globo*, completados no último dia 29. A história desse diário é rica em conquistas de toda ordem – jornalísticas, técnicas e mercadológicas.

Entretanto, como Presidente do Senado, gostaria de iniciar esta minha homenagem falando dos motivos que o Brasil tem para comemorar a saga de *O Globo*.

É que, ao longo desses 80 anos, o jornal acompanhou, refletiu e contribuiu enormemente para as transformações que o País sofreu em busca da modernidade e do desenvolvimento.

Tudo o que ocorreu de realmente importante para a formação do Brasil contemporâneo pode ser situado nesses 80 anos, a começar da revolução de 30. E todos os passos e descompassos de nossa Nação foram acompanhados pelo *O Globo*.

Não esqueçamos que *O Globo* foi sempre um órgão de imprensa inovador e sintonizado com a sociedade, desde a escolha do próprio nome, feita por meio de consulta popular.

Para os leitores de hoje, habituados aos jornais matutinos, às transmissões de TV e à internet, pode parecer estranho que as duas primeiras edições do jornal carioca, do dia 29 de julho de 1925, tenham ido às bancas às 18h e 20h, com vendagem conjunta de 33.435 exemplares.

Eram tempos heróicos, em que o jornalista Irineu Marinho, pai de Roberto Marinho, empreendia o ousado gesto de começar um jornal vespertino, quatorze anos depois da fundação de *A Noite*.

O Globo começou nas instalações improvisadas da esquina da Rua

Bittencourt da Silva com o Largo da Carioca, sem maquinário próprio e com a atenção direcionada aos interesses do Brasil: “Voltam-se as vistas para a nossa borracha!” foi a primeira manchete do jornal, que tratava de discussões sobre o preço da borracha no mercado internacional.

Nem a morte repentina de Irineu Marinho, aos 49 anos, menos de um mês após o lançamento de *O Globo*, foi capaz de impedir o projeto de seguir em frente.

Demonstrando a sensatez que sempre lhe foi característica, Roberto Marinho, o filho mais velho, evitou um encargo para o qual ainda não se sentia preparado e passou a chefia de redação a um jornalista mais experiente, vindo a assumir o jornal somente em 1931, aos 26 anos.

Era um período de vicissitudes não só para a família e para a empresa, mas também para o Brasil.

Em 11 de outubro de 1936, por exemplo, é registrado o célebre episódio da apreensão de exemplares do jornal pela polícia de Getúlio Vargas, em razão de entrevista exclusiva com o general Agildo Barata, preso por tentar um levante comunista.

Em 80 anos, episódios como esses serviram para mostrar o compromisso do jornal e de Roberto Marinho com o País. Foi com o mesmo grau de apego à liberdade de imprensa que *O Globo* noticiou fatos cruciais como a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, a queda de Getúlio Vargas, em 1945, seu retorno ao poder, em 1950, assim como o suicídio em 1954.

Além destes, registro o movimento militar de março de 1964, a redemocratização em 1985 e as primeiras eleições diretas depois de 30 anos de regime militar, em 1989.

É do período dos governos militares um dos episódios mais notáveis da história de Roberto Marinho, e que contribuiu para elevá-lo ao pódio onde se situam grandes homens da nossa História.

Em 1965, ao instituir o Ato nº 2, o Governo pressionou os proprietários de jornal e televisão a demitirem profissionais supostamente inimigos do novo regime.

A pretensão foi imediatamente rechaçada por Roberto Marinho, o que lhe vale até hoje o respeito dos setores de esquerda da nossa política.

Ao morrer, com 98 anos, o presidente das Organizações Globo

partiu com a consciência de ter contribuído decisivamente para colocar o País nos trilhos da modernidade, justificando-se plenamente os três dias de luto oficial decretados pela Presidência da República e as homenagens que lhe foram prestadas pelo Congresso Nacional.

No comando de *O Globo* e da Rede Globo de Televisão, Roberto Marinho criou um modelo de homem público da esfera privada, sempre atento à necessidade da informação e da disseminação da cultura e do conhecimento. Nesse sentido, atuou jornalisticamente ou patrocinando atividades e prêmios culturais e esportivos, inclusive por meio da fundação que leva o seu nome.

Apesar do poder de sua Rede e de suas excelentes relações com todas as áreas, Roberto Marinho nunca se interessou por cargos públicos. Sua obstinação era o ofício de jornalista, que exerceu com enorme paixão e talento.

E na sua paixão pelo jornalismo, abrigou em *O Globo* um elenco dos mais ricos em profissionais também comprometidos com a informação e apaixonados por seu ofício, como Mário Filho e Evandro de Andrade.

E foram produtos de *O Globo* algumas das mais importantes referências da imprensa nacional, como a coluna de Ibrahim Sued, considerada por todos como um divisor de águas no jornalismo brasileiro, ao alargar os limites do colunismo social e divulgar notas sobre política e economia.

Foi também no jornal *O Globo* que escreveram durante muitos anos o dramaturgo Néelson Rodrigues e os escritores Otto Lara Resende e Fernando Sabino, além do cronista Rubem Braga.

Como podemos ver, é uma longa história de luta e conquistas extraordinárias repartidas com o Brasil e que, em nome do Congresso Nacional, homenageio.

Faço, neste momento, ***os meus votos de que a família Marinho prossiga nessa trajetória de excelência*** e patriotismo que marcaram os últimos 80 anos de atividades de *O Globo*.

Muito obrigado.

UM PLANO PARA A CULTURA

Sessão de 10-8-05.

É realmente com grande satisfação que realizamos hoje esta sessão de promulgação da proposta de Emenda à Constituição que institui o Plano Nacional de Cultura.

É uma iniciativa – tenho certeza – que conta com o apoio do Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, aqui ao meu lado, e do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, este batalhador incansável da cultura e das artes no País.

Devo destacar o esforço do Deputado Federal Gilmar Machado, do PT de Minas Gerais, autor da proposição que inclui no artigo 215 da Constituição o parágrafo que torna a produção, difusão e divulgação cultural no Brasil obrigatórias para a União, estados e municípios.

Gostaria de lembrar que já estava previsto na Constituição não apenas o trabalho em equipe entre as três esferas do Poder Público no setor, mas, principalmente, o direito de acesso à cultura por parte da população.

Com a aprovação do Plano, a expectativa é que as políticas culturais no Brasil deixem de ser efêmeras, ocasionais, isoladas e se transformem em ações permanentes do Estado, em benefício da população.

Devo afirmar que toda iniciativa no sentido de preservar e garantir a atividade cultural no País contará com meu apoio.

No que depender do Congresso Nacional, músicos, artistas plásticos, cineastas, atores, escritores e tantos outros intelectuais terão nossa solidariedade na luta para garantir mais recursos para a área da cultura.

Mas este passo que damos hoje não deve se encerrar aqui. Temos de **dar continuidade ao movimento nacional em prol da cultura, que vem mobilizando a classe artística em diferentes capitais.**

Senhoras e senhores, quero aproveitar o ensejo para destacar que o Congresso Nacional não vai fugir às suas responsabilidades neste momento difícil que atravessa o País. Vamos continuar garantindo a isenção e a independência necessárias para as investigações das CPIs ora em curso.

E devo dizer que, no que depender de minha vontade, as comissões parlamentares de inquérito não afetarão os trabalhos legislativos. Pelo contrário, reforçarão nossa convicção de que a Casa é capaz de dar as respostas que a sociedade cobra, sem afetar a normalidade democrática.

Vamos investigar, apurar, garantir direitos e, se for o caso, punir exemplarmente, mas também permitir que as proposições de interesse da sociedade tenham vez.

Precisamos concluir a reforma tributária, implementar mudanças no sistema eleitoral e político, desburocratizar a máquina estatal, aprovar a Lei das Micro e Pequenas Empresas, enfim, garantir que o País mantenha a estabilidade econômica, social e institucional, sem deixar de prestar contas ao presente e ao futuro, com a apuração das denúncias de irregularidades que abalam o País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O LEGISLATIVO NA SEGURANÇA JURÍDICA

Fiesp, São Paulo, 15-8-05.

A realização de um encontro para discutir e propor idéias sobre segurança jurídica, sob a tutela da sociedade civil organizada, nos revela que a consolidação das instituições no Brasil é um processo que avança a bons passos, a despeito do momento delicado que ora vivemos.

Segurança jurídica, me permitam a simplicidade conceitual, se expressa justamente na previsibilidade das condutas dos agentes, em especial dos agentes públicos.

É exatamente essa previsibilidade do comportamento das instituições que permite ao cidadão, aos grupos sociais e às empresas quantificar o risco das suas decisões. Com os riscos dimensionados, sabemos todos, há maiores probabilidades de que os resultados das ações públicas e privadas ganhem maior eficiência.

É sob o império da previsibilidade que a iniciativa privada consegue alocar de forma eficiente os seus fatores de produção. Não é outra a razão de a segurança jurídica ser um valor tão caro para o empreendedor.

A segurança jurídica é uma construção coletiva. Por ser coletiva, é que ganha destaque o papel do Legislativo.

Como o Congresso Nacional é o foro próprio para a discussão e elaboração das leis, temos nós, senadores e deputados, o dever de produzir normas jurídicas claras, visando, justamente, à segurança jurídica.

Quando proliferam normas complexas, prolixas, o sistema jurídico se transforma num “cipoal”, dificultando a interpretação das leis e causando transtornos às decisões judiciais.

Daí a nossa responsabilidade na feitura das leis. Por isso, senhores, muitas vezes nos ocupamos por dias, às vezes, meses ou anos, nas discussões e votações parlamentares. Queremos com isso que as normas geradas estejam efetivamente próximas das reais necessidades do País.

Nesse contexto, atualmente estamos empenhados em alguns temas cruciais para a segurança jurídica, como o redesenho do sistema das medidas provisórias e a reformulação do modelo orçamentário.

No caso das medidas provisórias, que são atos repentinos, penso que elas jamais deveriam cuidar de elevação de tributos ou da modificação de contratos. É o que os juristas costumam chamar de princípio da “não-surpresa”.

Neste sentido, apresentei, no ano passado, proposta alterando a Constituição Federal, vedando a edição de medidas provisórias em matérias contratuais.

Percebam os senhores que essa “blindagem” dos contratos tem efetiva relação com a questão das Parcerias Público-Privadas, que são verdadeiros contratos de longo prazo.

Como a Lei das PPPs é ordinária, as regras desses contratos podem ser facilmente alteradas por medidas provisórias.

Já no caso da reforma orçamentária, criamos um grupo de trabalho de senadores e deputados para resgatarmos o papel da Lei Orçamentária Anual, tratada hoje, por muitos, como uma peça de ficção, justamente pelo seu caráter meramente autorizativo.

Um orçamento público fictício, simplesmente autorizativo, lei pela metade, é fonte inesgotável de incertezas e, portanto, de insegurança jurídica.

A lei de orçamento, ao contrário, deveria ser um “farol” para a economia, na medida em que pode sinalizar aos agentes econômicos as intenções de investimentos e demais gastos do Estado.

A reforma política, que já votamos no Senado Federal e hoje se encontra na Câmara, é outro tema intimamente ligado à segurança jurídica. Nesse campo, o meu desejo é que os esforços do Congresso Nacional resultem no fortalecimento dos partidos políticos.

Aliás, semana passada acertamos com os líderes partidários um cronograma para a votação no Senado até o dia 22 deste mês de uma prévia destas mudanças.

Vamos atacar profundamente um dos maiores problemas das campanhas: a questão dos gastos.

Eu e o Senador Jorge Bornhausen, autor da proposta que terá caráter terminativo na Comissão de Constituição e Justiça, concordamos que é preciso dar um freio à pirotecnia excessiva do *marketing* e da propaganda política.

Temos de acabar com a distribuição de brindes, com os show-mícios e com tantos custos que privilegiam a maquiagem em detrimento do debate de propostas dos candidatos.

Além disso, acertei com o Presidente Severino Cavalcanti a votação, na Câmara dos Deputados, possivelmente ainda neste ano, de matérias que propõem mudanças no financiamento das campanhas, que instituem as listas partidárias, que proíbem as coligações em eleições proporcionais, que estabelecem normas mais rigorosas de fidelidade partidária, que acabam com a verticalização, enfim, de novas regras que provocarão alterações profundas no cenário político.

Partidos fortes e programas consistentes são faces de uma mesma moeda. Se um partido ocupa o poder, com uma linha programática consistente, a sua conduta se torna mais previsível e isso é um fator importante de segurança jurídica.

A segurança jurídica se afirma igualmente quando o Congresso Nacional abre suas portas para o intercâmbio com as instituições, porque ***é daí que o processo legislativo converge para normas jurídicas adequadas à realidade.***

Minha presença aqui hoje simboliza a crença sincera que deposito nesse intercâmbio, nessa forma moderna e transparente de relacionamento institucional.

Por isso, estruturamos recentemente no Senado Federal um órgão específico, na Presidência da Casa, para promover essa salutar troca de informações.

Não poderia deixar de ressaltar, nesta oportunidade, que o trabalho firme e equilibrado de investigação, que hoje ocorre nas CPIs

do Congresso Nacional, está imune, está vacinado contra toda e qualquer manobra que pretenda inviabilizar as apurações e futuras punições.

Essa firmeza na condução das CPIs é também, sem dúvida alguma, um fator de segurança jurídica, na medida em que o Parlamento está exercitando, normal e plenamente, o controle legislativo dos atos da administração pública.

Tenho a firme convicção que a Fiesp, com este evento, dá oportunidade para que a sociedade brasileira discuta e proponha pautas que servirão de insumos preciosos para aperfeiçoar os nossos trabalhos no Congresso Nacional.

E isso é extremamente positivo, porque a lei bem-feita, a lei bem-aplicada é uma fonte rica para a construção de um ambiente de segurança jurídica e de um Brasil mais justo e forte.

Muito obrigado a todos.

UM NORTE PARA A INFÂNCIA

Sessão de 23-8-05.

Antes de conceder a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, eu gostaria de dizer às senadoras, aos senadores e a todos os que nos dão a honra de suas presenças como é grande a satisfação de presidir esta sessão.

O compromisso em torno de uma infância mais saudável, mais justa e mais feliz, num mundo livre da extrema pobreza e da fome, da desigualdade e do preconceito, foi capaz de reunir governantes de 180 países em 2002.

O documento “Um mundo para as crianças”, adotado na Sessão Especial da ONU sobre a Criança, em 2002, aponta 21 metas a serem atingidas ao longo da próxima década. Mais que isso, expressa uma idéia fundamental: qualquer progresso duradouro deve começar, sem dúvida, com investimento na criança.

Cabe aqui refletir, como nós, no Brasil, estamos cuidando de nossas meninas e meninos e até que ponto eles têm ocupado, efetivamente, um lugar de destaque na definição de nossas políticas públicas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi, sem dúvida, um considerável avanço no plano legal. Mas não é segredo para ninguém a enorme lacuna existente entre os direitos preconizados no Estatuto e a realidade de 60 milhões de brasileiros entre zero e 18 anos.

Temos, sim, muito o que comemorar: 97% de nossas crianças entre sete e 14 anos estão matriculadas na escola. Mas, segundo avaliações do próprio Ministério da Educação, a qualidade de nosso en-

sino ainda deixa muito a desejar. Sem contar que apenas uma em cada criança até seis anos tem acesso à educação infantil.

Na área de saúde, a situação é parecida. Somos referência mundial no combate à Aids e comemoramos a redução da taxa de mortalidade infantil de 47,5 por mil nascidos vivos, em 1990, para 29,7 por mil, em 2000. Mas lamentamos as desigualdades regionais e raciais, que elevam consideravelmente a taxa de mortalidade entre crianças negras e crianças nordestinas.

A aposta em nossas crianças tem de começar pela redução da fome e da miséria.

Apesar dos esforços, já disse, quero repetir, nessas poucas palavras, o País ainda se envergonha do número de brasileiros em situação de extrema pobreza: 8 milhões ou 17 milhões, dependendo de onde se traça a linha de indigência, como ressalva relatório divulgado pelo Ipea.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o PETI, criado em 1996, atende, hoje, 930 mil crianças, que trocaram o trabalho na rua pela sala de aula. Mas, como sabemos, ainda é pouco; ainda é muito pouco. O Programa precisa ser ampliado e a fiscalização tem de ser rigorosa e eficiente para que as crianças não acabem voltando às ruas.

A exploração sexual também – isso aqui foi colocado fartamente – é mais uma questão grave que faz parte do dia-a-dia de milhares e milhares de crianças brasileiras. Somente entre maio de 2003 e abril de 2005, a Secretaria Especial de Direitos Humanos recebeu 9.500 denúncias nesse sentido.

Convém lembrar que a exploração sexual infantil foi tema, no ano passado, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, presidida pela Senadora Patrícia Saboya Gomes e relatada pela Deputada Maria do Rosário.

Mas, para acabar de vez com o trabalho infantil e garantir uma vida digna e saudável para nossas crianças, temos de enfrentar a base do problema: a miséria, a exclusão e a injustiça social. O Brasil precisa, sem dúvida, retomar o caminho do desenvolvimento, gerar renda e mais emprego.

E isso só será possível – é importante que todos saibam – com a adoção de uma agenda de crescimento capaz de trazer mais crescimento, mais previsibilidade à nossa economia, de garantir, sem dú-

vida, uma administração melhor, mais eficiente, mais exitosa de nossas contas públicas. Isso passa por uma Agenda de Desenvolvimento. Essa Agenda que está aí precisa ser tocada pelo Congresso Nacional, embora, sem dúvida, tenha avançado muito em uma das Casas do Congresso, mas precisa ter um avanço correspondente na outra Casa, para que nós saíamos, na prática, desse imobilismo.

Inclui também, como eu dizia, um choque de gestão e outras reformas: a continuidade das reformas institucionais, da reforma política e da reforma tributária. Isso porque só com um sistema político equilibrado e com instituições fortalecidas, que façam uma verdadeira interação com a sociedade, que realizem sessões como esta de hoje, vamos poder, sem dúvida nenhuma, dar as respostas que a sociedade cobra de todos nós e demonstrar definitivamente que a nossa instituição está competentemente preparada para responder aos desafios dos nossos tempos.

Parabenizo o Senador Paulo Octávio pela feliz iniciativa da realização desta sessão e o Sr. Divino Roberto, coordenador do projeto, que merece, sem dúvida, os elogios desta Casa. Receba-os em nome do Senado Federal, de toda a Casa, independentemente do partido que pertencamos.

Para encerrar nossa solenidade, eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos e, em seguida, ao nosso querido Senador Arthur Virgílio. Após, encerraremos este momento da sessão e passaremos à Ordem do Dia.

INVESTIGAÇÕES MAIS MADURAS

Em 30-8-05.

O Congresso Nacional tem dado manifestações diárias de maturidade, equilíbrio e, principalmente, responsabilidade com o País. Nunca na história brasileira atravessamos um período com a intensidade de investigações que estamos desenvolvendo hoje por meio de três comissões parlamentares de inquérito, onde há conexão de casos e até de personagens.

Estamos exercendo, na plenitude, nossas obrigações constitucionais. Além da fiscalização – isenta, ativa e transparente – nossa agenda de votações está sendo mantida rotineiramente. Fechamos o primeiro semestre com mais de mil matérias analisadas. Agora, ainda sob a forte turbulência da crise política, votamos temas polêmicos que dormitaram anos na Casa. Um exemplo recente é a reforma política de emergência que pretende corrigir vícios eleitorais, expostos pelas investigações.

Para fazer um corte mais preciso, desde que surgiram as primeiras denúncias tidas como o estopim da crise, no dia 6 de junho, de lá para cá, já deliberamos 380 matérias, entre projetos e decretos legislativos. São números eloqüentes que revelam a consciência que os senhores senadores têm sobre o atual momento político e a preocupação de mostrar ao país que é possível, a despeito da desconfiança de outrora, compatibilizar investigação e trabalho legislativo. O que em última instância é o fortalecimento da instituição.

Isso deve-se ao bom senso, responsabilidade e ao compromisso que o Senado reitera diariamente com as instituições e, por este motivo, tenho orgulho de congratular-me com todos os senhores senadores. Hoje demos mais um pedagógico passo para valorizar a ins-

tituição. O diálogo entre os presidentes e os relatores das CPIs mostrou que é possível – e preferível – a convergência, a sistematização e a racionalidade em oposição à dispersão, repetição e o desperdício processual. A objetividade e agilidade será a redenção de nossa instituição. A rivalidade significará o triunfo indigesto da impunidade.

Gostaria de informar aos senhores senadores que foi criada uma instância de convergência para racionalizar os trabalhos e evitar repetições de procedimentos. Este comitê de sinergia será consultivo e terá reuniões sistemáticas para diagnosticar previamente os procedimentos que poderão ser feitos conjuntamente, quando houver o interesse de duas ou mais CPIs.

Igualmente será criado um banco de dados único para que os requerimentos de quebras de sigilos, por exemplo, não tenham duplicidade. Eu próprio estou disposto a colocar o peso do Senado Federal para cobrar documentos ainda não encaminhados por setores da administração. Além da questão política, vou disponibilizar os meios administrativos e humanos, se necessário por meio da contratação de especialistas externos, para agilizar a checagem de documentos já entregues às comissões. ***Priorizar a prova documental é um importante passo para dar as respostas que a sociedade nos cobra.***

Resultado concreto desta nova fase, a da sintonia fina, é a iniciativa de duas CPIs – Correios e do Mensalão – de elaborar conjuntamente relatórios parciais sobre o possível envolvimento de deputados beneficiados com subvenções ilegais. Isso sem prejuízo da continuidade da investigação.

Não houve, na minha percepção, o que se denominou de ‘bateção de cabeça’, sugerindo uma entropia generalizada. Nada disso. O que houve e ainda há é ânsia de se chegar, rápida e cabalmente, à verdade. Desalinhos eventuais podem ser atribuídos a métodos distintos, mas que agora serão unificados.

A reunião de hoje mostra ainda a firme e inquestionável disposição de se chegar à verdade, nada além e nada aquém da verdade. A unificação de procedimentos inibe, por si só, as tentações, ainda que sorradeiras, para acobertamentos. Não é função do Congresso imolar inocentes, mas tampouco é papel do Congresso proteger os eventuais culpados.

JUSTIÇA PARA TODOS

Em 2-9-05.

É uma honra representar o Poder Legislativo, nesta abertura do Seminário Internacional, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.

Sendo independentes os poderes da União, como fundamental garantia do Estado Democrático de Direito, seria absurdo pretendê-los fechados em si mesmos, em face da dinâmica mesma da sociedade, que a todos abrange, justifica, desafia.

De fato, a harmonia entre os poderes, prevista constitucionalmente, deve viabilizar-se e aprofundar-se, sem dúvida, no diálogo e na colaboração efetiva entre suas instituições.

Neste seminário, em que são analisadas propostas para um novo modelo de persecução criminal, que resultem na maior eficiência do combate à impunidade, eficiência tão necessária e urgente para nosso País, é visível o anseio da sociedade por uma ordem jurídica capaz de dar conta dos fatos atuais.

As críticas ao modelo vigente do processo penal, compreendendo os importantes procedimentos pré-processuais, e, particularmente, as propostas para sua alteração que daí derivem deverão ser submetidas ao crivo dos representantes do povo e dos estados, reunidos no Congresso Nacional.

A instituição da representação democrática, resultante do sufrágio universal dos cidadãos, detém os meios para sua renovação e o seu aperfeiçoamento permanentes, em que pesem os reflexos das imperfeições próprias dos seres humanos.

Se o sopro da vontade popular é a alma da democracia, a solidez das instituições democráticas constitui sua garantia e penhor.

Às turbulências do presente momento político, o Parlamento tem se esforçado por dar a melhor resposta, com resultados que já podem ser julgados amplamente positivos.

Fazia-se imprescindível garantir o funcionamento livre e independente das comissões parlamentares de inquérito, de modo a desferir inadiável e certo golpe na corrupção e em sua diletta sócia, a impunidade, que tão danosamente vêm minando a auto-estima nacional.

Visando a tornar mais efetivos os resultados das comissões investigatórias do Congresso Nacional e do Senado Federal, adotamos medidas verdadeiramente importantes, quanto aos aspectos processuais, como os que se traduzem na convergência, na sistematização e na racionalidade dos trabalhos inter-relacionados dessas diferentes comissões.

Nesse contexto, cumpre não esquecer da principal atividade parlamentar: o perfeito andamento de sua função legisladora.

No primeiro semestre, foram votadas 1.130 matérias naquela Casa do Congresso Nacional. Após o dia 6 de junho, considerado o estopim da presente crise política, houve deliberações relativas a cerca de 400 projetos de lei e projetos de decretos legislativos. Entre os projetos de lei, vale destacar a mini-reforma eleitoral, que busca corrigir, a tempo do próximo pleito, alguns dos vícios expostos pelas investigações.

Fortalecer-se durante as crises representa, para as instituições democráticas, mais do que senso de oportunidade; é uma condição para a sua permanência renovada. Tenho a convicção de que podemos obter um saldo considerável e duradouro do momento difícil que ora atravessamos.

Um exemplo disso temos aqui, no aprofundamento do debate sobre a investigação e o processo criminais, ressaltando e repensando os diferentes papéis da polícia judiciária, do advogado, do Ministério Público e das várias instâncias do Poder Judiciário.

Se o presente contexto favorece a maior ressonância social desses debates, seria ingênuo deixar de perceber que a possibilidade de seu aprofundamento demandou um longo processo de amadurecimento das instituições e da reflexão dos especialistas e dos diversos atores envolvidos.

Como exemplo dos seguidos esforços conjuntos para dotar o sistema judiciário de ferramentas jurídicas cada vez melhores, há que

se mencionar o Pacto pelo Judiciário, que, entre os onze compromissos, inclui a reforma do sistema recursal e dos procedimentos relativos ao processo penal, entre outros.

A comissão especial mista, criada para tratar dos projetos infraconstitucionais relativos à reforma do Judiciário, merece o crédito de nossas melhores expectativas, no sentido de que se produzam os seus tão esperados resultados concretos.

Senhoras e senhores, com efeito, a busca da permanente sintonia com o Poder Judiciário vem orientando a condução dos trabalhos do Senado Federal e do Congresso Nacional.

A interlocução constante com os ilustres Ministros Nélson Jobim e Edson Vidigal, além do enriquecimento pessoal que me proporciona, tem sido muito importante para a identificação de pontos convergentes, de prioridades comuns.

Quero lembrar, aqui, a recente aprovação da proposta de emenda à Constituição que aumentou a idade para aposentadoria dos ministros do Judiciário, possibilitando que a sabedoria por eles acumulada reverta, por maior espaço de tempo, em benefício da sociedade.

Por meio do diálogo e de ações efetivas, tenho buscado o aprimoramento das instituições dos três poderes da União, plenamente convicto de que sua solidez, por um lado, e sua capacidade de renovação, por outro, constituem a melhor garantia do pleno desenvolvimento da Nação, superando os diversos entraves que se lhe antepõem.

Reafirmo e ressalto, enfim, que o aperfeiçoamento das normas e das estruturas relacionadas à prestação do serviço jurisdicional representa, essencialmente, o cumprimento de um dever para com a sociedade brasileira.

Em resumo, senhoras e senhores, uma Justiça mais eficiente, mais ágil, mais eqüitativa, conduzirá a um país em que não apenas pobres permaneçam presos; em que o respeito à coisa pública seja generalizado; e em , por conseguinte, a redenção social **que a corrupção não mine os recursos imprescindíveis para o desenvolvimento econômico** de tantos e tantos cidadãos brasileiros.

Muito obrigado.

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER

Sessão de 15-9-05.

É com enorme satisfação que comemoramos hoje vinte anos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

O Conselho é, na verdade, uma conquista de movimentos sociais e de mulheres do Brasil inteiro, que marcou o início da caminhada pela promoção de políticas públicas em prol da liberdade, igualdade de direitos e plena participação das mulheres nas atividades políticas, econômicas e culturais do País.

Para dar uma idéia da importância do Conselho na luta pelos direitos das mulheres, basta lembrar a atuação do chamado “*lobby do batom*” na Constituinte. Foi a partir da articulação do CNDM junto aos movimentos feministas e de mulheres, aos conselhos estaduais e municipais e à bancada feminina no Congresso Nacional que a Constituição de 1988 acabou incorporando a maioria das reivindicações da Carta das Mulheres.

O Conselho também teve papel fundamental nas discussões que envolveram dois dos maiores eventos internacionais sobre a questão da mulher: a Conferência do Cairo e a Conferência Mundial da Mulher, em 1994.

A criação da Secretaria de Estado dos Direitos das Mulheres, em 2002, e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com *status* de Ministério, em 2003, foi fruto do trabalho desenvolvido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher junto à administração pública federal e à sociedade civil.

Há de se ressaltar o trabalho da Ministra Nilcéa Freire, que tem conduzido a Secretaria Especial com a seriedade e a eficiência exigidas.

das por todos os que sonham com um Brasil livre da discriminação de gênero.

Hoje, o maior desafio do CNDM é a implementação, efetiva, do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado em dezembro de 2004, depois de um debate exaustivo, que envolveu mais de 120 mil mulheres em suas etapas municipais, regionais e estaduais.

Senhoras e senhores, como ministro da Justiça, tive a preocupação de reforçar o papel do CNDM. Como senador, sempre estive atento à luta pelos direitos da mulher. Exemplo recente é nosso empenho pela aprovação da licença-maternidade para mães adotivas.

A implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres pelos vários estados e municípios brasileiros é hoje, portanto, uma de nossas bandeiras.

Não basta termos leis avançadas, se não existem políticas públicas claras, efetivas, em prol da mulher. E sempre cabe lembrar que tais políticas não significam qualquer privilégio.

As mulheres representam hoje 51% da população brasileira e do eleitorado. Chefiam uma em cada quatro famílias brasileiras e respondem por 42% da mão-de-obra no trabalho formal e 57% no trabalho informal.

O que vemos, no entanto, é uma discriminação absurda. Apesar de ter um índice de escolaridade mais alto que o da população masculina, as mulheres ganham, em média, 69,6% do rendimento recebido pelos homens. Ainda são minoria em cargos de chefia e quando se trata de representação política. Só para dar um exemplo: nossas deputadas e senadoras ocupam não mais que 9% das cadeiras do Congresso Nacional.

Pior que isso. A violência contra as mulheres continua manchando nossa dignidade.

Pesquisa da Fundação Perseu Abramo traz dados impressionantes: pelo menos 6,8 milhões de brasileiras já foram espancadas. A cada 15 segundos, uma mulher é agredida no Brasil.

Motivos de sobra para que nos empenhemos, com todo vigor, na aprovação do Projeto de Lei nº 4.559, que cria mecanismos de combate e prevenção à violência doméstica familiar contra a mulher.

O projeto, que, entre outros pontos, prevê a criação de Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e aumenta as penas para esses crimes, já foi aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara.

Depende, agora, de articulação e vontade política para sair do papel. E vontade política, minhas senhoras e meus senhores, certamente não irá faltar para todos nós, que lutamos por um Brasil mais justo e menos desigual, livre da violência e da discriminação, seja ela de gênero ou de qualquer espécie.

Muito obrigado.

MODERNO AEROPORTO DE MACEIÓ

Em 16-9-05.

Presidente, todos nós sabemos que o cobertor é curto. A responsabilidade fiscal é uma exigência do momento, mas nem por isto o senhor tem deixado de priorizar os investimentos que dizem respeito ao desenvolvimento do nosso Estado. Portanto, quero que o senhor tome estas palavras como sinceras palavras de agradecimento.

O setor turístico, por exemplo – uma área estratégica para todo o Nordeste e, principalmente, para Alagoas –, precisa de recursos para modernizar sua infra-estrutura e receber de braços abertos quem vem conhecer de perto as nossas belezas.

Aliás, Presidente Lula, uma das minhas obrigações como presidente do Senado Federal, que é a Casa da Federação, é manter a harmonia e o equilíbrio entre os estados. Mas, neste assunto de belezas naturais – eu quero pedir desculpas aos outros estados –, Alagoas é insuperável.

E esta beleza será realçada ainda mais pelo novo aeroporto, que é um dos mais modernos do País, com linhas futuristas e funcionais.

O novo aeroporto internacional Zumbi dos Palmares está recebendo investimentos de cerca de 200 milhões de reais, com a colaboração do Presidente da Infraero, Carlos Wilson – este exímio articulador por vocação e revelação como um eficiente gerente na gestão pública.

O aeroporto foi todo informatizado. É o único do Brasil a ter capacidade de gerar a energia que consome, através de co-geração, e vai possuir um moderno Centro de Informações Turísticas.

Em suma, **o novo terminal** de passageiros e a ampliação do sistema de pátio e pistas vai melhorar muito a auto-estima do povo alagoano, que **verá sua principal porta de entrada** se transformar num verdadeiro cartão postal **de um estado que tem enorme vocação turística e um dos litorais mais atraentes do País.**

Não poderia deixar de agradecer também ao Presidente Lula pelo apoio dado a outras obras de importância estratégica para nosso Estado, como a construção do Centro de Convenções, antiga reivindicação do setor turístico, hoteleiro, dos agentes de viagem...

Além disso, será significativa a ajuda do Governo Federal na despoluição das lagoas e das bacias dos rios Mundaú e Paraíba, sem falar no saneamento básico de Maceió, de Arapiraca e de outras cidades, com recursos da Caixa Econômica Federal, que precisam ser excepcionalizados.

Temos de saudar também a construção, que será retomada, da ponte que ligará a Barra de Santo Antonio à Ilha da Crôa, cujos recursos tenho certeza serão liberados, para garantir o acesso a mais de 17 quilômetros de praias quase inexploradas no litoral norte.

Outra obra estratégica para a economia do estado é a ampliação do terminal de cargas do Porto de Maceió, bem como a construção do terminal de passageiros, o que vai permitir que nossa capital entre no roteiro dos grandes transatlânticos.

Além disso – nunca é demais dizer – um dos projetos mais relevantes para a região do semi-árido alagoano é o Canal do Sertão. Já conseguimos a liberação de oito dos treze milhões de reais que faltam para a conclusão da primeira e mais importante fase da obra: a tomada de água. Mas precisamos pedir que o ritmo de liberação de recursos seja acelerado. Somente assim vamos mudar a face de Alagoas e levar água às regiões atingidas pela seca.

Cabe aqui um sincero e caloroso agradecimento ao Governador Ronaldo Lessa, este incansável batalhador que tem impulsionado setores como o turismo e tornado Alagoas mais competitiva em relação a outros estados do Nordeste. Quero estender também este gesto ao Senador Teotônio Vilela Filho, em nome de quem homenageio toda a bancada federal de Alagoas, que tem desde o início trabalhado para

tornar a obra prioritária.

Temos pela frente alguns desafios, Presidente Lula, que devem contar com a colaboração decisiva do Governo. Um deles é a renegociação dos municípios com a Previdência Social. Mais da metade das prefeituras do País está sem o CND, inadimplentes junto ao INSS e, portanto, sem condições de ter acesso a recursos da União e dos estados. Quero anunciar aqui, Senhor Presidente, que vamos aproveitar a votação da chamada Medida Provisória do Bem, para garantir no bojo desta medida mecanismos que resolvam a relação dos municípios com a Previdência Social.

Tenho certeza, Presidente, que Alagoas vai poder continuar contando com sua colaboração e a do Governo Federal para continuar recebendo investimentos que beneficiarão principalmente sua gente, seu povo que o admira e confia, principalmente, neste momento difícil que atravessa o País.

O senhor, no comando do Executivo, e eu, à frente do Legislativo, estamos dando e vamos continuar dando as respostas que a sociedade cobra de todos nós, no sentido de garantir a punição dos efetivamente culpados e permitir que as instituições atravessem a tempestade sem macular o Estado de Direito, sem ter medo de enfrentar a impunidade, mas com a firme disposição de que tudo seja esclarecido, logo, já, para que não se causem prejuízos ao desenvolvimento do País.

Muito obrigado.

O REAL SIGNIFICADO DAS MPEs

Maceió/AL, 25-9-05.

Foi com grata alegria que aceitei o convite para estar presente nesta Convenção Nacional do Comércio Lojista, um dos eventos mais importantes realizados pela comunidade empresarial do País.

O encontro deste ano reveste-se de um caráter especial. Em primeiro lugar, por estar sendo realizado aqui em Alagoas. E, em segundo, por acontecer num momento de retomada de nossa economia.

Todos lembram as dificuldades que tivemos no passado recente. Por anos, enfrentamos períodos de desordem monetária e baixo crescimento. Depois de um difícil processo de ajuste, conseguimos abrir caminho para que nossa economia se desenvolvesse de forma sustentada.

Hoje, comemoramos baixíssimos índices de inflação, uma dívida externa sob controle e recordes sucessivos na balança comercial.

Nossa economia, cada vez mais madura, tem resistido à evolução da crise política. A taxa de juros – elevada, todos sabemos – começa a dar sinais da tão esperada trajetória de queda.

O desafio, contudo, está apenas começando. É uma tarefa permanente, que exige esforço não somente de empresários e trabalhadores, mas também de parlamentares e representantes políticos.

No Congresso Nacional, sabemos dessa responsabilidade. A crise não desviou nossa atenção das matérias de interesse do País, capazes de garantir à economia a continuidade da trajetória de expansão.

Destaco, aqui, dois temas de interesse direto de comerciantes e empreendedores: a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e a

reforma tributária.

Precisamos avançar na simplificação e redução de impostos, que oneram de forma absurda nossos cidadãos e nossas empresas.

A reforma tributária, aprovada no Senado – com uma lógica sistêmica de redução dos tributos, regras de transição e políticas compensatórias para as regiões mais pobres – tem de sair do papel.

Uma das expectativas é a desoneração da cesta básica e dos serviços públicos prestados aos cidadãos de baixa renda, o que aumentará o poder de compra dos menores salários, estimulando o crescimento do comércio e da indústria.

Vale ressaltar a importância da manutenção do crédito-prêmio do IPI, mecanismo instituído em 1969 e consagrado por quase 20 decisões jurídicas.

Trato desse assunto porque o Poder Executivo atua de forma desesperada para a derrubada desse instrumento fiscal, fundamental no incentivo de nossas exportações.

O resultado seria desastroso: uma enorme insegurança jurídica e um significativo endividamento para o setor produtivo.

Senhoras e senhores, o outro tema que merece destaque, a meu ver, é a proposta de uma Lei Geral para as Micro e Pequenas Empresas, na verdade, um desdobramento das tão necessárias mudanças no sistema de impostos e na estrutura burocrática estatal.

O tratamento diferenciado aos pequenos negócios é fundamental. Micro e pequenas empresas representam, hoje, segundo dados do IBGE, 93,6% de nossas empresas, geram 57,2% dos empregos formais, além de responderem por cerca de 23% do PIB nacional.

O segmento tem papel decisivo na interiorização do desenvolvimento, na melhor distribuição de renda e na inclusão social. Abro aqui um parêntese para lembrar que o setor do comércio representa, nada mais nada menos, que 95,4% das nossas micro e pequenas empresas.

É justa, portanto, a aprovação do Supersimples e de um tratamento jurídico diferenciado para micro e pequenas empresas, capaz de assegurar ao setor o mínimo de competitividade diante das grandes empresas e do mercado informal, que cresce a cada dia no País.

Com a chegada ao Senado da MP 252, conhecida como MP do Bem, estou mobilizando as lideranças e os partidos para que possamos manter ou mesmo elevar o teto de R\$240 mil para enquadramento das microempresas.

Além disso, **vamos concentrar esforços no alargamento dos prazos para pagamento dos tributos.**

Tenho informações de que as microempresas, em média, recolhem seus tributos em 26 dias após a venda, sendo que o faturamento se dá, na média, em 55 dias. Esse descompasso precisa, urgentemente, ser eliminado.

Minhas senhoras e meus senhores, não é somente a carga tributária, nem os juros absurdos, que castigam as empresas e emperram nosso crescimento econômico. De acordo com estudos do Banco Mundial, somos um dos países mais burocratizados do mundo.

E a burocracia – sabemos todos – é hoje um dos instrumentos mais eficazes de exclusão social, porque afeta diretamente os cidadãos mais pobres e os pequenos empresários. Não é à toa que existem hoje, no Brasil, cerca de 12 milhões de empresas informais, para fugir da burocracia e dos altos impostos.

Apenas para ilustrar, porque os senhores já devem ter conhecimento, o Brasil está ocupando, num *ranking* de 155 países, a centésima décima nona posição quanto à qualidade do ambiente para a realização de negócios.

Estamos perdendo para países como a Nigéria, Albânia e Sri Lanka. Isso se deve basicamente à viciada estrutura burocratizada do Estado.

Como podemos admitir que, na abertura de uma empresa no Brasil, sejam gastos mais de 150 dias e para o seu fechamento, quase 10 anos?

Outros dados do Banco Mundial mostram que, apesar dos esforços dos nossos exportadores, o País ocupa a centésima sétima posição em termos de facilidades para exportar, em razão das papeladas exigidas.

Além disso, precisamos ter em mente que a burocracia é uma das mais diletas companheiras da corrupção, porque propicia o surgimento dos vendedores de facilidades.

Diante desse quadro preocupante, criamos, no último dia 19, um Grupo de Trabalho de Senadores para apresentar, em 30 dias, propostas concretas no combate à burocracia.

O objetivo é simplificar as relações do Estado com os cidadãos e as empresas. A Presidência do Senado Federal e o Grupo de Trabalho estarão de portas abertas para o acolhimento das sugestões dos senhores e das entidades da sociedade organizada.

Não podemos deixar de comentar, neste encontro, a grave crise política pela qual o País atravessa. Nem deixar de reiterar nosso esforço para que todas as denúncias sejam apuradas com o maior rigor e isenção.

Os culpados, reafirmo mais uma vez, serão devidamente punidos, não importa origem ou partido.

Mais que isso. A crise trouxe a certeza de que **precisamos mudar de uma vez por todas nosso sistema político, moralizando nossa legislação eleitoral e pondo fim ao vergonhoso mecanismo de caixa dois.**

O tema é controverso, mas nem por isso estamos parados. O Senado Federal aprovou, recentemente, uma mini-reforma eleitoral que irá acabar com os “showmícios”, com os brindes e com as pirotécnicas do *marketing*, cujos custos elevados exigem a injeção e circulação de vultosas quantias financeiras nas campanhas políticas. Eis aí uma terra fértil para a corrupção e para outros desvios de conduta.

Cabe à Câmara, agora, correr contra o tempo para aprovar a reforma já para as eleições do ano que vem. Para isso, convoquei uma reunião, na próxima terça-feira, dos líderes das duas Casas e das Comissões de Justiça com o objetivo de buscarmos um acordo que acelere a tramitação das principais propostas.

A reforma política e a reforma tributária têm a máxima urgência na agenda legislativa. Mas a reforma do Judiciário, já aprovada no Congresso, também precisa ser desdobrada em matérias de cunho infraconstitucional, que promovam a simplificação dos ritos e a maior agilidade da Justiça.

O pior julgamento, já dizia o Ministro e Professor Hélio Bel-

trão, é aquele que não acontece.

Para encerrar, **quero lembrar, mais uma vez, que a governabilidade não pode jamais se render a uma crise política!**

O Poder Executivo precisa governar, assim como o Congresso não tem deixado de legislar em meio a esse turbilhão de denúncias e investigações.

Os acontecimentos mostram que nossas instituições estão maduras o suficiente para reprimir desvios éticos sem que haja rupturas institucionais.

Há muito trabalho a fazer, para nós todos, empresários, comerciantes, parlamentares e para o Governo. Temos de buscar o aprimoramento urgente da gestão pública, que é financiada pelos recursos da sociedade.

Tempo nenhum pode ser desperdiçado.

Este é o meu compromisso à frente do Congresso Nacional.

Muito obrigado a todos!

70 ANOS DA RÁDIO TUPI

Sessão de 27-9-05

Decidimos fazer uma homenagem especial, aqui no gabinete da Presidência do Senado, aos 70 anos da Super Rádio Tupi, atendendo um justo pedido do Senador Sérgio Cabral.

A Tupi é uma das mais importantes emissoras da história do rádio no Brasil, por tudo o que representou ao longo do século 20 e pelo que ainda representa em entretenimento, serviço, lazer e utilidade pública.

Nada mais justo que lembrar um pouco dessa história, ainda mais num momento em que comemoramos a chegada de uma nova era do rádio no Brasil, a partir dos primeiros testes de transmissão com tecnologia digital. Um avanço e tanto, que vai permitir aos ouvintes terem acesso, por exemplo, à programação cultural ou às informações sobre trânsito e previsão de tempo, através do rádio.

Essa revolução acontece apenas 83 anos depois que a primeira emissora de rádio foi inaugurada no Brasil.

Foi em plena comemoração do centenário da Independência, em 7 de setembro de 1922, que o Brasil escutou, encantado, pela primeira vez, uma transmissão radiofônica, através da pioneira Roquette Pinto.

Treze anos depois, em 1935, o gênio visionário de Assis Chateaubriand tomou realidade um projeto que levou um ano e meio amadurecendo: a primeira rádio ligada ao grupo dos Diários Associados, a Rádio Tupi, ou o “Cacique do Ar”, como foi chamada, O império construído por Chatô, que marcou profundamente o jor-

nalismo e toda a comunicação no Brasil, dava o primeiro passo no mundo eletrônico.

A Rádio Tupi já nasceu como a segunda emissora mais poderosa do Brasil — perdia em potência de transmissão apenas para a Rádio Farroupilha, de Porto Alegre.

Menos de dois anos depois, Chateaubriand inaugurava a Tupi de São Paulo, seguida pela Tamoio, pela Poti e pela Tupã. Em pouco tempo, a Tupi de São Paulo era a emissora de maior potência do Brasil.

Estrelas nacionais e internacionais de primeiro time respondiam por boa parte do sucesso da Tupi. Um acordo com cassinos do Rio e São Paulo garantia as apresentações, ao vivo, de estrelas do porte de Josephine Baker e Nat King Cole.

E o elenco de artistas brasileiros incluía nomes como Carmem Miranda Aracy de Almeida e Dorival Caymmi. Nos anos 50, vieram outros grandes nomes, como Elizeth Cardoso e Silvio Caldas, Paulo Gracindo e Mazzaropi, além de cronistas e diretores artísticos como Antônio Maria e Ary Barroso

Vale lembrar Oduvaldo Cozzi, que criou, nos anos 50, o modelo de transmissão de futebol que vigora até hoje: o locutor de cabine, os repórteres de ponta, atrás dos gols, e o repórter de campo, o chamado “latinha”.

Havia também, desde 1950, a TV Tupi, que passou a merecer maior atenção dos Associados. Mas a Super Rádio Tupi manteve boa parte dos programas humorísticos e o esforço pela divulgação da música e da cultura brasileira.

Há mais de 30 anos, a emissora adota o estilo de rádio popular, de informação, utilidade pública e entretenimento. E mantém uma das melhores coberturas esportivas do rádio brasileiro.

A Tupi possui uma das maiores audiências em emissoras AM, além de uma sofisticada rádio FM. O noticiário “Sentinelas da Tupi” presta serviços à população há mais de 30 anos.

Um dos maiores e mais criativos comunicadores de rádio do país, Washington Rodrigues, o Apolinho, continua como uma das grandes atrações da emissora.

Nena Martinez mantém seu programa de variedades para mulheres há várias gerações.

E o narrador esportivo Luís Penido é um dos favoritos dos ouvintes de futebol.

Por toda essa história, por tudo o que representou e ainda representa para a comunicação no Brasil, meus mais sinceros parabéns à Super Rádio Tupi em seus 70 anos.

E meu sincero desejo de que a emissora continue, pelas próximas décadas, ainda no gosto do povo brasileiro, principalmente do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

HOMENAGEM A AMARAL PEIXOTO

Sessão de 28-9-05.

É uma grande honra presidir esta sessão de homenagem ao Senador Amaral Peixoto, sem dúvida alguma um dos grandes políticos do Brasil no século XX.

Amaral entrou na vida pública durante a revolução de 30 e somente deixou a política em 1989, quando morreu. Nesse meio tempo, foi presença marcante na construção da modernidade política brasileira, da ascensão de Getúlio Vargas à eleição de Tancredo Neves e José Sarney pelo Colégio Eleitoral.

Político dos mais hábeis, Amaral Peixoto também foi um grande administrador e homem de inegável intuição. Estão indissociavelmente ligados ao seu nome empreendimentos que beneficiaram sobremaneira o Brasil e o Estado do Rio de Janeiro, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Fábrica Nacional de Motores.

Desde o início de sua vida profissional, Ernani do Amaral Peixoto demonstrou grande interesse pelos rumos de nosso País. Em 1930, já oficial formado na Escola Naval do Rio de Janeiro, deu apoio ao movimento político-militar que levou Getúlio Vargas à Presidência da República pelo novo regime.

E em 32, quando eclodiu o Movimento Constitucionalista, voltou imediatamente da Europa, onde se encontrava em atividades profissionais, para lutar como voluntário ao lado das forças legalistas.

Flexível, competente e dedicado, assim era Amaral Peixoto. Em novembro de 1937, pouco antes de se instaurar o regime do Estado

Novo, foi incumbido de administrar o Rio de Janeiro, Estado que depois governaria pelo voto direto, a partir de 1950.

Enquanto administrador do Rio de Janeiro, foi o principal motivador da criação da Caixa Econômica do Estado do Rio de Janeiro. Também foi fundador do Partido Social Democrático, juntamente com outros vultos de nossa história, como Nereu Ramos.

Homem e político conservador, Amaral Peixoto, era considerado um articulador e negociador confiável. Sua ligação com Getúlio acabaria transbordando para o plano pessoal.

Em julho de 1939, casou-se com Alzira Vargas, filha do Presidente da República, a maior conselheira do pai e fundadora do Partido Trabalhista Brasileiro.

As qualidades de estrategista de muito lhe valeram, no período em que passou nos Estados Unidos e em que cumpriu, informalmente, o papel de ligação entre Vargas e o presidente norte-americano Franklin Roosevelt. Amaral Peixoto foi quem defendeu, juntamente com o Ministro Osvaldo Aranha, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado das forças aliadas. Acabaria, mais tarde, nomeado embaixador nos Estados Unidos, por JK.

Já deputado federal pelo PSD fluminense, e diante da renúncia do Presidente Jânio Quadros, defendeu a solução parlamentarista para a posse do sucessor constitucional de Jânio Quadros, o vice João Goulart, de quem seria mais tarde ministro extraordinário para Assuntos da Reforma Administrativa.

Optou pela neutralidade diante do movimento militar que afastou Goulart da presidência.

Em defesa do Rio, enfrentou com firmeza os opositores durante o Governo Médici. Lutou, primeiro, contra a fusão com o antigo Estado da Guanabara e, depois, pela maior racionalidade no encaminhamento da criação do novo Estado.

Era o período de seu primeiro mandato no Senado, onde chegou em 1970. Em 1974, assumiria a liderança do então MDB nesta Casa. Entre suas maiores demonstrações de bravura, nesse período, deve ser citada a luta contra o fechamento do Congresso e o pacote de Abril, decretado pelo Governo Geisel em 1977.

Como parlamentar liderou várias iniciativas para melhoria da infra-estrutura nacional. Foi presidente da Comissão Especial para o Problema da Habitação Popular, da Comissão Especial para Estudos dos Problemas da Produção Agrícola e da Comissão de Serviço Público Civil do Senado Federal.

Amaral Peixoto buscava a excelência em todas as suas atividades, administrativas ou políticas. Dentro do PDS, já idoso, teve participação de destaque nas eleições presidenciais de 1984, quando lutou para que seu partido indicasse candidatura de estatura.

Nos últimos anos, dedicou-se a análises e declarações sobre o quadro político, tendo se manifestado a favor do parlamentarismo e contra as regras que permitiram a criação de um grande número de partidos, já antevendo a criação de siglas de aluguel e a pulverização ideológica das agremiações políticas.

A experiência e a visão política conquistadas em seis décadas de vida pública permitiram que Amaral alertasse para o risco de as primeiras eleições diretas levarem ao poder algum tipo de messias.

Amaral Peixoto morreria em março de 1989, depois de uma trajetória marcante, sem ver o País inteiramente redemocratizado nem as primeiras eleições diretas. É um nome que certamente a história política brasileira não esquecerá.

Muito obrigado.

ÉTICA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, UMA AGENDA

São Paulo/SP, 30-9-05.

É uma honra, para mim, participar deste encontro com os principais líderes empresariais do País. Uma honra ter a oportunidade de debater os rumos de nossa economia e de nossa Nação com aqueles que respondem pela geração de nossa riqueza, pela geração de emprego e renda para milhões e milhões de brasileiros.

O tema sobre o qual fui convidado a falar neste encontro não poderia ser mais inspirador: Ética e Desenvolvimento Econômico. *Grosso modo*, tudo o que mais sonhamos para o Brasil de hoje, mergulhado num mar de denúncias que nos deixa, a todos, cada dia mais indignados.

As indignação não basta. Precisamos reagir com firmeza – e o Senado tem dado provas disso – não apenas diante das denúncias de corrupção e da falta de ética que corrói nosso sistema político, nossa confiança nas instituições democráticas.

Precisamos reagir, de uma vez por todas, diante da escalada da violência, da exclusão social e da fragilidade de nossas políticas públicas, incapazes de colocar o Brasil, de uma vez por todas, no rumo do desenvolvimento econômico e social.

Estudo do Ipea, divulgado há poucos dias, aponta a existência de quase 12 milhões de jovens vivendo na pobreza e destaca o fracasso das políticas para acesso às salas de aula. Dados do Banco Mundial mostram que o Brasil está ocupando, num *ranking* de 155 países, a

centésima décima nona posição quanto à qualidade do ambiente para a realização de negócios.

Já o relatório da ONU, divulgado no começo do mês, destaca melhoria na educação e na saúde no Brasil, mas alerta que o País tem uma concentração de renda com padrões africanos. No *ranking* do desenvolvimento humano, estamos no sexagésimo terceiro lugar, entre 177 países, bem atrás de parceiros da América Latina com economias menores, como Argentina, Uruguai e Cuba.

Não há como não se render às evidências de que, apesar da crise política, nossa economia está cada vez mais sólida e madura, graças ao bom senso de nossos empreendedores e à força de nossas instituições.

Temos, hoje, baixíssimos índices de inflação, uma dívida externa sob controle e recordes sucessivos na balança comercial. A taxa de juros – elevada em excesso, todos sabemos – já aponta para a tão esperada trajetória de queda, e as projeções de crescimento econômico são gradativamente mais otimistas.

Mas o momento exige cautela. O desafio está apenas começando.

Se o cenário econômico parece favorável, ***não podemos nos esquecer de que estamos crescendo, sim, mas crescendo menos que nossos vizinhos latino-americanos, menos que a média do mundo.***

Precisamos criar um cenário propício para investimentos nacionais e estrangeiros, precisamos recuperar os créditos do setor privado, acabar com as armadilhas da burocracia, garantir um tratamento diferenciado para os pequenos negócios e investir de forma efetiva em infra-estrutura – um dos maiores gargalos de nossa economia.

Tudo isso, minhas caras senhoras, meus caros senhores, só é possível com a adoção de uma agenda mínima de crescimento, capaz de colocar o País no rumo do desenvolvimento econômico e da justiça social.

Gostaria aqui de lembrar que há meses venho me empenhando, pessoalmente, na discussão e votação dessa agenda, que cheguei a levar, inclusive, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Destaco, em primeiro lugar, dois pontos essenciais dessa Agenda de Crescimento.

Não dá para pensar em crescimento e desenvolvimento econômico com a atual taxa de juros e a atual carga tributária, que castiga cidadãos e empresas no País inteiro.

O Senado fez o seu papel. Aprovamos, no ano passado, uma reforma tributária sistêmica, com começo, meio e fim. Agora resta à Câmara completar a votação, de modo a simplificar e diminuir, gradualmente, os impostos.

A receita tributária – sempre é bom lembrar – precisa guardar relação com o desenvolvimento do País e da produção e não com as necessidades de maiores gastos. A recuperação dos créditos do setor privado também é essencial.

E não é apenas o setor produtivo que vai sair ganhando, temos que frisar.

O diálogo com os devedores deverá, perfeitamente, criar condições para que o Estado receba parte de seus créditos. Se o problema não for equacionado, o resultado vai ser o aumento da informalidade.

Esse mercado informal, sabemos bem, não pára de crescer. A estimativa é que já existem cerca de 12 milhões de empresas informais no Brasil, sonogando impostos e direitos trabalhistas, competindo de forma desigual no mercado.

A reforma tributária é fundamental para mudar esse quadro. Assim como a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que prevê um tratamento jurídico diferenciado para essas empresas.

Nada mais justo. Os pequenos negócios representam cerca de 94% de nossas empresas, respondem por 23% do PIB nacional e geram 60% dos empregos formais.

Têm papel decisivo na interiorização do desenvolvimento, na melhor distribuição de renda e na inclusão social.

Gostaria, aqui, de destacar a chegada, ao Senado Federal, da MP 252, conhecida como MP do Bem. E de observar que estou mobilizando as lideranças e os partidos para que possamos manter ou mesmo elevar o teto de R\$ 240 mil para enquadramento das microempresas. Além disso, vamos concentrar esforços no alargamento dos prazos para pagamento dos tributos.

Tenho informações de que as microempresas, em média, reco-

lhem seus tributos em 26 dias após a venda, sendo que o faturamento se dá, na média, em 55 dias. Esse descompasso precisa, urgentemente, ser eliminado.

Minhas senhoras e meus senhores, não é somente a carga tributária nem os juros absurdos que alimentam a informalidade, castigam as empresas e emperram nosso crescimento econômico. Somos, infelizmente, um dos países mais burocratizados do mundo.

Basta dizer que 5% de nosso PIB é desperdiçado, a cada ano, em razão de entraves burocráticos e que o simples ato de abrir uma empresa no Brasil consome por volta de 180 dias – três vezes a média mundial.

O IPEA aponta um prejuízo de 16% nas nossas vendas externas por causa da burocracia, que também consome até 6% do lucro de nossas empresas.

Diante desse quadro, tivemos a preocupação de criar no Senado, no último dia 15, um grupo especial de trabalho para apontar, em trinta dias, um Estatuto da Desburocratização.

O objetivo é apontar medidas capazes de simplificar as relações do Estado com cidadãos e empresas.

A atual crise política, caros senhores, não pode paralisar o País nem comprometer a governabilidade. O Governo precisa governar. O Congresso precisa legislar. E estar atento a medidas que nos conduzam, exatamente, rumo a um caminho ético e de desenvolvimento econômico e social.

Temos que reduzir a insegurança jurídica, avançando nos marcos regulatórios e proibindo a edição de medidas provisórias que alterem contratos ou tributos.

Segurança jurídica é condição essencial para que tenhamos um ambiente propício a investimentos.

Vale aqui destacar a importância da manutenção do crédito-prêmio do IPI, um dos pilares da expansão de nossos resultados na balança comercial. A derrubada do crédito-prêmio, como quer o Governo, aumentaria a insegurança jurídica e geraria uma dívida inaceitável no setor produtivo.

Senhoras e senhores, a corrupção tem muitas raízes. Uma delas

é a burocracia, que precisamos atacar com urgência. Outra é a má administração da máquina pública, que tem que passar por um choque de gestão, funcionar de forma transparente e profissional.

A morosidade da Justiça e o sentimento de impunidade também alimentam a corrupção e a falta de ética. Não é à toa que temos nos batido, à frente do Congresso Nacional, pela conclusão da reforma do Judiciário, em matérias de cunho infraconstitucional.

Mas não é novidade para nenhum de nós, aqui presentes, a necessidade – absoluta – de uma reforma radical em nosso sistema político, de forma a moralizar a legislação eleitoral e acabar com o vergonhoso caixa dois – porta aberta para o abuso do poder econômico e para a corrupção.

A sociedade exige, com todo o direito, a punição dos envolvidos nas denúncias de corrupção. As CPIs não vão decepcionar a Nação. As investigações continuarão a ser pautadas pelo rigor, pela transparência e pela isenção. Os culpados serão devidamente punidos.

Mas a resposta para a crise está, antes de tudo, numa reforma política profunda, que resgate a representatividade de nossos partidos e acabe com essa relação promíscua entre empresas, Governo e políticos.

O tema é polêmico, sabemos bem.

Temos que avançar na discussão sobre o financiamento público das campanhas, a cláusula de desempenho, o fim da verticalização, o sistema de listas e a fidelidade partidária.

Mas, se não é possível fechar um acordo em torno de todos os pontos da reforma, temos, pelo menos, que evitar os principais erros e vícios dos pleitos anteriores.

O Senado já votou, em tempo recorde, uma mini-reforma eleitoral que acaba com os gastos abusivos de campanha e garante maior controle das contas eleitorais.

Torcemos, agora, para que a Câmara seja maior do que a crise política e consiga votar as mudanças eleitorais a tempo do próximo pleito, no ano que vem.

O momento exige maturidade e equilíbrio. Exige diálogo entre o Legislativo, o Executivo, empresários e trabalhadores. Mas o Brasil, tenho certeza, é maior do que a atual crise. Nossas instituições estão maduras o suficiente para reprimir

desvios éticos sem que haja rupturas institucionais.

E o caminho da ética e do desenvolvimento econômico é um caminho sem volta, apesar de todas as dificuldades e de todos os obstáculos que temos enfrentado.

Muito obrigado.

FENASUCRO

São Paulo/SP, 30-9-05.

Ao agradecer o convite do Centro das Indústrias de Sertãozinho e Região – CEISE, na pessoa do Presidente Mário Clóvis Garrefa, também presidente da Décima Terceira Fenasucro, quero manifestar minha satisfação em participar de um evento de tamanha importância para o setor sucroalcooleiro e, não será exagero dizer, para a economia nacional.

A Fenasucro, aliás, há muito deixou de ser um acontecimento de interesse para a agroindústria da cana-de-açúcar para tornar-se um evento de interesse nacional.

Com mais de 500 expositores de 26 países e uma previsão que supera 50 mil visitantes, a Fenasucro se consolida como o maior evento mundial do setor.

A agricultura e a indústria sucroalcooleira estão diretamente ligadas à nossa História e ao processo de desenvolvimento brasileiro. Pode-se dizer que o cultivo e a industrialização da cana-de-açúcar não apenas contribuíram e contribuem para o desenvolvimento brasileiro, mas são atividades que ajudaram a construir a cultura brasileira.

Hoje, de acordo com os dados mais recentes, temos mais de 300 empresas do setor sucroalcooleiro em todo o Brasil.

Dessas, 130 se encontram no Estado de São Paulo, que responde por 60% da produção brasileira de cana, açúcar e álcool.

O fato de a Fenasucro acontecer em Sertãozinho – e, neste ano, em instalações mais amplas, neste Centro de Eventos Zanini – é também significativo, porquanto esta região, que produz 30% do açúcar e do álcool brasileiros, é mundialmente reconhecida por sua liderança no setor.

A importância desse segmento para o desenvolvimento nacional pode ser medida pelo uso de tecnologia avançada, pela geração de empregos, pelo incremento da renda e pelo aumento da arrecadação.

Mas não é só. Não se pode esquecer a contribuição do setor para o balanço de recebimentos e pagamentos em moedas estrangeiras.

Na verdade, o agronegócio, há alguns anos, é o setor que vem respondendo pelo crescimento econômico brasileiro, em que pesem todas as dificuldades como as intempéries, as oscilações do mercado e da moeda, as dificuldades das autoridades em manter uma política de preços estável e adequada.

No mês passado, as exportações do agronegócio totalizaram nada menos que 4 bilhões 390 milhões de dólares, o que representa um acréscimo de 16% em relação ao valor exportado em agosto de 2004.

Precisamos, senhoras e senhores, simplificar os procedimentos do Estado nas suas relações com os cidadãos. Por isso, criei um grupo parlamentar para estudar e propor medidas concretas exclusivamente para a questão da desburocratização, essa praga que aflige as organizações de todos os portes e que insulta a cidadania.

Infelizmente, a burocracia no Brasil tem sido uma companheira fiel da corrupção, porque ela cria dificuldades justamente para vender facilidades.

Não se admite mais que, no Brasil, uma empresa demore quase 200 dias para ser aberta, por conta de exigências de todo tipo.

Somos, segundo o Banco Mundial, o quarto País mais burocratizado do mundo e isso precisa ser mudado!

Estamos, ainda, acompanhando atentamente a tramitação da MP nº 252 – também conhecida como MP do Bem – e da Comissão Especial para tratar da questão da Micro e Pequena Empresa que, atualmente, tramitam na Câmara dos Deputados.

Já estamos mantendo interlocução com todos os segmentos para garantir o aperfeiçoamento das iniciativas, permitindo a elevação das faixas de enquadramento para fins fiscais e o aumento dos prazos de recolhimento dos impostos e contribuições obrigatórias.

Sabem os senhores, até melhor do que eu, que em média nossas empresas recebem de seus clientes em 55 dias e são obrigadas a pagar para o Governo em um prazo médio de 25 dias.

Assim são obrigadas a recorrer a alguma forma de financiamento para honrar seus compromissos, o que tem culminado em um comprometimento de, aproximadamente, 4% do faturamento total anual das organizações apenas para esse fim.

Vejam, ao invés de estimular a produção e o emprego, as normas atuais acabam por prejudicar o ciclo de desenvolvimento nacional. Essas distorções, eu garanto, vamos corrigir no Parlamento.

O Senado Federal tem cumprido o seu papel institucional e contribuído com as melhorias legislativas que o Brasil precisa. Já votamos no Senado as reformas estruturais, como a tributária, uma racionalização dos tributos concebida com lógica, com começo, meio e fim.

É imprescindível que a Câmara vote já a reforma tributária.

O sistema tributário precisa ser mais justo e respeitar a questão federativa, preocupação primeira da Casa que represento.

Os estados e municípios não podem ser reféns de verbas nacionais, devem ter sua autonomia, não apenas formal, mas prática, com recursos que viabilizem a administração competente e eficaz no âmbito definido pela nossa Constituição.

Ao falar na questão orçamentária, não posso deixar de citar a comissão por mim instalada, logo que assumi a Presidência do Senado Federal, para estudar aperfeiçoamentos no processo orçamentário no que tange a participação do Congresso Nacional.

Não é possível que o Brasil queira avançar em termos de confiabilidade de suas instituições e continue com um orçamento que é mera peça de ficção, centralizado nas mãos do Poder Executivo que dele dispõe de acordo com seus interesses.

Não é possível que verbas e recursos destinados à infra-estrutura e aos gastos sociais continuem a ser contingenciados em nome de um superávit que já extrapolou, há muito, os limites do aceitável.

Gostaria de, mais uma vez, assegurar que, no que depender do seu Presidente, o Senado Federal, o Congresso Nacional, as Comissões Parlamentares de Inquérito, permaneceremos todos atuando de maneira firme na investigação e punição dos responsáveis pelos lamentáveis fatos de corrupção, que são do conhecimento de todos.

E mais! Não ficamos apenas na investigação. Aprovamos no Senado Federal uma minirreforma eleitoral que reduzirá drasticamente os gastos com as campanhas, inibindo os famigerados “caixas dois”.

Os espetáculos, os showmícios, os brindes, tudo isso será paulatinamente substituído pela apresentação de idéias e propostas dos candidatos.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de aqui estar representando o Parlamento. Sucesso é o que desejo a esta tão relevante Feira do Setor Sucroalcooleiro, cujos resultados para a economia nacional certamente serão altamente positivos.

Muito obrigado.

TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO

Sessão de 5-10-05.

Eu gostaria de comunicar à Casa – e talvez seja uma boa oportunidade para fazê-lo – que hoje recebi uma comissão de senadores, e tive a oportunidade de, juntamente com eles e um representante do Ministério Público e um do Poder Judiciário, conversar sobre a greve de fome do Bispo e o que isso significa para o Senado Federal.

Essa é uma típica causa da Federação, porque opõe interesses dos estados. ***E como o Senado é a Casa da Federação, temos compromisso com a solução do problema,*** que é, como disse o Senador José Agripino, ***de grande repercussão nacional e internacional.***

Há pouco, falei novamente com o Presidente da República, e tive uma nova oportunidade de colocar que hoje, em conversa com senadores, com representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público, soubemos da existência de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça que suspende o projeto. Ora, se há uma decisão pela suspensão do projeto, nada melhor do que preservarmos o Estado Democrático de direito e tentarmos construir uma solução a partir da decisão do Superior Tribunal de Justiça. Esse é um caminho, uma alternativa, para que possamos resolver a greve de fome e salvar a vida do Bispo, que é o que o Brasil e o Senado Federal querem.

Todos conhecem a minha posição com relação à transposição. É uma posição conhecida. Sempre fui e continuarei contra esse pro-

jeto. Como o meu papel como Presidente do Senado Federal é o de preservar a harmonia entre os estados federados e defender o equilíbrio entre esses estados, eu não tenho explicitado essa posição, pois também é desnecessário. No entanto, tenho, tive e sempre terei restrições ao projeto de transposição.

Com absoluta isenção, digo isso, da Presidência, neste momento em que o Brasil todo está preocupado com o que o Senado Federal vai fazer, e pode fazer, para ajudar na solução dessa questão.

DIA DO PROFESSOR E DA CRIANÇA

Sessão de 11-10-05.

É uma honra homenagear, aqui, uma das categorias mais importantes – senão a mais importante – para a formação de nossos cidadãos e de nosso País: a dos professores. Uma honra e uma alegria, também, saudar as nossas crianças pelo seu dia, apostando nelas nossos sonhos, nosso futuro.

Infelizmente, o Brasil não pode comemorar o Dia da Criança e o Dia do Professor como todos gostaríamos.

Apesar dos inegáveis avanços das últimas décadas, nossos indicadores sociais, principalmente nas regiões mais pobres, ainda nos envergonham e reforçam a dolorosa convicção de que vivemos em um País profundamente injusto e desigual.

Opulência e miséria convivem de maneira vergonhosa no Brasil. Enquanto uma pequena parte de nossas crianças pode passar férias na Disney e tem acesso a uma educação de Primeiro Mundo, 27,4 milhões de nossos meninos e meninas crescem em famílias com renda de meio salário mínimo, ou menos, por pessoa, segundo dados do IBGE.

A miséria é alimento da violência. Os números de mortes violentas, principalmente por armas de fogo, de crianças e adolescentes no Brasil, são números de um país em guerra. Basta dizer que cerca de 14 mil crianças e adolescentes são assassinados a cada ano no Brasil.

O trabalho infantil, também fruto da miséria, é outra vergonha nacional. Os números do IBGE mostram que o total de crianças entre cinco e 15 anos que trabalha caiu pela metade entre 1995 e 2003.

Mas essa ainda é a realidade de 2,7 milhões de meninos e meninas no Brasil.

A exploração sexual é mais uma questão grave, que faz parte do dia-a-dia de milhares e milhares de crianças brasileiras. Somente entre maio de 2003 e abril de 2005, a Secretaria Especial de Direitos Humanos recebeu 9 mil e 500 denúncias.

Na área de saúde, comemoramos a redução das taxas de mortalidade infantil nos últimos anos. Mas lamentamos as desigualdades regionais e raciais, que elevam consideravelmente a taxa de mortalidade entre crianças negras e entre crianças nordestinas.

Mais: apesar de o Brasil ser apontado como modelo mundial no combate à Aids, não podemos esquecer que 17,5 mil de nossas crianças e adolescentes estão infectados pelo vírus HIV.

Diante desse quadro de miséria e desigualdade, precisamos, mais que nunca, investir na educação. Noventa e sete por cento de nossas crianças entre sete e 14 anos estão matriculadas na escola, é verdade. Mas, segundo avaliações do próprio Ministério da Educação, **a qualidade de nosso ensino ainda deixa muito a desejar.**

Setecentas e oitenta mil crianças que chegam à quarta série do ensino fundamental não sabem ler e nem escrever. Calcula-se que mais de dois milhões de crianças abandonem a escola anualmente antes do fim do ano letivo, ainda analfabetas.

Sem contar que apenas uma em cada dez crianças até seis anos tem acesso à educação infantil.

Senhoras e senhores, a aposta em nossas crianças tem de começar pela redução da fome e da miséria.

O Brasil precisa retomar o caminho do desenvolvimento econômico, gerar mais renda e mais emprego.

Mas sem uma educação universalizada, de qualidade, qualquer esforço no sentido do desenvolvimento terá sido inútil. E uma educação de qualidade, todos sabemos, só será possível quando o professor for devidamente respeitado, quando ele tiver uma remuneração digna e condições efetivas de trabalho.

E isso está longe de acontecer no Brasil de hoje. É a vocação e o amor pela educação que sustentam, bem sabemos, o trabalho de boa parte de nossos professores.

Salários vergonhosos, ausência de programas de qualificação ou reciclagem profissional, escolas sem a menor estrutura física, carência de material didático, tudo isso faz parte da realidade de nossos professores, especialmente nas regiões mais pobres do País.

Não é à toa que, hoje, o número de jovens interessados em entrar na carreira docente é cada vez menor. Um quadro assustador.

Senhoras e senhores, no âmbito do Congresso Nacional, a ampliação do FUNDEF, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, se faz urgente.

Precisamos acelerar a tramitação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, o FUNDEB, que vai atender não apenas o ensino fundamental, mas também o infantil e o médio. Os cálculos oficiais indicam que, depois de quatro anos, o FUNDEB poderia resultar em R\$ 50 bilhões anuais, mais R\$ 4 bilhões por parte da União.

Mas isso não basta.

Precisamos todos, senadores, deputados, autoridades do Poder Executivo e do Poder Judiciário, representantes da iniciativa privada, dos trabalhadores, dos mais diversos movimentos da sociedade civil estar atentos a todas as matérias que valorizem nossos professores, que sinalizem uma vida mais digna para nossas crianças.

Sem uma educação digna, sem o apoio eficaz do Estado, de nossas instituições, nossos meninos não terão direito a um futuro. Mais que isso, não poderão construir o futuro de nosso País.

A atual crise política – e tenho repetido isso muitas vezes – não pode nos desviar de nosso verdadeiro foco: o desenvolvimento econômico sustentável, a redução das desigualdades e a justiça social.

Só assim, poderemos comemorar o Dia do Professor e o Dia da Criança em toda sua plenitude.

Muito obrigado.

VALORIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Sessão de 19-10-05.

Nos últimos anos, consolidou-se o uso do termo “minorias” para tratar os segmentos da sociedade historicamente destituídos de direitos atribuídos aos grupos dominantes.

No entanto, parece claro que essa expressão encerra muitas vezes apenas um conceito político, longe de representar uma realidade estatística.

É esse exatamente o caso das pessoas com deficiência. Um grupo que está longe, sem a menor dúvida, de ser minoria no Brasil. O Censo 2000 do IBGE indica que cerca de 24,5 milhões de pessoas, ou seja, 14,5% dos brasileiros têm algum tipo de deficiência, física ou mental.

Precisamos lembrar, também, que a deficiência, seja ela física ou mental, não é necessariamente congênita. Ou seja, pode ser adquirida em razão de doença, acidente, contaminação ou envelhecimento. Assim, todos nós somos potencialmente portadores de deficiência ou de necessidades especiais.

Então, senhoras e senhores, legislar em benefício de pessoas com deficiência é legislar em benefício de todos, ainda que, felizmente, muitos só venham a se beneficiar dessas leis num futuro distante.

Acessibilidade e inclusão são hoje as palavras de ordem quando se fala de portadores de deficiência. E para que essa acessibilidade e inclusão sejam realidade, o Brasil vem adotando uma série de providências legais e práticas.

A Lei nº 7.853, de 1989, foi o primeiro marco no estabelecimento dos direitos das pessoas com necessidades especiais, com a

definição da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Outro marco é a Lei Orgânica da Assistência Social, de 1993, que estabelece normas para atendimento às pessoas com deficiência.

De data bastante recente, temos, ainda, dois atos legais de extrema relevância. A Lei nº 10.048, de 2000, estabelece atendimento prioritário em repartições, bancos e transportes públicos.

Já a Lei nº 10.098, também de 2000, foi essencial para promover a acessibilidade das pessoas com necessidades especiais nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios, nos meios de transporte e de comunicação.

São leis importantes, sem dúvida. Mas é forçoso reconhecer que o avanço legal tem sido lento, quando se trata de reconhecer – e garantir – os legítimos direitos de quem tem necessidades especiais.

Existem hoje, no Congresso Nacional, inúmeras propostas sobre a questão que precisam ser examinadas.

Uma delas, apresentada em 2003 pelo Senador Paulo Paim, institui o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, um importante instrumento de consolidação de direitos adquiridos e de proposta de inclusão de novos direitos.

Tenho muito orgulho do trabalho que o Congresso vem fazendo, e acredito que os parlamentares enfrentarão com denodo a tarefa de debater e deliberar sobre esta e outras matérias.

Digo, entretanto, que legislar, e bem, não resolve o problema na sua totalidade.

É necessário um conjunto de ações do Poder Público, da iniciativa privada, da sociedade civil e dos meios de comunicação para que a pessoa com deficiência tenha garantida, integralmente, sua cidadania. Para que ela possa ter o apoio necessário para vencer as próprias limitações e se colocar, de igual para igual, na sociedade.

O que vemos, por enquanto, são ações isoladas, por mais bem-intencionadas que sejam e por mais que tragam bons frutos.

Recentemente, o Governo Federal anunciou que todos os 3.443 alunos com deficiência visual da rede pública de ensino fundamental vão passar a receber livros didáticos em braile.

Outra boa-nova é que o Brasil deverá ser o primeiro País da América Latina a formar em nível superior professores bilíngües na linguagem de sinais.

No setor esportivo, o aumento e a maior visibilidade das competições paraesportivas está ajudando a integrar pessoas antes marginalizadas e a derrubar muito do preconceito que ainda existe em relação a esse grupo de cidadãos.

Na área da saúde, serão investidos este ano cerca de R\$500 milhões no desenvolvimento de sua Política Nacional de Atendimento às Pessoas com Deficiência, o que me obriga a recordar a importância do desarmamento para a diminuição das deficiências adquiridas por disparo de armas de fogo.

Senhoras e senhores, o Senado tem feito a sua parte, o que pode ser exemplarmente demonstrado com esta Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, deste Fórum e de uma série de ações que a cada dia tornam esta Casa mais aberta e acessível à visitação e à participação política das pessoas com deficiência.

Lembro que o seminário *Acessibilidade: Passaporte para a Cidadania* será realizado pela subcomissão permanente criada este ano no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para cuidar exclusivamente – ou, diria melhor, inclusivamente – do tema “Pessoa com Deficiência”. A subcomissão é presidida pelo Senador Eduardo Azeredo.

Também é importante destacar, aqui, algumas iniciativas que vêm sendo adotadas pelo Senado para que a Casa se torne acessível não só às pessoas com deficiência, mas também a idosos e gestantes, todos com necessidades especiais, que precisam ser respeitadas e atendidas.

Entre essas iniciativas, estão a aquisição de um triciclo motorizado; a instalação de elevadores adaptados nas alas das Comissões, no Salão Negro e na Galeria do Plenário; a construção de novas rampas de acesso; e a inserção na página do Senado na internet de recursos que permitem a sua utilização por pessoas com deficiência, sejam elas sensoriais ou motoras.

Neste último caso, um leitor de texto de última geração guiará os deficientes visuais pelo portal eletrônico do Senado na internet

e uma diagramação inovadora facilitará a navegação para quem tem problemas de motricidade fina.

Mais ainda. Além de contratar profissionais com deficiência dentro das cotas estabelecidas em lei, estamos treinando pessoal para atuar em várias áreas com foco no atendimento ao portador de deficiência, como nas portarias balcões, guichês e nos serviços de 0800 e DataSenado.

E temos as publicações em braile, que dão acesso a textos como o Código de Defesa do Consumidor, a Lei de Doação de Órgãos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal.

O Senado dá o seu exemplo e se coloca como modelo de inclusão e acessibilidade, certo de que muito ainda há por ser feito no Brasil para garantir a plena cidadania a essa parcela da população, seja no aprofundamento do tema nos planos diretores das cidades; na efetiva implementação dos programas criados; na interrupção do círculo vicioso entre pobreza e deficiência; ou na geração de trabalho e emprego.

De todo modo, é surpreendente constatar que, com todas essas lacunas, o País está entre os mais inclusivos do mundo, o que se deve, em boa parte, à defesa dos direitos das pessoas com deficiência pelo Ministério Público.

Para encerrar, gostaria de frisar a importância deste Fórum de Debates e desta Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. São iniciativas como essas que vão nos ajudar a reunir elementos e refletir, juntos, sobre a melhor maneira de garantir acessibilidade e inclusão a uma parcela tão significativa de nossa população. E que vão nos ajudar a fazer do Brasil um país mais justo e menos desigual, em que todos sejamos, verdadeiramente, cidadãos.

Muito obrigado.

DIA DO AVIADOR

Sessão de 20-10-05.

Quando se fala na Força Aérea Brasileira e na aviação no Brasil, as primeiras lembranças que nos ocorrem são da tomada de Monte Castelo, na Itália, a heróica participação do Primeiro Grupo de Caça da FAB, na Segunda Guerra Mundial, em conjunto com a Força Expedicionária Brasileira.

O Primeiro Grupo de Caça foi criado exatamente para participar da guerra, em 18 de novembro de 1943.

Oito pilotos brasileiros morreram e tiveram suas cinzas depositadas em Pistóia, na Itália, e depois trasladadas para o Monumento aos Mortos na Segunda Guerra, no Rio de Janeiro, junto com os demais 443 heróis brasileiros.

Para os brasileiros, foi uma guerra não somente contra o nazifascismo, mas também contra a precariedade do treinamento, feito às pressas, nos 48 aviões norte-americanos P-47. Dezesesseis deles foram derrubados em combate.

Mas a Força Aérea Brasileira, a Aeronáutica de hoje, não tem como atribuição apenas a defesa do espaço aéreo brasileiro e o Sistema de Vigilância da Amazônia. Há muito mais além disso.

O Centro Técnico Aeroespacial, em São José dos Campos e seu magnífico Instituto Tecnológico de Aeronáutica são modelos de excelência tecnológica, de pesquisa e desenvolvimento em vários setores.

A Aeronáutica criou ainda a EMBRAER, a Empresa Brasileira de Aeronáutica, produtora do Xavante, do Tucano e do AMX, com

toda a sua incrível capacidade tecnológica que conquista mercados em todo o mundo.

Desde que o homem conseguiu voar, o Brasil esteve na vanguarda tecnológica. Em primeiro lugar, por intermédio de um brasileiro genial, reconhecido internacionalmente, e que foi homenageado com a escolha da data de 23 de outubro como o Dia do Aviador.

Senhoras e senhores, o Dia do Aviador é uma homenagem a um mineiro, Alberto Santos Dumont, que há exatos 99 anos realizou seu vôo com o 14 Bis, em Paris.

Durante todo o ano de 1906, Santos Dumont trabalhou no aperfeiçoamento de seu primeiro aeroplano, depois de muitas experiências com balões dirigíveis.

Inicialmente, o 14 Bis era impulsionado por um balão. Depois, o impulso inicial vinha de um jumento e o avião conseguia um vôo de 60 metros. A cada nova tentativa, Santos Dumont introduzia uma modificação, resultado de observações, pesquisas e experiências.

Em 3 de setembro, utilizou pela primeira vez um motor de 50 cavalos-força. Dez dias depois, o 14 Bis saiu do chão sem qualquer impulso externo. Foi a primeira vez que um homem elevou-se no ar por seus próprios meios.

Mas foi apenas um salto, não um vôo pleno.

Finalmente, no dia 23 de outubro de 1906, no campo de Bagatelle, em Paris, depois de três tentativas, Santos Dumont decolou com o 14 Bis percorrendo 60 metros, a uma altura de três metros. A revista científica francesa *La Nature* publicou: “É a vitória completa do ‘mais pesado que o ar’. Santos Dumont demonstrou de forma indiscutível que é possível se elevar do solo por seus próprios meios e se manter no ar”.

O brasileiro já era famoso internacionalmente pelo vôo em torno da Torre Eiffel, em agosto de 1901, com um balão dirigível, o Santos Dumont número 5.

Seguiram-se recordes, façanhas e novos inventos, um atrás do outro. Logo depois, em 1907, Santos Dumont construiu o avião número 15, em que invertia os controles: ao contrário do 14 Bis, no número 15 o leme ficava na parte de trás da aeronave, que era toda em madeira.

Santos Dumont, como disse, é reconhecido internacionalmente. Ele era muito mais que um inventor genial, um amante de proezas e um desafiador de limites: um empreendedor industrial e comercial.

A Primeira Guerra Mundial foi um baque para Santos Dumont. O criador do avião de caça, o francês Roland Garros, aprendera a arte do vôo em um avião construído pelo brasileiro, o Demoiselle, de 1907.

Santos Dumont ofereceu seus serviços ao governo francês, mas ao contrário teve sua casa e seu automóvel requisitados para uso militar. Deprimido, queimou seus projetos, seus desenhos, suas anotações. A própria Alemanha, durante a guerra, começou a usar militarmente o avião por meio de um holandês, Anthony Fokker, que se inspirou nas experiências e projetos de Santos Dumont.

Com o fim da Primeira Guerra, que deu grande impulso à aviação, começou o transporte regular de carga e passageiros por aviões.

A maioria dos seus colegas de invento tinham-se tornado industriais, ficaram ricos com a aviação. Mas o brasileiro, chocado com as mortes e com o uso do avião como arma de guerra, internou-se em uma clínica na Suíça, de onde fazia apelos para que se abolisse o uso do avião em bombardeios.

De volta ao Brasil, foi tomado de vez pela melancolia ao ver o avião usado para bombardear os rebeldes na Revolta Constitucionalista de São Paulo, em 1932. Neste mesmo ano, Santos Dumont punha fim à própria vida, em 23 de julho.

Mas todos nós temos a certeza de que **o Pai da Aviação, hoje, ficaria orgulhoso de ver o que é a aviação em todo o mundo** e de ver a ação humanitária da Aeronáutica Brasileira, que transporta desde urnas em períodos eleitorais, principalmente na Amazônia, até remédios, alimentos, médicos e técnicos para socorro em pontos remotos do território nacional.

Agora mesmo, helicópteros da Aeronáutica estão socorrendo a população do Acre, que sofre com um surto de rotavírus, consequência da seca que afeta os rios da região. Os helicópteros levam médicos e remédios, transferem doentes mais graves para hospitais com maiores recursos.

Há ainda o Correio Aéreo Nacional, que sempre cumpriu a função de ligar ao Brasil moderno os pontos mais distantes do País. No ano que vem, teremos o centenário do primeiro vôo de Santos Dumont com um objeto mais pesado do que o ar.

E o Brasil – tenho certeza – saberá homenageá-lo.

Muito obrigado.

EM MEMÓRIA DO PAPA JOÃO PAULO II

Sessão de 25-10-05.

O Senado homenageia, de maneira especial, a memória de Sua Santidade o Papa João Paulo II.

Há quase sete meses tive a oportunidade de participar da cerimônia de despedida do grande pontífice, no Vaticano, quando pude ver de perto a emoção do mundo inteiro diante de tão grande perda. Foi um momento que muito me marcou.

Superado o choque inicial pela perda de um dos maiores líderes humanitários que o mundo já teve, podemos refletir com maior clareza sobre o enorme legado de João Paulo II, em 27 anos de pontificado.

A fé inabalável e o espírito de oração impressionavam a todos que o cercavam.

Os biógrafos lembram a infância sofrida na Polônia, a orfandade e os horrores das guerras e do nazismo como elementos que despertaram e fortaleceram a fé de Karol Wojtila.

Uma história de vida que também ajuda a entender a garra com que o jovem polonês seguiu os desafios de uma vida destinada a evangelizar e a cuidar dos interesses da humanidade.

O pontificado de João Paulo II foi o quarto mais longo da história da Igreja. Sua grandeza não pode ser medida por números. Mas é impossível não nos deixarmos impressionar com algumas dessas estatísticas.

Para visitar 129 países, em 102 viagens realizadas ao redor do mundo, o Papa peregrino percorreu 1 milhão e 700 mil quilômetros de avião, carro, navio e até *ferry boat*, o que corresponde a 31 voltas

ao redor da Terra e a mais de três vezes a distância entre a Terra e a Lua.

O Papa mais popular de todos os tempos foi visto por cerca de 400 milhões de pessoas, reuniu-se com 738 chefes de Estado e recebeu 246 primeiros-ministros.

Ele escreveu 14 encíclicas, proclamou 476 santos e 1.318 beatos.

Mas, acima de tudo, o Papa João Paulo II será lembrado como um Papa missionário, que fez questão de estar sempre no centro dos acontecimentos mundiais, lutando pelas liberdades democráticas e pela justiça social.

Natural de um país durante muitos anos dominado por ditaduras totalitárias, João de Deus abraçou com todas as forças a tarefa de ajudar a libertar seu povo e outros povos oprimidos pela falta de liberdade política e religiosa.

Nesse papel duplo de líder religioso e político, João Paulo II mostrou uma habilidade e uma capacidade de comunicação impressionantes, justificando o título de Papa pop.

Gestos como o de beijar o solo dos países que visitava encantaram o mundo, assim como o trânsito que tinha entre líderes de outros credos religiosos e a facilidade com que dirigia aos fiéis mensagens em diversas línguas.

Fotógrafos disputavam espaço para registrá-lo afagando crianças e acolhendo doentes e miseráveis.

Dizem que foi o homem mais registrado da História. Levava sempre 50 jornalistas a bordo do avião, e com eles costumava conversar aberta ou reservadamente.

Da era João Paulo II, ***guardaremos a lembrança do Papa Pop, do Papa peregrino, do João de Deus***, que a fé foi transformando, aos poucos, de missionário em santo.

Santidade que nasceu na fé e que cresceu no martírio de seus últimos anos, quando sacrificou o que lhe restava de saúde para continuar pregando o Evangelho e protegendo o rebanho de Cristo.

Enquanto esperam a decisão da Igreja sobre a canonização de João Paulo II, os fiéis que tanto o adoraram em vida seguem crendo na santidade de João de Deus.

Encerro minhas palavras, nesta sessão de homenagem, lembrando a multidão reunida diante do caixão de João Paulo II na Basílica de São Pedro, ao erguer seus cartazes e ecoar: “Santo subito!”, ou seja, “santo, já!”

Muito obrigado.

HOMENAGEM A VLADIMIR HERZOG

Sessão de 26-10-05.

A sessão de hoje marca uma homenagem não apenas a Vladimir Herzog, morto nos porões da ditadura militar.

Ela homenageia, em nome do jornalista, a luta pela democracia. Homenageia os ideais de justiça e de liberdade, que sempre conduziram a trajetória de Vlado.

É justamente quando se completam 30 anos da morte de Vladimir Herzog que o País enfrenta sua pior crise política desde o fim do regime militar. Coincidência que nos leva a refletir sobre nossa História recente e sobre os rumos que sonhamos para o País.

Brasileiro de consciência política ímpar, Herzog morreu em 25 de outubro de 1975 defendendo as liberdades democráticas, então aviltadas pelo regime ditatorial. Mas seus ideais iam muito além.

O jornalista vislumbrava uma sociedade mais justa e um País de instituições sólidas, governado por uma classe política comprometida com o desenvolvimento e a ética.

Convido, pois, as Senhoras e os Senhores Senadores a avaliarem em torno da enorme responsabilidade que pesa sobre os ombros de todos nós que, de adversários do regime autoritário, passamos a legítimos representantes de nosso povo e dirigentes do País.

Com o fim do autoritarismo, ficou em nossas mãos decidir sobre a reorganização da vida político-partidária, a melhor forma de revitalizar nossas instituições, garantir e estimular a participação popular e administrar a economia dentro de critérios de equidade e desenvolvimento.

Em vinte anos, fizemos um trabalho considerável rumo à consolidação de um Brasil mais justo e democrático.

Basta lembrar que, apesar da gravidade da atual crise política, não houve qualquer abalo no funcionamento de nossas instituições.

Mas as denúncias de corrupção e financiamento ilegal de campanhas eleitorais, a escalada de violência e os graves problemas sociais e de desigualdades regionais que o Brasil tem enfrentado mostram que há ainda muito o que fazer.

O sonho de Herzog e de tantos outros que lutaram, ao lado dele, por um País mais justo e menos desigual ainda está longe de ser alcançado.

Senhoras e senhores, para falar mais do que representa Vladimir Herzog, quero abordar o dramático cenário de violência, desrespeito à lei e aos direitos humanos que assistimos atualmente em nosso País.

Todos os dias a imprensa nos apresenta um rol interminável de notícias de assaltos, seqüestros, assassinatos e outras violências contra os cidadãos.

Vladimir Herzog foi torturado e morto dentro das dependências do Exército, em São Paulo.

Ninguém foi punido, embora a Justiça tenha reconhecido a responsabilidade da União no crime, o que gerou para a família o direito de indenização.

Gostaria, aqui, de abrir um parêntese para lembrar que, como Ministro da Justiça, criamos a primeira Comissão da Anistia, que analisa até hoje a concessão de benefícios aos perseguidos pelos regimes de exceção.

Em 2002, pude relatar o projeto que regulamentou o pagamento dos benefícios, uma compensação mais que justa aos perseguidos pelo regime de exceção.

No ano passado, votamos uma medida provisória que ampliou a anistia, mas ainda estamos longe de concluir esse processo e acertar as contas com o passado.

Estão protocolados hoje na Comissão de Anistia mais de 50 mil pedidos de indenização. Destes, 15 mil processos ainda estão pendentes de apreciação.

Se na época da ditadura a violência, a impunidade e o desrespeito aos direitos humanos eram mais visíveis na ação das forças da repressão, hoje eles se tornaram vícios de um sistema constituído pelas forças democráticas que passaram a governar o País.

E se não atingem mais a quem deseja manifestar livremente suas posições políticas, essas mazelas comprometem nosso objetivo de justiça social e impedem o pleno exercício da cidadania.

O medo de trinta anos atrás era o medo das baionetas e dos agentes disfarçados, que prendiam, torturavam e até matavam.

O medo de hoje é difuso e, talvez por isso mesmo, alimente, nas consciências mais frágeis, a fantasia de que se armar contra um inimigo que está em toda parte pode ser a solução.

As imagens do suicídio simulado de Herzog são tão chocantes ainda hoje quanto no dia em que foram publicadas por ordem da ditadura, como forma de espalhar a versão montada por ela mesma sobre a morte do jornalista.

Para que episódios como este não voltem jamais a manchar a nossa História, é preciso esclarecer ao máximo o que aconteceu aos cidadãos colhidos na luta pela democracia.

O fantasma da ditadura está afastado. Mas precisamos afastar também os fantasmas da atualidade, como o crime organizado, o tráfico de drogas, a lavagem de dinheiro, a miséria e a exclusão social.

Não queria terminar este meu pronunciamento sem mencionar os que lutaram de maneira corajosa na busca por justiça no caso Herzog. Jornalistas, juristas, políticos, estudantes e cidadãos anônimos reunidos em atos de protesto...

Todos têm, em alguma medida, mérito na manutenção da memória de Vlado e na fixação de seu nome como emblema da liberdade democrática. Destaco, porém, a ativa figura de Clarice Herzog, esposa de Vladimir, incansável em seu esforço pela verdade dos fatos.

Destaco, também, o nome do Arcebispo Emérito de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, um guardião dos direitos humanos, que abriu a Catedral da Sé para o ato ecumênico que mudaria para sempre a História do Brasil.

Ao protestar contra o bárbaro assassinato de Herzog, os brasileiros ali presentes deram um sinal inequívoco de que não arredariam pé do ideal de construir um País livre e igualitário.

Um ideal que deve nos conduzir, a cada um de nós, como legítimos representantes de nosso povo e de nosso País.

Muito obrigado.

FORMATURA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Campo Grande/MT, 28-10-05.

Sinto-me profundamente honrado em participar desta solenidade de formatura e ter meu nome vinculado a esta turma, já que sempre nutri enorme apreço e admiração pelo trabalho da Polícia Rodoviária Federal.

Vossas Senhorias, a partir de agora patrulheiros federais, devem ter a consciência de que fazem parte de um órgão fundamental para a segurança pública deste País.

Com efeito, as atribuições da Polícia Rodoviária Federal são vastíssimas, e não param de crescer desde 1928, quando foi criada a então Polícia de Estradas. De lá para cá, a malha rodoviária brasileira aumentou exponencialmente, e, com ela, aumentaram, também, os desafios.

Afinal, não se trata apenas de fiscalizar os cerca de 55 mil quilômetros de rodovias e estradas que cortam nosso imenso território. O leque de atuação da Polícia Rodoviária Federal é muito mais amplo, vai da segurança à saúde pública, da educação à fiscalização e repressão.

Antes de tudo, precisamos lembrar que o trânsito brasileiro é um dos que mais matam no mundo. Ao péssimo estado de vários trechos das rodovias federais somam-se a imprudência dos motoristas, a fadiga de caminhoneiros submetidos a rotinas extenuantes, a má conservação de caminhões, ônibus e automóveis.

É a Polícia Rodoviária Federal que zela por nossas vidas nas estradas, que reprime o porte de armas, o tráfico de drogas e de animais silvestres, que protege o patrimônio da União.

Meus caros formandos, o mesmo patrulheiro que mantém a ordem e pune os delitos também educa.

O policial rodoviário é, assim, um profissional-chave na formação e no aprimoramento da cidadania. Isso significa dizer que Vossas Senhorias, hoje, transformam-se de formandos em formadores, responsáveis por difundir maior consciência e civilidade nas estradas e rodovias brasileiras.

Essa responsabilidade enorme é também, estou certo, muito gratificante. Mas não basta o desejo de servir ao nosso País e aos nossos cidadãos.

É crucial que haja condições objetivas para a permanente reciclagem e o bom exercício profissional de nossos policiais, que trabalham, com frequência, no limiar entre a vida e a morte.

Assegurar melhores condições de trabalho a Vossas Senhorias e aos demais colegas policiais é uma tarefa a que sempre estive atento.

Na ocasião da Assembléia Nacional Constituinte, integrei o grupo de parlamentares que fixou o papel constitucional da Polícia Rodoviária Federal na Carta de 1988.

Dois anos depois, já como líder de governo, coordenei a transferência da Polícia Rodoviária Federal do Ministério dos Transportes para o âmbito do Ministério da Justiça, inaugurando a reestruturação da entidade.

Como Ministro da Justiça, em 1998, priorizei a implantação do Plano de Carreiras, valorizando o quadro profissional da Polícia Rodoviária. À época, praticamente equiparamos a remuneração dos policiais rodoviários à dos policiais federais.

Tive oportunidade de trabalhar ainda para reequipar material e tecnologicamente a instituição, num investimento de cerca de 38 milhões de reais. Esse aparelhamento foi decisivo para que a Polícia Rodoviária Federal desse exemplo ao País e ao mundo na implementação do Código Nacional de Trânsito, poderoso instrumento de cidadania e humanização.

A necessidade de reaparelhamento policial foi um dos motivos que me levaram a apresentar, na semana passada, proposta de emenda à Constituição estabelecendo um percentual mínimo de aplicação de recursos em segurança pública: 15% do Orçamento da União; 7% no caso dos estados e 1% no caso dos municípios.

A esse propósito, agradeço, de público, o estímulo e a participação do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública. Esperamos que esse colegiado venha a ter papel deliberativo nas definições das políticas de segurança do País.

Infelizmente, a segurança pública tornou-se, hoje, uma das maiores preocupações nacionais. Não é o caso, aqui, de nos estendermos sobre as causas do banditismo que infesta nossa sociedade. O fato é que a atual escalada de violência põe a nu a necessidade de investimento prioritário, inadiável, na reorganização e na modernização das instituições de segurança pública.

Ainda que o Governo Federal já tenha tomado algumas providências importantes, como a instituição, em 2001, do Fundo Nacional de Segurança Pública, **o que temos verificado**, na prática, **são contingenciamentos inaceitáveis nos gastos com segurança pública.**

É por isso que nossa proposta veda, de forma expressa, tais contingenciamentos.

Para Vossas Senhorias terem uma idéia, dos 412 milhões de reais destinados ao Fundo no ano de 2005, míseros 22 milhões foram executados, algo como 5% dos valores previstos!

Outro exemplo bastante ilustrativo é a evolução do orçamento do Fundo Penitenciário Nacional, o FUNPEN.

Além dos valores alocados serem abertamente insuficientes em face da demanda, eles têm sofrido uma redução inexplicável.

Basta dizer que o orçamento para o corrente exercício é, em valores nominais, ligeiramente inferior ao executado em 2001.

É claro que a obrigatoriedade na alocação de recursos não vai acabar com o problema da violência no País. Mas é impossível enfrentar a violência sem o compromisso efetivo de que haverá recursos suficientes para o exercício profissional, a remuneração digna e o treinamento constante de nossos policiais.

Senhoras e senhores, vivemos momentos críticos no cenário político nacional.

Investigar as atuais denúncias de corrupção e “caixa dois”, com todo rigor e transparência, e punir os eventuais responsáveis de forma exemplar, têm sido a tônica dos trabalhos das Comissões Parla-

mentares de Inquérito, que sempre contaram com nosso apoio.

Por outro lado, jamais permitimos que as CPI desviassem nossos esforços da construção de uma agenda nacional positiva. Só no Senado Federal, aprovamos este ano um total de 1.229 matérias. Instituímos, também, grupo de trabalho de senadores para propor medidas que eliminem a praga burocrática da vida dos brasileiros.

Afinal, tão importante quanto depurarmos o quadro político-eleitoral, é estabelecermos balizas sólidas para o desenvolvimento econômico e a segurança de todos os brasileiros.

Senhoras e senhores, nossos foros de trabalho podem ser diversos, nossas rotinas, diferentes, mas nossa missão é comum: trabalhar e servir a um povo e a um País que amamos.

Parabéns, caros formandos, pela vitória de hoje; a primeira, das muitas que virão. Saibam que, no Senado Federal, trabalhamos com afinco para que solenidades como esta sejam símbolo de uma carreira prestigiada e promissora.

Muito obrigado.

40º ENCONTRO NACIONAL DO COLÉGIO DE CORREGEDORES-GERAIS DE JUSTIÇA

Maceió/AL, 10-11-05.

É uma honra participar deste 40º Encontro Nacional do Colégio de Corregedores-Gerais da Justiça, evento que reúne alguns dos mais ilustres membros da magistratura brasileira.

Fiquei particularmente satisfeito ao saber que o encontro aconteceria aqui, em Maceió – cidade que conta com o trabalho primoroso da Corregedoria do Estado de Alagoas. E fiquei muito mais satisfeito com a eleição do Desembargador Washington Luiz para presidir tão importante Conselho.

Cumprimento a todos na digna pessoa do Corregedor-Geral de Justiça de Alagoas, e agora Presidente do Conselho, o Desembargador Washington Luiz, figura exponencial da magistratura, brasileiro e alagoano que tantos bons serviços prestou ao nosso Estado, especialmente quando da sua competente gestão à frente do egrégio Tribunal de Justiça, momento em que adotou medidas que verdadeiramente ajudaram a agilizar a prestação jurisdicional.

Cabe observar que qualquer cidadão brasileiro conhece, ao menos superficialmente, as atribuições de um prefeito, de um governador, um delegado, um juiz. Mas apenas uma parcela ínfima do nosso povo tem noção do importante trabalho dos corregedores brasileiros.

É a correição que assegura a tramitação adequada dos processos, a observância dos prazos e a lisura no julgamento dos litígios submetidos ao crivo do Judiciário.

Sem essa garantia, não há que se falar em justiça, mas, ao contrário, em injustiça e arbítrio.

Convém destacar, ainda, que a difícil tarefa de fiscalizar os magistrados deve ser reservada a juízes amadurecidos, experientes. Por isso, as corregedorias contam, em seus quadros, com magistrados e magistradas da mais elevada qualificação.

Senhoras e senhores, a boa administração da Justiça sempre foi uma das preocupações da magistratura brasileira. A recente reforma estrutural do Judiciário é uma forte evidência da importância desse tema.

Foi com o intuito de aperfeiçoar a prestação jurisdicional que surgiu a figura do corregedor.

E foi também com esse intuito que a reforma do Judiciário começou a se realizar, na prática, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, embora ainda tenhamos muito trabalho pela frente, especialmente no que se refere ao aperfeiçoamento da legislação processual.

Sem dúvida, o Congresso Nacional é o foro adequado para discutir as questões de relevo nacional, como os precatórios, que provocaram um impasse institucional conhecido de todos.

Conscientes das nossas responsabilidades, criamos a Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, encarregada de elaborar os projetos de lei necessários à regulamentação da reforma, bem como de promover alterações pertinentes na legislação federal, com o objetivo de ampliar o acesso à Justiça e tornar mais célere a prestação jurisdicional.

Essa Comissão reforçará os princípios contidos no Pacto de Estado em favor de um Judiciário mais rápido e republicano, documento que congrega pensamentos comuns dos três Poderes da República.

O documento do pacto faz referência a questões essenciais para o aperfeiçoamento do Judiciário, como a reforma do sistema recursal e de procedimentos, o aprimoramento dos quadros da Defensoria Pública, o fortalecimento dos Juizados Especiais e da Justiça Itinerante e a superação dos obstáculos a uma execução fiscal eficiente.

Um Judiciário mais ágil significa maior grau de segurança jurídica. E segurança jurídica, sem dúvida alguma, é fator básico para atrair investimentos e acelerar o desenvolvimento econômico.

Exatamente para diminuir as restrições ao desenvolvimento nacional, criamos, no âmbito do Senado, o Grupo de Trabalho da Desburocratização e da Simplificação das Relações do Estado com o Cidadão e com as Empresas. Esse grupo está oferecendo sugestões de aperfeiçoamentos institucionais e legislativos e propondo medidas de tratamento diferenciado para as pequenas e microempresas.

A propósito da segurança jurídica, apresentei a Proposta de Emenda à Constituição que proíbe a edição de medidas provisórias em matérias contratuais. Também estamos apoiando os trabalhos da Comissão Mista Especial que pretende racionalizar o trâmite das medidas provisórias no Congresso.

Gostaria, ainda, de destacar outra Proposta de Emenda à Constituição de minha autoria visando garantir recursos para a segurança pública. Agradeço, de público, o estímulo e a participação do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública. Assim, as decisões judiciais contarão com os meios necessários à sua eficácia social.

Aliás, gostaria de enfatizar a reunião ocorrida recentemente entre os órgãos estaduais de segurança pública e o Tribunal de Justiça de Alagoas, em busca de soluções conjuntas para combater o aumento da criminalidade.

Com toda a crise política que estamos vivenciando, o Senado Federal não deixou de cumprir seus deveres. Neste ano, já apreciamos cerca de 1.300 matérias, das quais mais de mil foram aprovadas. As Comissões Permanentes e as Comissões Parlamentares de Inquérito estão funcionando normalmente, com total apoio da Presidência do Senado.

Senhoras e senhores, o Senado Federal será cada vez mais uma Casa aberta ao diálogo com as instituições da sociedade organizada, porque isso é, verdadeiramente, fundamental para o processo legislativo. A Lei é um fenômeno social e não um ato de gabinete.

Por isso, criei, no âmbito da Presidência do Senado Federal, uma estrutura específica para a tarefa de relacionamento institucional. Um canal de comunicação para acompanhar e analisar tecnicamente os temas de relevância da magistratura brasileira.

Senhoras e senhores, antes de encerrar minha contribuição renovo meu compromisso de apoiar qualquer iniciativa que vise ao res-

peito pela independência dos Poderes de Estado, ao aperfeiçoamento da Justiça brasileira e ao aprimoramento das relações institucionais. Sobre a emenda que eleva o compulsório para 75 anos, concordo com nosso Presidente que precisamos aprimorá-la e estendê-la aos Tribunais de Justiça e de Contas do Estado também. Farei o que for possível para que isto aconteça.

Também participo da preocupação com a atuação do CNJ. O papel de legislar, como já dito, é do Congresso Nacional, e não pode haver excesso com relação a atuação do Conselho, que teve inspiração na Corregedoria e não pode extrapolar no que faz.

Mais uma vez, quero agradecer a oportunidade de tomar parte em um debate de tão alto nível.

Muito obrigado.

COMEMORAÇÃO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Maceió/AL, 15-11-05

Há 116 anos, diante do visível esgotamento de um sistema monárquico centralizador, agônico e, principalmente, incapaz de indicar novos caminhos para o progresso, para as mudanças políticas e socioeconômicas, a sociedade organizou-se e ousou protagonizar uma virada decisiva na incipiente História do Brasil. Naquela noite, no Rio de Janeiro, sem um único disparo sequer, os 67 anos de monarquia no Brasil davam seus últimos suspiros. O Brasil virava uma esmaecida página de sua História, destituindo um império abúlico para, em seu lugar, entronizar a República. Mais do que a mudança radical no regime de governo, incorporava-se ao cotidiano da sociedade o ideário republicano.

Não que as monarquias sejam uma condenação imutável ao fracasso. Isso não. Mas aquela reunia indicações para o atraso. Por isso, todos os brasileiros têm razões para se orgulhar. Os alagoanos têm, particularmente, motivos de sobra para celebrar essa revolução que tantos legados nos deu. À frente do movimento que derrubou a “dinastia imperial” estavam não menos do que dois dos mais ilustres alagoanos: os Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

Não por outro motivo que suas 323 palavras no discurso que proclamava o novo regime, Deodoro conclamou a sociedade à comunhão, ao bem comum, ao respeito à liberdade, aos direitos adqui-

ridos, à ordem, à liberdade e à paz. Em síntese: a República regou o respeito ao respeito. Ficou assinalada na História a expressão “cidadãos”, exortação pela qual Deodoro procurava expressar o sentimento de comunhão que lhe moveu ao assumir aquele governo provisório em um momento turbulento. Foi Deodoro, além de sublinhar a continuidade institucional em um momento de ruptura, o primeiro Presidente – e o Vice-Presidente Alencar tem consciência da importância deste gesto – a assegurar que, mesmo naquela circunstância, o Governo assegurava o reconhecimento e prometia acatar “todos os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública externa e interna, os contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuídas”.

São valores e conceitos que se perpetuaram no tempo e ainda hoje são sagrados em todas as democracias do Planeta. ***Não há homens e tão pouco instituições perfeitas, tão primorosamente acabadas que prescindam de aperfeiçoamentos.*** Nesta primeira fase da República houve equívocos e Deodoro, em meio a uma crise, optou por não aprofundá-la. Em uma atitude de abnegação, que refletiu sua grandeza, compreensão e patriotismo, Deodoro, em nome da pacificação nacional fragilizada por crises e levantes regionais, preferiu passar o comando para seu vice, o Marechal Floriano Peixoto, outro ilustre alagoano cujas ações imediatas colocaram o Brasil nos trilhos da liberdade e da democracia.

É da autoria de Floriano Peixoto a célebre expressão “revoluções pacíficas”, termo ao qual ele recorria para apontar uma peculiaridade, uma particularidade tão brasileira quanto o samba ou a feijoada e que, ainda hoje, nos acompanha. Quando mencionava as revoluções pacíficas, Floriano se referia a duas grandes viradas históricas que transcorreram de maneira absolutamente serena: a libertação dos escravos e a própria Proclamação da República. E se houve um erro na ascensão dos republicanos, Floriano tratou de corrigi-lo no dia em que tomou posse: anular o ato que havia dissolvido o Congresso Nacional em 1889. Como todo bom governante que, ao mesmo tempo, extrai do passado as lições para não repetir equívocos, também procurou antecipar o futuro. Floriano indicava ao País o valor

da austeridade e responsabilidade na administração do bem público. Prometia ele então: “A administração da Fazenda Pública com a mais severa economia e a maior fiscalização no emprego da renda do Estado será uma das minhas preocupações. Povos novos e onerados de dívida nunca foram povos felizes, e nada aumenta mais as dívidas dos estados do que as despesas sem proporção com os recursos econômicos da Nação”.

Vê-se que, sem pretender desmerecer as justas apreensões de Floriano, há um século – antes de se sonhar com globalização – predomina entre os governantes o discurso econômico e isso é inevitável. Mas Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, nesse discurso de Floriano, em 23 de novembro de 1891, detecta-se uma legítima e meritória angústia que nos ronda em pleno século XXI. Ao mesmo instante em que promete colocar uma lupa nos gastos e receitas da Fazenda Pública, Floriano sentencia: “*Povos novos e onerados de dívidas nunca foram povos felizes*”. As palavras de Floriano Peixoto, lidas com atenção, assustam pela atualidade, passados 114 anos. Mais do que gastar muito, gasta-se mal no Brasil e essa é uma hipoteca, todos sabem, é muito pesada. Esse tem de ser um esforço conjunto, que congregue o Executivo, o Judiciário, os governos estaduais, municipais e também legislativos.

Recentemente, criei no Senado uma comissão para realizar uma nova radiografia das obras inacabadas no Brasil. ***Em qualquer circunstância*** – seja na opulência ou em tempos de cobertor curto – ***é um acinte iniciar uma obra e paralisá-la***. Esse trabalho já foi feito antes e agora necessita ser refeito porque significa dinheiro público no ralo. Paralelamente precisamos construir critérios para otimizar os escassos recursos do Orçamento Federal. Todos temos plena consciência de que o orçamento não é de elástico. Ninguém, com responsabilidade, advoga a ganância irresponsável, por isso é preciso aprimorar a qualidade dos gastos sem comprometer o equilíbrio fiscal, para o qual pagamos muito caro.

É também alentador o movimento brotado no País, o qual eu endosso firmemente, para eliminar a burocracia, esse medonho emaranhado de exigências, idas e vindas, que acabaram por criar um novo e indigesto tributo no Brasil: o imposto que pessoas físicas e empre-

sas pagam apenas para alimentar a própria burocracia. O Senado tem feito seu dever de casa. Aprovamos a reforma tributária, a reforma política e tantas outras legislações imprescindíveis para simplificar e tornar a vida dos brasileiros mais digna. Agora mesmo estamos empenhados na aprovação da nova Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. São ações pontuais que, gradativamente, irão desafogar o Estado e o setor produtivo a fim de recuperarmos a capacidade de investimento.

Sei que Vossa Excelência já deve estar farto de ouvir este tipo de apelo: a taxa de juros muito elevada que, reconheça-se, iniciou uma curva descendente, e a realização de superávit primário acima do acordado com as instituições financeiras internacionais. São temas que, longe de significar cobrança, está merecendo a reflexão diária.

A população nos olha com uma indagação inquietante: Quando virá aquela prosperidade tão esperada? Afinal, como nos ensinou Floriano, “povos onerados de dívidas nunca foram povos felizes”.

A corrupção, prática abominável e nova ao desenvolvimento, deve ser combatida diariamente como está acontecendo nos dias de hoje, com apurações pelo Congresso, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Além dos óbvios prejuízos aos cofres públicos, a sociedade quer punições emblemáticas, porque está saturada de parasitas gananciosos que só enxergam no público o hospedeiro de suas mesquinhas cobiças privadas.

Toda crise, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, é pedagógica. Sempre saímos delas melhores do que entramos. Porque elas, apesar de desconfortáveis, criam as vacinas e os anticorpos necessários. Haveremos, com responsabilidade, discernimento e equilíbrio, de superar a crise atual e dela extrairmos lições para aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização e punição aos desvios e seus autores. Temos – todos nós – uma lição de casa a ser feita na busca da ética, da eficiência e da transparência. **Não há democracia sem transparência e nem com transparência pela metade.** Estamos devendo e haveremos de honrar rapidamente essa nova revolução pacífica: a revolução para que defendamos a ética e absoluta transparência como forma de refinar nossa República.

Muito obrigado.

3º ENCONTRO DE CORTES SUPREMAS DO MERCOSUL

Em 21-11-05.

Foi com muita honra que recebi o convite para participar da abertura do 3º Encontro de Cortes Supremas dos Estados-Partes do Mercosul e Associados e aqui fazer algumas breves reflexões.

Considero que aprofundar a integração entre os países da América do Sul, num contexto de paz e democracia política, é condição essencial para a prosperidade e bem-estar de todos nós.

Este Encontro abordará questões da mais alta relevância, incluindo a aplicação das normas do Mercosul nos Estados-Partes; a importância da segurança jurídica no processo de integração; o direito comunitário; a jurisdição das relações trabalhistas e as relações dos órgãos judiciários nacionais com os tribunais comunitários.

Somos cidadãos de países unidos não apenas pela mesma região geográfica, mas, sobretudo, por nossas trajetórias e desafios históricos.

As Seções Nacionais da Comissão Parlamentar Conjunta firmaram-se como importantíssimo foro de discussão do processo integrativo sul-americano.

Suas deliberações refletem nos nossos Parlamento, trazendo o Mercosul para o centro do debate político no Brasil e nos demais Países-Membros.

Faltava, porém, um espaço de debates no âmbito do Poder Judiciário de cada País-Membro. Um foro institucional capaz de debater

o fortalecimento do arcabouço jurídico do Mercosul, mediante reunião das mais elevadas autoridades judiciárias.

Felizmente, o diálogo duradouro e contínuo entre os Poderes Judiciários dos Países-Membros passou a integrar a agenda, como bem demonstra este 3º Encontro de Cortes Supremas.

A assinatura, pelos Poderes Judiciários, da Carta de Brasília, em 2004, revela o aperfeiçoamento institucional do nosso bloco econômico.

Este bloco representa a opção muito clara em favor da estabilidade política, da justiça social e da prosperidade econômica para além das fronteiras nacionais. Na base dessa construção histórica estão o aumento da cooperação judiciária, a harmonização legislativa e o crescente aperfeiçoamento do sistema de solução de controvérsias.

Nessa linha, gostaria de mencionar minha preocupação acerca da segurança jurídica, pois ela é, sem dúvida alguma, um fator básico para atrair investimentos e acelerar o desenvolvimento econômico de todo o bloco. O aumento da competitividade do Mercosul passa, necessariamente, pela redução de nossos custos institucionais. Chamo, o Presidente Jobim também, de custo institucional a questão da hierarquia do tratado no ordenamento jurídico brasileiro. Questão tão bem colocado por Vossa Excelência com total abertura, total liberdade e com toda transparência.

Vejo, também, como custo institucional o baixíssimo percentual de implementação das normas do Mercosul, dificuldade comum a todos os Países-Membros.

Para se ter uma idéia do problema, a Comissão Parlamentar Conjunta estimava, ano passado, que a aprovação das normas do Mercosul pelos Parlamentos nacionais oscilava entre 31 e 41%.

Grande parte das normas que demandam aprovação legislativa nem sequer ingressou nos órgãos legislativos.

Este é um problema político, de vontade política, que provoca entraves na segurança jurídica do Mercosul e precisa urgentemente, como também disse Vossa Excelência, ser contornado.

Por isso, é fundamental que nosso bloco caminhe de acordo com nossas reais necessidades.

Por outro lado, para o Mercosul ficar mais competitivo, parte do compromisso encontra-se em nível intra-estatal, no bojo de cada Estado-Membro. Sobre isso gostaria de ressaltar que, no Brasil, os avanços no diálogo institucional entre o Legislativo e o Judiciário têm sido notáveis.

Aprovamos, depois de longa e amadurecida discussão, a Emenda Constitucional nº 45, marco incontestado no aperfeiçoamento do Poder Judiciário.

As mudanças esperadas no plano jurisdicional já começam a aparecer e têm no debate parlamentar e no envolvimento da magistratura os pressupostos para seu êxito.

É com muito orgulho que destaco, entre outras conquistas, a instalação do Conselho Nacional de Justiça. O apoio da Justiça brasileira foi vital para a aprovação no Congresso Nacional de mecanismos, como a súmula vinculante, que desafogará de modo significativo a pauta de julgamentos.

Há poucos dias, aprovamos o primeiro dos mais de 20 projetos de lei que alteram os ritos processuais.

O objetivo é banir da cena judiciária os recursos meramente protelatórios e agilizar o julgamento das causas.

É exatamente este o sentido do Pacto de Estado em favor de um Judiciário mais rápido e republicano, firmado pelos três Poderes no Brasil.

Destaco também a luta que abrimos, no Senado Federal, contra a burocracia. É preciso simplificar as relações do Estado com o cidadão e as empresas, afastando a burocracia geradora da ineficiência e geradora da corrupção.

É inaceitável que sejam criadas no Brasil, em média, 36 normas tributárias por dia. Esse fervor torna o crescimento econômico incompatível com nossas potencialidades e nos faz reféns de um cipoal normativo que desafia, até mesmo, os melhores especialistas.

Apesar do atual clima político conturbado que vivemos hoje no Brasil, o Senado Federal sem dúvida tem feito a sua parte.

Boa parte de nossos desafios, em maior ou menor grau, é comum aos parceiros do Mercosul. Por isso mesmo, **nosso grande**

compromisso deve ser com o diálogo aberto, franco, construtivo.

Este importante evento deixa claro o propósito que nos une e justifica nossos melhores esforços em prol de um ambiente econômico, jurídico e político estável.

Como Presidente do Congresso Nacional sinto-me comprometido com o fortalecimento do Mercosul e tenho certeza de que um melhor entendimento no âmbito do Judiciário trará lições de cooperação para todos os Poderes.

Muito obrigado.

EXPOSIÇÃO DE ARTISTAS PLÁSTICOS BRASILEIROS

Em 22-11-05.

É um prazer, para todos nós, participar da abertura desta magnífica exposição. Mais uma iniciativa pioneira do Senado, que nos presenteia com uma amostra das mais representativas da produção contemporânea de artes plásticas no Brasil.

A exposição de hoje se destaca não só pela produção primorosa, como pelo envolvimento direto de cada um de nós, senadores, que tivemos a responsabilidade, ou melhor, o enorme prazer de indicar artistas plásticos de nossos estados para participar dessa mostra.

O resultado ***é um panorama, dos mais ricos, da cultura de cada região brasileira.***

Uma cultura retratada em 81 telas a óleo, acrílico e ainda xilogravura nos mais diversos estilos.

Marinhas, paisagens urbanas e rurais, pinturas figurativas, geométricas e abstratas, que nos enchem de orgulho não só do ponto de vista estético, como pelo simples fato de ser brasileiro.

Em meio a tantos talentos – é difícil – quase impossível – destacar um nome ou outro. Mas não podemos deixar de citar artistas premiados internacionalmente, como Zupo, do Rio Grande do Sul, Maria Bonomi, de São Paulo, e Cordeiro, do Maranhão. Ou nossos queridos Antonio Poteiro e Siron Franco, de Goiás.

Os trabalhos de Cristina Carvalheira, Francisco Galeno, Lourenço do Bem e Eusanete Sant’Anna dão bem a dimensão da diversidade e da riqueza de nossa capital.

Como alagoano, também faço questão de salientar a força e o talento dos artistas de minha terra, tão bem representados nesta exposição por Delson Uchoa e Beto Normande.

Senhoras e senhores, gostaria, aqui, de lembrar o empenho do Senado Federal na promoção dos nossos artistas e da cultura nacional.

Nossa Casa tem estado aberta não apenas para artistas consagrados, como para novos talentos, que vêm reforçar a riqueza e a diversidade da cultura brasileira. Só este ano foram cerca de 80 exposições, nos vários espaços do Senado.

Um trabalho – faço questão de registrar – que vai continuar contando com nosso total apoio.

Muito obrigado.

COLAÇÃO DE GRAU UNILEGIS

Em 22-11-05.

É uma enorme alegria para mim participar da formatura de duas novas turmas da Unilegis, instituição de ensino que nasceu de atitude pioneira do Senado Federal e que hoje se caracteriza como fórum permanente de debate de idéias em áreas estratégicas para o País.

Eu mesmo tenho, Senador Ramez Tebet, igual orgulho de ter, como Coordenador do Grupo de Reforma e Modernização do Senado, proposto a criação da Unilegis, a Universidade do Legislativo Brasileiro, o que, em boa hora, V. Ex^ã, como Presidente do Senado Federal, pôde concretizar.

Antes de mais nada, gostaria de parabenizar os formandos de hoje, que constituem a primeira turma de Administração Legislativa e a segunda de Direito Legislativo da Unilegis, não só pela conclusão de mais uma etapa na caminhada por mais conhecimento, como pela feliz escolha de seus homenageados.

Os Senadores Romeu Tuma e Tião Viana, Patrono e Paraninfo das turmas, representam, sem dúvida alguma, o que há de mais qualificado nos legisladores deste País, dois homens que trazem orgulho ao Senado brasileiro e certamente agregam valor inestimável a esta cerimônia.

Com muita justeza, quero também destacar a lembrança ao saudoso e querido Senador Lauro Campos. A homenagem que ele recebe somente reitera a certeza de que homens que vivem a vida pública com dignidade e honestidade continuam a ensinar o seu exemplo além de sua própria vida.

A conclusão dos dois cursos é motivo, como disse, de muito orgulho e satisfação para todos nós, não só para os formandos e suas famílias, como para todo o Legislativo brasileiro e, por que não dizer, para todo o País, pois os profissionais que hoje deixam a Unilegis terão, certamente, um papel significativo não apenas na modernização do nosso Legislativo, mas também na difusão da importância das instituições democráticas na vida nacional.

A democratização do conhecimento é um avanço precioso na conquista da plena cidadania e a qualificação dos quadros de nosso Legislativo, um trunfo valioso para a excelência dos trabalhos da instituição.

Senhoras e senhores, responsabilidade, equilíbrio e seriedade são requisitos básicos do trabalho do Congresso Nacional como instituição democrática, principalmente em momento tão delicado do cenário político nacional.

Por trás dos debates políticos e de decisões importantes que norteiam os rumos do País, há estudos técnicos rigorosos e uma visão acurada de todo o nosso sistema legislativo. A assessoria legislativa reveste-se, portanto, de papel primordial na democracia, uma democracia, todos sabemos, suficientemente sólida e madura, tanto que nossas instituições não sofreram qualquer abalo diante da gravidade da atual crise política.

É importante lembrar que o Senado Federal, em nenhum momento, fugiu de sua responsabilidade política. As investigações conduzidas pelas comissões parlamentares de inquérito, com todo o meu apoio, não impediram o Senado Federal de analisar e votar matérias de interesse da população e do País.

Absurda também é a imposição de medidas provisórias que não atendem nem de longe aos pré-requisitos de relevância e urgência e vêm prejudicando de forma injustificável o nosso processo legislativo, sobretudo retirando a melhor eficiência dele.

O Congresso Nacional não pode ter a sua competência constitucional diminuída diante dessa avalanche de medidas provisórias que trancam a pauta das duas Casas e acabam sendo votadas às pressas, sem uma discussão mais aprofundada, como a sociedade exige do Senado Federal e de todos nós.

Temos, senhoras e senhores, muito trabalho pela frente. Tenho conversado com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, para que sensibilizemos os líderes daquela Casa em relação aos assuntos que o Brasil precisa que sejam analisados. A Câmara tem de votar com urgência a reforma tributária e a reforma política, de já foram aprovadas pelo Senado Federal. Precisamos concluir a reforma do Judiciário, avançar nos marcos regulatórios, resolver de vez a questão do endividamento dos estados e municípios, recuperar os créditos do setor privado e estabelecer um tratamento diferenciado para os pequenos negócios.

Precisamos, enfim, avançar numa agenda positiva que coloque o Brasil no rumo do desenvolvimento sustentável e da justiça social, que garanta o nosso crescimento econômico e reduza os nossos desequilíbrios sociais e regionais. É essa a expectativa do povo brasileiro.

Estou certo, meus caros formandos, de que o nosso Legislativo poderá contar com cada um de vocês para cumprir efetivamente o seu papel.

Parabéns, mais uma vez, e boa sorte em seu futuro profissional.

Contem sempre – sempre mesmo – com o Senado Federal.
Muito obrigado.

CENTENÁRIO DE AFONSO ARINOS

Sessão de 23-11-05.

O centenário de nascimento do grande brasileiro Afonso Arinos de Melo Franco coincide com o feliz momento da aprovação, pelo Senado, do Estatuto da Igualdade Racial, que está agora em debate na Câmara dos Deputados.

A associação entre os dois eventos é inevitável, porque foi Afonso Arinos o autor da lei que, possivelmente, tenha sido a primeira contra o racismo em todo o mundo. A chamada Lei Afonso Arinos, a de número 1.390, de três de julho de 1951.

O Brasil, que sofreu a vergonha de ser o último país do mundo a abolir a escravatura, teve pelo menos o orgulho de ter também a primeira legislação anti-racismo. E justamente em uma época em que vários países do mundo, ao contrário, tinham legislações fortemente racistas e discriminatórias.

O Estatuto da Igualdade Racial não é a solução definitiva, mas vai ajudar muito a corrigir uma dívida histórica da nossa sociedade com os brasileiros negros e mestiços. A lembrança de Afonso Arinos é obrigatória.

Afonso Arinos de Melo Franco nasceu há cem anos e morreu há quinze, em plena atividade política, como senador pelo PSDB, aos 85 anos.

Foi um daqueles homens notáveis, especiais, capazes de marcar sua geração e o seu País, e com quem alguns de nós, senadores, tivemos a oportunidade e a honra de conviver. Alguns, como constituintes a partir de 1986, e outros ainda nos anos 50 e 60, como os Senadores José Sarney e Antonio Carlos Magalhães.

Era um aristocrata de berço, no sentido nobre e positivo da palavra: foi sempre um inimigo dos preconceitos, das injustiças, defensor

do Estado de Direito e um humanista do sentido mais amplo do termo. Um homem elegante e de convivência amena.

Publicou mais de 60 livros sobre Direito Constitucional, ensaios históricos e sociológicos, biografias, e memórias. Pela sua produção literária, ocupou a cadeira de número 25 da Academia Brasileira de Letras, na vaga de José Lins do Rego.

Como ministro das Relações Exteriores, em 1961, iniciou uma política externa independente, inovadora, que condenou o colonialismo europeu na Ásia e na África. Foi, aliás, o primeiro chanceler brasileiro a visitar a África, quando esteve no Senegal. Em plena Guerra Fria, conseguia ter uma visão diferente e moderna do mundo, sem maniqueísmos.

Com a renúncia de Jânio Quadros, voltou ao Senado e teve papel decisivo na emenda parlamentarista, que evitou um golpe de estado e permitiu a posse do Vice-Presidente João Goulart em 1961.

Afonso Arinos foi um dos fundadores da União Democrática Nacional, a UDN, como resultado de uma frente pela redemocratização do País e contra a ditadura do Estado Novo. Foi um dos intelectuais que organizaram o Manifesto dos Mineiros, o primeiro documento político contra a ditadura, em 1945. Por causa disso, foi demitido do Banco do Brasil.

Fez oposição a Getúlio Vargas como líder da UDN, mas ficou profundamente chocado com o suicídio do Presidente, em 1954. Foi um dos fundadores da Arena, mas rompeu e afastou-se completamente da política quando percebeu que o regime militar tinha abandonado qualquer compromisso com a redemocratização e rumava sem disfarces para uma ditadura.

Na Assembléia Nacional Constituinte, era um referencial para todos nós, pela bagagem intelectual, pela experiência e pelo que representava como homem público.

Senhoras e senhores, neste momento político difícil e conturbado que atravessamos, a lembrança de Afonso Arinos deve servir como uma inspiração, e a sua atuação como homem público deve servir como modelo e exemplo. **É um momento propício não só para lembrar Afonso Arinos, mas para reler seus livros e discursos.** É uma forma de repensar o Brasil com base em nossa história recente, nossos erros e nossos acertos.

33 ANOS DO PRODASEN

Em 23-11-05.

A comemoração de 33 anos do Prodasen evidencia a importância do órgão para o Senado Federal. O Prodasen esteve presente nos mais importantes momentos dessa Casa Legislativa, e continua a ser peça fundamental para o bom andamento do Congresso Nacional.

O Prodasen vem reafirmando, verdadeiramente, o seu papel institucional de apresentar e implantar as soluções que têm contribuído para a modernização do Senado Federal.

Tenho ressaltado a importância da racionalidade e da transparência nos gastos públicos. Quando assumi a presidência desta Casa reafirmei esses valores como metas inalienáveis e encontrei no Prodasen um colaborador eficaz para a realização delas.

A abertura do acesso ao Siga Brasil ao conjunto da sociedade, por meio da internet, é um destacado exemplo do avanço na transparência das contas públicas e um significativo incentivo à participação da cidadania. O Siga Brasil permite o acompanhamento de todas as etapas do orçamento público federal.

A criação do Gabinete 24 horas, projeto que viabiliza o atendimento aos parlamentares todas as horas do dia, os sete dias da semana, é de extrema relevância para o bom funcionamento dos gabinetes e atende a realidade dos senadores que não limitam seus trabalhos ao horário comercial. Mesmo em seus estados, o parlamentar pode manter-se conectado ao seu gabinete com presteza e segurança.

Doravante, as facilidades de busca por informações indispensáveis ao mandato serão idênticas na residência oficial, no estado ou aqui, na sede do Senado Federal.

Aliás, a facilidade de busca representa uma face da inclusão digital e social.

Dessa forma, os portais do Senado Federal na internet foram reformulados para satisfazer as exigências de acessibilidade.

A informatização do plenário caminha a passos largos após a adoção da Ordem do Dia Eletrônica e o empréstimo de computadores portáteis para os senadores.

A nova versão do Sicon, que mobilizou atenção até mesmo na tradicional Universidade de Bolonha, na Itália, tem-se apresentado como um indispensável instrumento de pesquisa sobre temas relevantes nas bases de dados do Senado Federal. Assim, a contribuição do Prodasen para a consolidação das leis é reconhecida tanto no Congresso quanto fora dele.

Também destaco, senhoras e senhores, a considerável economia que a desativação do computador de grande porte trouxe.

A constante atualização de equipamentos de informática, a grande mudança de concepção, no parque gráfico do Senado Federal, o controle de segurança da rede e a sua cotidiana manutenção são ações pouco visíveis aos usuários. Mas, além de necessárias, tais ações garantem a manutenção do livre acesso às informações e a tranquilidade na rotina de trabalho dos parlamentares, dos servidores e dos cidadãos que usufruem dos recursos postos à disposição pelo Senado Federal.

Se temos muito a comemorar, nesses 33 anos do Prodasen, muito ainda temos a fazer pela frente. O processo legislativo, por exemplo, deve merecer uma atenção especial, pois é a nossa área-fim e uma espécie de cartão de visitas das nossas ações perante a sociedade.

O exercício da cidadania precisa de instrumentos que acompanhem a dinâmica das deliberações legislativas e informem, praticamente em tempo real, sobre o andamento das matérias do seu interesse.

Tenho a convicção de que o Prodasen, coerentemente com os seus 33 anos, continuará a nos ajudar, a todos, a escrever a história do Senado Federal brasileiro.

Parabéns a todos e muito obrigado.

SEMINÁRIO SOBRE CELSO FURTADO

Em 24-11-05.

Este Seminário Internacional marca um momento altamente significativo em que especialistas de renome se debruçam sobre o legado de um dos maiores pensadores da Economia e da sociedade brasileiras.

No Senado Federal, que tem a honra de promover o evento, a iniciativa foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos, presidida, com o seu habitual discernimento, pelo Senador Luiz Otávio.

Meu reconhecimento, portanto, e meus parabéns ao Senador Luiz Otávio, que se estendem ao Senador Aloizio Mercadante, grande líder, amigo e quadro da política brasileira pela lúcida inspiração de apresentar o requerimento para a realização deste Seminário.

Já não podia tardar esta homenagem e, mais do que isso, esta tarefa intelectual de grande responsabilidade. Trata-se de avaliar, de uma perspectiva atual, a imensa contribuição de Celso Furtado para a compreensão da sociedade brasileira e do subdesenvolvimento.

Todo o percurso do pensador Celso Furtado foi movido pela certeza de que não basta interpretar a realidade; é preciso transformá-la.

A paixão de Celso Furtado pelo Brasil foi uma paixão pelo País que existia, mas também pelo País que poderia ser.

Quando coordenou, por encargo do Presidente Juscelino Kubitschek, um estudo aprofundado sobre os problemas da região Nordeste, sua preocupação obsessiva foi com os meios para a superação desses problemas.

Desse estudo e das propostas que dele resultaram nasceu a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE, com o objetivo de impulsionar a industrialização e a modernização do campo na região.

Não há dúvida de que a missão da Sudene deve ser aperfeiçoada à luz das necessidades atuais, para que seus objetivos sejam plenamente cumpridos. A simples permanência de acentuadas desigualdades regionais já demonstra a atualidade do pensamento e das preocupações de Celso Furtado, bem como justifica a recriação da Sudene. Na próxima semana terei encontro com o Presidente Aldo Rebelo, para continuarmos a aprimorar uma agenda de interesse do País e, aqui no Senado Federal, começariamos pela recriação da Sudene.

Dados do IBGE mostram que o PIB do Nordeste, ao invés de se aproximar de 28%, que a sua população representa no total da população brasileira, caiu de 14% do PIB nacional, em 1983, para 13,8% em 2003, uma pequena queda, mas, infelizmente, muito significativa.

Minhas senhoras e meus senhores, o desenvolvimento econômico defendido por Celso Furtado não pode ser desconectado do desenvolvimento social sem ser completamente descaracterizado.

No Brasil e nos demais países latino-americanos, o crescimento econômico tem, necessariamente, que estar integrado à diminuição das desigualdades e, em particular, à distribuição de renda.

Essa compreensão abrangente e renovadora embasou a atuação de Celso Furtado como Ministro do Planejamento nos tempos difíceis do Governo João Goulart.

O pensamento teórico de Celso Furtado continuou sendo desenvolvido e enriquecido tanto nos anos de exílio como após o seu retorno ao Brasil, servindo como guia seguro para as suas intervenções críticas e para os números do País.

Desse empenho em participar, em criticar e em apontar soluções, ele só se desincumbiria com a morte.

Tenho certeza de que nossos expositores, com a solidez de seu conhecimento acadêmico, com a riqueza de sua experiência política, econômica e administrativa, saberão, sem dúvida, iluminar as mais diversas faces do pensamento inconformista e original de Celso Furtado.

Seus esforços em particular vão se dirigir ao questionamento da atualidade das idéias do mestre paraibano no mundo de mudanças tão aceleradas, no qual, em várias áreas, constatamos que persistem muitas das condições econômicas e sociais que motivaram a reflexão e a indignação ativa do pensador que temos a honra de homenagear.

O Senado Federal tem buscado cumprir, com toda a dedicação, equilíbrio e responsabilidade, a sua missão institucional.

A gravidade da crise política e os trabalhos das comissões parlamentares de inquérito não têm prejudicado o exame e a decisão acerca das proposições legislativas.

Neste ano de 2005, até o final de outubro, foram aprovadas mais de 1.500 matérias no Senado Federal.

Os senadores empenharam-se em votar matérias relevantes para o País, todas as MP, principalmente a chamada Medida Provisória do Bem, o Estatuto da Igualdade Racial, a minirreforma eleitoral.

Essa minirreforma eleitoral um projeto de lei de iniciativa do Senado, que representa, sem dúvida, uma resposta do Poder Legislativo à sociedade diante do abuso do poder econômico e do “caixa dois” nas campanhas eleitorais, o que abre as portas para a prática da abominável corrupção. Ontem promovi a tramitação do projeto sugerido pelo Ministro Veloso, Presidente do TSE.

Criamos também, Presidente Aldo Rebelo, comissões que estão aprofundando o estudo de importantes problemas do País, bem como das medidas legislativas mais eficazes para enfrentá-los. Uma delas dedica-se à tramitação das medidas provisórias de grande significado para o próprio funcionamento do Parlamento. Outro item que ainda precisamos votar, já que as medidas provisórias retiram a eficácia e deturpam o Poder Legislativo em detrimento do Congresso Nacional e do País.

Mais recentemente, foi constituído um grupo de trabalho para se dedicar ao tema da desburocratização, extremamente relevante para o País, que foi avaliado como o quarto mais burocratizado do mundo.

Vale lembrar que, em seu último artigo publicado em vida, o mestre Celso Furtado clamou por uma reforma fiscal tão repetidamente prometida pelos governos recentes, como não deixou de frisar.

Só uma reforma fiscal efetiva vai distribuir a carga tributária, desonerando a produção e as camadas de baixa renda.

Com isso será possível enfrentar problemas cruciais da economia brasileira, como a concentração de renda e as extravagantes taxas de juros.

Pois bem, o Senado Federal já votou e aprovou a Reforma Tributária; tivemos audiências públicas, ouvimos a sociedade e aprimoramos o projeto que o Governo enviou para o Congresso Nacional, que aguarda, no momento, a apreciação pela Câmara dos Deputados. Sem dúvida, a Câmara tem todas as prerrogativas de aperfeiçoar mais ainda o projeto, e é bom que o faça, mas também é importante e desejável que a sociedade se engaje mais em um tema tão vital, cobrando a celeridade da apreciação.

Essa reforma tributária que entrou na Câmara dos Deputados tem começo, meio e fim, tem etapas para sua implantação, e deve ser item da Agenda na Câmara, melhorando a vida das pessoas e do País.

Por fim, sabemos da importância de estimular a reflexão aprofundada sobre os problemas do País, reunindo as esferas acadêmica e política e resgatando, nesse caso específico, a magnífica contribuição de um dos grandes brasileiros do século XX.

Um ótimo proveito para todos os participantes, meus parabéns aos Senadores Mercadante e Luiz Otávio, e meus sinceros agradecimentos a todos que aqui compareceram.

25º ENCONTRO DE COMÉRCIO EXTERIOR

Rio de Janeiro/RJ, 25-11-05.

O SR. RENAN CALHEIROS (Presidente do Congresso Nacional) – Ministro Márcio Fortes, Ministro de Estado das Cidades, Dr. Benedito Moreira, Presidente da Associação do Comércio Exterior do Brasil, Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, Presidente da Fiesp, Dr. Paulo Skaf, Presidente do Instituto Roberto Simonsen, Dr. Roberto Gianetti da Fonseca, Sr. Ivan Ramalho, Secretário Executivo do Ministério da Indústria e Comércio Exterior, senhoras e senhores, agradeço o convite da Associação de Comércio Exterior do Brasil, na pessoa do Presidente Benedito Fonseca Moreira, para participar de evento de tamanha importância não só para o setor exportador como para toda a economia nacional.

O Encontro de Comércio Exterior, já em sua 25ª edição anual, representa um marco na luta por um ambiente mais favorável às atividades produtivas no País.

Estamos de acordo em que a ampliação de nossas trocas internacionais é fator dominante para o crescimento econômico, a geração de emprego e a eliminação da vulnerabilidade externa, daí a necessidade de aumentarmos os nossos esforços. E entenda-se por aumentar os nossos esforços assumir compromissos óbvios com o projeto que o Paulo Skaf acaba de me entregar.

O crescimento das vendas para o exterior estimula a produção em escala, induz a incorporação de tecnologia, instiga a obtenção de saltos na produtividade, promove a redução de custos, alarga o mer-

cado interno, assegura balanços mais favoráveis das contas externas do País e incrementa a competitividade dos agentes produtivos.

De fato, ao longo dos últimos anos, tem aumentado o volume do comércio exterior brasileiro. Entre 2000 e 2004, as nossas exportações saltaram de pouco mais de US\$55 bilhões para quase US\$96,5 bilhões, prevendo-se para o corrente ano que superem US\$101 bilhões.

As expectativas nos levam a crer em um superávit da casa dos US\$38 bilhões este ano.

Mesmo com esses resultados, precisamos, Presidente Bedito, ampliar a participação brasileira nas exportações mundiais, principalmente de bens de maior valor agregado.

Para que isso ocorra, o Governo verdadeiramente deve cumprir o seu papel, principalmente reduzindo os entraves burocráticos e eliminando regulamentos absolutamente ineficientes... (*Palmas.*) e inadequados à realidade dos negócios.

Os exportadores nacionais – sei bem disso – são enormemente afetados pelo excesso de burocracia.

Convoco, portanto, a Associação de Comércio Exterior do Brasil para levar não só este projeto, mas todas as suas contribuições à comissão de senadores que criamos no Senado Federal que tem como presidente o meu querido Senador Fernando Bezerra, ex-Presidente da CNI, profundo conhecedor do tema. Trata-se de comissão criada recentemente, com a finalidade de superarmos a chaga da burocracia no Brasil.

Outro obstáculo que precisa ser urgentemente superado é a situação inadequada de nossa infra-estrutura. De nada adianta o esforço e o talento dos exportadores brasileiros se não dispusermos de portos e sistemas multimodais para movimentar a produção.

Num Estado como o brasileiro, que enfrenta restrições fiscais, sabemos que as condições de infra-estrutura não serão modificadas da noite para o dia, afinal estamos falando de investimentos de magnitude cuja maturação, todos sabemos também, é de longo prazo.

Nesse sentido, cabe ao Poder Público criar as condições necessárias para que o capital privado seja alocado em novos investimentos de infra-estrutura, o que requer estabilidade e segurança jurídica.

Outro dia, lamentei muito a obsessão de alguns que trabalharam para desfazer uma jurisprudência pacificada há treze anos no

Superior Tribunal de Justiça, criando dificuldades para o crédito-prêmio do IPI. Lamentei porque isso verdadeiramente desestimula a exportação, aumenta a carga, cria esqueletos para o setor produtivo e aumenta, sem dúvida, a insegurança no País.

Senhoras e senhores, quando apresentei, no ano passado, a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, que veda a edição de medidas provisórias em matéria contratual, procurei justamente dotar a nossa Constituição Federal de um mecanismo que impedisse a quebra de contratos pela via de medida provisória, ampliando a segurança jurídica.

Não tenho dúvidas de que a aprovação dessa proposta de emenda à Constituição trará maiores garantias aos investidores, inclusive àqueles que pretendem contratar na modalidade das PPP – Parceiras Público-Privadas, que são verdadeiros contratos de longo prazo, os quais, mais do que nunca, precisam sair do papel.

Na mesma linha, ***a simplificação e a consolidação das normas, principalmente as tributárias, deixaram de ser um mero desejo; são a imposição das circunstâncias, são agora uma necessidade.***

Para que os senhores tenham uma idéia, no Brasil, continuam a ser editadas a cada dia dezenas de normativas sobre tributos nos três níveis de governo. Essa aberração obriga os empreendedores a manter de prontidão um verdadeiro exército de advogados – e me perdoem os advogados aqui presentes, na diuturna colaboração – especialistas em tributos, elevando, obviamente, os custos para as empresas e retirando o foco da atividade-fim dos negócios. É um cipocal de leis antiquadas e ineficientes. E o Congresso Nacional tem responsabilidade com isso também – não quero eximi-lo. Isso acaba por deslocar as decisões que deveriam ser essencialmente privadas para a arena do Judiciário, que amplia ainda mais o grau de incertezas.

Enfim, senhoras e senhores, apesar dos avanços de nossa política externa, que, como disse no início, são palpáveis, convivemos ainda hoje com controles típicos de economia fechada, principalmente na esfera cambial. Daí a urgência do projeto que acabo de receber, que não será um projeto desta Associação, da Fiesp ou do Instituto Roberto Simonsen; será um projeto do Brasil.

Para que ele possa caminhar com celeridade, em regime de urgência urgentíssima, nós precisamos democratizar o seu patrocínio, ouvir a todos, receber colaborações.

E, antes de qualquer coisa, eu queria dizer que a colaboração do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, é insubstituível para que isso aconteça.

Sendo o câmbio uma importante variável de ajuste da economia, sua legislação merece, sim, ser atualizada, com vistas a adequá-la ao presente estágio de desenvolvimento do Brasil.

Como presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, colocó-me desde já à disposição dos exportadores, Presidente Benedito, e dos segmentos da produção nacional, para caminharmos em favor da atualização e da simplificação normativa, sem o que estaremos desperdiçando preciosos recursos humanos e financeiros, gastando agora, sem dúvida, parte do nosso primoroso futuro.

Eu sei que isso não é tarefa simples, porque esse emaranhado de normas caducas alimenta uma rede poderosa de interesses que conta com simpatizantes de peso e beneficiários de toda ordem, inclusive no próprio Estado.

Minhas senhoras, meus senhores, o Senado já votou a reforma tributária, o que foi um verdadeiro aperfeiçoamento ao arremedo elaborado pelo Executivo. Nós precisamos realmente fazer a reforma tributária no Brasil. Votamos essa reforma no Senado, uma reforma completa, com prazos para a sua implantação, com começo, meio e fim, na lógica da simplificação, da ampliação da base e do estímulo à produção e à exportação, e todos sabemos que, para ser aprovada pelo Congresso Nacional, que é uma corte da sociedade, uma representação dos estados, das regiões mais produtivas e mais pobres também, ela precisa ser aperfeiçoada, aprimorada, para que verdadeiramente possa avançar. Avançou no Senado por isso e, por isso mesmo, com a pressão e a participação de todos, precisa avançar na Câmara dos Deputados também.

Nós temos, é claro, que unificar a legislação do ICMS; não se pode mais postergar essa decisão; nós temos que reduzir as alíquotas de ICMS, mas devemos garantir aos estados mais pobres da Federação uma compensação, mediante a criação do Fundo de Desenvolvi-

mento, mas um fundo que seja digno deste nome e que substitua os interesses dos estados, com o fim da guerra fiscal.

Nós precisamos também regionalizar o crédito, precisamos de uma política industrial que inclua os interesses desses estados mais pobres da Federação, porque só assim vamos criar condições políticas para avançar no rumo da aprovação da reforma tributária, para aumentar, dentre outras, a eficiência e a competitividade da nossa economia.

Estamos mobilizando as lideranças do Congresso. Na próxima semana, terei um encontro com o Presidente Aldo Rebelo, da Câmara dos Deputados, e com líderes partidários para criar condições, como disse, para votar a reforma dos nossos tributos.

Temos que aprovar, também com a máxima urgência, a Lei Geral da Pequena e Microempresa, ora tramitando na Câmara dos Deputados, para que o País tenha competitividade.

Além disso, no que depender de mim, nossos esforços estarão dirigidos para votarmos brevemente, na Câmara dos Deputados, a reforma política. Já votamos duas reformas políticas no Senado Federal; ambas não caminharam na Câmara dos Deputados. E não tem sentido uma nova eleição no Brasil com a velha regra, com os mesmos vícios e esta excrescência que convenciamos chamar de “caixa dois”. Se isso acontecer, nós vamos pré-datar uma nova investigação, mediante a criação de uma nova comissão parlamentar de inquérito, daqui a dois ou três anos, para investigar novamente o “caixa dois”, convivendo com uma crise política que muitas vezes não vai embora na velocidade em que se quer, causando os transtornos com os quais estamos todos acostumados a viver.

Precisamos avançar no marco regulatório, devemos votar a Lei Geral das Agências Reguladoras, temos que resolver definitivamente o marco regulatório do saneamento básico, precisamos encontrar a solução para o impasse dos precatórios, e recebemos do Supremo Tribunal Federal uma proposta criativa, engenhosa, para que isso, na prática, possa ocorrer.

Os precatórios, atualmente, não têm efetividade; o Supremo não pode nem sequer decretar intervenção devido ao não-pagamento desse direito líquido e constitucional, porque a realidade fiscal impe-

de o seu pagamento. Assim, o Supremo está adiando decisões, e nós não podemos fazê-lo em relação à solução desses precatórios.

Precisamos também encontrar solução, Presidente Benedito, para a reestruturação das dívidas do setor privado, devemos votar o Fundeb, precisamos modificar as medidas provisórias, porque elas atrapalham também o processo legislativo, retirando-lhe a efetividade e invertendo a sua lógica. Mais de 80% das leis que são sancionadas e promulgadas no Brasil originam-se do Poder Executivo, o que não pode continuar a acontecer.

Temos que avançar na desburocratização, com a simplificação sobretudo para os exportadores, e devemos recriar a Sudene e a Sudam, que, sem dúvida, beneficiarão o projeto de exportação das regiões mais pobres do Brasil.

Esses pontos não são pirotecnias, mas um conjunto de medidas que compõem uma pauta para melhorar o ambiente político.

Quando os senhores ouvirem falar que o Congresso está imobilizado, paralisado, saibam que isso é uma meia verdade, porque o Senado Federal votou absolutamente tudo o que estava pronto para ser votado.

Nós votamos no primeiro semestre, apesar da crise, demonstrando o perfeito funcionamento da nossa instituição, 1.232 projetos ou matérias e, no segundo semestre – entenda-se por segundo semestre o que convencionamos chamar assim desde o dia 6 de junho, data em que eclodiu a crise –, nós já votamos mais de 700 matérias no Senado Federal, que não andaram, como não andou a reforma tributária, como não andou a primeira reforma política, como não andou a segunda reforma política, como não andou a reforma do Judiciário, que precisa ser feita no seu aspecto infraconstitucional, para que as demandas judiciais caminhem com mais facilidade.

A reforma do orçamento é outra medida que nós precisamos adotar no Congresso Nacional, e interessa diretamente ao setor produtivo. Uma lei orçamentária mais realista, Presidente Benedito, refletirá sem distorções o planejamento das receitas e dos gastos do Estado, dotando as políticas públicas de maior credibilidade, o que implica redução das incertezas nas tomadas de decisões privadas.

São essas algumas das alterações institucionais que o Parlamento pode e deve acentuar. Como resultado, nós abriremos caminhos para que o nosso comércio externo ganhe qualidade, eficiência e competitividade. Conseguiremos, assim, transformar os espaços de mercado em cativos, nas palavras e no jargão do próprio setor.

Reafirmo que o Senado está cada vez mais sintonizado com os legítimos interesses dos segmentos produtivos. Invoco o testemunho sempre presente deste querido amigo Paulo Skaf, Presidente da Fiesp.

Por isso mesmo, como sabem o Paulo e outros presentes, eu determinei a criação de um órgão específico no Gabinete da Presidência do Senado Federal para promover uma contínua integração institucional com as entidades representativas da sociedade organizada, como esta Associação.

Minhas senhoras, meus senhores, mais uma vez, agradeço a oportunidade de participar deste encontro, Presidente Benedito, e parablenizo a todos pelo extraordinário trabalho que realizam em favor do desenvolvimento nacional e do nosso País, o que se concretiza mais uma vez agora, com este projeto que ora recebo, em relação ao qual mais uma vez gostaria de declarar o meu compromisso para que rapidamente tramite, venha a acontecer e produza os resultados que todos queremos dele.

Muito obrigado.

4º SEMINÁRIO NACIONAL INTERLEGIS

Maceió/AL, 1º-12-05.

É uma honra muito especial participar da abertura do 4º Seminário Nacional Interlegis, que nós realizamos aqui, em Maceió, cujas belezas naturais – devo ressaltar novamente – são incomparáveis.

Portanto, antes de mais nada, desejo que este seminário seja produtivo, mas que vocês possam usufruir sobretudo das belezas naturais e do carinho com que o povo de Alagoas, de braços abertos, recebe a todos.

O Programa Interlegis é uma iniciativa das mais relevantes na qualificação e na modernização das atividades legislativas em nosso País. É também um dos maiores programas de inclusão digital em curso no Brasil, além de uma contribuição fundamental do Legislativo Federal para o fortalecimento e a consolidação deste poder nas várias esferas federativas e na democracia brasileira.

O projeto, iniciado em 1997, alcança hoje a adesão de 5.561 Câmaras Municipais, mais de 70% do total nacional. Há 3.015 Câmaras de Vereadores com equipamentos recebidos e instalados e com pessoal treinado. O número de servidores do Legislativo treinados ultrapassou a faixa dos cinco mil em mais de três mil municípios brasileiros.

O Programa Interlegis, informo mais uma vez aos senhores, acaba de realizar o primeiro censo do Legislativo brasileiro. Trata-se de levantamento histórico, em que foram entrevistadas mais de doze mil pessoas, entre parlamentares e servidores de todas as Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas do Brasil.

Essa radiografia – desculpem-me repeti-la – é vital para que possamos adotar soluções racionais no aperfeiçoamento dos trabalhos das Câmaras Municipais e das Assembléias Legislativas pelo Brasil afora.

Tudo isso tem um fim: aprimorar cada vez mais a atuação dos vereadores e dos deputados estaduais, que são, sem dúvida, a base política da democracia brasileira.

Minhas senhoras e meus senhores, muito me orgulha saber que hoje quase 90% das Câmaras Municipais de Alagoas aderiram ao Programa Interlegis; 88, exatamente, já aderiram. E mais de 70 das nossas 102 Câmaras Municipais já receberam computadores, equipamentos e treinamento do seu pessoal.

O Vereador e amigo Ricardo Pereira Neto, Presidente da Câmara Municipal de Arapiraca, exporá neste encontro nacional as experiências inovadoras daquela Câmara hoje sob a sua competente presidência.

O respeito que a sociedade atribui ao Legislativo é decorrência daquilo que lhe entregamos, dos serviços públicos que nós prestamos.

Rui Barbosa, em frase célebre, afirmou que “O Corpo Legislativo está obrigado a ser, no seio de uma nação, o maior modelo de integridade”. Para que possamos garantir cada vez mais essa integridade, com grande satisfação, estamos instalando hoje a Escola do Legislativo do Estado de Alagoas, resultado de uma verdadeira parceria entre o Senado Federal e a Assembléia Legislativa do nosso Estado.

E aqui eu faço um parêntese, pedindo permissão ao ex-Presidente Antônio Albuquerque e ao Presidente Celso Luiz, para dizer que um grande objetivo nosso, meu, do Efraim, do Senado Federal, é inaugurar aqui, o mais rapidamente possível, a TV da Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas.

Aproveito a oportunidade para dar outra informação: até o final do ano, vamos transformar o sinal da TV Senado, que é fechado, transmitido em televisão a cabo, em sinal aberto em quinze capitais do Brasil, inclusive aqui em Maceió. Com isso, certamente, poderemos capacitar técnicos e estabelecer intercâmbios, integrando as duas Casas, tudo em favor do trabalho parlamentar.

Meus agradecimentos mais uma vez ao amigo Deputado Celso Luiz Tenório Brandão, que, percebendo a riqueza dessa parceria com o Senado, aliou-se, a exemplo do que havia feito o Deputado Antônio Albuquerque, desde o primeiro momento, para criarmos essa importante instituição de ensino parlamentar aqui no Estado de Alagoas.

Há motivos de sobra, Deputado Marcos Ferreira, Deputado Cícero Amélio, Deputada Maria José, Deputado Nelito, Deputado Dudu Albuquerque, Deputado Jota Cavalcante, para apostarmos no sucesso dessa nova escola, já que a sua presidência estará nas mãos competentes do Deputado Marcos Ferreira, cuja dedicação serve de exemplo a todos que atuam no campo da política no nosso Estado.

Não podemos negar que vivemos um momento de afirmação institucional. Estamos, na verdade, avaliando os esforços despendidos e prestando contas dos resultados do Programa Interlegis, sempre na perspectiva de um Legislativo mais forte e aberto à participação popular.

Tais resultados se devem ao esforço conjunto de parlamentares e de servidores, mas, acima de tudo, não podemos deixar de enaltecer a seriedade, a eficácia e a competência política deste querido amigo, Senador Efraim Moraes, Diretor Nacional do Programa e Primeiro Secretário da Mesa Diretora do Senado Federal. Efraim é um dos Senadores com maior atuação na Casa e Presidente de uma importante comissão.

Quero dizer isso para lembrar que muita gente entendeu, ou fingiu entender, que o Congresso Nacional não faria a sua parte em termos de investigação, e, principalmente, do ponto de vista da punição daquelas pessoas que precisam ser punidas neste País, para que tenhamos, em relação ao nosso processo eleitoral, mais verdade, coerência, transparência e igualdade de oportunidades.

Não fosse, Senador Efraim, a sua liderança firme e decidida, não estaríamos aqui para, de cabeça erguida, dar conhecimento ao Brasil das inúmeras realizações do Senado Federal e do Interlegis.

Ao Diretor-Geral do Senado, esse querido amigo Agaciel Maia, o nosso reconhecimento pelo valoroso apoio técnico-administrativo ao programa.

Caros participantes, sabemos das dimensões da crise política e ética instalada no Brasil. Quando uma nação vivencia um quadro

dessa natureza, não basta apenas a indignação, a retórica. Tudo isso é muito importante, mas é preciso agir.

Como presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, com absoluta responsabilidade e total isenção, fiz questão de dizer que criaríamos tantas CPI quantas fossem necessárias criar; bastava o número mínimo de assinaturas e fato determinado para eu instalar a comissão. Instalamos uma, duas, três, não importa. Instalamos investigações para que, com o seu aprofundamento, pudéssemos dar as respostas que a sociedade cobrava e continua a cobrar de todos nós.

E fiz questão também de demonstrar que era possível, sim, compatibilizar o funcionamento normal, costumeiro, da Casa, da nossa instituição, com a investigação, para que os responsáveis fossem exemplarmente punidos e isso não voltasse a acontecer no Brasil.

Nada, absolutamente nada, está escapando dos trabalhos das comissões parlamentares de inquérito. ***No que depender do seu Presidente, o Congresso não comungará nem tolerará qualquer solução que privilegie o delito, que premie a esperteza, que estimule a impunidade.***

Todas as condições materiais e técnicas foram dadas para que as comissões parlamentares de inquérito possam chegar às últimas conseqüências nas investigações.

Disseram que era preciso contratar consultoria, e nós contratamos uma consultoria de quase R\$5 milhões para que a investigação fosse adiante, visando punir exemplarmente as pessoas que, como disse, precisam e merecem ser punidas.

Não estamos, por causa disso, como disse e repito, deixando de lado as votações do Senado Federal. Hoje não há pendências na nossa pauta. Até o presente momento, contabilizamos mais de 1.500 matérias apreciadas, a grande maioria aprovada. Votamos exatamente 1.232 matérias no primeiro semestre e, no segundo semestre, apesar da crise, da conturbação, da radicalidade, mais de 800 matérias, dentre as quais destacamos a aprovação da minirreforma política e eleitoral.

Já havíamos votado uma reforma eleitoral, fizemos a segunda reforma, que também foi enviada para a Câmara dos Deputados, e votamos essa reforma de emergência, objetivando extinguir a ciranda

financeira das campanhas, exigida para bancar pirotécnicas, “showmícios” e os custos elevados do *marketing* político, sobretudo.

A Medida Provisória do Bem foi outra matéria aprovada e de grande repercussão para a sociedade brasileira. Nós conseguimos, graças ao trabalho político dos senadores, incluir nesta medida provisória importantes mecanismos de incentivo tributário aos pequenos negócios. Nela incluímos também um novo modelo de repactuação da dívida previdenciária dos municípios, o que certamente vai aliviar as suas contas e permitir, Prefeita Kátia Born, Prefeito Cícero Almeida, que, com as suas dívidas repactuadas e negociadas, os municípios possam fazer mais investimentos em segurança pública, em educação, em saúde e em infra-estrutura.

Criamos importantes comissões este ano. Uma delas, a Comissão de Reforma do Orçamento, que está cuidando do aperfeiçoamento da lei orçamentária, de forma que haja uma melhor qualidade do gasto público e condição para se reduzir a estratosférica carga tributária.

Hoje, o orçamento do Brasil não tem papel, é uma mera peça de ficção; não é consequência nem sequer de planejamento algum. Ele é enviado no dia 31 de agosto para o Congresso Nacional, que passa dois ou três meses desvendando o que a proposta de lei orçamentária contém, depois a vota no final do ano, a toque de caixa, sem qualidade, sem precisão, sem levar em consideração as prioridades do Brasil e das suas mais diferentes regiões.

E, depois de aprovado, esse orçamento é 100% contingenciado.

Hoje nós temos um superávit de 6,7% do PIB, o que decorre sobretudo do nosso orçamento e da ficção que ele significa.

Defendo mudanças estruturais com relação ao orçamento, mas não a sua transformação completa e definitiva em um orçamento impositivo. Eu não defendo a ganância desenfreada, irresponsável. Todos sabemos o que significa a imprevidência fiscal. Mas defendo que haja políticas públicas, políticas sociais e investimentos prioritários que necessariamente sejam postos pela lei orçamentária fora da regra do contingenciamento, para que possamos avançar na infra-estrutura, nos investimentos da saúde, da casa popular e da educação no

nosso País. Não se trata de uma mudança mágica, mas de algo palpável que poderemos realizar. Estou trabalhando verdadeiramente para que isso aconteça.

Instalamos também um grupo de trabalho com os senadores que em breve trará propostas concretas para eliminar a praga da burocracia, que semeia a corrupção e colhe ineficiência. Isso é da nossa cultura, como disse a Senadora Heloísa Helena muito bem, com todas as letras.

Aqui no Brasil, nós temos uma burocracia que é um verdadeiro câncer ao criar dificuldades para vender facilidades, o que atrapalha o nosso desenvolvimento, o nosso crescimento econômico e a inclusão de camadas que continuam excluídas do nosso mercado consumidor. Então, mais do que nunca, ela tem que ser enfrentada, para que haja celeridade na criação de empresas, na geração de empregos e de renda, algo em que o Brasil continua a deixar desejar.

Falta, todavia, encontrar uma solução rápida e eficaz para o exame das medidas provisórias. Não é mais possível, Srs. Deputados, Srs. Vereadores, Srs. Prefeitos, tolerar que, além do excesso de medidas provisórias, todo o prazo para a sua análise se esgote na Câmara dos Deputados.

Essa última medida provisória chegou ao Senado Federal com o prazo praticamente esgotado; o seu tempo de tramitação estava esgotado também. Fizemos a sua leitura na quinta-feira, fizemos um acordo para, durante duas sessões, buscar o entendimento, e tivemos que marcar uma sessão deliberativa na sexta-feira. Em consequência de tudo isso, a medida provisória não foi apreciada, perdeu a sua eficácia.

Isso é algo que precisamos mudar, porque as medidas provisórias retiram a eficácia do processo legislativo, deturpam a competência dos poderes e o saldo disso é um clamor. Hoje, mais de 80% das leis editadas no Brasil são oriundas do Poder Executivo, e não do Poder Legislativo, realidade que não pode continuar. É preciso mudá-la. E essa é uma notícia que também quero dar aqui em Alagoas, neste seminário do Interlegis.

Ontem, obtive, do Líder do PSDB no Senado Federal, Senador Arthur Virgílio, e do Líder do PFL no Senado Federal, Senador José

Agripino, o apoio necessário, insubstituível, de que precisava para editar a mudança do rito e das edições das medidas provisórias. Espero cumprir a minha parte e submeter à votação essas mudanças em primeiro e segundo turnos até o final do ano, para que tenhamos um processo legislativo mais qualificado e eficiente, com mais resultados.

Vivemos, em relação às medidas provisórias, uma situação de verdadeiro constrangimento ao direito de legislar, porque elas acabam amesquinhando a competência do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional.

Anteontem, convidei o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, para definirmos uma agenda de votações de temas importantes que foram atropelados pela crise política. E a sociedade exige que esses temas sejam resgatados até o final do ano, para que possamos concluir os nossos trabalhos legislativos, deixar as comissões parlamentares de inquérito funcionando, bem como o Conselho de Ética, para exemplarmente punir essas pessoas.

Assim, nós esperamos rapidamente votar o projeto de recriação da Sudene e, atendendo ao compromisso que firmamos com os líderes partidários, todos os projetos de segurança pública que precisam ser votados no Brasil.

Este é o grande problema com o qual a sociedade brasileira se debate: a segurança pública, a falta de recursos e de financiamento. Esse Fundo Nacional de Segurança Pública é insuficiente, também entra na regra do contingenciamento. Deixamos de investir nas nossas polícias e acontece o que está aí: um horror, um quadro completo de impunidade. Menos de 12% dos crimes que ocorrem em São Paulo, por exemplo, para citar um grande estado do Brasil, cujos autores não se conhecem na hora dos fatos, são esclarecidos. Hoje, cada vez mais a insegurança pública chega perto de nós.

E é preciso fazer em relação à segurança pública, Kátia Born, o que já fizemos com a saúde e a educação: já que não há orçamento, porque se trata de uma peça de ficção, devemos vincular constitucionalmente recursos orçamentários para serem gastos na segurança pública no Brasil.

Nós não temos presídios, a nossa legislação penal e de processo

penal vem da década de 40, desatualizada, não comina muitos crimes com os quais a sociedade brasileira se debate, e a impunidade é o resultado de tudo isso, que acaba armando o braço da violência. Mais do que nunca, esse é um problema que precisa ser enfrentado.

Mas o primeiro passo para o seu enfrentamento é a definição do financiamento da segurança pública com recursos, conforme a PEC que apresentamos no Senado Federal, que conta com o apoio dos líderes partidários, vinculados, a exemplo, repito, do que ocorre com a saúde e com a educação.

Precisamos também votar o Fundeb, avançar no marco regulatório. Enfrentamos muita dificuldade, no Brasil, para fazer investimentos em infra-estrutura.

A insegurança jurídica é um problema que nos atrapalha sobremaneira. Atualmente, uma medida provisória pode alterar um contrato em vigor. E quem no mundo, como investidor, sabendo que há várias oportunidades para investir o seu dinheiro, vai trazê-lo para o Brasil, quando se sabe que, por uma medida provisória, o Governo pode alterar o contrato em que essa pessoa embasou o seu próprio investimento?

Essas coisas precisam ser resolvidas, o que só ocorrerá se todos fizerem a sua parte, cumprindo o seu papel. E o Senado Federal, afirmo mais uma vez, está disposto a fazê-lo.

Outra matéria em que precisamos avançar é a reforma do Judiciário, não mais a reforma constitucional, mas a reforma infraconstitucional, para que haja celeridade na prestação jurisdicional, para que haja um julgamento próprio para as chamadas causas repetidas que hoje estrangulam a Justiça brasileira e, mais do que nunca, Jota, meu querido Deputado, precisam ser resolvidas.

Precisamos, Efraim, fazer a reforma infraconstitucional para que esses meios eletrônicos, como, por exemplo, os instrumentos de que o Interlegis dispõe, sejam levados para a Justiça, proporcionando celeridade aos feitos judiciais, a fim de que, com isso, seja melhor distribuída a prestação jurisdicional no Brasil.

Ao Programa Interlegis cabe, nisso tudo, uma grande responsabilidade. É ele quem fará ecoar o debate nos estados e municípios, atraindo opiniões e sugestões dos deputados estaduais, dos vereado-

res e da sociedade organizada.

Com essa missão, não tenho dúvidas de que o Programa Interlegis, juntamente com as Escolas do Legislativo, se apresenta, na atualidade, entre os mais modernos e indispensáveis instrumentos para o exercício de uma verdadeira democracia no Brasil.

Muito obrigado pela oportunidade de me dirigir a vocês e ao Brasil, reiterando que espero que deste seminário decorram os melhores resultados não apenas para que possamos aprimorar o Programa Interlegis, mas para que possamos, sobretudo, oferecer o que há de melhor, do ponto de vista do aprimoramento da atividade, da função, para que os vereadores, os deputados estaduais, os deputados federais e as prefeituras municipais continuem a prestar os mais relevantes serviços ao Brasil.

Muito obrigado.

ENCERRAMENTO DO 4º SEMINÁRIO INTERLEGIS

Maceió/AL, 2-12-05.

O 4º Seminário Nacional do Interlegis, que estamos encerrando, superou as expectativas, mostrando que o Legislativo brasileiro é de grande qualidade e tem enorme potencial para ainda mais fortalecer suas relações com a sociedade. Tive a honra de comprovar que o Interlegis é, realmente, a melhor ferramenta para dotar o Legislativo de todos os instrumentos para uma democracia efetiva, para que, em breve, não tenhamos grandes distâncias qualitativas entre as diversas Câmaras Legislativas dos grandes centros e aqueles dos rincões mais longínquos. É esse ***o grande desafio do Programa Interlegis: intensificar os esforços pela excelência do trabalho parlamentar, em todos os níveis da Federação.***

Entusiasmado com os horizontes do Programa Interlegis, gostaria aqui de anunciar a instalação, em breve, da Sala do Legislador, nas dependências do Interlegis, em Brasília.

Esse espaço será um ponto de apoio técnico e político para os vereadores e deputados estaduais do Brasil inteiro, que estiverem em Brasília, onde poderão obter informações sobre projetos de lei em tramitação e outras matérias de interesse dos estados e municípios.

Ainda motivado pelo extraordinário trabalho do Interlegis, estamos criando, neste momento, o Prêmio Congresso Nacional de Monografias, que irá valorizar as melhores idéias ligadas ao aperfei-

çoamento das instituições legislativas.

Minhas senhoras e meus senhores, o Brasil, verdadeiramente, não pode sucumbir à crise política e ética, ora instalada.

Já sabemos, pela recente avaliação do IBGE, que o crescimento da economia brasileira no 3º trimestre foi negativo, e isso se deve, de certa forma, a algum tipo de imobilismo e inércia das políticas governamentais.

Estou particularmente preocupado com isso, e já me reuni com o Deputado Aldo Rebelo para acelerarmos a votação de importantes matérias, cuja aprovação irá melhorar o ambiente da economia.

São projetos que vão desde a recriação da Sudene até a vinculação de recursos para a segurança pública.

Para isso, trabalharemos no período do Natal e do Ano-Novo, sem quaisquer interrupções.

Como disse na abertura deste evento, o Programa Interlegis será um importante instrumento nessa corrida de fôlego.

Parabéns a todos que colaboraram para o sucesso deste encontro nacional.

Em nome de todos os alagoanos, deixo aqui os meus mais sinceros agradecimentos e os votos de que, pela competência, possamos nós, do Poder Legislativo, continuarmos dando as respostas que a sociedade brasileira tanto cobra dos homens públicos.

Muito obrigado.

MEDALHA DO MÉRITO PEDRO ERNESTO

Rio de Janeiro, 5-12-05.

É uma honra, para mim, receber a Medalha do Mérito Pedro Ernesto, criada há 25 anos pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Esta é uma homenagem que aumenta a minha responsabilidade, o meu compromisso, como presidente do Senado Federal, de estar em absoluta sintonia com os anseios da sociedade e os interesses de nosso País, ajudando a construir um Brasil mais justo, mais desenvolvido e menos desigual.

Minhas senhoras e meus senhores, nesse momento de crise, é hora de exercer o diálogo e a responsabilidade política. Precisamos – e estamos – apurando todas as denúncias de forma rigorosa, transparente.

As comissões parlamentares de inquérito são instrumentos preciosos de nossa democracia e não irão frustrar, de forma alguma, a expectativa do povo brasileiro.

Mas não podemos esquecer que, no momento em que a crise política contamina a economia, quem paga a conta são as classes menos favorecidas.

A queda do nosso Produto Interno Bruto foi um alerta.

O País não pode mais conviver com o atual aperto da política fiscal, com juros tão elevados e um contingenciamento de recursos orçamentários que freiam os investimentos e derrubam nosso crescimento econômico.

Mas a crise política também tem, sem dúvida, sua parcela de

responsabilidade na retração da economia. ***Neste momento conturbado do cenário nacional, é preciso, mais que nunca, equilíbrio e bom senso para harmonizar os conflitos políticos.***

É preciso, antes de tudo, empenho para a discussão e votação de matérias que garantam nosso crescimento econômico e a redução de nossas desigualdades sociais e regionais.

O Senado tem feito sua parte. Independente da crise política, aprovamos, este ano, mais de 1.200 matérias. Destaco, aqui, a aprovação de uma mini-reforma eleitoral capaz de garantir mais transparência e ética ao processo eleitoral, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e da Medida Provisória nº 255, que reeditou a chamada MP do Bem. Sem falar da ampla reforma política, na Câmara dos Deputados há três anos.

Destaco, ainda, a criação de um grupo de trabalho encarregado de apontar caminhos para que possamos acabar, de vez, com a praga da burocracia, um dos grandes entraves ao nosso crescimento.

Mas precisamos fazer mais. Precisamos trabalhar com seriedade na construção de uma agenda positiva para o País. Nos últimos dias, acertei com o Presidente da Câmara, Deputado Aldo Rabelo, uma pauta prioritária de votação até o final do ano legislativo.

A reforma tributária e a reforma política – as que foram aprovadas no Senado – precisam, com urgência, sair do papel.

O Brasil precisa de partidos mais fortes, éticos e transparentes. Temos de jogar fora a caixa-preta do financiamento de campanhas. Senão, corremos o risco de ter de instalar novas CPIs, depois de cada eleição.

Mas o País também precisa se livrar do arrocho fiscal, que penaliza empresas e cidadãos, atrasando ainda mais nosso crescimento econômico.

A votação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas é fundamental para o incremento dos pequenos negócios, responsáveis pela geração de mais de 60% de nossos empregos formais e 23% do PIB nacional.

A recriação da Sudene, a aprovação de um marco regulatório do gás e do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica também estão na pauta acertada com o Presidente Aldo Rabelo, assim como a aceleração dos trabalhos da comissão criada para estudar uma política nacional para o salário mínimo e a

votação de mudanças no rito das medidas provisórias.

Não podemos mais admitir a edição abusiva de MPs e nem aceitar que todo o tempo de apreciação dessas matérias seja esgotado pela Câmara, sem que o Senado tenha condições de apreciá-las com o devido cuidado.

A pauta de trabalho do Legislativo inclui outro ponto ainda mais urgente: as mudanças nas regras do orçamento. O contingenciamento absurdo do orçamento é responsável não somente pelo atraso no nosso crescimento econômico, como também pelo caos na segurança pública do País, problema que tem penalizado, de forma particular, a cidade do Rio.

Estamos, ainda, analisando uma série de medidas emergenciais na área de segurança pública. Criamos uma comissão específica para sistematizar propostas que garantam mais recursos aos estados e combatam a impunidade e outras questões relacionadas.

Foi com esta preocupação que apresentei proposta de emenda constitucional estabelecendo percentuais mínimos de gastos com segurança pública: 15% para a União, 7% para os estados e 1% para os municípios. O contingenciamento dos recursos ficará terminantemente proibido.

A aprovação desta emenda, tenho certeza, vai nos colocar bem mais próximos de um Brasil mais justo e menos violento.

Este, sim, é o país com que todos sonhamos.

Muito obrigado.

CONGRESSO DOS TRES REFORMA POLÍTICA

Em 9-12-05.

É uma honra, para mim, participar deste trigésimo primeiro Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais. E a honra se torna ainda maior quando o tema é um dos mais importantes do cenário político.

Costumo dizer que a reforma política é a mãe de todas as reformas. Sem estabilidade das instituições políticas, sequer podemos falar na existência de um verdadeiro Estado Democrático.

Há muito, todos sabemos, o Brasil se ressentido de uma profunda reforma no seu sistema político e eleitoral. Nossos partidos são frágeis, fragmentados. Nossas campanhas eleitorais, contaminadas pelo abuso do poder econômico.

As distorções de representação nas coligações, a debilidade programática de nossas legendas, o vergonhoso troca-troca partidário, a dificuldade de fiscalização das contas de campanha pela Justiça Eleitoral, tudo isso tem ameaçado a legitimidade de nosso sistema político e a força de nossa democracia.

Pior. Tem dado margem a uma relação promíscua entre empresários, partidos e Poder Público.

Não é mais tolerável a existência de legendas de aluguel, criadas muitas vezes só para fazer negócio e aumentar o tempo na tevê dos grandes partidos nas coligações. Não é mais tolerável que um parlamentar mude inúmeras vezes de legenda, ao longo do mandato,

fazendo de partidos políticos albergues de conveniência.

Também não podemos mais admitir um sistema de financiamento eleitoral em que doadores acabam se confundindo com investidores, de olho em futuros favores, com juro e correção.

Eleição, no Brasil, tem significado, na maioria dos casos, gastos maciços de recursos financeiros, utilização contínua de modernos instrumentos e técnicas de comunicação. Enfim, uma verdadeira engenharia na qual prevalece menos o programa, menos o debate e a ideologia e mais a imagem individual de cada candidato.

Quando se substitui a ideologia pelo personalismo, seguimos uma rota extremamente preocupante.

É a democracia que perde quando os partidos declinam, quando eles não têm o monopólio das mediações sociais.

Na prática, partidos fracos geram governos fracos. E, com governos fracos, não há como haver estabilidade, prosperidade econômica e social. O desrespeito às regras passa a ser fenômeno comum.

Rui Barbosa já nos ensinava que partidos sem princípios geram estadistas sem fé, os quais, por sua vez, constituem governos sem unidade moral, cujo único interesse é alimentar a corrupção das suas maiorias, com quem vivem da permuta de favores.

Senhoras e senhores, não podemos mais repetir os erros e os vícios que vêm contaminando as nossas eleições. Temos, com a maior urgência, de aprovar uma reforma política que garanta partidos mais fortes e representativos, um processo eleitoral mais ético e transparente.

A moralização do cenário político pressupõe, sem dúvida, o reforço da fidelidade partidária. Pressupõe o fortalecimento de nossas legendas e o debate em torno de idéias, de programas.

Só assim a sociedade poderá resgatar a confiança nas nossas instituições.

Só assim, poderemos assegurar o amadurecimento de nossa democracia.

É, justamente, por ainda não termos partidos políticos verdadeiramente ideológicos e programáticos que o instituto da verticalização

merece ser profundamente debatido.

A verticalização é, verdadeiramente, uma tese louvável, mas não no nosso cenário atual, onde cada região, estado e município tem uma realidade política própria e as legendas ainda estão longe de ter a força que deveriam.

A verticalização deve ser uma conseqüência natural do fortalecimento dos partidos. Ou seja, ela deve coroar o processo de reforma política e não ser o pressuposto desta reforma.

Minhas senhoras e meus senhores, constituímos, na presente legislatura, uma Comissão Especial de Reforma Política, cujo relatório incorporou muito do que já havia sido debatido e aprovado no Senado: o sistema de listas preordenadas de candidatos; o financiamento público exclusivo de campanha; a instituição das federações partidárias e uma nova cláusula de funcionamento parlamentar.

Todos nós sabemos das dificuldades na tramitação de qualquer reforma política, em que os parlamentares discutem mudanças num sistema pelo qual eles próprios foram eleitos.

Apesar disso, no que depender do Presidente do Congresso Nacional, a reforma política possível haverá de sair do papel.

Sem isso, prezados magistrados, em breve teremos de mobilizar o Parlamento para novas CPI, que irão tratar dos mesmos problemas que hoje contaminam as eleições.

Se podemos tirar alguma lição da atual crise política – e tenho repetido isso por diversas vezes – ***essa lição é exatamente a urgência na mudança do nosso sistema político-eleitoral.***

E se não temos como aprovar, de imediato, uma reforma política mais profunda, temos, pelo menos, que avançar em alguns pontos fundamentais.

Um deles é a redução dos gastos de campanha e a maior transparência das contas eleitorais. A mini-reforma eleitoral que aprovamos no Senado já foi um grande avanço nesse sentido. O projeto apresentado pelo Ministro Carlos Velloso é outra contribuição fundamental.

Temos que acabar com os “showmícios” e a pirotecnia publicitária, que multiplicam os gastos na propaganda eleitoral e tornam a disputa absolutamente desigual, abrem as portas para o abuso do

poder econômico, para a corrupção e o caixa dois.

O controle mais rigoroso sobre as contas da campanha e a punição também mais rigorosa para os crimes eleitorais são outras medidas essenciais para moralizar o cenário político.

O sistema de listas preordenadas é outro ponto fundamental. Ele fortalece as legendas e reduz o custo das campanhas, pois os concorrentes são os partidos, menos numerosos do que os candidatos.

Uma das decorrências mais paradoxais do sistema de listas abertas é, sem dúvida, o fato de que o candidato acaba concorrendo com os próprios companheiros de partido.

Os eleitos tendem a considerar a vitória como obra sua e a desconhecer a importância dos votos dados à legenda e aos demais companheiros. É o personalismo de que já falamos antes.

Tal mecanismo, perverso e autofágico, derruba qualquer aspiração por partidos fortes e programas partidários bem definidos.

E, sem programas claros e bem definidos, temos um cenário de incerteza política e jurídica, que afasta os investimentos e freia nosso crescimento econômico.

Senhoras e senhores, fizemos muitas reuniões, nos últimos meses, identificando pontos de convergência para avançarmos com a reforma política.

Chegamos ao consenso de que as mudanças devem ser implementadas por etapas. Para que novas regras vigorem, já na eleição do próximo ano, serão promovidas, de imediato, ao menos duas mudanças.

A primeira refere-se à fidelidade partidária. A proposta é promover alterações nos regimentos internos da Câmara e do Senado, estabelecendo as bancadas eleitas como critério para a divisão do poder, por todo o período de quatro anos.

Logo, a troca de legenda pelos parlamentares não influenciará a participação dos partidos dentro do Congresso. As cláusulas de desempenho, outro ponto importante da reforma, ajudarão a inibir a praga das legendas de aluguel.

Essas cláusulas não podem, no entanto, prejudicar pequenos partidos que legitimamente representam minorias organizadas e fazem contraponto saudável às forças hegemônicas. A solução é a cria-

ção das federações partidárias.

Num prazo mais longo, talvez para as eleições municipais de 2008, precisamos discutir outras mudanças importantes, como o fim das coligações nas eleições proporcionais, a lista mista partidária de votação e o financiamento público de campanhas.

O financiamento público exclusivo das campanhas deverá reduzir, significativamente, o risco do caixa dois, que tem contaminado o processo eleitoral ao longo do tempo. Também vai garantir uma competição menos desigual, assegurar maior transparência ao processo e facilitar a fiscalização por parte da Justiça Eleitoral.

Mas é bom lembrar que o financiamento público de campanhas só será viável com a adoção do sistema de listas partidárias, instrumento central para o fortalecimento de nossos partidos políticos.

O sistema de listas nos parece o ideal para estimular campanhas voltadas ao debate de idéias e de bandeiras de cada legenda.

No Brasil, esse sistema seria o misto, como o alemão, em que metade dos deputados é eleita por voto em listas indicadas pelos partidos e a outra metade pelo voto nominal.

Minhas Senhoras e meus senhores, quero finalizar dizendo que o processo de reforma político-eleitoral não depende exclusivamente do Congresso.

A integração com o Judiciário – especialmente o Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais – é imprescindível para que obtenhamos sucesso neste empreendimento.

Mais uma vez, portanto, apostamos na sintonia e no diálogo entre os poderes.

Vamos trabalhar juntos.

Muito obrigado.

INSTITUTO INTERNACIONAL JACQUES MARITAIN

Em 7-12-05.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é muito oportuna a lembrança do Senador Marco Maciel de requerer esta homenagem do Senado pelos 30 anos de fundação do Instituto Jacques Maritain e pelos 10 anos de lançamento da obra completa do grande filósofo francês.

O estudo da obra de Maritain é fundamental, numa época de individualismo feroz, vaidades exacerbadas e consumismo desenfreado. Mas também de misticismo obscurantista e fundamentalismos religiosos.

Maritain era, ao mesmo tempo, um pensador católico e um progressista. Demonstrou a importância da inteligência e do progresso da humanidade, da ciência, da primazia do homem e do conhecimento humano. Mas, para ele, todos esses avanços somente tinham razão de ser em nome do bem-estar coletivo, e lado a lado com o progresso espiritual, com a sabedoria e com a fé.

Para Maritain, a democracia tem sentido apenas se todos, sem exceção, usufruírem dos benefícios da riqueza, da cultura e do desenvolvimento, bem como do progresso espiritual, que deve caminhar junto com o material.

Sem isso, o desenvolvimento da humanidade leva apenas à decadência, ao individualismo, ao egoísmo e ao relativismo moral. Foi Maritain quem reavivou a filosofia de São Tomás de Aquino, que incorporou as idéias de Aristóteles para demonstrar que fé e razão

devem caminhar juntas.

Participam do Instituto Jacques Maritain no Brasil nomes de expressão, como Alceu Amoroso Lima Filho, o Ministro Patrus Ananias, o professor Cândido Mendes, o bispo Dom Tomás Balduino e o padre José Carlos Brand Aleixo, filho do saudoso Pedro Aleixo.

Na sessão de hoje, homenageamos também dois grandes ausentes, seguidores de Maritain: o ex-Governador e ex-Senador Franco Montoro e o grande pensador católico Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Ataíde.

Quero cumprimentar o Senador Marco Maciel pela oportuna lembrança e também o Presidente do Instituto Jacques Maritain, Alceu Amoroso Lima Filho, pelo belo trabalho realizado.

Muito obrigado.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS DE 2005

Sessão de 14-12-05.

Na história recente não tivemos um período tão intenso de investigações com potencialidades insondáveis. Em virtude da maturidade, do equilíbrio e da responsabilidade do Congresso, a investigação desse turbilhão de denúncias está sendo séria e absolutamente transparente.

Fruto da exigência social e da vontade da maioria do Parlamento, o Congresso não se furtou à convocação da sociedade para combater a corrupção dentro e fora de seu corpo. Estamos fiscalizando e sustentando as votações no Senado graças ao bom senso e ao espírito público.

São tempos difíceis. Exatos 200 dias de crise, onde dezenas de pessoas foram afastadas de postos na administração, da vida partidária e do Parlamento. É o começo, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras, de uma assepsia que prossegue. Como Presidente do Congresso Nacional, continuarei dando apoio irrestrito às investigações.

Este processo desconstruiu um mito. Não houve paralisia das votações como se apregoava. Desde o estopim da crise apreciamos 700 matérias. Desde o começo do ano foram 1.725. Número eloqüente que revela a consciência dos senadores e a preocupação de mostrar ao País que é possível, sim, a coexistência entre investigação e trabalho legislativo.

Trabalho e respostas rápidas fortalecem a instituição. Diversio-

nismos e hesitações aniquilam biografias, maculam as instituições e adensam o horizonte da crise. Quando há investigação profunda, a instituição se revigora, readquire confiabilidade e renova credibilidade. **O Congresso tem obrigação moral e dever constitucional de investigar tudo e punir todos os responsáveis.**

Toda crise tem como sintoma inicial o destempero. Felizmente, verificamos que as impropriedades não passaram de subprodutos de retóricas isoladas. No conjunto, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, preponderou a prudência e o exame criterioso dos fatos na busca da verdade.

Falou-se que não haveria CPI porque o Governo não queria. Injustamente, tentaram desqualificar a investigação rotulando-a de “Chapa Branca”. Especulou-se sobre “acordão” e “pizza”. A resposta do Congresso foi a instalação das CPIs, apuração isenta e um relatório conjunto de duas comissões propondo um vigoroso corte na carne. O dia-a-dia demonstrou que não há vassalagem e que o Legislativo não é uma possessão do Executivo. Genuflexão, definitivamente, não é nossa vocação. Quem aposta no triunfo da impunidade seguirá perdendo.

Paralelamente, grassou o terrorismo retórico. Muitos evocaram fantasmas inexistentes, teses destabilizadoras, crises institucionais e outras insinuações sinistras. A paranóia inventou até um “golpismo midiático”. A imprensa livre mostrou que não é domesticável, porque isto, em última instância, implica em tentar domar a sociedade. Em nome da democracia, assim a imprensa também seguirá.

Tudo transcorreu dentro da legalidade, dentro das regras democráticas. Demonstração inequívoca que o País amadurece e gera anticorpos naturais contra as crises e indiferença aos arroubos da oratória. Àqueles que sugeriram conspirações e maquinações antidemocráticas está aí o mais expressivo exemplo de que as instituições estão sólidas e exercendo suas funções com independência.

Fui eleito para exercer o cargo de Presidente do Senado Federal e não para ser líder do Governo ou porta-voz da Oposição. Desde o primeiro momento me comprometi a instalar quantas CPIs tivessem amparo regimental. Reiterei que nada substituiria a investigação e que a governabilidade teria em mim sempre um defensor atento,

sempre assumido.

Procurei me pautar pelo equilíbrio, isenção e transparência. Em todos os instantes compartilhei as ações e decisões com os líderes partidários. Nada foi feito à socapa. Os líderes demonstraram que têm dimensão da estatura dos cargos e se comportaram dignamente divisando os limites entre os ríspidos embates políticos e os interesses superiores da Nação.

As crises, por maior desconforto que gerem, são pedagógicas. A partir delas aprimoramos nossos diplomas legais e aperfeiçoamos nossos modelos de controle e fiscalização. Como Presidente, posso reafirmar que o Congresso sairá dessa crise de cabeça erguida, melhor do que entrou.

Internamente foi sensata a oposição do Senado a um intempestivo reajuste nos vencimentos dos parlamentares; também reduzimos em R\$30 milhões as despesas com custeio do Senado Federal em 2005 e soubemos reagir com altivez quando um direito desta Casa estava ameaçado e quando insidiosos investiram contra a imagem do Legislativo.

Iniciamos a montagem de um novo regimento para imprimir celeridade aos trabalhos internos. Não devemos criticar a lentidão alheia se não modernizamos nossos procedimentos. Nesse aspecto inclui-se ainda a medieval tramitação e execução do Orçamento Público. Se não chegarmos à peça impositiva, que se vede o contingenciamento para investimentos e obras estratégicas previamente definidas.

Todos têm consciência de que o orçamento não é de elástico. Ninguém, responsável, advoga a ganância. Por isso é preciso aprimorar a qualidade dos gastos sem comprometer equilíbrio fiscal, para o qual estamos pagando muito caro. Ninguém, e no Senado muito menos, quer a imprevidência fiscal.

Vivemos espremidos entre federalismo fiscal e a ilusão orçamentária. Causa indignação ver os parlamentares, ao invés de se debruçar no trabalho legislativo, se transformarem em mendigos orçamentários, esmolando aqui e ali a liberação de uma emenda que representa a real necessidade de uma comunidade.

Amadurecemos a discussão para um novo rito que combata a

banalização das medidas provisórias. Instrumento concebido para dar agilidade ao Executivo em situações excepcionais acabou, em sua vulgarização, por usurpar a competência legislativa do Congresso.

Não podemos tolerar essa atrofia. Os pressupostos de urgência e relevância foram ao longo dos anos sendo desprezados. Tudo isso a constranger o Parlamento a uma inaceitável abstinência legislativa.

Em 2006 devemos também enfrentar pontualmente o império da burocracia. Além dos prejuízos para as empresas e a sociedade, a burocracia deixou de ser um método de sistematização. Ela já pode ser contabilizada como mais um tributo pesado e indigesto. A burocracia é mais um custo que pode e será reduzido pelo Senado Federal.

Além dos prejuízos ela serve de manto para os incompetentes e de biombo para mal-intencionados. Essa onipotência dos gabinetes não pode, sinceramente, prosperar.

Recentemente constituímos comissão para apontar uma política permanente de recuperação do poder de compra do salário mínimo. É um resgate inadiável de uma hipoteca social que não pode seguir subordinada aos balancetes da ortodoxia econômica.

Errou o Executivo ao reagir à crise política apenas com retórica, abandonando as reformas reclamadas. Na bacia das almas rifou-se duas: a reforma tributária, que extermine o atual modelo de expropriação tributária, e a imperiosa reforma política. São temas que padecem da síndrome da maioria estática e não andam na Câmara dos Deputados. São vítimas da falta de um dínamo político que as concretize. Igualmente órfãos ficaram a regulamentação das PPP, a lei das pequenas e microempresas e as agências reguladoras. O que aqui chegou foi votado.

As investigações das CPI vão impor mudanças na vida político-institucional do País no aprimoramento da transparência e da ética. Esse mutirão deve ser enfrentado rapidamente e a gênese da promiscuidade está no ultrapassado modelo de financiamento de campanhas.

As campanhas não podem ser mais megaespetáculos e pirotecnias múltiplas. Por isso sempre defendi junto com outros parlamentares, a redução dos custos, do tempo da televisão e da enxurrada de camisetas e brindes. Isso não guarda relação com as teses a serem

defendidas no mandato.

A fidelidade afugenta a suspeita de mandatos de aluguel. Partidos não podem ser quitandas de conveniências. Ninguém deve usar um partido como táxi, que você pega e deixa quando e onde quiser.

A verticalização, talvez, venha a ser oportuna adiante, quando alcançarmos a civilidade partidária e eleitoral.

Sempre defendi o financiamento público e exclusivo. Claro que como consequência da reforma e não seu primeiro passo. Se este modelo já vigorasse, a sociedade não estaria assistindo, perplexa, esse volume de denúncias em torno do caixa dois e seus operadores que entraram para galeria de horrores da história brasileira.

Não mudar o modelo de financiamento é criar a modalidade de CPI pré-datada. Em breve teremos outras e mais outras, com novas faces, mas com os mesmos métodos reprováveis.

De outro lado, penso que devemos universalizar o acesso aos mecanismos de controle e fiscalização, como o Siafi. Na democracia não há segredos absolutos. A alma da democracia é e continuará sendo a busca pela total transparência. De igual forma se impõe uma revisão na Lei de Licitações de forma a tapar as brechas por onde é desviado o dinheiro do contribuinte.

Das idéias que irão surgir, **considero sensato que o Congresso estude a conveniência de criar uma comissão permanente de combate ao crime que mais cresce na globalização: a lavagem de dinheiro e evasão de divisas**, que é a modalidade para ocultar dinheiro drenado dos cofres públicos. Temos esta missão constitucional; devemos exercitá-la.

As instâncias governamentais para combater este tipo de crime são múltiplas e não se comunicam com a freqüência que a sofisticação do crime demanda. Se há um fórum legítimo para que estas informações sejam sistematizadas, – é o Legislativo. Para cá devem vir os relatórios do Coaf, as investigações tributárias, as operações suspeitas na rede bancária e nas bolsas, enfim, todas as informações vitais para aperfeiçoar o combate a este delito.

Se há ainda quem pense que a sociedade padece de uma amnésia crônica, está muito enganado. Ela está nos olhando com um telescópio gigante e esperando outubro do próximo ano para dizer se

chancela ou não o que aqui foi feito.

Muitos comungam da tese de que a democracia não é um sistema perfeito. Aí reside sua maior virtude e sua maior força: se não é perfeita precisa ser refeita diariamente. E nesta restauração permanente é que ela se torna, não acabada, mas perfeita. Perfeita porque é a sociedade que cobra e participa de seus aprimoramentos.

Não poderia deixar de abordar a economia brasileira. Muito embora de atribuição do Executivo, a economia não é uma propriedade impenetrável. O que lá se decide tem reflexos em toda sociedade e, por isso, é lícito expormos nossas apreensões.

A overdose dos juros, associada a um superávit primário severo, foi um equívoco. É necessário repensar a velocidade da sua queda para evitar a expectativa de crescimentos anêmicos. As taxas de juros não podem ser tratadas como uma febre alta, que só debilita o cidadão e a economia no dia da reunião do Copom. O Governo tem os instrumentos, poderia ousar mais.

Nos últimos dias defendi a convocação extraordinária para que a interrupção dos trabalhos não fosse vista como fôlego para os culpados. Assim fiz por convicção, com espírito público e no intuito de preservar a imagem da Instituição. A história não poupa os omissos, não absolve o descuido. O Congresso não tem o direito de negligenciar, virar as costas para o País, interrompendo as investigações da CPI ou sobrestando os processos de cassação em curso. Estamos devendo é agilidade.

Há um custo, que é uma discussão menor e não pode ser comparado ao desgaste e à frustração caso os trabalhos não prossigam. Além da punição e investigação, temos de ter a presença dos parlamentares e uma pauta exequível. O próprio orçamento, sinalização emblemática para a sociedade, para o setor produtivo, não pode ser a primeira vítima da imprevidência. Para a convocação não autorizaremos viagens, faremos o controle rigoroso da frequência, comparecimento mínimo será de 2/3 das sessões e cortaremos o ponto dos faltosos.

Vamos, definitivamente, reduzir o período de trabalho nos estados, chamado impropriamente de recesso, mas que não é sinônimo de inatividade ou ócio. Dois períodos de trinta dias, um no meio e outro ao final do ano, são a garantia de que inibiremos as criticadas

convocações extras.

Encerro agradecendo a colaboração, o espírito público e a responsabilidade de todos. Que na retomada dos trabalhos nós possamos exibir o que ainda devemos e possamos avançar no que o País necessita. Desejo um bom Natal e um feliz Ano-Novo às senadoras, aos senadores, às deputadas e deputados, aos membros da Mesa, às suas famílias, aos funcionários do Congresso, aos jornalistas e àqueles que acompanham o dia-a-dia desta Casa.

Que Deus continue nos iluminando e nos dando força em 2006.

ARTIGOS

ESPERANÇA QUE RENASCE

A principal tradução do espírito do ano-novo é o renascimento da esperança. Ao final de dezembro, é comum sentirmos que uma nova fase se inicia em nossas vidas e, invariavelmente, nossa vontade é de que o próximo ano traga tempos melhores. Eu me junto a vocês nesse desejo que hoje é comum a todos os povos, em qualquer parte do mundo. Não importa a nacionalidade, a raça ou o credo das pessoas, existe uma meta universal de semear a paz e a dignidade humana.

Olhando para o nosso lugar – onde nascemos e moramos – o sentimento por transformações estruturais que assegurem o bem-estar do nosso povo parece ainda maior e mais urgente. Essa impressão eu tirei do convívio com as pessoas durante as inúmeras viagens que fiz pelo interior. Peculiaridades à parte, a grande maioria dos nossos municípios sofre dos mesmos problemas. Isto me preocupa e me entristece também. Se é verdade que temos muitos problemas, também é verdade que existem soluções. Discutir e apresentar as saídas para essas dificuldades é o que tenho feito ao longo dos últimos anos. ***A desigualdade social é a mãe dos grandes males. Ela gera dor, sofrimento, insegurança e violência.*** É preciso repartir com a sociedade para que todos desfrutem dos mesmos direitos. Além de idéias e propostas, o maior aliado para fazer todas as transformações que precisamos é a força do povo alagoano. E este tem me apoiado com mensagens, questionamentos e sugestões que guardo, analiso e procuro aproveitar em minhas atividades.

De uma maneira geral, nosso trabalho ao longo de 2004 foi extremamente positivo. Entre as proposições apreciadas pelo Plenário

do Senado estão temas de grande importância para o País, como as Leis de Biossegurança, de Falências e de Informática, e a que prevê a concessão de auxílio financeiro a desportistas, com a criação do Bolsa-Atleta. O Senado Federal também aprovou outras propostas, como a que assegura aos aposentados e pensionistas o direito de contrair empréstimos bancários a serem descontados na folha de pagamentos; a que amplia os objetivos do Sistema Único de Saúde; a que regulamenta a atuação de organizações não-governamentais; a que garante a participação das Forças Armadas na defesa da segurança pública, com atribuições de combate ao crime organizado; e a que marca a data do referendo popular sobre a proibição da venda de armas, previsto no Estatuto do Desarmamento.

Entre as medidas provisórias, estão a que reduziu em 10 anos o limite de idade dos idosos que podem sacar as diferenças de correção monetária sobre as contas vinculadas do FGTS geradas por planos econômicos e a que promoveu mudanças no programa Primeiro Emprego, destinado a dar oportunidades no mercado de trabalho a jovens entre 16 e 24 anos. Também foi promulgada a reforma do Judiciário, que vai deixar a Justiça mais rápida e eficaz. E as Parcerias Público-Privadas.

Feito o balanço positivo de 2004, temos de cuidar agora de alguns desafios para 2005, que passam necessariamente pela melhoria dos índices sociais e por uma aceleração saudável da economia. Para isto, o Congresso Nacional tem o papel de continuar garantindo a governabilidade para que as mudanças desejadas pela sociedade possam ser alcançadas. Se cada um fizer sua parte, poderemos, por exemplo, dar espaço para uma redução responsável dos juros, um crescimento econômico sustentável e a redução de nossas assimetrias sociais. Otimismo é a palavra-chave neste processo. Se cada um de nós mantiver estas perspectivas, veremos, com certeza, um Brasil bem diferente no final do ano que está começando.

Publicado em 2-1-05.

A PRIMEIRA DE TODAS AS REFORMAS

Depois de décadas de práticas desgastadas, principalmente aos olhos da opinião pública, é preciso construir um novo sistema político cujos alicerces privilegiem o homem de bem, em todas as esferas. Tem-se de fortalecer os partidos, dar aos eleitores condições para acompanhar mais de perto a execução de seus pleitos e diminuir as pressões do modelo atual sobre os representantes, que poderiam ter suas atividades acompanhadas efetivamente, tanto pelo povo quanto pela Justiça Eleitoral.

Para que uma reforma político-partidária ocorra de maneira isenta e apropriada, considero que dois requisitos são fundamentais. Estas mudanças não podem ter “paternidade”, porque qualquer carimbo que ela receba poderá comprometer sua credibilidade. E, em segundo lugar, devem ser feitas com o envolvimento da sociedade e de suas entidades representativas. É deste conjunto de mudanças nas regras eleitorais que pode, e deve, sair o fortalecimento das instituições democráticas. Somente um patrimônio político estável poderá deixar para trás cenas do cotidiano eleitoral brasileiro, como “o candidato Copa do Mundo”, que só aparece nas bases de quatro em quatro anos para pedir votos. Ou o “namoro de carnaval”, que só dura até acabar a conveniência para ambos, geralmente logo após as eleições, quando cada um segue para seu lado.

O partido político tem funcionado muito mais como cartório e a convenção partidária, como mero ritual para formalizar candidatura. Falta no seio dele a “argamassa” do programa, preparada no calor da discussão, para unir número crescente de adeptos em torno de projetos comuns. E, assim, no limite, o grau de dispersão política

é tanto, que cada parlamentar se torna um partido, tal a colheita de longa tradição elitista, centralizadora e autoritária. Como queria o saudoso Franco Montoro, temos de começar pela primeira das reformas, pela reforma política. Na década de 90, na Comissão da Reforma Político-Partidária do Senado Federal, concluímos que o trabalho deveria ocorrer por etapas, centrando-se a inicial no fortalecimento dos partidos.

Há mais de 60 proposições em andamento no Senado e mais de 160 na Câmara, acerca da matéria. Dentre eles, existem cinco pontos cruciais a serem enfrentados de imediato e que já cumpriram um longo caminho no Congresso. Já se encontram na Câmara dos Deputados todas as principais proposições aprovadas no Senado Federal, são elas a proibição de coligações nas eleições proporcionais, a cláusula de desempenho dos partidos – que veda o acesso ao financiamento público de campanhas e ao horário gratuito de televisão o partido que não tiver uma votação mínima em todo o País e um caráter nacional – e o novo sistema eleitoral, com a instituição das listas aberta e fechada – onde o eleitor vai votar duas vezes: uma no seu candidato (como é hoje em dia) e outra, numa lista de candidatos elaborada pelo partido. Além disso, foram aprovadas no Senado as propostas que instituem o financiamento exclusivamente público de campanha – onde os candidatos e partidos poderiam usar apenas recursos públicos, com um teto certamente bem menor do que é hoje – e normas para a fidelidade partidária – que proíbe um político de se candidatar durante quatro anos e depois mudar de partido.

Mas o ***fundamental é fortalecer os partidos, para que o coletivo prevaleça sobre o individual***, não, no sentido de sufocar a livre manifestação das pessoas, porém, permitir a mobilização de todos, e de cada um, em favor das necessidades e dos interesses do País e da qualidade de vida da sua população.

Publicado em 9-1-05.

MORADIA CONFISCADA

Recente pesquisa do Ministério das Cidades traz uma recontagem do déficit habitacional do País. Pela primeira vez, foram incluídas as áreas rurais dos estados das regiões Norte e Nordeste. Com essa inclusão, o déficit de moradias – que antes era de 6,6 milhões – passou para 7,2 milhões. As áreas urbanas representam 5,4 milhões do total, e as rurais, 1,7 milhão. Além disso, foi constatado que boa parte das moradias pode estar em boas condições, entretanto não está servida de iluminação elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário ou coleta de lixo.

Há algum tempo, o jornalista Joelmir Betting afirmou em sua coluna de *O Globo* que, no Brasil, “a casa popular é confiscada”, enquanto que em quase todo o mundo ela é subsidiada ou repassada ao mutuário de baixa renda a preços e juros rigorosamente de custo. Este é um direito inserido no texto da Constituição e que, por isso, deveria receber prioridade quase absoluta. A casa própria para a população de baixa renda é uma necessidade básica, pois se o cidadão não tem moradia, dificilmente poderá deixar o círculo perverso da pobreza. Além de ter de viver em condições inteiramente subumanas, terá de pagar aluguel, despendendo boa parte do dinheiro que consegue mensalmente.

O sistema habitacional em vigor, que sucedeu a experiência malsucedida do Banco Nacional da Habitação criado em 1964 e que se acha hoje incorporado à Caixa Econômica Federal, poderia contribuir na busca de mudanças dessa situação. Se, por exemplo, se alterasse o sistema de cobrança dos mutuários, baseado em taxas menos suscetíveis a oscilações bruscas por causa da inflação, mais 6%

de juros ao ano, grande parte dos mutuários – que já pagou o valor total do financiamento e que está devendo, ainda, um ou dois imóveis – poderia sentir um alívio. De acordo com o levantamento do Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo, a carga fiscal e os encargos incidentes sobre o ramo são constituídos de seis tributos gerais, onze impostos específicos e dezessete encargos, onerando, pesadamente, a prestação das famílias com renda mensal inferior a três vezes o valor do salário mínimo, as quais respondem por 76% do déficit habitacional brasileiro.

Os atuais programas de moradia popular não conseguem colocar à disposição dos pretendentes nem 50 mil unidades por ano, quando, por baixo, teriam de entregar, pelo menos, 500 mil moradias. Esses programas, que sobrevivem a um rombo superior a R\$50 bilhões de reais, com origem nos desacertos do falido Banco Nacional da Habitação, colocam em sério risco o Sistema Financeiro de Habitação. E, agora, milhares de mutuários, que ainda lutam para deixar em dia as prestações do SFH, estão perdendo o sono com a alienação fiduciária como garantia dos novos contratos de financiamento da casa. Assim, o mutuário corre o risco de perder mais rapidamente o imóvel se não pagar as prestações. Melhor seria encontrar uma fórmula que diminuísse a inadimplência que hoje se encontra ao redor de 25% dos contratos.

○ **Ministério das Cidades tem um orçamento** de R\$6,5 milhões para investir na área de habitação em 2005, certamente **insuficiente para cobrir o déficit nacional**, mesmo a médio prazo. Apesar disso, não se deve culpar única e exclusivamente o Governo Federal. Há uma série de programas para combater o problema, mas é preciso realizar um pacto federativo para melhorar o quadro. Não há medida demagógica, nem mágica. Enquanto todos os entes federativos não estiverem participando como mercado ampliado, oferecendo moradia para a classe média, que recebe de 5 a 10 salários mínimos, não vamos resolver o problema de crescimento de favelas e, com ele, outros correlacionados, como o da segurança pública, o da saúde e o do bem-estar social.

Publicado em 16-1-05.

EM DEFESA DO CONSUMIDOR

Quem compra quer um produto de qualidade, que garanta a segurança para quem consome. Basta uma pequena visita aos *sites* da internet que vendem e oferecem produtos de todos os tipos para a comprovação deste fato. Qualidade o consumidor percebe. Segurança, somente por meio de sistemas de certificação executados sobre bases sólidas de informação. Mas será que o consumidor brasileiro está completamente protegido e seguro em relação a seus direitos? Certamente, ainda não.

Ao apresentar o Código de Defesa do Consumidor, quando Ministro da Justiça, reconheci a vulnerabilidade frente ao mercado de consumo. Ao lermos o texto, aprovado depois pelo Congresso, encontraremos como sua linha principal o respeito à segurança e à saúde do consumidor, impondo transparência a todas as relações de consumo a serem estabelecidas. Este foi, sem dúvida, um dos maiores avanços da sociedade contemporânea, ao consolidar o conceito de cidadania como peça fundamental da democracia, que se firmou como um forte instrumento legal, aliado, principalmente, das populações menos favorecidas.

O Judiciário soube aplicar o Código em favor do consumidor e, hoje, as jurisprudências firmadas balizam a maioria das relações do mercado. Escritórios de advocacia e empresas privadas investiram na área para especializar os profissionais de Direito na área do consumo. Com isso tudo, ganhou celeridade o combate a irregularidades, como contratos imperfeitos, serviços não cumpridos, corte de serviços essenciais, troca de produtos defeituosos, propaganda enganosa ou problemas com prazos de garantia e de validade. Outra

conseqüência do surgimento do Código de Defesa do Consumidor foi a melhoria da proteção à saúde, da qualidade e da segurança do consumidor em relação ao produto ou serviço adquirido. O Código ainda serviu para ampliar os serviços de atendimento ao consumidor oferecidos pelas empresas.

O saldo é extremamente positivo, mas temos de admitir que o aperfeiçoamento do conceito de cidadania requer um trabalho constante. É imprescindível a elaboração de uma política nacional de defesa desses direitos e de um programa de fomento à criação de mais organizações não-governamentais que tratem do consumo. Não há, por exemplo, um registro de quantas dessas instituições existem no País, nem informações quanto à idoneidade delas. Só há estimativas. De acordo com o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, existem 27 Procons estaduais, mas apenas pouco mais de 10% dos municípios possuem órgãos de defesa do consumidor, além de pouquíssimas promotorias ou delegacias especializadas. Ou seja, **há quase cinco mil cidades brasileiras ainda desprovidas de instrumentos de proteção ao consumidor**. E esta carência é maior nos municípios menores e mais pobres, como os do Nordeste.

É preciso, portanto, democratizar mais o acesso aos direitos do consumidor e difundir seus princípios. O Código de Defesa do Consumidor, depois da Constituição Brasileira de 1988, é, hoje, o principal instrumento de transformação dos valores da cidadania. E se tornou essencial para a luta pela ética nas relações de consumo. Não se pode permitir que esta conquista se perca com o tempo.

Publicado em 23-1-05.

CRISE NO AR

A aviação civil está em crise. E exige uma avaliação estratégica, já que o rastro de destruição é grande. Até hoje, os esqueletos da Transbrasil estão se deteriorando, em grandes aeroportos, como monumentos de alerta sobre as incertezas do ar. Depois veio a Varig. E, agora, a Vasp, que chegou a 6% do mercado, mas está praticamente no zero, depois de cancelar seguidos vôos, prejudicando centenas de passageiros. Em suma, todas as grandes transportadoras nacionais estão em crise, variando apenas a intensidade de suas atribulações. E, nisso, não diferem do que está acontecendo no resto do mundo.

Neste momento de turbulências, discute-se o que fazer com o setor. Durante anos, estudaram-se saídas, mas nenhuma solução definitiva ou em longo prazo surgiu. A indústria do transporte aéreo é extremamente sensível às oscilações internacionais. Enquanto a economia mundial evoluiu, no longo ciclo impulsionado pelos Estados Unidos, o transporte aéreo acompanhou o surto de afluência, crescendo, em média, 7% ao ano, na década passada. Nesse período, foram feitos grandes investimentos na compra ou arrendamento de aviões e na melhoria da infra-estrutura aeroportuária. Mas bastou que o crescimento da economia norte-americana se reduzisse drasticamente para que o setor da aviação civil entrasse em crise e a estrutura montada para atender a uma demanda cada vez maior se transformasse num ônus insustentável para as empresas.

No Brasil, o fluxo de passageiros em vôos internacionais operados por companhias nacionais tem oscilado muito, apesar do repique deste final de ano, em função da baixa momentânea do dólar. O tráfego aéreo internacional responde por cerca de 40% da receita das

companhias nacionais. O crescimento do movimento doméstico de passageiros, por sua vez, já havia sido reduzido, em consequência do desaquecimento da economia. Com as receitas em queda e os custos em alta, o resultado inevitável só poderia ser um desastre.

Discute-se muito a conveniência do socorro público, mas há providências de outra natureza que poderiam aliviar a situação aflitiva das transportadoras. **A carga tributária que incide sobre o setor é de 37%, contra 16% na Europa e 8% nos Estados Unidos.** Essa sociedade forçada com o fisco retira competitividade às empresas brasileiras, que enfrentam as gigantes estrangeiras no tráfego internacional. O Brasil tem pouco mais de cem cidades atendidas pelo transporte aéreo regular e, por isso, é preciso estimular os vôos regionais. A aviação comercial e civil é, como diz o próprio nome, uma atividade de negócios, para ser explorada nessa direção, embora seu caráter de concessão seja social.

Qualquer ação neste momento deve ter o objetivo de preservar ao máximo o emprego e as condições de exercício dos direitos trabalhistas, prestar o suporte possível, dentro dos limites legais, à manutenção das operações das companhias e criar condições de estabilidade setorial, para que não se repitam os problemas atuais. O marco regulatório também deve ser prioritário.

Vale lembrar que a revitalização deste segmento irá mover outros setores da economia, impulsionar o desenvolvimento em regiões diversas e abrir mais postos de trabalho. Quem não pode pagar a conta é o consumidor ou o contribuinte. Temos de garantir a competição entre as empresas, melhorar a qualidade dos serviços oferecidos e rever a regulamentação do setor.

Publicado em 30-1-05.

FOLIA NORDESTINA

A origem do carnaval vem de uma manifestação popular anterior à era cristã, tendo se iniciado na Itália com o nome de Saturnálias – festa em homenagem a Saturno. As divindades da mitologia greco-romana, Baco e Momo, dividiam as honras nos festejos, que aconteciam nos meses de novembro e dezembro. Durante as comemorações em Roma, acontecia uma aparente quebra de hierarquia da sociedade, já que escravos, filósofos e tribunos misturavam-se em praça pública. Com a expansão do Império Romano, as festas tornaram-se mais animadas e freqüentes.

No início da era cristã, começaram a surgir os primeiros sinais de censura aos festejos mundanos na medida em que a Igreja Católica se solidificava. A festa chegou a Portugal nos séculos XV e XVI, recebendo o nome de entrudo – isto é, introdução à Quaresma, por meio de uma brincadeira agressiva e pesada. O evento tinha uma característica essencialmente gastronômica e era marcado por um divertimento entremeado com alguma violência. Faziam-se esferas de cera bem finas com o interior cheio de água-de-cheiro e depois se atirava nas pessoas. Os mais ousados, no entanto, começaram a injetar no interior das “laranjinhas” ou “limões-de-cheiro”, substâncias malcheirosas e a festa foi perdendo sua alegria. Foi exatamente esse entrudo violento que aportou no Brasil.

Hoje, nossa festa popular fascina o mundo e os turistas que esperam encontrar no Brasil a alegria e a vivacidade que raramente se manifestam espontaneamente lá fora. ***O carnaval moderno virou uma indústria que impulsiona a economia, gera empregos, avança o turismo e projeta a imagem de***

um País alegre. Na Bahia, por exemplo, a cada ano, a festa é responsável pela geração de 130 mil empregos diretos e indiretos e por uma movimentação de negócios da ordem de mais de meio bilhão de reais, incluindo venda de abadás, comercialização de bebidas e alimentos, investimento das entidades carnavalescas, venda de bebidas, camarotes, mesas de pista e arquibancadas, hospedagem, aluguel de imóveis e veículos, passagens aéreas, terrestres e hidroviárias e indústria fonográfica.

Já o carnaval de Alagoas é feito nas ruas, com homens e mulheres desfilando suas fantasias e alegorias. As pessoas se manifestam nos folguedos mais tradicionais, como os blocos de caboclinhos, dança originária da herança indígena, onde os arcos, bumbos e pífanos marcam o ritmo contagiante. Há, em muitas cidades alagoanas, a tradição dos blocos de sujo com suas críticas sociais. Alguns chegam a dividir as populações em torcidas organizadas e até fanáticas. Matriz de Camaragibe, na região norte, durante a primeira metade do século passado, tinha os “Democratas” e os “Lenhadores”. Esta tradição foi revivida em Maceió nos anos 80, com o surgimento do bloco “Meninos da Albânia”, que tinha inspiração política definida e uma ferina crítica social.

Mas o carnaval alagoano freqüentou também os salões nobres da Fênix e do Iate Clube, em Maceió. Nas primeiras décadas do século passado, os bailes eram animados pelas polcas e mazurcas compostas por Misael Domingues. Na segunda metade do século, os sambas de Juvenal Lopes eram a coqueluche da cidade. Também se destacava como compositor o radialista Edésio Lopes, que cantou a mulher alagoana resgatando sua origem indígena: “*Vem morena caeté/vem morena xucuru/vem morena açucarada/da terra do sururu*”. Ou, ainda, as belezas indizíveis de Maceió: “*Olhei a cidade sorriso/e vi Maceió tão feliz/mostrando tanta beleza ao povo desse País*”.

Publicado em 6-2-05.

UMA QUESTÃO BÁSICA

Um dos principais capítulos da Agenda 21 – o documento assinado durante a Rio 92 – já apresentava um dado bastante alarmante: mais de **30% de todas as mortes ocorridas nos países em desenvolvimento são causadas pelo consumo de água contaminada**. Quase 13 anos após essa Conferência, as pesquisas apresentadas denunciam que a poluição das águas chega a números assustadores, principalmente em países como o Brasil. Recentemente, foi divulgado um estudo da ONU mostrando que as regiões costeiras do Sul e Sudeste brasileiros estão entre as que possuem as águas mais poluídas do mundo.

Isso não chega a ser nenhuma surpresa já que nessas regiões vivem milhões de pessoas e grande parte delas está em condições subumanas. Os esgotos produzidos por essa população são despejados nos rios e córregos sem nenhum tratamento e, conseqüentemente, uma grande parte segue para o mar. O déficit nacional, segundo dados oficiais, é de 40 milhões de pessoas vivendo sem água, 100 milhões sem esgoto e apenas 8% com esgoto tratado. Nesta questão, porém, não se consegue avançar devido à falta de recursos públicos, à guerra ocasional entre estados e municípios, já que ambos querem ser os donos da concessão dos serviços de saneamento, e à falta de uma legislação adequada para o setor. O marco regulatório do saneamento básico deve ajudar a alterar este quadro. O projeto, em negociação há mais de dois anos, ainda não saiu do Ministério das Cidades rumo à Casa Civil, mas já está sendo aguardado no Congresso Nacional. Com o marco regulatório do saneamento básico, poderemos dar um passo importante rumo à universalização dos serviços de água tratada e esgoto.

O desafio requer investimentos de R\$178 bilhões nos próximos 20 anos. Mas, de acordo com reportagem recente da *Folha de S.Paulo*, os gastos com investimento e custeio em saneamento urbano e rural feitos com dinheiro de impostos federais, pagos até 31 de dezembro, em quatro ministérios diferentes, consumiram R\$249,2 milhões em 2004. Com os desembolsos de empréstimos com dinheiro do FGTS de R\$240 milhões, as duas principais fontes de financiamento públicas em saneamento básico não chegaram a R\$500 milhões em 2004. Embora esse valor represente mais que o triplo dos gastos registrados pelos mesmos critérios em 2003 (R\$60 milhões), ainda é menor que o necessário para ampliar os serviços nos próximos 15 anos.

Enquanto os recursos não surgem, temos de partir para soluções inovadoras, como a compra do esgoto tratado em troca da construção de estações de saneamento básico. A cada real aplicado na recuperação do esgoto bruto, seriam depositados R\$2,00 na conta do empreendedor, segundo projetos já em fase experimental. Mas essa “indenização” terá obrigatoriamente de ser reaplicada em usinas de tratamento de esgoto. Outro item na questão do saneamento básico refere-se à poluição gerada pelas indústrias e o elevado consumo de água potável em seus processos produtivos. Também aqui o Brasil poderia ser criativo, estimulando as empresas a tratarem a mesma quantidade de água que utilizarem, economizando um volume de água potável suficiente para abastecer milhares de famílias, colaborando para preservar o meio ambiente.

Estas e outras iniciativas estão nascendo em nosso País, mas a discussão é mais ampla e envolve toda a sociedade na busca de soluções, exigindo dos governantes e parlamentares um plano claro e objetivo quanto a esta questão, cada vez mais evidente e necessária. Outra discussão que deve entrar na pauta é a definição do modelo que terá de ser implantado para o saneamento básico das populações mais carentes que, por sua vez, não possuem recursos para investir e nem mesmo para pagar pelos serviços prestados.

Publicado em 13-2-05.

TENSÕES SOCIAIS

O País assistiu perplexo, nos últimos dias, ao desfecho de dois tristes episódios que refletem o tamanho da dívida do Estado com questões sociais no campo e nos centros urbanos. O repugnante assassinato da missionária americana Dorothy Stang, no Pará, chocou todos os brasileiros e, mais uma vez, expôs, de forma negativa, a imagem do Brasil à opinião pública internacional.

Cenas estarrecedoras também nos chegaram, estas vindas de Goiás, mostrando um conflito entre a Polícia Militar e famílias de sem-teto, por conta de invasões irregulares de áreas públicas. Neste caso, duas pessoas morreram e outras 30 ficaram feridas em confronto com policiais, determinados à retomada da terra. Mais um duro golpe na imagem do País.

Estes dois episódios passam a nossa história como o resultado de décadas, de séculos de falta de **políticas sociais que ponham fim à ilegal concentração de terras públicas em mãos de poucos e em detrimento de muitos.**

A partir destes dois casos, fica patente a necessidade de os Governos Federal, estaduais e municipais se sentarem à mesa e iniciarem uma ampla discussão em torno de soluções de curto, médio e longo prazos.

Para o enfrentamento desses problemas, a questão financeira é fundamental. Não há política social sem gasto público. O compromisso com o equilíbrio das contas do Estado, no entanto, traz restrições para que se possa atender todas as demandas.

A saída é elencar áreas de risco social para priorizar a alocação de recursos. O Congresso Nacional, por meio da comissão que re-

desenhará modelo orçamentário brasileiro, poderá dar importante contribuição nesse sentido.

Essas histórias de grileiros, gente inescrupulosa, se apoderando de áreas públicas, soa medieval. Isso de terras sendo tomadas na marra, à bala, com morte de inocentes que levam um pouco de dignidade às pessoas excluídas, é fruto da impunidade. Para se ter uma idéia, um levantamento da Comissão Pastoral da Terra, realizado entre 1985 e 2003, revela que de 1.349 vítimas de conflitos no campo, somente 64 executores e 15 mandantes foram condenados. De acordo com a CPT, dos 1.003 crimes ocorridos no período, apenas 75, ou 7,5%, foram a julgamento.

Não podemos mais assistir sindicalistas, políticos, índios, religiosos, procuradores da República e quilombolas morrerem nessas condições. Quantas Dorothy, João Canuto, Carlos Batista, Padre Ezechiel Ramiro, Padre Josimo ainda tombarão por conta dessas aberrações sociais? Quantas crônicas de mortes anunciadas ainda teremos de ler?

Publicado em 20-2-05.

UMA AGENDA PARA O LEGISLATIVO

O Senado Federal comemora este ano 181 anos da sua existência. À frente da Instituição, muito me orgulho deste momento histórico. Nestes quase dois séculos de vida, divididos entre o Império e a República, o Senado se aproximou das aspirações populares e procurou caminhar sempre na defesa da maior de todas as instituições, que é a democracia.

Da idéia do primado da lei e do direito individual, incorporamos, ao longo dos anos, o direito social, avançando na defesa de outros direitos difusos. É hora, portanto, de cuidarmos de alguns desafios para o próximo biênio que passam, necessariamente, pela melhoria dos índices sociais e por uma aceleração saudável do crescimento sustentável da economia. Para tanto, não seremos indiferentes aos desdobramentos da política monetária, que tão sérios efeitos exerce sobre a economia e os destinos do País.

De desejável mudança – pelo menos na visão do Parlamento – é a tramitação das medidas provisórias. Hoje, as medidas provisórias obstruem a pauta e, invariavelmente, engessam o papel do Congresso Nacional. A experiência das sessões de 2003 e 2004 mostra que a reforma do artigo 62 da Constituição não resolveu o problema da edição excessiva de medidas provisórias.

Temos pela frente outras mudanças da maior relevância. É o caso da reforma tributária. Precisamos resgatá-la. Na proposta elaborada pelos senadores, reduzimos imposto para a cesta básica, para a energia de baixa renda e para os medicamentos. Diminuímos também a carga tributária para bens de capital, para haver mais investimento e progresso tecnológico, reduzindo os encargos sobre a folha de pagamentos, o que gera mais emprego formal na economia. ***O principal objetivo das mudanças deve ser acabar com a guerra fiscal e desonerar a produção, sem prejudicar a arrecadação dos estados.***

Há, ainda, o marco regulatório, o aperfeiçoamento das agências reguladoras, a regulamentação das Parcerias Público-Privadas. Já o projeto de saneamento básico, que deve chegar ao Congresso nas próximas semanas, é um passo importante rumo à universalização dos serviços de água tratada e esgoto.

Desenvolvimento não significa apenas crescimento econômico, significa também justiça distributiva, liberdades políticas, direitos civis, oportunidades e proteção social. Ele inclui acesso à Justiça, a massificação da educação e da saúde. Inclui também acesso ao crédito, aos bens públicos, à propriedade, à posse da terra e à titularidade dos imóveis.

Podemos incluir em nossos trabalhos deste ano, por exemplo, uma reflexão sobre as regiões metropolitanas e as periferias das grandes cidades. É nelas que a pobreza prospera e convive de maneira desumana e acintosa com a contradição arrogante, mas intimidada.

Na lista de prioridades do País, ainda estão a Lei de Biossegurança e a conclusão da reforma do Judiciário. Já conseguimos dar curso à reforma político-partidária. Ela tem o objetivo de fortalecer os partidos, tornar os pleitos mais transparentes e acabar com a infidelidade partidária. Nossa primeira importante aprovação, na semana que passou, foi o projeto que define regras para as parcerias entre municípios, unidades da Federação e União, que atualmente não existem.

Temos, ainda, como desafio, executar uma racionalização do processo orçamentário, cujo modelo está esgotado. Para dar maior transparência e impessoalidade, é necessário envolver o Congresso em todas as fases do Orçamento.

Transformar o Estado em instrumento a serviço do bem coletivo, em alavanca para as transformações e em moderador dos conflitos da sociedade são apenas alguns dos desafios dos sistemas representativos modernos. Nenhuma dessas finalidades, porém, será efetivamente cumprida enquanto os partidos políticos não forem capazes de sintonizar o discurso com a ação, absorvendo as múltiplas aspirações coletivas, demandas reprimidas, acumuladas, mas reconhecendo ao mesmo tempo as inúmeras limitações do Poder Público para realizá-las.

Publicado em 27-2-05.

PELA REFORMA POLÍTICA

O empenho do Congresso Nacional em buscar soluções que aprimorem a democracia e dêem maior racionalidade ao sistema político tem sido constante, permanente e consistente. As demandas da sociedade brasileira nesse sentido não são menos intensas nem menos veementes. Por que, então, tem sido tão difícil materializá-las? A resposta é simples, embora as soluções sejam complexas. E nisto reside o desafio de todo o processo de mudança política. Encará-lo requer paciência, obstinação e persistência. Resolvê-lo exige buscar convergências e encontrar alternativas que possam resultar em consenso.

É preciso reconhecer que não há soluções fáceis nem elas serão produto de geração espontânea. Em primeiro lugar, porque o que convenciamos chamar de reforma política é, na verdade, um conjunto de profundas transformações que implicam mudanças nos sistemas eleitoral, partidário e político. Quando cogitamos mudar o sistema eleitoral, por exemplo, adotando a solução de listas fechadas e bloqueadas – alternativas em discussão – não estamos só alterando o modo dos eleitores votar. Muito mais do que isto, provocamos uma profunda transformação num sistema que, dentro em pouco, completará 200 anos de aplicação quase sem interrupções. Será mais simples para o eleitor? Sem dúvida. Em vez de escolher entre milhares de candidatos, optarão por partidos, que somam pouco mais de duas dezenas.

Esse sistema é uma das mais viáveis alternativas, entre as que estão em discussão no Congresso, por se tratar de **um requisito essencial** para superarmos uma das mais procedentes críticas ao modelo atual: **a necessidade de fortalecimento dos partidos**. É requisito, também, para que se possa adotar o financiamento público

das campanhas, passo para outro avanço indispensável ao aprimoramento do sistema político, diminuir a influência do poder econômico nas eleições. Essa é uma pequena amostra da complexidade de uma reforma tão ampla e tão reclamada pela nossa sociedade. As alterações propostas têm de ser compatibilizadas tendo em vista o avanço que todos pretendemos para a vida pública brasileira.

Essa, porém, não é a única limitação. Os projetos sobre os quais terão de se pronunciar a Câmara e o Senado não devem implicar alteração constitucional, envolvendo apenas matéria disciplinada por lei ordinária, já que o padrão constitucional do sistema eleitoral brasileiro é o proporcional para a escolha dos deputados federais, estaduais e distritais e vereadores.

A mudança do paradigma eleitoral, contudo, não propicia apenas o financiamento público das campanhas, a desejável eliminação da influência do poder econômico nas eleições e o fortalecimento dos partidos. É requisito, também, para outra pretendida alteração, a fidelidade partidária. Esse princípio doutrinário é, por sua própria natureza, mais que ambíguo, é ambivalente, aplica-se tanto aos representantes do povo brasileiro quanto aos partidos. Para exigir fidelidade dos que o integram, eles têm, em contrapartida, de se comprometer com suas propostas programáticas, programas doutrinários e promessas com as quais disputam o voto dos eleitores.

Há outras questões polêmicas que implicam conflito de interesses e convicções, necessárias à vitalidade do processo político que é, por sua própria natureza, contraditório. Refiro-me à questão dos chamados “partidos de aluguel”. O antídoto para o primeiro caso é a chamada cláusula de desempenho, um piso ou umbral de votos que deve ser ultrapassado. Mas essa exigência atinge a todos. Portanto, teremos de considerar algumas alternativas que preservem os chamados “partidos históricos” e eliminem siglas sem expressão política ou ideológica.

Para chegarmos a um consenso, temos de glosar a fórmula política do Presidente Campos Sales, ao afirmar “o que querem os Estados, quer a União”. O que querem os partidos, quer o Congresso. E o que querem o Congresso e os congressistas tem de ser o que querem todos os brasileiros, aprimorar a democracia em nosso País.

Publicado no jornal O Globo em 3-3-05.

EXPLORAÇÃO SEXUAL NUNCA MAIS

Imaginar uma criança ou um adolescente sofrendo exploração sexual é repugnante, de cortar o coração. Isso, na realidade, destrói vidas. Mais hediondo ainda é saber que essa é uma prática disseminada em todo o Brasil, tanto nas grandes cidades como nos pequenos municípios.

Não se pode negar que atinge crianças e adolescentes, meninos e meninas, na sua grande maioria filhos das camadas mais carentes da nossa sociedade. Importante trabalho foi concluído no ano passado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou, durante um ano, as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no País. Os resultados práticos desse extraordinário trabalho começam a surtir efeitos em forma de leis que foram aprovadas para coibir tal prática.

Essa realidade deplorável que envergonha a todos nós, sobretudo chefes de família, também foi apontada em estudo divulgado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, em janeiro deste ano. Segundo o mapa da exploração sexual de crianças e adolescentes levantado pelo órgão, crimes dessa natureza acontecem em 937 cidades brasileiras, das quais 32% localizadas na região Nordeste.

Para nosso alívio, o Senado deu, na última terça-feira, um passo importante no combate a esses crimes bárbaros e às redes de exploração sexual. Num reconhecimento do esforço e da seriedade do trabalho realizado pela CPMI, o Plenário aprovou projetos propostos pela comissão em seu relatório final para reprimir a prática de exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Um deles permitirá que qualquer cidadão apresente denúncia de crime sexual contra crianças e adolescentes, por meio de ação pe-

nal pública. A legislação exige que haja reclamação da vítima. Outra proposta altera o Código Penal para classificar de estupro o abuso sexual cometido contra qualquer pessoa. Esse crime é definido como estupro apenas quando cometido contra mulheres. A CPMI constatou que as vítimas de violência social muitas vezes são meninos, crime que, no Código Penal, é tratado como atentado violento ao pudor. O Senado também aprovou projeto que modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente, fixando **punição para as práticas de fotografar e filmar crianças e adolescentes em cenas pornográficas.**

A partir do primoroso trabalho da Senadora Patrícia Saboya, que presidiu a CPI, e do Senador Demóstenes Torres, o Senado cumpriu seu papel. Nossa expectativa, agora, é que a Câmara dos Deputados vote favoravelmente às propostas numa demonstração de que o Brasil está fazendo a sua parte na repressão a crimes dessa natureza. Quem sabe um dia possamos dizer: exploração sexual, nunca mais!

Publicado em 6-3-05.

UM ACERTO COM O PRESENTE

Há exatos 30 anos, a ONU escolheu o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. Fazia-se justiça com a memória das 129 tecelãs americanas que morreram carbonizadas, durante um protesto, numa fábrica em Nova Iorque, em 1857. Registram historiadores que, pela primeira vez, uma manifestação reuniu trabalhadoras que reivindicavam melhores condições de trabalho.

Desde então, a mulher vem arrebrandando amarras com muito mais determinação e conquistando, condignamente, o seu espaço. No Brasil, elas já representam 41% da população economicamente ativa, embora sofram na pele a política da discriminação salarial. Na educação, elas já representam 57% entre alunas de segundo grau e superior.

No que se refere à participação da mulher nas administrações públicas diretas e indiretas, os números estão aquém do que elas podem representar. Tomemos como exemplo a presença das mulheres no Congresso Nacional. Embora as chapas partidárias para as eleições proporcionais reservem um percentual mínimo de 30% para o sexo feminino, elas conquistaram nas eleições de 2002, 8% das vagas na Câmara dos Deputados e 15% no Senado.

Com a mobilização da sociedade organizada, ações têm sido implementadas no sentido de encurtarmos essas discrepâncias. Quando da minha passagem pelo Ministério da Justiça, reforcei o papel do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que busca a implementação de políticas públicas que eliminem a discriminação de gênero. Um dos principais avanços do Conselho foi a consolidação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, cuja Ministra Nilceia Freire vem fazendo importante trabalho.

Mas é, paradoxalmente, nos avanços que reconhecemos quanto a mulher ainda sofre com o preconceito e com a discriminação. Pesquisa concluída, no último dia 8, pelo DataSenado, nas 27 capitais, com 815 entrevistadas, revelou que um terço delas, ou seja, 33%, admitiram que a violência sexual é a forma mais grave de violência doméstica, seguida da violência física, com 29%. Destas, 17% admitiram ter sofrido algum tipo de violência, sendo que 66% informaram terem sido violentadas pelos próprios companheiros. Segundo a ONU, **25% das brasileiras sofrem com a violência doméstica, mas em apenas 2% dos casos o agressor é penalizado.** O mais absurdo é que em 70% dos casos, quem agride é o marido. Como se vê, muito ainda há que se fazer para acabarmos com essas aberrações.

Publicado em 13-3-05.

DEMOCRACIA, VOCAÇÃO DE UM POVO

O Brasil comemorou, no último dia 15 de março, 20 anos de sua redemocratização. Naquela data, o Congresso Nacional se reuniu para encerrar uma etapa crucial na trajetória política do País. Com a posse do primeiro presidente civil, depois de 1961, superávamos um período de excepcionalidade política, para reencontrar as nossas verdadeiras aspirações: a convivência pacífica, a estabilidade institucional e a busca da prosperidade econômica, com o fortalecimento das instituições democráticas.

Havia sido assim com o fim do Estado Novo, em 1945. Não foi diferente com a Nova República. Ao celebrarmos 1985, não podemos perder de vista que o processo pacífico da transição para a democracia foi produto da perseverança e da confiança do povo que, pelo exercício do voto, inviabilizou a continuidade do regime militar, e pela capacidade das lideranças políticas nacionais de superar diferenças partidárias e ideológicas, para buscar a legitimidade perdida em 1964. A convergência se materializou por meio do documento “Compromisso com a Nação”, subscrito no dia 7 de agosto de 1984, entre o PMDB e a Frente Liberal.

Rememorar estes fatos é uma oportunidade de lembrar que nenhuma conquista política de envergadura e significados transcendentais, como neste caso, se alcança sem sacrifícios, sem obstinação e sem renúncias. O dia 15 de março de 1985, posse do Presidente José Sarney, não existiria sem a esmagadora vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, que se consumou pelo entendimento político entre os contrários.

São fatos que devem se manter vivos na memória coletiva de toda a Nação para que não voltemos a pagar o preço de nossos pró-

prios erros. A não aprovação da emenda das Diretas gerou um sentimento de desencanto, desestímulo e até de desânimo. Mas, num segundo momento, **a frustração converteu-se em esperança e perseverança dos brasileiros.**

A morte inesperada e o martírio da longa e sofrida agonia de Tancredo ungeram a fé de toda a Nação, compungida, solidária e confiante no gigantesco passo sem volta que o Brasil tinha dado, para restaurar a democracia. Foi o Presidente José Sarney o principal protagonista daquele momento. Os percalços, as incertezas, o desconhecido e o inusitado, ele superou com os dotes de seu espírito de homem público. As dificuldades, com as virtudes de cidadão.

Quando tomou posse em 15 de novembro de 1984 o primeiro presidente civil a ocupar a Presidência da República, houve um ato de assunção, mas não de transmissão do poder pela ausência de seu antecessor, como descreve Rodrigo Otávio no livro *Minhas memórias dos outros*. A posse do Presidente Sarney repetiu a de Prudente de Moraes, sem que lhe tirasse a singularidade. Tal como na de Prudente, não foi um detalhe de um ato cerimonial o que marcou a vida pública do Presidente Sarney, mas sim o seu Governo que, como o de Prudente, garantiu a continuidade, a estabilidade e a legitimidade do regime republicano. Esta é a vocação do povo brasileiro.

Publicado em 20-3-05.

O COMÉRCIO E O DESENVOLVIMENTO

O comércio representa fundamental contribuição ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil, seja fazendo a interface entre a indústria e agropecuária e os consumidores, ou participando de forma decisiva no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Para se ter uma idéia da importância do setor, no ano passado, quando o País apresentou um desenvolvimento do PIB da ordem de 5,2% em relação ao ano anterior, a expansão do comércio foi ainda maior, de 7,9%, liderando com folga os diversos subsetores da área de serviços.

Esses resultados refletem na geração de emprego. Segundo o IBGE, entre 1993 e 2003, de cada 100 postos de trabalho abertos no País, 44 foram para o setor. Com isso, o comércio aumentou a sua participação relativa na estrutura ocupacional do País de 12,7% para 17,7% nos últimos dez anos. Em relação às seis principais regiões metropolitanas, nota-se o quanto o volume de empregos nesse setor é significativo.

Em outubro do ano passado, o comércio foi o setor de atividade econômica que registrou maior participação relativa no total das ocupações nas principais regiões metropolitanas brasileiras. Isso corresponde a 19,3% dos ocupados. Com isso, ele já responde por mais empregos nessas regiões do que o setor industrial, no qual estão 17% dos postos de trabalho. No fim do ano passado, o comércio registrava saldo positivo de quase 404 mil novas vagas criadas, significando crescimento de quase 8% em relação ao ano anterior.

Nesse contexto, cabe ao Congresso Nacional incrementar os níveis de segurança jurídico-institucional, simplificando a legislação e criando um ambiente mais propício ao investimento privado. Uma das modifi-

cações primordiais é a apreciação das medidas provisórias. Elas devem ser entendidas como instrumentos de caráter excepcional. Seu uso deve ficar restrito a situações muito especiais. **É inaceitável, por exemplo, a edição de medida provisória para questões tributárias.**

Avançaremos também na discussão e na votação de uma série de proposições que beneficiem o segmento comercial e os pequenos e médios empreendedores. Assim como fizemos com a nova Lei de Falências, priorizaremos a reforma tributária para desonerar a produção, dar maior progressividade ao sistema e simplificar o cumprimento das obrigações fiscais. Para isso, é preciso intensa mobilização da sociedade para que a reforma tributária seja retomada na Câmara.

Outra questão crucial é o combate à pirataria. Esses delitos causam prejuízos de R\$18 bilhões ao País, com redução na arrecadação de R\$3 bilhões e a eliminação de algo em torno de dois milhões de empregos formais. Angustia ainda ao setor produtivo a questão dos juros. É inaceitável que não se estabeleça uma política capaz de garantir coerência entre os esforços do Tesouro Nacional de reduzir o tamanho da dívida pública interna e a calibragem dos juros básicos pelo Banco Central.

Por fim, quero me referir à reforma política, cujos objetivos devem ser, de um lado, garantir que haja maior fidelidade no processo de transformação da vontade do eleitor em mandatos parlamentares e, de outro, fortalecer os partidos. Com essas medidas, avançaremos muito no sentido de dar consistência aos programas partidários e aos programas de governo, o que redundará, evidentemente, em maior previsibilidade das condutas governamentais.

Publicado em 27-3-05.

O CRESCIMENTO ECONÔMICO SEM O FMI

O Brasil decidiu não renovar o acordo de assistência financeira que mantinha desde 1998 com o Fundo Monetário Internacional. Agora, vamos poder provar que temos condições de caminhar com as próprias pernas. Em suma, dispensamos a visita regular do médico, mas temos de continuar atentos à saúde financeira do Brasil. Nosso País e a população brasileira conhecem muito bem o valor da responsabilidade fiscal, depois de um duro aprendizado. O acordo inicial foi assinado para fazer frente a uma grave crise internacional que começou na Ásia, com a ameaça de quebra de vários bancos japoneses. O Brasil estava, então, de calças curtas, por causa da prolongada e nociva paridade cambial do real com o dólar. A partir de 1995, portanto, o Brasil precisou pagar juros cada vez mais altos por empréstimos junto a investidores internacionais.

Parece complicado, mas não é. Como o real valia o mesmo que o dólar, criou-se um enorme déficit em conta corrente no Brasil, ou seja, saía muito mais dinheiro do que entrava. Ficou muito barato importar tudo, desde bebidas e alimentos, até carros de luxo. Para cobrir o déficit, o Governo recorria aos empréstimos externos. Como a relação entre a dívida acumulada e o Produto Interno Bruto do País chegou a um patamar muito alto, cerca de 50% do PIB, os juros sobre esses empréstimos tornaram-se cada vez maiores, porque o Brasil parecia um risco muito grande para quem emprestava.

O acordo com o Fundo Monetário Internacional era, portanto, uma espécie de garantia para quem havia emprestado dinheiro ao Brasil. O Fundo pôs à disposição do Brasil uma linha de crédito, para que honrasse os pagamentos. Em troca, seus técnicos monitora-

vam as contas do Brasil e exigiam metas rígidas de inflação, controle de gastos, saldos e de outros fundamentos econômicos e fiscais. O FMI era um avalista dos credores. Mas o preço a pagar era grande. Os juros altíssimos, somados a arrochos fiscais sucessivos, comprometeram gravemente o nosso crescimento econômico e impediram o chamado investimento público, o dinheiro que o Governo poderia gastar em energia, estradas, ferrovias, portos e saneamento. O resultado: estagnação econômica. O País trabalha – ainda estamos presos nessa armadilha – para pagar juros à banca internacional – e também à banca nacional, porque para conseguir inflação baixa, aumentam as taxas de juros internamente.

O rigor fiscal e os sucessivos superávits na balança comercial permitiram ao Governo andar para frente e não renovar o acordo. Uma decisão técnica, sem qualquer bravata político-ideológica. Fez-se na ponta do lápis da austeridade o que muitos pediam pelo País afora. É preciso agora que trabalheemos para reduzir os juros de maneira firme e decisiva, de modo a garantir o crescimento da economia e a retomada dos investimentos pelas empresas. ***Não há país capaz de crescer com os juros absurdos que nos têm sido impostos.*** A meta de inflação, o grande pretexto, tem de ser de longo prazo e não amarrada ao calendário. O outro empecilho para que a nossa economia deslanche e se modernize, gere empregos, nos leve de vez ao caminho do desenvolvimento, é a carga tributária imposta à sociedade brasileira. Não adianta cobrar mais, porque o resultado é sonegação, ilegalidade, quebra de empresas e desestímulo ao crescimento. As condições estão criadas para reduzir juros e a carga tributária, apesar de algumas nuvens na área internacional, como o enorme déficit em conta corrente dos Estados Unidos. Queremos o Brasil de volta à estrada do desenvolvimento, da distribuição de renda e da justiça social, porque essa é a nossa vocação histórica.

Publicado em 3-4-05.

O LEGADO DE JOÃO PAULO II

O pontificado de João Paulo II chega ao ocaso com pelo menos três marcas indelévels. A do diálogo com outras religiões, a do conservadorismo doutrinário e a do combate ao autoritarismo político fora do Vaticano. Cada uma delas cumpriu seu papel diante das circunstâncias do mundo nos 27 anos em que Karol Wojtyła governou os católicos.

Ao alvorecer de um novo papado, penso que tanto a Igreja quanto o mundo estão preparados para uma atuação mais próxima entre o religioso e o científico e em prol da igualdade social.

Vejamos, por exemplo, as pontes lançadas pelos católicos às igrejas ortodoxas russa e grega, ao judaísmo e ao islamismo. Todas elas se referem exatamente ao mesmo Deus.

Ao abrirem o diálogo – seja pelo pedido de perdão aos judeus, seja pela visita histórica ao patriarca russo –, lançam ao mundo a idéia de que divergências marginais não podem extinguir o entendimento mútuo sobre a substância. Eis aí uma mensagem poderosa.

Também podemos tirar lições da atuação do chefe da Igreja Católica no período de transição por que passaram os países do Leste Europeu, no final da década de 80. Sobretudo nos episódios que envolveram a Polônia natal de Wojtyła. Lá, o Papa apoiou publicamente o metalúrgico Lech Walesa, católico que liderou o *Solidariedad*, primeiro sindicato independente surgido dentro da cortina de ferro.

A partir daquela fresta, outras correntes de ares democráticos entraram na região. É certo que João Paulo II está longe de poder ser considerado protagonista da queda do império soviético e suas brutais contradições. Mas não há dúvida de que seu carisma o tornou um dos mais poderosos coadjuvantes.

Assim, recebendo um legado do que poderíamos chamar de “ambigüidade estratégica”, o novo papa receberá uma Igreja com poder geopolítico consolidado e respeitado. Estão abertas, portanto, as portas para que Sua Santidade, seja quem for, europeu, latino ou africano, aproxime a instituição religiosa das instituições científicas.

O promissor campo da biotecnologia, especialmente as pesquisas com células-tronco, é bom exemplo do que tal união seria capaz. Faço votos para que as autoridades religiosas alterem minimamente sua perspectiva de análise, passando a enxergar vida e manifestação divina onde atualmente só vêem morte e petulância das autoridades científicas.

Ciência e religião, é sempre bom lembrar, buscam sempre a verdade. E a verdade é que dois mil anos de conflito entre elas ajudaram a **criar um mundo** repleto de desigualdade, injustiça, fome e guerras. Torná-lo um lugar equilibrado, **justo e pacífico é um desafio de todos, que a todos deve unir.**

Lembro com algum saudosismo de uma máxima de Dom Hélder Câmara, nosso inesquecível Arcebispo Emérito de Olinda e Recife: “*É preciso um mínimo de conforto para que pratiquemos a virtude*”. Tenho certeza de que a ciência pode propiciar muito desse conforto, curando doenças até então incuráveis, distribuindo esperança e bem-estar às pessoas. Estará, como bem disse Dom Hélder, arando o campo das nossas vidas para a prática da virtude. Restará à Igreja plantar as sementes para que todos colhamos paz e justiça social. Foi nessa direção que caminhou João Paulo II. É nessa direção que rezo para que o novo pontificado vá.

Publicado em 10-4-05.

MENOS ESPETÁCULO CONTRA A SECA

Em meio às boas notícias sobre a balança comercial, o Brasil recebeu uma outra, que é francamente deprimente: a quebra recorde da safra, que trará perdas de 12,5 milhões de toneladas de grãos, devido à estiagem em todo o País. Vai ser a maior quebra de safra da história, com efeitos previsíveis sobre a balança comercial e a inflação. A soja e o milho terão os maiores prejuízos, superiores a R\$6 bilhões.

As previsões da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab – dão conta de que a safra brasileira em 2004/05 será de 119,5 milhões de toneladas de grãos, praticamente o mesmo número da safra anterior, e inferior em quase quatro milhões de toneladas à safra 2002/2003. No Nordeste, as chuvas não atingiram nem mesmo 30% do que se esperava. Só em Pernambuco, 32 municípios decretaram estado de emergência. Em alguns estados, a média pluviométrica tem sido 80% inferior à média histórica. As perdas nas plantações de milho e feijão podem chegar a 40%. Haverá prejuízos adicionais aos agricultores, que já sofrem com taxas de juros sufocantes.

É claro que as perdas nos estados do Sul preocupam, mas a seca no Nordeste é um desafio que remonta ao século XVII, nos tempos do Brasil Colônia. No século XIX, o transporte de gêneros para as áreas mais atingidas obrigava à formação de caravanas de até 10 quilômetros de comprimento, com cada homem carregando nas costas até 80 quilos de farinha, conforme descreve Irineu Joffily, num estudo sobre a grande seca de 1877/79, na Paraíba. Além dos sacos de farinha, eram obrigados a levar armas, para resistir aos ataques de hordas de sertanejos famintos e de cangaceiros.

Como já tive oportunidade de mencionar em discursos no Senado Federal, um dos principais fatores para a persistência da seca é a descontinuidade de políticas para o Sertão e para o Semi-Árido. Tal fenômeno aflige mais de 10 milhões de brasileiros. E a transposição das águas do São Francisco não será solução, apenas um desperdício monumental de dinheiro e o risco de comprometimento irreversível de dois terços dos recursos hídricos da região.

As soluções são mais simples, menos espetaculares e faraônicas. É preciso uma política racional e continuada de armazenagem de águas, adaptação da economia para as condições regionais, otimização do uso de outras bacias, reforma agrária séria e eficaz, distribuição de renda, preservação dos afluentes, implantação de adutoras, enfim, soluções mais certeiras e racionais. **O Velho Chico precisa não de transposição, mas de saneamento e de proteção ambiental.** Se o Estado brasileiro não enfrentar o problema de forma adequada, as estiagens seguirão secando a economia nacional e atrasando nosso desenvolvimento.

Publicado em 17-4-05.

PARALISIA LEGISLATIVA

Na última semana, a sociedade pôde acompanhar pelas imagens da televisão a montanha de projetos prontos para serem votados pelo Senado Federal e não os eram porque a pauta estava represada por medidas provisórias. A imagem impressionou, no entanto, ela assusta mais pela probabilidade de sua repetição. Mais de cem quilos de documentos, entre projetos de lei, requerimentos, propostas de emendas constitucionais e votação de autoridades, estão organizados e empilhados, esperando a liberação da pauta de votações. A mesma realidade asfixiante existe na Câmara dos Deputados. Em um esforço concentrado, que uniu oposição e Governo, o Senado praticamente limpou sua agenda na última terça-feira, 19. Uma clara demonstração de responsabilidade e dever cívico dos senadores.

A imagem de propostas prontas para votar era, naquele momento, o retrato visível de que o Poder Legislativo está sendo impedido de legislar pelo uso desmedido das medidas provisórias. O Congresso, gradualmente, está sendo substituído em seu papel constitucional pelo Poder Executivo. Vive, por isso, incômodos e inadmissíveis surtos de abstinência legislativa. Chegamos ao limite do suportável. É hora de corrigirmos essa deformação e mudar o ritual de tramitação das medidas provisórias. Até lá, poderemos repetir mutirões, como o da última terça-feira, 16, com votações até altas horas e em finais de semana, para que o Senado desafogue sua pauta. **Mas o País não pode mais agüentar esta "paralisia" forçada do Legislativo, provocada pelas medidas provisórias.** É chegado o momento de o Governo Federal ser mais parcimonioso no uso delas.

Para isto, com a concordância unânime das lideranças partidárias, estamos concluindo o trabalho de uma comissão mista especial que está reestudando o rito das MP. A idéia é apresentar, até o dia 28 deste mês, um conjunto de mudanças constitucionais e outras medidas para restituir ao Legislativo o direito de legislar. Se não for possível mudar imediatamente a Constituição para resolver o problema, o Senado e a Câmara podem adotar critérios de avaliação da urgência e da relevância das medidas provisórias, retirando-lhes a eficácia e forçando sua tramitação como projetos de lei. Outra alteração oportuna, embora controversa, é a proibição de baixá-las para aumentar contribuições e impostos. Além disso, se vedarmos também as que objetivem alterar contratos vigentes, estaremos dando mais segurança jurídica ao País, o que certamente atrai investidores e fomenta a economia.

As medidas provisórias foram criadas para dar condições de o Poder Executivo reagir às situações inesperadas e emergenciais. Sem um instrumento ágil, as respostas podem demorar tanto que, ao serem tomadas, já estejam totalmente inócuas. A essência das medidas provisórias é conferir ao Governo meios instantâneos de ação quando o assunto for relevante. O Executivo deveria fortalecer esse caráter da excepcionalidade, jamais banalizá-lo como vem sendo feito nos últimos anos, em todos os governos.

Nas últimas décadas, o Executivo vem desprezando os dois pressupostos imprescindíveis para editar MP – a urgência e a relevância. Em muitos casos, urgência virou conveniência e relevância converteu-se em imprevidência. Os números são impressionantes e irrefutáveis: das 23 sessões marcadas para deliberação só este ano – já estamos no final de abril –, nada menos do que 14 sessões não foram realizadas em virtude da pauta estar trancada por alguma medida provisória. É algo totalmente inadmissível e não podemos nos acomodar com essas estatísticas. Mudemos logo, antes que esta paralisia se transforme em atrofia do Poder Legislativo.

Publicado em 24-4-05.

NOVO FÔLEGO PARA AS CIDADES

O bem-estar dos brasileiros, a qualidade de vida e os índices que medem o desenvolvimento humano devem começar nas cidades, nas escolas, no atendimento médico, no saneamento básico, no asfaltamento das ruas, no transporte público e na habitação. Por isso, é preciso que as prefeituras sejam viáveis e administrativamente saudáveis, e tenham recursos para investir. Atualmente, mais de três mil municípios brasileiros estão inviabilizados porque não conseguem arcar com sua parte da contribuição previdenciária, ficam devedores do INSS e são excluídos dos repasses de recursos públicos, sejam estaduais ou federais.

É dever do Poder Público se debruçar sobre o problema e resolvê-lo. Estive pessoalmente com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para falar-lhe a respeito. Obtive dele a informação de que a solução virá. Em breve, o Governo anunciará o lançamento de um programa para refinar as dívidas previdenciárias dos municípios brasileiros, que somam algo como R\$10 bilhões, se incluirmos os órgãos da administração indireta municipais. Tais débitos acumulam-se desde 2001, quando acabou o prazo de socorro federal às prefeituras – aberto em 1998. O conjunto de municípios beneficiados representa mais da metade do total das cidades brasileiras. Os detalhes do programa estão sendo discutidos internamente nas várias instâncias ministeriais envolvidas. Mas já é possível defender algumas idéias.

O prazo de refinanciamento da dívida acumulada para cada prefeitura, por exemplo, precisa ser estendido. Os atuais 60 meses, concedidos pelo INSS para qualquer contribuinte devedor, deveriam evoluir para pelo menos 240 meses no caso dos municípios, o

que certamente daria mais fôlego às prefeituras. Também precisamos abandonar a taxa Selic como indexador dos contratos. A Selic é essa mesma que atualmente anda em 19,50% ao ano e que provoca controvérsias calorosas a cada reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central. Muito melhor para reger contratos longos, como é o caso, é a Taxa de Juros de Longo Prazo, a TJLP, que está em 9,75% anuais. Assim, trocaríamos o encargo mais caro disponível no mercado pelo mais barato.

Outra mudança bastante positiva seria a limitação das parcelas do pagamento ao INSS. Hoje, a parcela é definida pelo tamanho da dívida. Se uma é muito grande, a outra também é. E pode comprometer toda a soma mensal a que a prefeitura tem direito no repasse do Fundo de Participação dos Municípios. Precisamos criar um teto para o tamanho da parcela da dívida refinanciada, de forma que o prefeito pague uma parte do que deve ao INSS, mas ainda sobre algum recurso do FPM para ele atender às demandas de seus municípios. ***Chegou a hora de lançarmos a ponte de salvação aos nossos prefeitos. Não é um privilégio. É uma questão de justiça e de sabedoria.***

Publicado em 1^o-5-05.

PACIÊNCIA ESTRATÉGICA

Quando foi sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, indicado para assumir a embaixada brasileira em Buenos Aires, o experiente Diplomata José Botafogo Gonçalves explicou que o Brasil precisaria exercer, em relação ao parceiro, uma política de “paciência estratégica”. A crise aberta nos últimos dias pelas críticas do Presidente Néstor Kirchner ao Brasil demonstra como foi preciso em sua análise nosso ex-embaixador.

As relações entre Brasil e Argentina estão no pior patamar desde que os Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, na segunda metade dos anos 80, elaboraram, com zelo e preocupação histórica de estadistas, o projeto do Mercosul. A secular rivalidade regional, eivada de desconfianças, impedia um projeto de futuro comum, necessário para o cenário formado na política mundial.

O Governo Carlos Menem tomou decisões que levaram a indústria do país vizinho, particularmente o setor automobilístico, o têxtil, os da chamada “linha branca” (geladeiras e eletrodomésticos) e o de calçados, a uma situação de sucateamento. A dívida externa assumiu proporções que poderiam ter levado o país ao desastre, não fosse a forma audaciosa com que Néstor Kirchner a renegociou, no limiar do abismo, mas com resultados favoráveis. O atual presidente argentino, tão eficiente em gerir a crise que herdou, tem adotado, no entanto, uma estratégia perigosa. Para acalmar os industriais argentinos, tem apontado o Brasil como a causa de todos os seus males e ameaçado com retaliações comerciais e políticas. ***Acusa os brasileiros de “protecionistas”, “ambiciosos” e de tentar impor a liderança regional de forma açodada.***

Em 2004, impôs restrições à compra de geladeiras e artigos da linha branca produzidos no Brasil. Acusou o Governo brasileiro de, sem consultas aos parceiros regionais, buscar todos os cargos possíveis em organismos internacionais estratégicos. O auge dos ataques de Kirchner coincide com o fato de que a balança comercial entre os dois países favoreceu novamente ao Brasil, em 2004. A União Industrial Argentina exige compensações no comércio bilateral com o Brasil. A Secretária de Estado norte-americana, Condoleeza Rice, em sua viagem à América do Sul, incluiu no roteiro apenas Brasil, Colômbia e Chile, deixando a Argentina de fora. Queixa-se também o presidente argentino de que o Brasil toma decisões no âmbito regional sem “consultas” ao seu Governo, como no caso da crise do Equador.

É preciso equilíbrio, tanto da parte da diplomacia argentina como do próprio Governo brasileiro, que, mais do que nunca, deve recorrer à “paciência estratégica” de que falava Botafogo Gonçalves. Impera, neste momento, a necessidade de colocarmos, cá e lá, o espírito do Estado à frente dos interesses mais imediatos dos indivíduos e de seus governos.

É fácil fazê-lo. A Petrobras, por exemplo, investiu US\$1,2 bilhão no país vizinho exatamente quando ele atravessava sua pior crise de credibilidade internacional. E o BNDES prepara a abertura de uma linha de crédito de US\$1 bilhão para os exportadores argentinos – principalmente para aqueles que vendem ao Brasil.

Os setores mais esclarecidos da Argentina precisam demonstrar ao seu governo que impor barreiras protecionistas contra produtos brasileiros, “fechar” novamente a própria economia, será um retrocesso. Não só em relação ao belo projeto do Mercosul, mas para o seu próprio país. Um tiro no próprio pé.

Publicado em 8-5-05.

O MÉDICO E O MONSTRO

Lentamente, como convém a boa parte das aberrações surgidas na esfera pública, o instituto da medida provisória transformou-se num caso especialíssimo. Sua intenção é nobre, procura dar ao Poder Executivo a presteza necessária para dirimir crises. Mas, no Brasil, os chefes de governo acabaram transformando tal pressuposto numa forma de legislar por sobre o Congresso Nacional. Em outras palavras, uma forma de ignorar a soberania popular em prol de seus próprios interesses. É como o imortalizado romance *O Médico e o Monstro*, de Robert L. Stevenson, em que uma poção transformava o bom e amável doutor Jekyll no medonho e traiçoeiro Mr. Hyde.

No Senado, de 23 sessões marcadas, 14 não foram realizadas em virtude de a pauta estar trancada por alguma medida provisória.

Não se pode culpar explicitamente este ou aquele governo de ter tomado a poção. Porque a aberração se incorporou de soslaio à cultura política dos presidentes desde a redemocratização. Neste momento, atingimos o ápice do processo. Ele não tem mais para onde crescer, pois **gerou uma absurda “abstinência legislativa” no Poder incumbido de legislar, que é o Parlamento.**

Em contra-ataque, o Congresso Nacional criou uma comissão mista de senadores e deputados incumbida de propor mudanças no rito das medidas provisórias, que tenho reunido regularmente e que deve votar seu relatório final agora em maio. Várias soluções estão em debate. Um dos pontos sobre os quais não abriremos mão é o de analisar e, se for o caso, rejeitar as medidas provisórias que não se enquadrarem no critério constitucional da urgência e relevância.

Nas últimas décadas, o Executivo vem desprezando tais pressupostos. Em muitos casos, a urgência virou conveniência e a relevância converteu-se em imprevidência. Os números são impressionantes e irrefutáveis: no Senado, das 23 sessões marcadas para deliberação neste ano, nada menos do que 14 sessões não foram realizadas em virtude de a pauta estar trancada por alguma medida provisória. Isto é inadmissível.

Um dos pontos cruciais diz respeito aos temas de que devem tratar as medidas provisórias, muitos deles já vedados pela atual Constituição. Sobre questões tributárias e fiscais, por exemplo, o desejável é que não se permita a edição. O restante deveria ser tratado de forma ordinária, por meio de projetos de lei, a não ser em caso de crise emergencial, em que o Parlamento certamente terá a sensibilidade de dar prioridade a medidas urgentes.

Nos últimos tempos, grassa na relação do Executivo com o Legislativo algo que os assessores parlamentares apelidaram de “contrabando”. São artigos perdidos no meio das MP, tratando de assuntos completamente diferentes daquele descrito no *caput*. Faríamos um avanço considerável se escrevêssemos textualmente nas regras que tratam de medidas provisórias que isso, definitivamente, não pode acontecer.

Outra proibição que deverá ser expressa é a de modificar contratos por medidas provisórias. A simples possibilidade de que isso ocorra gera insegurança jurídica. Sua negativa, por outro lado, já é praxe nas nações mais desenvolvidas. Sem a estabilidade das leis não há investimentos, não há garantia de crescimento econômico nem de justiça social.

O Congresso deve ser sempre o termômetro que mede a tendência das vontades do País. Por isso, às vezes, o debate e a análise dos projetos de lei e das propostas de emenda à Constituição não ocorrem com a celeridade que se espera. Mas não é por isso que o devemos solapar. Já que o monstro foi criado, surge a necessidade de o Congresso se livrar dele. Os parlamentares o farão com o máximo de cuidado, pois é preciso extirpar Mr. Hyde, mas manter vivo o bom espírito que o preenche. O certo é que os governos não podem mais legislar.

O grande pensador, que é Giovanni Sartori, cujas notáveis contribuições à arte e à ciência da política tornaram-no um dos mestres de nossa era, escreveu que o maior desafio do poder é resistir à tentação de “governar legislando”. E, o dos Parlamentos, superar o vezo de “legislar governando”. Os fundamentos de sua advertência são quase tão antigos quanto os próprios parlamentos. Portanto, o Congresso Nacional deve resistir à tentação de “legislar governando” – e lembro ao Executivo a necessidade de não “governar legislando”.

Publicado no jornal Folha de S.Paulo em 10-5-05.

PASSO DECISIVO PARA O DESARMAMENTO

A proposta de realização de um referendo em outubro próximo, para que os brasileiros decidam se querem a proibição total do comércio de armas de fogo no Brasil, deu um importantíssimo passo na Câmara dos Deputados. Está perto da aprovação definitiva. Passou quase que por unanimidade (houve um único voto contrário) na Comissão de Constituição e Justiça. Falta apenas a aprovação pelo Plenário daquela Casa. Em tempestivo reexame da questão, os deputados desistiram de mudar a data marcada para a votação – o primeiro domingo de outubro – de forma que o brasileiro poderá dizer um “não” definitivo à violência em pouco tempo.

Enquanto o dia não chega, tomamos conhecimento de novas informações e estatísticas que só comprovam o malefício da banalização das armas de fogo e reforçam a mensagem contrária do desarmamento da população.

A Unesco, organização da ONU para a educação, ciência e cultura, divulgou estudo informando que, de cada 100 mil mortes no Brasil, 19,54 delas são causadas por armas de fogo. Nosso País é o segundo pior classificado; perde apenas para a Venezuela. Está abaixo de países como Colômbia e Israel, que estão em guerra.

O mais chocante, no entanto, são os dados preliminares da Unesco sobre o uso de armas de fogo nas escolas. **Cerca de 12% dos estudantes brasileiros já viram armas na escola, em poder de outros jovens.** E 1% deles admite que já entrou na escola portando revólveres e pistolas verdadeiras. Não nos deixemos enganar por este número, aparentemente pequeno, pois ele representa um total de 19.686 estudantes.

Segundo os pesquisadores da Unesco, a arma de fogo é um objeto de desejo dos jovens pobres porque é um símbolo de virilidade, garante poder sobre os colegas, é um instrumento de intimidação, de auto-afirmação e de autodefesa.

Por outro lado, temos os primeiros indícios do quanto o desarmamento pode melhorar a vida do nosso País. A Secretaria Nacional de Vigilância em Saúde, subordinada ao Ministério da Saúde, realizou um levantamento e registrou uma sensível redução dos casos de internação hospitalar relacionados a armas de fogo. Nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, desde o início da campanha, houve uma queda de respectivamente 7% e 10,5% nos registros de pacientes entrando no hospital com ferimentos à bala.

A decisão sobre o desarmamento é controversa. Por isso, o referendo é tão importante. Ele transfere essa decisão para a sociedade, que felizmente ganha a cada dia mais informações sobre o assunto e pode fortalecer sua crença no desarmamento.

Aqueles que defendem o uso de armas, provavelmente não conhecem as estatísticas. Quase 80% das pessoas que, armadas, reagem a assaltos, por exemplo, são feridas, porque o cidadão não sabe atirar. Além do mais, ele é surpreendido. O bandido, quando percebe que o cidadão está armado, não dá as costas, prefere atirar, matar.

A aprovação do plebiscito para outubro próximo não é uma bandeira de qualquer partido e nem do Governo: é uma proposta da sociedade, em favor da sociedade, para preservar vidas. Principalmente dos nossos jovens.

Publicado em 15-5-05.

TEMPOS DE GLÓRIA

Lembro com algum saudosismo daquele 15 de março de 1985. Deputado estadual, militava na vida pública enfileirado no Movimento Democrático Brasileiro. Era, lá na planície, soldado do exército liderado por Ulysses e Tancredo, aqui no Planalto. Naquele 15 de março, vencemos o autoritarismo com requinte, diálogo, paciência e perspicácia. Naquele dia, empossamos o primeiro presidente civil após 24 anos de coação à base de armas. Reencontramos nossas verdadeiras aspirações como sociedade: convivência pacífica, estabilidade institucional e busca livre da prosperidade econômica.

Hoje, já experimentado na luta e alçado, com muita honra, à chefia do Poder Legislativo brasileiro, vejo ainda deslumbrado a maravilhosa engenharia social feita pelo nosso País para reconquistar a liberdade política. Saímos da escuridão militarista a caminho da aurora democrática de forma ordenada e pacífica. Concebo tal maravilha como produto da perseverança do nosso povo, que inviabilizou a continuidade do antigo regime exercendo obstinadamente seu então limitado direito de voto.

Esse movimento natural da sociedade brasileira forjou líderes à altura de sua complexidade. No PMDB, o inesquecível Ulysses Guimarães cristalizou o apostolado do diálogo e da moderação. Ao seu lado, Tancredo Neves, inigualável construtor de convergência, cimentava a esperança popular, construindo uma alternativa sólida de poder dentro do colégio eleitoral, mesmo após o fracasso da campanha “Diretas Já”.

A sintonia com o clamor das ruas, àquela altura, já transbordara da Oposição. Parte dos líderes civis aliados dos militares construía a

Frente Liberal e materializava a união pela democracia no documento “Compromisso com a Nação”, em 1984. São protagonistas indelévels desse movimento os meus colegas Senadores Marco Maciel e Jorge Bornhausen.

O primeiro grande teste da nossa nova democracia veio tragicamente ainda na manjedoura. Passaram-se vinte anos desde então e é possível que o tempo tenha apagado parte das circunstâncias. Mas a doença e depois a morte do Presidente Tancredo Neves punha em risco a liberdade recém-conquistada. O destino tratou de resolver o problema ao ter conspirado para José Sarney assumir o poder como Vice-Presidente eleito no colégio eleitoral.

Naquele momento decisivo – e essa é a marca dos grandes homens públicos –, Sarney ergueu a parte mais ilustre de sua magnífica biografia. Conduziu o País para longe do risco institucional e do autoritarismo, chefiando o Poder Executivo com habilidade quase transcendental. Mostrou-se um articulador digno das melhores tradições republicanas. Fez-se um administrador ponderado e, acima de tudo, um democrata fervoroso.

Nesta nova fase pós-autoritária, nossa democracia chega aos 20 anos com o vigor típico da juventude. Mas também com a experiência e as cicatrizes de quem passou por muitos testes e algumas privações. Com todas as virtudes e defeitos, reúne em si mesma o frescor da liberdade e os princípios de justiça que norteiam o Estado Democrático onde quer que ele esteja. Evoluímos, pois.

Entrando no que bem poderíamos chamar de “adolescência democrática”, devemos erguer as bases de um bom futuro para o nosso País. Precisamos aperfeiçoar nossas instituições – por intermédio da reforma política, ora em discussão no Congresso Nacional – para **tornar a democracia brasileira um ambiente propício ao desenvolvimento**, em que as oportunidades da fortuna e da justiça se distribuam igualmente entre cada um de nós, brasileiros.

Publicado no Jornal do Brasil em 20-5-05.

BRASIL SEM ARMAS

Esta semana instalei, na Presidência do Senado Federal, a Frente Parlamentar Brasil Sem Armas, uma espécie de comissão suprapartidária que vai começar a promover uma ampla mobilização nacional pelo desarmamento e em favor da aprovação do projeto de decreto legislativo que regulamenta a realização do referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição no Brasil.

A cerimônia foi apenas o primeiro passo de uma longa caminhada que ainda teremos de percorrer. O comitê suprapartidário nasce aqui, mas irá, tenho absoluta certeza, se enraizar por toda a sociedade. A partir de agora, buscaremos a implantação de comitês nos estados e nos municípios. Além da esfera política, vamos procurar o engajamento dos artistas, das mulheres, dos movimentos sindicais, patronais e sociais, enfim, da sociedade organizada. Alguns segmentos já nos procuraram e se solidarizam com essa bandeira. É o caso do MST, que esteve em Brasília e, voluntariamente, apoiou a iniciativa do desarmamento.

Somente um movimento orgânico, ecoando por todos os canais da sociedade, irá fazer frente ao inescrupuloso “*lobby da bala*”, tão bem estruturado nos corredores do Congresso. Precisamos repetir à sociedade, a todo instante em que se ouve cada estampido, que pouquíssimos lucram com este comércio da violência e que milhares de pessoas sofrem por perdas irreparáveis, a cada ano.

O País, mesmo com tantos contratempos, está evoluindo, avançando. Poucas pessoas atentaram para o valor histórico do que estamos fazendo nesse projeto de desarmamento. Mais do que a ousadia de enfrentar uma indústria poderosa, é a primeira vez que vamos ou-

vir a população sobre um tema que a afeta diretamente. Houve, é verdade, o plebiscito sobre sistema de governo, mas é a primeira vez que usaremos um referendo para a sociedade confirmar ou não um projeto aprovado pelo Congresso Nacional. Temos, cada vez mais, de recorrer a esse expediente. **O instrumento de consulta popular é um avanço da democracia representativa**, uma maneira direta de o brasileiro participar do debate sobre os grandes temas nacionais.

Não estamos vendendo nenhuma ilusão. Nesses quase três anos em que o Estatuto do Desarmamento tramitou no Congresso, deixamos claro: a iniciativa não elimina a violência, que tem outras causas endêmicas, econômicas e sociais. Mas muda radicalmente a cultura da violência, ao prever o banimento da comercialização das armas e munições em todo o território nacional. Em outras palavras, usando a linguagem mais popular, com o duplo sentido, a arma não é uma coisa legal. Por isto, vamos sim acabar com o crime fútil, sem causa, derivado apenas da banalização das armas. Dados recentes revelados pela *Folha de S.Paulo* mostram que, somente em São Paulo, 60% dos crimes com armas envolviam pessoas sem antecedentes criminais. Um dado recente do Ministério da Saúde aponta uma queda considerável no atendimento de baleados na rede SUS desde que começou a campanha do desarmamento.

Todos esses dados se somam aos números já conhecidos e nos permitem entrar nessa briga de cabeça erguida. Estaremos fazendo o que a sociedade quer. E o Congresso tem de fazer o que a sociedade exige. Vamos fazer, sem medo de cara feia de ninguém.

Publicado em 22-5-05.

UMA AGENDA PARA SAIR DA CRISE

Vivemos um tempo em que patinamos inexplicavelmente de crise em crise, sem que tenhamos uma agenda de desenvolvimento para o País. Embora seja bastante incômoda, essa circunstância é plenamente superável. Basta que deixemos de lado os excessos e destemperos e nos concentremos num grupo de ações e projetos capazes de melhorar o ambiente político, econômico e, conseqüentemente, social do Brasil.

Há uma proposta concreta para esta nova agenda. Ela começa com alguns tópicos que já estão com a discussão relativamente madura, como as reformas política e tributária, e prossegue com outros nos quais o Parlamento está concentrado, como os projetos de mudança nas regras das medidas provisórias, do Orçamento Geral da União e do Regimento Interno. Finalmente, essa agenda embarca uma proposta ambiciosa de desburocratização do Brasil, idéia que conta com minha especial atenção.

Todas essas matérias são capazes de dar mais simplicidade e transparência às nossas instituições. A reforma tributária desembaraça o cipoal de impostos que amarra nossa economia. A reforma política aperfeiçoará o sistema político, dando-lhe mais racionalidade e consistência, de forma que as eleições ganharão o mínimo de previsibilidade e justiça.

As mudanças em curso nas regras de trâmite das medidas provisórias trarão imensos ganhos para o País. O Governo, por exemplo, será proibido de mudar contratos via MP. O ideal seria que também vedássemos as questões tributárias por este instrumento. Além disso, vamos resolver a trava que as MPs atualmente impõem à pauta de

votações da Câmara e do Senado, fazendo com que o Congresso Nacional vote as questões de forma açodada e acabe produzindo leis mal-acabadas.

O processo de elaboração do Orçamento Geral da União passará por um enxugamento. Ficará mais fácil e justo, além de previsível – pois ao menos uma parte dele, a que trata das emendas individuais dos parlamentares, se tornará obrigatória. Acabaremos, portanto, o jogo de execução orçamentária, que tanto mal traz ao nosso País.

Na próxima semana, receberemos o relatório final de um grupo de especialistas incumbido de levantar todos os nós burocráticos do Brasil. A partir dele, instalaremos um grupo de trabalho de senadores para elaborar um grande projeto para desatar cada um desses nós.

O plano de desburocratização porá o Brasil, pelo menos a relação do Governo com os cidadãos, definitivamente na era da informação. É inadmissível que, no tempo dos computadores, o ato simples de abrir uma empresa requeira mais de 60 diferentes procedimentos e consuma, em média, 180 dias, ou que um brasileiro tenha vários números diferentes para seu registro civil, legal, previdenciário ou para se habilitar a dirigir. Reuniremos tudo num único número de registro, e essa é a primeira notícia que podemos dar sobre o plano de desburocratização.

O tempo é difícil. Acabamos de instalar uma CPI para investigar o caso de corrupção nos Correios. Mas lembro que já atravessamos turbilhões piores e o País caminhou. Enfim, temos **uma agenda**, que não é de governo, mas de todos nós, e ela **deve prevalecer para que caminhemos rumo ao desenvolvimento do Brasil.**

Publicado em 29-5-05.

UMA PROPOSTA PARA O CRESCIMENTO

O Brasil vem patinando, nos últimos anos, em sucessivas crises políticas. Por conta desse quadro, acabamos perdendo o foco, perdendo a agenda e ficamos sem um projeto claro de desenvolvimento. Nesse contexto, estamos propondo uma agenda de crescimento, que nos permita trilhar um caminho mais produtivo e focado no desenvolvimento. O que me deixou bastante otimista é que nossa proposta recebeu sinal verde do Presidente Lula, com quem conversei recentemente.

Essa proposta tem por objetivo dar maior racionalidade as nossas instituições, trazer mais estabilidade e previsibilidade à política e à economia, ou seja, criar um ambiente ideal para se fazer negócios, gerar trabalho e renda, garantir o equilíbrio das contas públicas e impulsionar o desenvolvimento, de forma que as chances de prosperidade se distribuam igualmente na sociedade brasileira.

A Agenda de Crescimento envolve a ordem constitucional, a ordem econômica e a ordem social do País. Começa pela redução da insegurança jurídica. As medidas provisórias não devem elevar tributos, nem alterar contratos. E os marcos regulatórios precisam ter um avanço significativo. Só assim será possível criar um ambiente propício ao investimento.

Como avançar nessas questões sem a reforma política, único caminho para o fortalecimento de nossos partidos, e a conclusão da reforma do Judiciário, essencial para garantir maior agilidade à Justiça? Assim, avançaríamos para outro desafio, que é a desburocratização. O Senado criará, nos próximos dias, uma Comissão Especial para apresentar propostas concretas nessa área.

Outro ponto da Agenda de Crescimento, envolvendo a ordem institucional, **é um choque de gestão, que marque com**

absoluta transparência a gestão de contratos e licitações. Denúncias de corrupção devem ter respostas rápidas e precisas.

Na ordem econômica, faz-se urgente a diminuição da carga tributária, hoje na ordem de 36%, e a redução da taxa de juros, que acaba desestimulando o investimento, aumentando a dívida pública no longo prazo.

A correção das dívidas de estados e municípios evitaria o risco de se inviabilizar o pacto federativo. É a preocupação com o pacto federativo, também, que norteia outro ponto da Agenda: a distribuição gradual, de 10% por ano, das contribuições sociais a estados e municípios.

O combate à informalidade exige um tratamento diferenciado para pequenos negócios, com a implementação do Supersimples e da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas. Importante, ainda, é estabelecer o marco regulatório do setor de saneamento que compatibilize interesses de estados e municípios, de capital público e privado, acabando com essa incômoda dívida social.

Outro ponto da Agenda, na ordem econômica, é a proposta de um impulso decisivo ao desenvolvimento regional. Já estamos criando no Senado Federal uma Comissão Permanente que vai discutir, inclusive, a regionalização do crédito e incentivos fiscais às regiões mais pobres.

Fundamental ainda é que a desoneração da cesta básica abra a ordem social da agenda de crescimento. A desoneração dos produtos do pagamento do ICMS permitirá um aumento no poder de compra dos menores salários em mais de 20%.

Os serviços industriais de utilidade pública para as classes de menor renda também precisam ser desonerados. E as áreas sob risco social têm de ser mapeadas para que os recursos públicos sejam melhor direcionados.

Por fim, propomos um regime previdenciário especial para os informais, de modo a elevar as receitas previdenciárias e assegurar renda para quem hoje não está contemplado pela Previdência Social. A redução do Imposto de Renda de quem contrata serviço de empregados domésticos certamente seria um estímulo significativo para reduzir a informalidade no setor.

Publicado em 5-6-05.

MENOS BUROCRACIA, MAIS EMPREGO

Não é possível admitir que, em plena era da informatização, o simples ato de abrir uma empresa no Brasil exija mais de 60 procedimentos diferentes e consuma por volta de 180 dias – três vezes a média mundial. Nem dá para aceitar que 5% do nosso PIB seja desperdiçado, a cada ano, em razão de entraves burocráticos. Dados da Câmara Brasileira de Construção indicam que os custos da construção civil são elevados entre 280% e 425% em função da burocracia. E o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA, aponta um prejuízo de 16% nas nossas vendas externas por causa da burocracia, que também consome até 6% do lucro de nossas empresas.

São só alguns exemplos que ilustram um triste recorde. **O Brasil**, segundo estudos do Banco Mundial, **é um dos países mais burocratizados do mundo**. Um nó que dificulta o dia-a-dia dos cidadãos, que entrava a relação das empresas com o Estado e inibe o nosso crescimento econômico.

No caso das micro e pequenas empresas, as conseqüências são cruéis. Somada ao peso da carga tributária, a burocracia é responsável pelo fechamento prematuro de 60% desses empreendimentos. Eles nascem e morrem em menos de três anos, sem fôlego para competir com as grandes empresas ou com o mercado informal. Um mercado já estimado em 12 milhões de pequenos negócios, e que cresce a cada dia, como forma de driblar a cobrança pesada de impostos e a burocracia.

O prejuízo recai não apenas sobre os micro e pequenos empresários, mas sobre o Brasil inteiro. É só conferir os números do Sebrae: as micro e pequenas empresas representam hoje cerca de 98%

das empresas nacionais, geram 60% dos empregos formais, 90% dos novos postos de trabalho e 23% do PIB nacional. Uma força inquestionável. As micro e pequenas empresas têm papel decisivo na interiorização do desenvolvimento, na melhor distribuição de renda e na inclusão social.

Motivos de sobra para que não apenas os empresários, mas toda a classe política e toda a sociedade entrem na briga para preservar a saúde financeira e a competitividade dessas empresas. Uma briga que inclui a aprovação, com a máxima urgência, da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, fundamental para definir e regulamentar um tratamento jurídico diferenciado para o setor.

Mas para acabar de vez com a burocracia é preciso ir mais além. Por isso mesmo, tratamos de criar uma Comissão Especial, que vai ser instalada dentro de poucos dias, para levantar os principais empecilhos burocráticos que dificultam a vida dos cidadãos e das empresas. Uma iniciativa articulada com os segmentos empresariais, com ministérios e órgãos federais, estaduais e municipais, Poderes Legislativo e Judiciário e sociedade.

Caberá a essa Comissão Especial apontar medidas como a simplificação das leis e regulamentos para a abertura de empresas, a implantação e centralização de um cadastro único para pessoas jurídicas e a desoneração tributária para pequenos e médios empreendedores. A instituição de faixas graduais de tributação, convém lembrar, permitiria a adaptação das empresas, na medida certa em que seus negócios fossem crescendo.

O resultado vai beneficiar não apenas as micro e pequenas empresas, vai beneficiar cada cidadão, vai gerar emprego e renda, ampliar a base de arrecadação fiscal, impulsionar o desenvolvimento econômico sustentável e a justiça social.

Publicado em 12-6-05.

A MÃE DAS REFORMAS

A saraivada de denúncias que têm abalado a credibilidade de nossas instituições e gerado uma das maiores crises políticas dos últimos tempos provocou pelo menos uma reação positiva: aumentou a disposição de todos, incluindo Oposição, Governo e a própria sociedade de retomar a reforma política. Aliás, este foi um dos meus primeiros compromissos quando assumi a Presidência do Senado. Na ocasião, afirmei – gostaria de lembrar – que “... *A nossa obrigação é jogar essa caixa-preta – preta na forma como funciona a operação política hoje – no lixo da História. É nosso dever construir uma nova caixa, que não seja apenas aberta, mas também transparente. Que não seja apenas lógica, mas legítima, representativa, igualitária, verdadeira*”.

As denúncias de corrupção nos Correios e em outras estatais e de pagamento do chamado “mensalão” em troca de voto precisam ser – e serão – devidamente investigadas. Mas somente uma reforma política completa pode fechar a porta, de vez, para uma das maiores fontes de corrupção no Brasil: **a relação promíscua entre o poder econômico e os partidos políticos e a fragilidade de de nossas legendas.**

É claro que a reforma política, por si só, não é capaz de blindar nossas instituições contra a corrupção, acabar com o fisiologismo ou sanar completamente os males que assolam a cena pública brasileira. Mas ela, certamente, garantirá avanços inquestionáveis, com o fim do troca-troca partidário, das legendas de aluguel sem a menor representatividade popular, do individualismo e do abuso do poder econômico que hoje marcam as campanhas eleitorais no País.

O financiamento público das campanhas deverá colocar um ponto final no “caixa dois”, prática que tem contaminado o processo eleitoral ao longo do tempo. Só por meio do financiamento público, será possível igualar as oportunidades eleitorais, garantir transparência ao processo e permitir à Justiça Eleitoral uma fiscalização efetiva das contas de campanha.

Tema tão complexo, no entanto, poderia ser definido mais adiante, em 2008, fazendo das eleições municipais um verdadeiro laboratório para um novo modelo de custeio das campanhas. Até porque o financiamento público só seria viável a partir de listas partidárias, outro instrumento fundamental na direção do fortalecimento de nossos partidos políticos. Um sistema ideal para estimular campanhas voltadas ao debate de idéias e de bandeiras de cada legenda, minimizando a propaganda individualista característica do sistema atual.

Se não é possível aprovar, num primeiro momento, todos os pontos necessários a uma reforma política sistêmica e completa, precisamos avançar pelo menos na questão da fidelidade partidária, na federação dos partidos e no debate em torno da verticalização, mecanismo que afronta a realidade política nacional. Tais mudanças precisam ser definidas o mais breve possível, de modo a estarem em vigor ainda nas eleições do ano que vem.

Mais do que nunca, a confiança nas nossas instituições, a imagem do Legislativo perante a opinião pública e a estabilidade de nossa democracia dependem da reforma política. Uma reforma que é, na verdade, a mãe de todas as outras reformas.

Publicado em 19-6-05.

A VITÓRIA DA PAZ

A turbulência provocada pela atual crise política pode até ter desviado a atenção de uma das notícias mais importantes da semana. Mas nem por isso diminuiu seu peso no cenário nacional. Na última quinta-feira, o Governo decidiu prorrogar em quatro meses a Campanha do Desarmamento, diante do engajamento maciço da sociedade: em onze meses, mais de 342 mil armas de fogo foram entregues espontaneamente pela população, de norte a sul do País. Uma vitória não só dos organizadores da Campanha, mas de todas as entidades civis engajadas nessa luta, de todos os familiares e amigos de vítimas de armas de fogo, de todos, enfim, que sonham com um Brasil mais seguro, mais justo e menos violento.

Só a Austrália, no mundo todo, conseguiu superar o Brasil em número de armas entregues voluntariamente pela população, numa campanha de desarmamento. Mas as 600 mil armas que saíram de circulação na Austrália foram entregues a preços de mercado. No Brasil, o pagamento foi simbólico, entre 100 e 300 reais. O que pesou mesmo foi a consciência, cada vez maior, de que arma não protege, arma mata.

E mata, sem piedade, especialmente os nossos jovens. As armas de fogo respondem por 38,8% do total de mortes de jovens entre 15 e 24 anos, quase duas vezes e meia mais que os acidentes de trânsito, responsáveis por 16% do total de mortes nessa faixa de idade. Outros números, levantados pelo Sistema Único de Saúde, não deixam dúvida quanto à importância da Campanha do Desarmamento: as armas de fogo matam 104 pessoas a cada dia no Brasil, uma a cada 14 minutos; 63,9% do total de homicídios em 2002 foram cometidos

com armas de fogo. **O Brasil** contabiliza um triste recorde, segundo dados da ONU: **é o país onde se tem o maior número de mortes por armas de fogo no mundo**. Mais grave, ainda, é o alerta da ONG Viva Rio, de que cerca de 25% das armas apreendidas nas mãos de criminosos são registradas. Ou seja, é o comércio legal de armas que costuma abastecer boa parte dos arsenais do crime.

Motivos de sobra para aprovar, o mais rápido possível, a data do referendo popular sobre a proibição da venda de armas de fogo e de munição no Brasil. Um comércio que alimenta de maneira vergonhosa a violência no País. O Estatuto do Desarmamento, que conseguimos aprovar em 2003 no Congresso Nacional, foi uma primeira vitória. Restringiu o porte de arma de fogo, aumentou as exigências para a compra e a posse e determinou a centralização das informações sobre tais armas. A proibição da venda, no entanto, tem de ser submetida a consulta popular.

O importante é que essa consulta seja feita ainda este ano. A violência é um problema grave demais para ficar em segundo plano, diluído em meio ao debate político das eleições gerais, em 2006. Por isso a necessidade de aprovarmos a data do referendo o mais rápido possível. Só assim a população poderá confirmar nas urnas, no próximo mês de outubro, o repúdio a esse comércio inescrupuloso, que só faz aumentar o grau de violência e insegurança em que vivemos hoje.

O mês de outubro para o referendo sobre a proibição do comércio de armas e munição seria mais que providencial. Seria uma feliz coincidência com o novo prazo da Campanha do Desarmamento, quando outras milhares e milhares de armas deverão ser entregues às prefeituras, igrejas, entidades comunitárias e Polícia Federal para serem destruídas. Outubro, esperamos, vai entrar para a História brasileira.

Publicado em 26-6-05.

UMA NOVA SUDENE

A crise política que hoje ameaça a credibilidade de nossas instituições não pode paralisar o País nem desviar a Nação de seu verdadeiro rumo: o desenvolvimento econômico sustentável e a justiça social. Todos os projetos nesse sentido precisam, mais que nunca, receber atenção especial por parte do Governo, do Congresso Nacional e de toda a sociedade. Um desses projetos, ora em tramitação na Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado, é a recriação da antiga Sudene, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

A criação da Sudene foi obra do Presidente Juscelino Kubitschek. Estruturada sob a inspiração do economista Celso Furtado, teve como base as bem-sucedidas Agências de Desenvolvimento instituídas nos Estados Unidos na época da Grande Depressão. Em 43 anos de funcionamento, a Sudene patrocinou importantes avanços para o Nordeste, agindo em situações de emergência e favorecendo o desenvolvimento econômico. Extinta em 2001, depois de um processo de desgaste e esgotamento, a Superintendência foi substituída pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste, que nunca foi dotada de condições mínimas para alavancar, de fato, o desenvolvimento da região.

Nossa expectativa, agora, é a mesma de toda a população e de todos os parlamentares do Nordeste: a reconstrução de uma instituição capaz de organizar e mobilizar o setor produtivo nordestino, capaz de impulsionar, efetivamente, o desenvolvimento sustentável da região. A nova Sudene precisa ter instrumentos institucionais, recursos humanos e financeiros, poder de articulação e decisão política para atacar os problemas tradicionais do Nordeste.

O maior desafio – todos sabemos – é erradicar, ou pelo menos reduzir de forma substancial, a pobreza na região. Um desafio que precisa ser enfrentado com a maior seriedade, por meio de políticas e iniciativas que assegurem a inclusão social e o alargamento do mercado interno regional.

Ampliar os níveis de poupança e investimento produtivo é condição básica para atender as crescentes demandas sociais do Nordeste, e usar racionalmente os recursos da natureza, o único caminho seguro para a retomada do crescimento. Outra preocupação é que as políticas de desenvolvimento regional tenham o cuidado de preservar a identidade cultural do povo nordestino.

A Sudene com a qual sonhamos deve priorizar cadeias produtivas com potencial competitivo na região, em especial as geradoras de mais empregos. **Deve, principalmente, promover a redução das desigualdades regionais e favorecer a distribuição de renda para os mais necessitados.**

A Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado, que analisa o projeto de recriação da Sudene, é um fórum privilegiado para discutir os hiatos de crescimento e distribuição de renda entre as várias regiões brasileiras. É certo que o trabalho da Comissão terá o sentido de assegurar fontes estáveis de financiamento e de buscar equilíbrio na composição e competências do conselho da Sudene. É certo, ainda, que irá garantir, à Superintendência, quadros técnicos especializados em desenvolvimento regional. O resultado será uma configuração mais racional, transparente e eficaz da Sudene.

Publicado em 3-7-05.

O REFERENDO DA PAZ

Em meio à enxurrada de denúncias que envergonham o País e arranham a credibilidade de nossas instituições, a sociedade pode, enfim, comemorar uma boa notícia. Uma ótima notícia. O referendo sobre a proibição de armas de fogo e munição vai mesmo acontecer no próximo mês de outubro. A população vai ter a chance de dar um basta, nas urnas, ao comércio que alimenta a violência e a insegurança em que vivemos hoje.

O decreto que regulamenta o referendo foi aprovado na Câmara dos Deputados na última quarta-feira, dia 6, e promulgado na quinta, dia 7. É a vitória da paz e da esperança, depois de uma luta intensa, que acompanhamos passo a passo, junto com várias entidades e organizações não-governamentais envolvidas no combate à violência.

Foi **uma longa luta de sete anos – iniciada quando ocupei o Ministério da Justiça** e, à época, enviei a primeira proposta de desarmamento ao Congresso. Desde então, a questão passou a ser uma de minhas preocupações centrais como homem público. Quando retornei ao Senado, insisti na elaboração de várias das propostas que acabaram resultando no Estatuto do Desarmamento, aprovado em dezembro de 2003. Ao longo deste processo, adquiri uma certeza: a arma não protege, mata.

Os números do Ministério da Saúde, do Ministério da Justiça e da Unesco estão aí para confirmar. A cada dia morrem 104 pessoas no Brasil vítimas de armas de fogo. Só em 2002, essas armas foram responsáveis por 38.808 mortes no País; entre 1979 e 2003, esse número chegou a 550 mil. O mais triste: 206 mil das vítimas tinham entre 15 e 24 anos. A cada três jovens mortos no Brasil, em 2003, um foi por ferimento à bala.

O Brasil, garante a Unesco, tem mais mortos a cada ano por armas de fogo do que na Guerra do Golfo. Entre 57 países analisados pela organização, o Brasil só perde da Venezuela em número de mortos por armas de fogo quando se trata da população total.

Não foi à toa que a Campanha do Desarmamento alcançou tamanho sucesso, desencadeada a partir do Estatuto. Em onze meses, mais de 370 mil armas foram entregues espontaneamente pela população, de norte a sul do País. A Campanha acabou prorrogada por mais quatro meses, até outubro, e provou que o povo está cada vez mais consciente de que arma não significa, de forma alguma, proteção. Arma é sinônimo de crime e violência.

Mais uma vez, os números não dão margem a dúvidas. O Ministério da Saúde aponta uma redução de 10,5% do número de internações de pacientes vítimas de arma de fogo no Rio de Janeiro, depois da Campanha de Desarmamento. Em São Paulo, as internações caíram 7%. Dados ainda mais significativos foram divulgados na última semana pelo Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, na Inglaterra: a partir do Estatuto do Desarmamento, o número de homicídios na cidade de São Paulo diminuiu em 14,8%; o de latrocínio, 25,9%.

Provas suficientes para assegurar à população o pleno direito de ir às urnas e decidir, no voto, um tema tão importante. Não somos ingênuos a ponto de achar que o desarmamento representará dias de paz absoluta das nossas cidades. Mas que é um passo e tanto, no sentido de um Brasil mais justo e menos violento, disso temos absoluta certeza. O referendo de outubro vai entrar para a História como o referendo da paz.

Publicado em 10-7-05.

O FUTURO É AGORA

Há um triste comentário popular dizendo que no Brasil “há leis que pegam e leis que não pegam”. Certamente, foi citado por alguma alma espirituosa que se referia às leis criadas sem conexão com a realidade ou com as demandas sociais do País, por vaidade, arrogância ou alienação do legislador. O lado triste do comentário é que há leis realmente boas que não vigoram em sua plenitude por deficiências do Estado brasileiro ou até por um certo desleixo da sociedade.

Uma dessas boas leis é o Estatuto da Criança e do Adolescente, que completou 15 anos de existência no último dia 13 de julho. O Estatuto resultou de um grande esforço e amplos debates no Congresso Nacional, consubstanciados de forma brilhante pela relatora, a então Deputada Federal Rita Camata (PMDB – ES), hoje secretária de Estado no Espírito Santo. É um caso típico de lei boa e necessária, mas que é sistematicamente violentada pela incapacidade de alguns setores de exercerem seu papel.

Se há crianças e adolescentes no crime, é porque o Estado, em suas três instâncias, não vem cumprindo o que determina a Constituição, muito menos o Estatuto da Criança e do Adolescente. O jornal *O Globo* mostrou, recentemente, um grupo de crianças abandonadas residindo nos esgotos da zona sul do Rio de Janeiro. O mesmo jornal nos informa que a criminalidade atinge principalmente os jovens: há três mil mandados judiciais contra menores infratores não cumpridos pela Justiça fluminense.

O direito elementar da vida em família, segundo dados do Instituto de Política Econômica Aplicada (IPEA), é talvez o mais desrespeitado dos direitos assegurados pelo Estatuto. Há mais de cem mil

crianças vivendo em abrigos e orfanatos em todo o Brasil, distantes da família, que não pode mantê-las, ou simplesmente se desintegrou.

As rebeliões quase mensais nas Fundações de Bem-Estar do Menor – Febem – do Brasil mostram ao País os horrores do sistema, principalmente nas grandes capitais. Adolescentes tratados como animais, vítimas de torturas sistemáticas e degradantes. São criminosos, mas ao mesmo tempo vítimas da cruel desigualdade social que humilha e envergonha a todos. As péssimas condições da rede pública de ensino, os menores ainda fora da escola são também violações ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Este é **um dos direitos básicos em qualquer sociedade: o acesso à educação.**

Mas ser criança – é bom lembrar – é ser jovem. E os números sobre esta fase de nossas vidas são preocupantes. São, ao todo, cerca de 60 milhões de menores, que representam 30% da população do País. Deste total, pelo menos 18 milhões de jovens vivem em situação de grande vulnerabilidade e risco social. É por isto que temos de respeitar o direito das crianças e da juventude à liberdade, ao respeito e à dignidade. Somente assim estaremos trabalhando para melhorar o futuro do Brasil.

Ser jovem sem perspectiva é o mesmo que ser vencido pelo tempo sem ver o tempo passar. O menor não pode ser tratado como idiota, alienado e ver a sua juventude ficar para trás, sendo alimentada por falsas promessas. Nunca é demais lembrar: uma criança feliz é certeza de um adulto que vai trabalhar sempre pela construção de uma sociedade mais justa.

Publicado em 17-7-05.

RETRATOS DA CRISE

Responsabilidade, seriedade, isenção e transparência. É dessa forma, com o mais absoluto rigor e equilíbrio, que o Congresso Nacional está conduzindo as investigações sobre todas as denúncias de corrupção, desvio de dinheiro público e financiamento ilícito de partidos políticos. Uma enxurrada de denúncias que tem arranhado a imagem de nossas instituições e desembocado na mais grave crise política da República. Pois, neste momento, mais que nunca, precisamos ter como referências básicas o respeito irrestrito à Constituição brasileira, a obediência ao regimento e a total atenção às expectativas da sociedade.

É exatamente a indignação da sociedade diante das denúncias que multiplica a responsabilidade de todos os que participam, direta ou indiretamente, das investigações nas Comissões Parlamentares de Inquérito. A população está atenta e não vai admitir respostas pela metade, falsas versões ou arranjos políticos. E sabe, muito bem, que as CPIs têm poderes e instrumentos de sobra para apurar a verdade.

O Legislativo já deu um passo vital para manter sua relação com a sociedade, ao assumir o papel de protagonista das investigações. Ao anunciar a criação da CPI do “Mensalão”, no último dia 19, fez questão de lembrar que o Congresso nunca se negou a combater a corrupção, dentro ou fora de seu corpo. Não será dessa vez que irá vacilar. Eventuais culpados serão devidamente punidos, independentemente de coloração partidária.

O funcionamento das CPIs não pode, entretanto, prejudicar o trabalho legislativo. **A sociedade quer uma investigação séria, profunda e minuciosa de todas as denúncias.** Mas

exige, também, que os parlamentares continuem atentos aos projetos de interesse do País. Já demos provas suficientes de que não fugimos a essa dupla responsabilidade. O Senado conseguiu limpar completamente a pauta de votação, examinando 1.062 matérias em 108 sessões deliberativas. Em meio às investigações das CPIs, não deixou de analisar projetos fundamentais. Merecem destaque a chamada PEC Paralela, que resgata o direito dos servidores à aposentadoria integral e a aprovação da licença-maternidade para mães adotivas. Na Câmara, chamo atenção para a aprovação do decreto legislativo que marcou para outubro deste ano a consulta popular sobre o desarmamento. Um referendo que promete entrar para a História brasileira como um marco na luta contra a violência.

Para que o Congresso continue cumprindo, com eficácia, esses dois papéis – investigar e legislar –, é importante que o trabalho das CPIs seja ágil e racional, que haja um intercâmbio efetivo de informações. Não teremos medo de inovar. Para acelerar a investigação e evitar sobreposições e redundâncias, a CPI dos Correios e a CPI do “Mensalão” poderão ter sessões conjuntas. E auditores tributários e peritos contábeis e fiscais poderão ser contratados para apoiar o trabalho das comissões.

O trabalho autônomo e rigoroso das CPIs é o único caminho para separar os bons dos maus homens públicos e para que não se façam generalizações, sempre desaconselháveis e perigosas.

Publicado em 24-7-05.

LUZ ACESA

A luz amarela da economia acendeu. O mercado financeiro, que esperava uma oportunidade para reagir à crise política, oscilou pela primeira vez na semana passada desde que começaram as denúncias, assustando os agentes econômicos com um recado bem claro: por mais madura e sólida que seja a economia brasileira, não existe blindagem suficientemente segura diante da atual avalanche de denúncias de corrupção e desvio de dinheiro público. Preservar a estabilidade econômica é desafio tão grande e importante quanto investigar cada denúncia, com absoluto rigor e isenção.

A trepidação no sistema financeiro fez o Ibovespa despencar 3,39% e a cotação do dólar dar um salto de 2,67%. O clima político também fez o risco Brasil subir 1,69%. O suficiente para Governo e Oposição se acusarem, mutuamente, de estarem jogando lenha na fogueira e provocando instabilidade no ambiente econômico.

Por enquanto, foi só um susto. Não há razão objetiva para preocupações mais sérias, nem para a saída precipitada de capital. A inflação continua sob controle, o superávit de transações correntes e o patamar de nossas reservas são animadores. Mas o próprio Ministério do Planejamento já traça um cenário mais pessimista para a economia brasileira: a projeção de crescimento do PIB este ano foi revista de 4% para 3,4%. A estimativa do total da receita primária para o ano caiu R\$661,1 milhões em relação ao cálculo anterior. E a estimativa de inflação medida pelo IPCA subiu de 5,1% para 5,57%. O desaquecimento da atividade econômica volta a preocupar e a queda na arrecadação se torna uma consequência inevitável.

Estes são motivos de sobra para que as paixões de uma campanha eleitoral precipitada pelos fatos não afete as bases econômicas construídas ao longo dos últimos anos. Se a corrupção deixa indignados todos nós, que trabalhamos por um País mais justo e menos desigual, a instabilidade econômica tem como resultado um Brasil ainda mais injusto e desigual. Se a crise política contaminar de vez a economia, quem vai pagar a conta são as classes menos favorecidas.

É hora de exercitar o diálogo e a responsabilidade política. As CPIs são instrumentos preciosos da nossa democracia e não vão frustrar a expectativa geral, de uma investigação rigorosa, que termine com a punição dos culpados. Mas é preciso conduzir os trabalhos com absoluta seriedade, evitando acusações e julgamentos infundados ou precipitados, motivações políticas e eleitorais.

Essa responsabilidade também implica a votação de matérias hoje paralisadas por falta de acordo. É o caso da reforma tributária, já aprovada no Senado e que não tem mais desculpas para não caminhar. **Simplificar e reduzir os impostos** e aprovar um tratamento diferenciado **para as micro e pequenas empresas é uma obrigação do Legislativo.** Também é condição básica para criar um ambiente mais propício para os investimentos no País. A reforma política também precisa sair do papel. As legendas de aluguel, o troca-troca partidário e o caixa dois das campanhas só vão terminar com uma reforma profunda do nosso sistema político, que fortaleça os partidos brasileiros e reduza sensivelmente o peso do poder econômico nas campanhas eleitorais.

Desde o começo da crise, alertei para a necessidade de uma agenda de crescimento capaz de assegurar a retomada do desenvolvimento nacional e levei a proposta a várias entidades pelo País. É esse tipo de diálogo, envolvendo Governo, Congresso, empresários, trabalhadores e sociedade civil, que o Brasil está reclamando. É esse tipo de diálogo que pode evitar que a luz de nossa economia passe a ficar vermelha.

Publicado em 31-7-05.

A CAMPANHA GANHA AS RUAS

Começa agora, para valer, a campanha para restringir o comércio de armas de fogo no Brasil. O debate em torno do referendo de outubro já está nas ruas e promete ser uma oportunidade de ouro para que a sociedade tenha todas as informações necessárias para decidir, nas urnas, a proibição da venda de armas e de munição no País. Um debate democrático, conduzido por duas frentes parlamentares pró e contra o desarmamento e que, sem dúvida, irá envolver as mais diversas entidades civis e organizações não-governamentais que lutam contra a violência, além de familiares e amigos de vítimas de armas de fogo.

A Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas entra nessa campanha com a certeza de que o resultado do desarmamento vai ser a redução da criminalidade no País. E que os argumentos usados pela “turma da bala” serão facilmente derrubados com a simples apresentação de números do próprio Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde. As armas de fogo representam a terceira causa de mortalidade no Brasil. Matam 108 pessoas a cada dia. Mais do que no Conflito do Golfo. E não é só arma de bandido que mata. É a facilidade de comprar arma e a ilusão de que ela serve para proteger quem respondem por boa parte dos crimes no Brasil. Crimes “banais”, cometidos por pessoas sem antecedentes criminais, num momento de destemperamento emocional, num bar, no trânsito, numa briga doméstica e que poderiam ser evitados se o acesso às armas fosse proibido. Basta verificar que, desde o início da Campanha do Desarmamento, o número de internações de pacientes vítimas de armas de fogo caiu 10,5% no Rio de Janeiro e 7% em São Paulo.

Suicídio com arma de fogo – são quatro a cada dia no Brasil, segundo o Ministério da Saúde – só acontece porque a pessoa tem acesso à arma. Acidentes com armas de fogo também só ocorrem porque a arma está disponível, dentro de casa, e em muitas vezes envolvem crianças, em brincadeiras que terminam em tragédias.

É do Ministério da Justiça outra informação decisiva para que a população tome consciência do perigo de ter uma arma de fogo dentro de casa: **é muito mais fácil uma vítima armada morrer durante um assalto do que uma vítima desarmada.** A maioria absoluta das pessoas armadas que reage a assaltos é ferida.

Outra ilusão vendida pelo “lobby da bala” é que o desarmamento tira a arma só do cidadão e não do bandido. É a ONG Viva Rio, uma das mais ativas na luta contra a violência, que alerta: 25% das armas apreendidas nas mãos de criminosos têm registros legais anteriores, ou seja, foram roubadas de pessoas comuns, que compraram as armas na ilusão de se proteger. Só em São Paulo, mais de 70 mil armas registradas foram roubadas em cinco anos.

Mais do que estudos e estatísticas, o que dá à Frente por um Brasil sem Armas a certeza de que a maioria da população vai votar em peso pelo “Sim”, em outubro, é o próprio nível de consciência da sociedade, cada vez maior. Basta verificar a adesão maciça à Campanha do Desarmamento, que já recolheu mais de 380 mil armas, em um ano. Além de que nas últimas pesquisas realizadas no mês passado, oitenta e um por cento da população é favorável à proibição da venda de armas, segundo o Ibope, que ouviu 2.002 pessoas em 143 municípios. Oitenta por cento querem a proibição, de acordo com o DataFolha, que entrevistou 2.110 pessoas em 134 municípios.

O primeiro referendo do Brasil vai ser um exemplo para o mundo todo. E, seguramente, vai ser um passo decisivo para tirar do País o triste título de ser um dos maiores campeões em mortes por armas de fogo.

Publicado em 7-8-05.

O FIM DA PIROTECNIA ELEITORAL

Em meio à crise que estremece o País, o Congresso tem a obrigação de propor mudanças radicais no sistema eleitoral para que as próximas eleições não repitam os erros e os vícios que contaminaram as últimas eleições brasileiras. Na última quinta-feira, os líderes partidários deram sinal verde para uma guinada na legislação eleitoral. É o que podemos chamar de reforma política emergencial, que já deverá ter efeito na eleição do ano que vem. A vergonhosa caixa-preta das eleições foi aberta, os corpos estão estendidos no chão. Cabe a nós investigar, punir e mudar. No discurso de posse como presidente do Congresso, já alertava para a imperiosidade desta nova ordem.

A proposta, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, tem como maior mérito propor a redução radical dos custos de campanha. Precisamos acabar com a pirotecnia publicitária que multiplica os gastos na propaganda eleitoral, abre portas para o abuso do poder econômico – e para a corrupção e caixa dois – e torna a disputa completamente desigual. O mesmo argumento vale para a realização de showmícios durante o período da campanha. A reforma eleitoral, que iremos votar ainda este mês no Senado, coloca as coisas em seu devido lugar: ***campanha eleitoral não é espetáculo, é debate de idéias, de propostas.***

É claro que a discussão precisa ser mais ampla. O que está por trás do caixa dois é a questão, sempre polêmica, do custo das campanhas. Tenho defendido o financiamento público como a melhor forma de reduzir o abuso do poder econômico e a relação promíscua, vergonhosa, entre empresários, partidos e Poder Público. Mas há quem defenda um maior controle do financiamento privado, ou

um sistema misto. Um debate da maior importância, mas que, infelizmente, não é possível esgotar em tempo hábil para as eleições de 2006.

A reforma eleitoral que já encaminhamos para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado é, portanto, a melhor opção para que a disputa do ano que vem já se dê em bases mais transparentes, mais éticas, menos desiguais. É uma resposta precisa do Senado à crise que o País atravessa.

Não se trata apenas da proibição de showmícios e da superprodução da propaganda na televisão. A reforma eleitoral que queremos aprovar reduz o prazo da campanha e traz sérias restrições ao financiamento eleitoral, proibindo doações por parte de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, organizações não-governamentais, sociedades beneficentes ou empresas que mantenham contrato com a administração direta ou indireta. Também limita as doações em dinheiro e designa pessoa responsável pela arrecadação, gestão e aplicação dos recursos. As penalidades e multas previstas na legislação são dobradas, de acordo com a proposta. Um choque ético mais do que bem-vindo e que merece todo apoio não só dos parlamentares que devem analisar a proposta, mas de todos os que se sentem indignados e revoltados com a atual enxurrada de denúncias de corrupção e desvio de dinheiro público.

Ao examinar a reforma eleitoral, o Congresso dá mais uma demonstração de que não pretende fugir de suas responsabilidades neste momento difícil. Vamos continuar, sim, investigando com absoluta isenção e rigor todas as denúncias. Mas não vamos deixar de legislar, de estar atentos aos projetos de interesse do País. Precisamos concluir a reforma tributária, implementar mudanças no sistema eleitoral e político, desburocratizar a máquina estatal, aprovar a Lei das Micro e Pequenas Empresas, enfim, garantir que o País mantenha a estabilidade econômica, social e institucional. Somente assim poderemos contornar a atual crise e redesenhar a História do País, de forma mais digna.

Publicado em 14-8-05.

O BRASIL FICOU MAIS POBRE SEM ARRAES

O Brasil ficou mais pobre com a morte de Miguel Arraes. Mais pobre de sonhos, mais pobre de esperança e de ideais políticos. Num momento em que as denúncias de corrupção mergulham o País inteiro num clima de desilusão, a morte do presidente do PSB ganha contornos ainda mais tristes. Estamos órfãos de nossos grandes líderes políticos. Arraes foi o último grande nome de uma geração histórica, ao lado de Leonel Brizola, Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Mário Covas, Teotônio Vilela...

Um dos símbolos da resistência no período da ditadura e um dos homens públicos mais incansáveis na luta pela igualdade e pelas causas sociais, Miguel Arraes teve, como poucos, uma trajetória política exemplar, marcada pela coerência e pelo compromisso com os menos favorecidos, em especial com o povo sertanejo. Não é à toa que, mais que um Líder, Arraes se firmou como um mito no Nordeste. Pioneiro na luta por benefícios da legislação trabalhista para os trabalhadores rurais, defensor ferrenho da reforma agrária desde a época das Ligas Camponesas, sempre atento às necessidades dos excluídos, o Líder socialista era adorado pelos nordestinos. A vocação pelas causas populares e o amor pelo Nordeste – região com a qual sempre se identificou, ao longo de mais de cinco décadas de vida política – garantiram ao ex-governador de Pernambuco as mais emocionantes homenagens no final da vida. Mais do que os discursos e as condolências de correligionários e adversários políticos, foram as lágrimas e a dor de gente humilde e sofrida as imagens mais marcantes da despedida do Líder sertanejo, no último dia 14.

Miguel Arraes esteve presente na articulação dos mais significativos momentos dos últimos cinquenta anos da História brasileira. Referência popular antes do golpe de 64, ícone da resistência durante a ditadura, voltou do exílio, na Argélia, ainda mais convicto de seus ideais de igualdade e democracia. Como deputado estadual, prefeito do Recife, governador de Pernambuco ou deputado federal, jamais se afastou de seu compromisso com as causas populares. Não negociou acordos duvidosos, não abriu mão de suas convicções políticas, não se desviou de uma conduta ética e digna. Não por acaso, sempre teve o respeito de adversários políticos e sempre foi interlocutor de influência junto às maiores figuras políticas do País.

Miguel Arraes fez da política sua causa, sua devoção. A honradez e o espírito público com que se conduziu ao longo de toda sua trajetória política não se perdem com sua morte. Ele entra para a História do Nordeste como um mito. Entra para a História do País como um dos maiores e mais queridos líderes de nossa política, lúcido, conciliador. Num momento de incerteza, de descrença e indignação, o “Velho Arraia” – como era conhecido pelos mais humildes – conquistou, merecidamente, um papel fundamental: ao lado de outros grandes nomes de sua geração, **é referência ética para todos os que sonham com um Brasil mais justo e menos desigual.** Que acreditam que a política, pode, sim, ser conduzida de forma digna e grandiosa, com a paixão e a coerência dos grandes ideais.

Publicado em 21-8-05.

UMA AGENDA PARA A INFÂNCIA

Criança tem de ser protegida contra todas as formas de maus-tratos, abandono, exploração e violência. Tem de se alimentar de forma adequada, ter acesso à saúde e ao ensino de qualidade, viver num ambiente em que possa se desenvolver física, psicológica, cultural e socialmente. Não é possível admitir um mundo em que 100 milhões de crianças estão fora da escola e 150 milhões sofrem de desnutrição, em que a discriminação, o trabalho infantil, a violência doméstica e a exploração sexual destroem a vida de milhões de meninos e meninas.

Este quadro dramático provocou uma reunião, em 2002, na ONU, de governantes de 180 países, entre eles o Brasil. O documento “Um Mundo para as Crianças”, acertado na ocasião, expressa, além de 21 metas a serem cumpridas ao longo da década, uma idéia fundamental: para alcançar qualquer progresso duradouro, é preciso investir na criança. Resta saber como nós, aqui no Brasil, estamos cuidando de nossos meninos e meninas e até que ponto eles são prioridade em nossas políticas públicas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi, sem dúvida, um considerável avanço no plano legal. Mas não é segredo para ninguém a enorme lacuna existente entre os direitos preconizados no Estatuto e a realidade de mais de 60 milhões de brasileiros com menos de dezoito anos. Noventa e sete por cento de nossas crianças entre 7 e 14 anos estão matriculadas na escola. Mas somente 10% das crianças até seis anos têm acesso à educação infantil. Na área de saúde, somos referência mundial no combate à Aids e comemoramos a redução da taxa de mortalidade infantil de 47,5 por mil nascidos vivos, em 1990,

para 29,7 por mil, em 2000. Mas lamentamos as desigualdades regionais e racionais, que elevam consideravelmente a taxa de mortalidade entre crianças negras e entre crianças nordestinas.

Ainda não conseguimos vencer o desafio da exploração sexual de crianças e adolescentes, que já foi objeto de uma CPI Mista no Congresso. E o trabalho infantil continua sendo realidade de 2,7 milhões de meninas e meninos brasileiros, apesar do avanço inegável no combate a este tipo de prática realizado nos últimos anos. De acordo com o IBGE, o total de crianças entre 5 e 15 anos que trabalham caiu pela metade entre 1995 e 2003.

Para garantir uma vida digna e saudável para nossas crianças, temos de enfrentar as bases do problema: a miséria, a exclusão e a injustiça social. Temos hoje de 8 a 17 milhões de brasileiros em situação de extrema pobreza, dependendo de onde se traça a linha de indigência, como ressalva relatório divulgado pelo Ipea em outubro passado. ***O Brasil precisa, com urgência, retomar o caminho do desenvolvimento econômico, gerar mais renda e mais emprego.***

Esse caminho só será possível com a adoção de uma agenda de crescimento, que inclua, entre outros pontos, a desoneração da cesta básica e de tarifas públicas para classes de menor renda, o mapeamento de áreas sob risco social, a promoção de reformas orçamentárias que evitem o desperdício das verbas públicas, a inclusão previdenciária de trabalhadores informais, além da redução da taxa de juros e da carga tributária. Inclui, ainda, uma reforma política profunda, que fortaleça nossos partidos e resgate a confiança nas nossas instituições.

Somente com um sistema político equilibrado e instituições fortalecidas poderemos fazer frente a este desafio tão importante, que é garantir uma infância digna e saudável para nossas crianças.

Publicado em 28-8-05.

ANISTIA, UMA LEI PARA SER LEMBRADA

Há 26 anos, entrava em vigor uma das leis mais importantes de nossa história: a Lei da Anistia. Cumpria o Brasil o dever moral e cívico de devolver os direitos políticos de milhares de cidadãos e cidadãs, que foram perseguidos e torturados pela ditadura. Fazia-se justiça com homens e mulheres, civis e militares, vítimas do autoritarismo, da repressão e da humilhação.

Foi o triunfo da resistência, da luta obstinada pela redemocratização do Brasil, um movimento que envolveu instituições, verdadeiramente representativas, como OAB, ABI, sindicatos, a Igreja e os partidos políticos. Como deixar de rememorar o Congresso do PMDB, em Recife (1971), a fundação do Movimento Feminino (1975), em São Paulo, por dona Teresinha Zerbini. Impensável não fazer referência às caminhadas por este País do saudoso Senador Teotônio Vilela e, depois, a formação do Comitê Brasileiro pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita (1978).

Foram movimentos embrionários, mas robustos, que aos poucos mobilizaram a sociedade, resgatando a auto-estima de um povo e fortaleceram a aprovação da própria Lei da Anistia, passo importante para o Movimento das Diretas e, conseqüentemente, para as eleições livres que consolidaram a redemocratização.

Com o retorno da normalidade institucional, continuamos a caminhada na direção de um País livre. Na minha passagem pelo Ministério da Justiça, formei comissões para discutir o assunto. Em 2001, foi aprovada no Congresso Nacional a medida provisória que criou, oficialmente, a Comissão de Anistia. Em 2002, tive a oportunidade de ser o relator da regulamentação do artigo 8º das Disposições Transitórias da Constituição.

A norma prevê, entre outras medidas, reparação econômica de natureza indenizatória, para os atingidos por atos de motivação exclusivamente política. No ano passado, votamos uma medida provisória que ampliou a anistia, para efeito de indenização, a situações que podem ser definidas como mortes decorrentes de perseguição política durante o regime militar.

Mas estamos longe de concluir esse processo. Embora reconheça o esforço do Governo Federal, reputo como lenta a análise dos pedidos. Estão protocolados na Comissão de Anistia mais de 50 mil pedidos de indenização. Destes, entre os casos que tiveram soluções favoráveis ou não, 15 mil processos ainda estão pendentes de apreciação. Somando recursos orçamentários previstos para este ano e 2006, mais de R\$700 milhões estão à disposição da Comissão de Anistia para atender os que têm direito à indenização. Portanto, dinheiro não falta. De qualquer maneira, **estamos acertando aos poucos nossas contas com o passado.**

Quando falamos em anistia, nos referimos a pessoas que, em outras épocas, reuniam mais vigor físico para a luta, para a resistência mas que, hoje, estão na faixa dos 70, 80 anos de idade. Portanto, a idade avançada, sem falar nas seqüelas das torturas que atingem estas pessoas, exige pressa numa decisão por parte da Comissão de Anistia para que possam usufruir não somente dos seus direitos políticos, mas de recursos financeiros a que fazem jus para terem uma velhice mais digna e uma parte de suas vidas de volta.

Publicado em 4-9-05.

DESARMAR SIGNIFICA PRESERVAR VIDAS

“Basta de violência”. “Não à banalização das armas”. “Chega de mortes inocentes”. Essas são algumas das frases que povoam corações e mentes da maioria esmagadora dos brasileiros. Cidadãos e cidadãs que não suportam mais conviver com a criminalidade e que não desejam, de forma alguma, se entregar à paranóia de se trancar em casa, entre grades, para alcançar a ilusória segurança.

Posso afirmar, baseado em manifestações que recebo diariamente, e com a base científica de pesquisas de institutos respeitados, como o Ibope e o DataFolha, que oito entre dez brasileiros em idade de votar estão a favor da tese do desarmamento. Isso é reflexo da dor que provoca a perda de uma pessoa próxima em decorrência de um crime praticado por arma de fogo. Quem não tem um vizinho, um parente, um amigo que sofreu algum tipo de violência por pessoa que portava uma arma?

É imprescindível desarmar para acabar com os crimes por motivos banais ou fúteis. Desde o Ministério da Justiça, quando tomei contato direto com as estatísticas que nos mostram, diariamente, ocorrência de mortes de pessoas inocentes por armas de fogo, até a volta ao Senado, quando começamos a trabalhar efetivamente pela aprovação do Estatuto do Desarmamento e mais recentemente pelo referendo, tenho procurado externar e fortalecer minhas posições com base em levantamentos objetivos e imunes a “achismos”.

Não se entra numa campanha pautado apenas pela intuição. Mas os números oficiais nos mostram, com rigor estatístico, que as ações e propostas pontuais para reduzir o número de armas em circulação têm um efeito retumbante nas vergonhosas estatísticas brasileiras e

desmentem de maneira cabal a conversa fiada daqueles que são adeptos do provérbio “dente por dente, olho por olho”.

Às vésperas da consulta popular que vai nos dizer se deve ou não ser proibido o comércio de armas e munições, mais um estudo reforça essa luta que, a cada dia que passa, vai organizando a sociedade em comitês, nos municípios de norte a sul do País, no sentido de dizer não às armas.

Refiro-me ao levantamento divulgado, na semana passada, pelo Ministério da Saúde, atestando que a mortalidade com arma de fogo registrou queda de 8% no ano passado em relação a 2003. É a primeira vez que a criminalidade por arma de fogo recua nos últimos treze anos.

Segundo a pesquisa, a mortalidade por arma de fogo, que era de 22,4 por cem mil habitantes, em 2003, caiu para 20,3 por grupo de cem mil, em 2004. Ou seja, em 2003, morreram no Brasil 39.325 pessoas vítimas de arma de fogo. No ano seguinte, esse número caiu para 36.091. Isso quer dizer que **mais de 3,2 mil vidas, na maioria de jovens, foram poupadas.**

O período em que se deu essa redução coincide com a Campanha do Desarmamento, que já recolheu 443,7 mil armas de fogo em pouco mais de um ano. O curioso é que, nos estados onde houve maior adesão à entrega das armas, houve redução expressiva nos homicídios. Foi o caso do Rio de Janeiro (com menos 10% no número de mortes) e São Paulo (redução de 19%). Conclusão: quanto menos armas em circulação, menos mortes de cidadãos.

A pesquisa é extremamente didática e sugiro a todos que façam uma consulta a ela no *site* do Ministério da Saúde. São números que nos estimulam a continuar nessa batalha, que não pode envolver armistícios, mas apenas argumentos, fatos, números. Nesse aspecto, creio que o melhor argumento é a defesa da vida.

Publicado em 11-9-05.

UM MARCO DA CIDADANIA

Em meio ao mar de denúncias e investigações que tomou conta do cenário nacional, precisamos comemorar os avanços conquistados, à custa de muita luta, em prol de nossa cidadania. E não há como negar que um desses avanços foi a criação do Código de Defesa do Consumidor, que completou 15 anos no último dia 11. Uma das legislações mais completas e atualizadas do mundo sobre o assunto, o Código representou uma reviravolta nas relações entre consumidor e empresas e um salto na organização da sociedade civil em defesa de seus próprios direitos.

Pela primeira vez na História do Brasil, os consumidores tinham um instrumento legal, ágil e efetivo de proteção e defesa de seus direitos. Um instrumento capaz de esclarecer como e onde recorrer para garantir a solução de eventuais problemas. Esse marco na construção de nossa cidadania é ainda mais significativo quando lembramos que o Código não nasceu de iniciativa do Governo Federal ou do Congresso Nacional. Nasceu da pressão da sociedade, de um movimento efetivo de defesa do consumidor, consolidado a partir da criação dos Procons.

Foi esse movimento que pressionou o Congresso Constituinte a inserir, na Constituição de 1988, o dever do Estado de promover a defesa do consumidor, na forma da lei, papel cumprido dois anos mais tarde pelo Código de Defesa do Consumidor, inspirado nas mais modernas leis de consumo do mundo.

A proteção contra a publicidade enganosa, abusiva, a efetiva proteção e reparação de danos patrimoniais e morais e a informação adequada e clara sobre produtos e serviços foram alguns dos avanços do novo Código. Mas importante mesmo foi a mudança de mentalidade dos consumidores e a mudança de postura da indústria e do comércio.

Nestes últimos anos, os consumidores foram descobrindo aos poucos: vale a pena reclamar, exigir preços justos, e produtos e serviços de qualidade. O mercado não só percebeu que a adaptação à nova lei evitaria problemas jurídicos e fiscais, como se dobrou à lógica de que, numa economia competitiva, o consumidor precisa ser respeitado. A impressão da data de fabricação e do prazo de validade nas embalagens e a multiplicação dos Serviços de Atendimento ao Consumidor são exemplos da maior transparência na relação empresa/cliente, a partir do Código de Defesa do Consumidor.

É claro que há, ainda, muito a ser feito e que boa parte dos avanços garantidos em lei nem sempre é cumprida na prática. Basta ver a avalanche de denúncias, especialmente nas áreas de saúde e de telefonia. A educação para o consumo é um trabalho a longo prazo e é preciso criar normas para transações eletrônicas, via internet. A evolução da economia e as especificidades de alguns setores empresariais, como o automobilístico e o financeiro, exigem maior debate para que o Código não perca sua atualidade.

Como Ministro da Justiça, tive atuação firme no sentido da ampliação da organização dos consumidores e da municipalização dos Procons. Também me bati pela garantia do equilíbrio das relações de consumo, por meio do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, e da Secretaria de Direito Econômico, pela multiplicação da educação sobre consumo, nas escolas públicas. A preocupação em torno da conscientização sobre o tema nos levou a publicar a Cartilha do Consumidor e a trabalhar exaustivamente pela divulgação do Código que agora completa 15 anos.

Sempre disse que, embora tivéssemos conquistado uma legislação das mais modernas, estávamos com um século de atraso e precisaríamos trabalhar a todo vapor para recuperar o tempo perdido. Hoje, como Presidente do Senado Federal, continuo atento a todas as matérias de interesse do consumidor, com a convicção de que **avançar nessa área é avançar rumo à plena cidadania e à plena democracia que todos nós merecemos.**

Publicado em 18-9-05.

FONTE DE ENERGIA E DE DESENVOLVIMENTO

O agronegócio tem sido um grande impulsionador do crescimento econômico brasileiro nos últimos anos. A força do campo vem resistindo às intempéries, às oscilações do mercado e da moeda e a todas as dificuldades das autoridades em manter uma política de preços estáveis e adequada. O campo também adquiriu anticorpos para as crises e as indefinições governamentais. Só no mês passado, as exportações do agronegócio totalizaram nada menos que 4 bilhões, 390 milhões de dólares, o que representa um acréscimo de 16% em relação a agosto de 2004. Um desempenho puxado, principalmente, pelo complexo da soja, pelo setor de carnes e pelo setor sucroalcooleiro, que vem se firmando como um dos maiores geradores de divisas em nossa balança comercial.

Os números falam por si: as receitas das vendas externas de açúcar registraram um incremento de 54% no mês passado, totalizando 409 milhões de dólares. As exportações de álcool, totalizando 57 milhões de dólares, cresceram 13,7% em comparação com agosto de 2004. A importância do segmento para o desenvolvimento nacional pode ser medida não apenas pela contribuição para o equilíbrio de nossa balança de pagamentos, mas também pelo seu peso na geração de empregos, no incremento de renda e no aumento da arrecadação.

Motivos de sobra para que o setor sucroalcooleiro tenha um tratamento específico nas políticas governamentais. Foi o que defendi na 13ª Feira Internacional da Indústria Sucroalcooleira, realizada nesta semana em Sertãozinho, interior de São Paulo, com a presença de 500 expositores de 26 países. A cana-de-açúcar precisa ter tratamento prioritário como fonte alternativa, limpa e renovável de energia. Só

assim, teremos a consolidação do setor em novos e mais avançados patamares, nos próximos anos. Nossa economia e nosso meio ambiente só têm a ganhar com o incremento da indústria do açúcar e do álcool, cuja vitalidade depende de maior certeza na condução da política para o setor e da redução da carga tributária e da insegurança jurídica, que freia investimentos e inibe nosso crescimento econômico.

No que depender do Presidente do Congresso Nacional, continuaremos dando a base política e institucional para que não sejamos assaltados pelas incertezas, que tolhem o caminho dos investimentos e da geração de emprego e renda. Temos de garantir uma agenda mínima que inclua, entre outros pontos, a recuperação dos créditos do setor privado, o combate à burocracia, um choque de gestão na administração pública e um tratamento diferenciado para os pequenos negócios. ***Uma agenda que aposte no desenvolvimento regional e assegure uma reforma tributária*** capaz de simplificar e reduzir o peso hoje abusivo dos impostos sobre cidadãos e empresas.

A redução da insegurança jurídica é essencial não só para o setor sucroalcooleiro, como para todo o setor produtivo. Não podemos aceitar, por exemplo, que contratos e tributos sejam alterados por meio de medidas provisórias. Também é importante preservar mecanismos que asseguram maior fôlego ao setor produtivo e estimulem nosso crescimento.

É o caso do crédito-prêmio do IPI, disposição legal instituída a partir do Decreto-Lei nº 491, de 1969, e que tem sido um dos principais pilares da expansão de nossas exportações. Nos últimos quinze anos, quase duas dezenas de decisões jurídicas reafirmaram a legalidade plena do crédito-prêmio do IPI. Apesar disso, o Executivo tem trabalhado para derrubar o incentivo, o que, além de acarretar ainda maior insegurança jurídica, traria um aumento inaceitável da carga tributária.

Independente da atual crise política, o Congresso Nacional estará atento a essa agenda e a todas as matérias capazes de estimular o desenvolvimento econômico e a justiça social. E o vigor do setor sucroalcooleiro, certamente, faz parte dessa pauta de interesse nacional.

Publicado em 25-9-05.

DIGNIDADE NA TERCEIRA IDADE

Até pouco tempo atrás, velhice era sinônimo de doença, abandono e invalidez, no Brasil. O preconceito e a ausência de políticas públicas voltadas para a terceira idade traçavam um quadro sombrio para quem passava dos 60 anos. Numa sociedade voltada para a produção, com um sistema previdenciário esgotado e um sistema público de saúde comprometido pela falta de verbas e recursos adequados, envelhecer era, praticamente, ser alijado da própria cidadania.

Ainda estamos longe de mudar esse cenário. Mas, na semana em que acabamos de comemorar o Dia Internacional do Idoso, lembramos que muitos dos que hoje estão com mais de 60, 70 anos já começaram a resgatar a dignidade e o justo espaço da terceira idade. São brasileiros que não abrem mão de seu direito ao lazer, à saúde, aos benefícios sociais, à cultura e – por que não? – à educação e ao trabalho. Nossa expectativa de vida aumentou de 52,4 para 71,3 anos nas últimas quatro décadas. O desenvolvimento econômico e os avanços da Medicina nos garantem não apenas mais longevidade, como também melhor qualidade de vida. Não resta dúvida de que inúmeros empresários, profissionais liberais, juristas e políticos com mais de 70 anos estão hoje em pleno exercício de suas atividades – muitas vezes no auge de sua capacidade intelectual.

A nossa população é composta de mais de 14,5 milhões de idosos – 8,5% dos cidadãos do País. São números do Censo de 2000 do IBGE. O mesmo levantamento prevê que em 2040 seremos 25% de idosos, ou seja, um quarto da população brasileira. Até lá, de acordo com a ONU, o Brasil será a sexta nação em quantidade de idosos.

Não seria redundante, portanto, afirmar que o futuro é agora. E que temos, com a máxima urgência, de nos debruçar sobre políticas públicas efetivas para a terceira idade. Porque os avanços conquistados, a custo de muita luta, por uma parcela de nossos idosos precisam ser realidade para todos os que passam dos 60 anos, independente de raça, sexo, origem ou condição social.

O Congresso Nacional tem feito a sua parte. No ano passado, aprovamos o Estatuto do Idoso e a criação dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais do Idoso. Temos um arcabouço legal completo para o desenvolvimento de políticas voltadas para o bem-estar da terceira idade. O problema é que muitas das diretrizes previstas no Estatuto estão longe de sair do papel. As políticas de governo ainda são incipientes ou paliativas. Estados e municípios precisam se comprometer com mais firmeza no cumprimento da nova legislação.

Só a vigilância efetiva da sociedade e um diálogo maduro entre os três Poderes, nas esferas federal, estadual e municipal, poderão garantir a aplicação do Estatuto do Idoso. Um passo decisivo, ao lado de um trabalho permanente de conscientização, para que o processo natural de envelhecimento não seja somado a um mar de incertezas e preconceitos sociais. E para que a experiência e a sabedoria acumuladas ao longo de uma vida inteira possam ser justamente recompensadas com um atendimento digno em todas as áreas.

Publicado em 2-10-05.

504 ANOS DO VELHO CHICO

Ambientalistas, organizações não-governamentais, agricultores, líderes políticos, índios e representantes de populações ribeirinhas já vinham dando o grito de alerta há bastante tempo. Mas, só agora, depois da greve de fome do bispo Luís Flávio Cappio, a polêmica em torno da transposição do rio São Francisco ganha dimensão verdadeiramente nacional. O sacrifício do frade franciscano foi mais do que um ato de amor pelo Velho Chico. Foi um gesto desesperado de quem dedicou a vida inteira à causa do povo sertanejo e sabe, muito bem, que a solução apresentada para a seca do Nordeste não passa de uma ilusão, que vai significar um desperdício monumental de dinheiro e comprometer, de uma vez por todas, dois terços dos recursos hídricos da região.

O rio São Francisco, não é segredo para ninguém, está agonizando e dificilmente resistirá a mais essa agressão. O descaso das autoridades foi construindo, ao longo dos últimos 504 anos – em 1501 o navegador Américo Vespúcio chegou à foz do rio e decidiu chamá-lo de São Francisco – uma história de devastação e abandono. De Paulo Afonso a Piaçatuba, para citar só Alagoas, a degradação ambiental expulsou das margens do Velho Chico mais de dez mil pescadores, transformando-os em bóias-frias ou migrantes. A construção de grandes barragens restringiu o fenômeno da piracema e arrancou do São Francisco a força para arrastar toneladas de detritos e areia jogados em seu leito.

Querer retirar 60 metros cúbicos de água por segundo do rio – como prevê o projeto de transposição – é condenar o Velho Chico à morte. Ele não tem vazão suficiente para gerar energia elétrica, irrigar

e abastecer as cidades, seria necessária uma Sobradinho inteira, funcionando 24 horas por dia, para manter o sistema operando satisfatoriamente. Isso numa região em que a questão da geração da energia elétrica já é um problema sério.

As organizações que integram o Fórum Permanente de Defesa do São Francisco alertam que as populações difusas, espalhadas pelas comunidades, sítios e fazendas continuarão desassistidas com a transposição, que só vai beneficiar mesmo os pecuaristas da beira alta e colina sertanejas. Além disso, existe o risco de que, atravessando acidentes geográficos consideráveis, a transposição acabe por significar apenas um canal tímido de água, de duvidosa validade econômica e interesse social.

Nosso Semi-Árido não precisa de soluções espetaculares. Precisa de uma política racional e continuada de armazenagem de águas, de um impulso decisivo na direção de um desenvolvimento sustentável, que respeite as condições naturais da região. Precisa de ações efetivas para a preservação dos afluentes do Velho Chico, da implantação de adutoras, recuperação de açudes, construção de cisternas e pequenas barragens. Se o problema é levar água ao Nordeste, por que não apostar na integração das bacias Tocantins/São Francisco, uma operação de custo pelo menos dez vezes menor que o projeto de transposição do Governo?

Para o nosso Velho Chico, o remédio é muito claro: a revitalização. Nosso rio demanda saneamento, proteção ambiental, proteção contra despejos de lixo, resíduos químicos e industriais. Soluções bem mais simples e mais baratas, que vão gerar emprego para muita gente. Ao contrário da transposição do rio, uma obra inútil e dispendiosa, que só vai fazer a festa do agronegócio e das grandes empreiteiras.

A greve de fome de Dom Luís Flávio Cappio pode até ter sido um ato radical, mas o motivo não poderia ser mais nobre, os sertanejos que o digam.

Publicado em 9-10-05.

O REFERENDO NA RETA FINAL

Entramos em contagem regressiva para o referendo do dia 23. No próximo domingo, vamos decidir, nas urnas, se o Brasil vai seguir pelo caminho da paz ou se vai continuar alimentando a violência, com a multiplicação de um arsenal que já destrói quase quarenta mil vidas por ano. Pela primeira vez em nossa História, temos, nas mãos de cada um de nós, o poder de uma decisão tão importante para a vida do País. Se a proibição do comércio de armas de fogo for aprovada, como acredito que será, este será o primeiro passo para poupar milhares e milhares de vidas, a cada ano.

“Mas, e o nosso direito à legítima defesa?”, grita a “turma da bala”, adepta do lema “olho por olho, dente por dente”. Que direito? Que defesa? Por acaso um marido ciumento tem o direito de dar um tiro na própria mulher? Ou, um sujeito bêbado tem o direito de matar o colega numa briga de bar, numa discussão de trânsito? Quem não conhece algum caso de criança que acabou ferida ou morta depois de ter encontrado uma arma em casa ou levado para a escola?

Não dá para esconder: não é somente arma de bandido que mata. A maioria dos crimes com armas de fogo é cometida por pessoas sem antecedentes criminais, depois de conflitos conjugais ou domésticos, ou brigas num bar, ou numa festa. É só passar os olhos pelos noticiários policiais ou conferir a pesquisa da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, divulgada no começo do mês: apenas 28% das armas apreendidas pela polícia com bandidos têm origem no contrabando; nada mais nada menos que 72% são desviadas de cidadãos de bem ou da própria polícia – 61% de pessoas físicas, sem qualquer antecedente criminal.

Essas armas, compradas teoricamente para defender o cidadão, foram usadas para matar, estuprar ou roubar. A Secretaria detalha os números: armas compradas por pessoas sem antecedentes criminais em lojas regulares foram usadas em 67% dos estupros; 51% dos roubos; 38% dos homicídios; 46% dos latrocínios; e 49% das lesões.

A ilusão de que uma arma de fogo vai proteger alguém também não se sustenta. **Arma não protege, arma mata.** Ter uma arma em casa é conviver com o risco de uma tragédia, é ter o perigo ali, ao alcance de uma criança curiosa, de um adolescente atrevido, de uma mulher humilhada, de um companheiro ciumento ou de um colega desequilibrado.

Mais que isso, ter uma arma em casa é multiplicar o perigo diante de uma agressão. As pesquisas demonstram que o bandido tende a ser muito mais violento na presença de uma vítima armada. Ele mata a vítima e ainda rouba a arma. Pesquisa da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo já comprovou que a chance de uma vítima armada morrer em um assalto é quase três vezes maior do que o de uma vítima desarmada. Que proteção é essa que a “turma da bala” tanto prega?

Não, nós não vamos acabar com a violência votando “Sim” no dia 23. Mas vamos poupar milhares de vida, como as últimas estatísticas do Ministério da Saúde já comprovaram. Com o Estatuto do Desarmamento e a campanha que recolheu mais de 400 mil armas no País inteiro, o Brasil pôde comemorar, pela primeira vez em treze anos, uma redução do número de vítimas de armas de fogo. Foram 36.091 mortes em 2004, contra 39.325 mortes em 2003.

Mais de três mil vidas foram salvas. E outras milhares vão ser salvas, a cada ano, com o nosso voto Sim, no referendo de domingo. O que não nos tira o direito – e o dever – de lutar, sem trégua, contra as raízes da violência, brigando por mais investimentos na área social, por uma política efetiva de segurança pública, por uma Justiça mais ágil, e uma legislação penal mais moderna.

Acabar com a violência é uma longa caminhada. Precisamos dar o primeiro passo.

Publicado em 16-10-05.

UMA VITÓRIA DA SOCIEDADE

Sim, pela paz e pela vida, ou Não, pela continuidade da escalada de violência que coloca o Brasil como um dos países onde mais se mata e mais se morre por arma de fogo no mundo todo. Independentemente do resultado do referendo, a vitória será da sociedade. A consulta popular é a maior prova da solidez e da maturidade de nossa democracia.

O debate em torno da proibição da venda de armas de fogo ganhou as ruas, mobilizou a atenção de trabalhadores, empresários, estudantes, parlamentares, donas de casa, gente rica e gente pobre. Mais que nunca, colocou no centro da discussão um dos problemas mais graves do Brasil: a violência. A possibilidade de decidir, pelo voto, questão tão importante fez com que cada um de nós tivéssemos consciência de que podemos – e devemos – ter participação ativa nos rumos do País.

E o País com que sonhamos não é, por certo, um onde 36 mil pessoas morrem, a cada ano, vítimas de armas de fogo. Ou onde essas mesmas armas já deixaram cerca de 250 mil pessoas paraplégicas. Um país onde o medo e a insegurança acabam gerando um ciclo vicioso, com o aumento do número de armas em poder da população alimentando o crime e gerando cada vez mais vítimas.

Nos últimos dias, duas notícias ganharam as primeiras páginas dos jornais: a morte de um torcedor baleado numa briga depois de um jogo de futebol e a de um estudante atingido por um tiro acidental quando um colega de escola mostrava um revólver que levava na mochila. Os crimes não foram cometidos por bandidos. As armas vinham do comércio legal, supostamente compradas para legítima defesa.

São notícias que nos dão a plena certeza de que a venda de armas só tem como conseqüência o enriquecimento da indústria bélica e o aumento da violência. Como defender o suposto direito à legítima defesa diante de assassinatos tão estúpidos quanto este, motivado por uma briga de torcidas? Ou de tragédias que tiram a vida de centenas de crianças e adolescentes, encantados diante de uma arma comprada pelo próprio pai, pelo pai de um colega, ou por um vizinho?

O alerta veio da Unesco, depois de uma pesquisa com dez mil alunos em cinco capitais brasileiras: 12% dos nossos estudantes já viram ou tiveram contato com revólveres dentro da própria escola. Em números absolutos, isso significa que 205 mil alunos estiveram próximos de uma arma de fogo enquanto deveriam estar estudando.

A pesquisa só reforça o que já sabemos: nossos jovens são as maiores vítimas das armas de fogo. São elas que respondem por uma em cada três mortes na faixa de 15 a 24 anos.

No entanto, a violência tem raízes mais profundas na miséria, na exclusão social, na impunidade, em leis defasadas e na falta de recursos. É preciso ser combatida com uma política de segurança pública efetiva, investimentos maciços, e medidas que dêem mais agilidade à nossa Justiça.

A luta pela proibição da venda de armas de fogo foi o primeiro passo. A briga por mais investimentos na área social e na segurança exige fôlego ainda maior. Por isso mesmo, tivemos preocupação ao apresentar, na última semana, uma Proposta de Emenda Constitucional estabelecendo percentuais mínimos de gastos com segurança pública: 15% para a União, 7% para os estados e 1% para os municípios. O contingenciamento dos recursos fica terminantemente proibido.

A aprovação desta emenda, tenho certeza, vai nos colocar bem mais próximos de um Brasil mais justo e menos violento. Esse, sim, é o país com que todos sonhamos.

Publicado em 23-10-05.

MENOS IMPOSTOS, MAIS RENDA E EMPREGO

Não existe crescimento econômico sem investimento produtivo, nem investimento significativo sem garantia de incentivo fiscal e tributário. A aprovação da Medida Provisória nº 255, na última quinta-feira – resgatando os benefícios da chamada Medida Provisória do Bem – era, portanto, mais que um compromisso, era uma obrigação de todos os que apostam no desenvolvimento de nossa economia.

Nossa competitividade pode dar um salto com os incentivos à inovação tecnológica previstos na nova MP do Bem. A ampliação de prazos para o recolhimento de tributos e a isenção de PIS e Cofins sobre insumos para empresas que destinarem pelo menos 80% de sua produção às exportações **vão assegurar a injeção de pelo menos dez bilhões de dólares no nosso parque industrial.** Uma iniciativa absolutamente bem vinda num País marcado por uma carga tributária alta, que multiplica os custos dos investimentos.

Tal distorção é responsável, em grande parte, pela falta de competitividade do País no mercado internacional. Ao lado da corrupção e da burocracia, a excessiva carga de impostos e contribuições sociais fez o Brasil despencar do 57º para o 65º lugar no *ranking* de competitividade divulgado em setembro pelo Fórum Econômico Mundial. A taxa de investimentos no País (19,9% do PIB) é considerada insuficiente para alavancar o crescimento sustentado da economia.

Os benefícios tributários previstos na medida em que reeditou a MP do Bem também alcançam o setor imobiliário e a produção de computadores que custem até R\$ 2,5 mil – permitindo desconto de 9,25% no preço final, para o consumidor. Mais que isso, o Congres-

so tratou de ampliar as vantagens para abranger as micro e pequenas empresas e as prefeituras inadimplentes.

O aumento dos limites para enquadramento no Simples – de R\$120 mil para R\$ 240 mil, para microempresas e de R\$1,2 milhão para R\$2,4 milhões, para pequenas empresas – é medida essencial no sentido da justiça tributária. Vai garantir a multiplicação dos pequenos negócios, mais renda e mais emprego no País inteiro. Não podemos esquecer que são as micro e pequenas empresas que respondem por cerca de 98% do nosso mercado formal, geram 23% do PIB nacional e 60% dos empregos com carteira assinada no Brasil.

Foi o Senado, também, que incluiu, na Medida Provisória nº 255, a renegociação das dívidas municipais previdenciárias, ampliando de 60 para 240 meses o prazo de pagamento dos débitos adquiridos até 30 de setembro, com abatimento de 50%. Estabelecemos, ainda, limites para o comprometimento mensal de pagamentos das dívidas – 15% da receita corrente líquida, desde que não ultrapasse 9% do Fundo de Participação dos Municípios. Um alívio financeiro que se fazia urgente, diante da inadimplência de mais de três mil municípios, prejudicados por dívidas superdimensionadas e, muitas vezes, impagáveis.

Os avanços aprovados pelo Congresso fazem parte de uma agenda mínima para a governabilidade, construída para reduzir os impactos da crise política sobre a economia. A desoneração tributária, o incentivo à inovação tecnológica, o estímulo aos pequenos negócios e a renegociação das dívidas municipais são pontos essenciais, que sempre defendemos, para que o Brasil retome o rumo do desenvolvimento e da justiça social.

Publicado em 30-10-05.

A VEZ DOS MOTOTRABALHADORES

Eles entregam remédio, comida, flores, todo tipo de mercadoria. Levam passageiros e serviços comunitários em ruas e quadras e garantem o baixo custo, o conforto e a agilidade para milhões de pessoas nas cidades. Os mototaxistas e motoboys são hoje duas categorias profissionais imprescindíveis, que vêm se popularizando inclusive nas periferias dos centros urbanos, onde o acesso nem sempre é possível a todos os tipos de veículos.

Mas nossa legislação ainda está atrasada diante desta nova realidade do trânsito e dos serviços urbanos. Embora haja inúmeros projetos tramitando no Congresso Nacional sobre a questão, as atividades dos profissionais em transporte de passageiros e entrega de mercadorias com motocicleta ainda não estão regulamentadas. O resultado está nas estatísticas de acidentes de trânsito, que envolvem, cada vez mais, este tipo de veículo.

Há poucas semanas, representantes dos mototaxistas do País inteiro estiveram comigo, reivindicando a regulamentação da profissão e a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de motocicletas para uso no transporte autônomo de passageiros. O grupo teve meu apoio integral. Somente a regulamentação rigorosa da profissão – de mototaxistas e de motoboys – pode diminuir os riscos de acidentes com motocicletas.

Regulamentar uma profissão significa delimitar direitos e deveres, cobrar melhor formação e maior qualidade no trabalho prestado à população. Significa a multiplicação de cursos profissionalizantes na área e o respeito a um mercado de trabalho devidamente consolidado. Não podemos

esquecer que a motocicleta representa, hoje, trabalho e renda para milhões de pessoas no Brasil. Aquece o comércio, o setor de serviços e movimenta nossa economia.

É esta, também, uma das justificativas para apoiarmos a reivindicação de isenção de IPI na compra de motocicleta por esses trabalhadores. Além disso, não há motivo para não estender para os mototaxistas um benefício que já é concedido há vários anos aos taxistas.

A isenção do IPI já se mostrou bastante eficiente para a renovação da frota de táxi do País, trazendo maior conforto e segurança para quem oferece e para quem usa esse tipo de serviço. Conforto e segurança para motoristas e usuários também serão o resultado da isenção do IPI no caso dos mototaxistas. Afinal, assim como os táxis, as mototáxis também sofrem grande desgaste e desvalorização devido ao uso intensivo.

Temos de estar atentos, ainda, para a questão da segurança de uma maneira geral. As estatísticas mostram que há muitos motociclistas que vivem desta profissão vítimas de atos de violência e criminalidade. Além disso, é altamente desejável uma melhoria nas regras do trânsito que garantam melhor convivência entre motos e carros.

Nosso compromisso, acima de tudo, é trabalhar para que o Legislativo vote, rapidamente, as propostas que já estão na Casa, entre elas os Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2001, do Senador Mauro Miranda, e nº 280, de 2004, do Senador Leonel Pavan. Mototaxistas e motoboys precisam ter, como quaisquer profissionais, direitos e deveres regulamentados. Precisam, também, ter o apoio necessário para o bom exercício da profissão. A população agradece. Nossa economia também.

Publicado em 6-11-05.

UM ALÍVIO PARA O CAMPO

O alívio pode chegar em boa hora para o pessoal do campo, que vem amargando, há anos, uma dívida impagável. Somente no Nordeste, são mais de 650 mil produtores atolados em débitos tomados até 31 de dezembro de 2000 e que podem ser beneficiados com a aprovação do Projeto de Lei nº 4.514, de 2004, que estica o prazo de renegociação das dívidas rurais de 12 para 25 anos, com quatro anos de carência. O projeto, que já passou pela Câmara e começa a ser examinado esta semana pelo Senado, prevê taxas de juros de 1,5% a 5% ao ano e desconto de 3% do valor do saldo devedor nas parcelas pagas até a data de vencimento.

A atenção rigorosa na tramitação deste e de outros projetos que tratam da renegociação de dívidas rurais é, mais do que um compromisso, uma obrigação do Congresso Nacional. O agronegócio tem sido o grande responsável pelo impulso de nossa economia, nos últimos tempos. É responsável por 33% do PIB nacional, 42% de nossas exportações e 37% dos empregos brasileiros. Uma *performance* garantida, em boa parte, pela agricultura familiar. Afinal, os mais de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares representam 84% dos imóveis rurais do País e cerca de 40% do valor bruto da produção. Também é nesse segmento que estão oito em cada dez trabalhadores do campo.

Apesar do bom desempenho da agricultura familiar – que cresceu 9,4% entre 2002 e 2003, segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas –, o setor tem um triste histórico de baixa cobertura de crédito. Apenas 23% dos estabelecimentos familiares rurais acessaram os financiamentos nos últimos três anos. E somente um quinto dos recursos liberados para a safra 2004/05 pelo Governo Federal

foram destinados à agricultura familiar. O restante – R\$35 bilhões de R\$42 bilhões – foi para as grandes propriedades rurais.

As dívidas do setor foram se multiplicando nos últimos anos e a inadimplência – que chega a 70% entre os agricultores familiares – limita cada vez mais a possibilidade de investimento no campo. Muitos produtores estão tendo suas propriedades leiloadas por falta de pagamento aos bancos financiadores. No Nordeste, esse quadro é ainda mais desolador, diante das adversidades climáticas da última década, marcada por sete anos de seca e duas enchentes.

A questão da renegociação da dívida rural já foi tema de 11 projetos de lei, desde o Governo passado. O atual projeto foi aprovado em caráter terminativo na Comissão de Agricultura da Câmara e deve ter, a meu ver, tramitação em caráter de urgência no Senado. Ele autoriza o Governo Federal a emitir títulos até o valor de R\$7 bilhões para a repactuação das dívidas dos agricultores. Além disso, o Poder Executivo fica autorizado a criar um fundo para compensar o não-pagamento de parcelas vencidas em períodos de comprovada adversidade climática. O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste destinaria 10% dos seus recursos para esse fundo de compensação.

Mas não basta renegociar emergencialmente as dívidas do campo. **O Brasil precisa** de uma política permanente de concessão de crédito rural, mais justa e equilibrada. Precisa **de medidas efetivas no sentido de fortalecer a agricultura familiar**, precisa avançar na questão da reforma agrária e garantir maiores investimentos e maior acesso à tecnologia no campo. **Precisa**, enfim, **acreditar e apostar na força de nosso agronegócio**.

Publicado em 13-11-05.

DEMOCRACIA RACIAL

Manter acesa a memória de Zumbi e comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra – 20 de novembro – é muito mais que resgatar nossa verdadeira História. É uma necessidade, num País que libertou formalmente seus escravos, mas os abandonou para serem acorrentados à pobreza – quando não à miséria – e à falta de oportunidades.

Basta dar uma olhada no Atlas Racial Brasileiro, estudo patrocinado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, com base em dados do IBGE. A população negra continua a morrer mais cedo e a ter piores índices de escolaridade em relação aos brancos. Os negros representam 60% dos pobres e 70% dos indigentes do Brasil. Na contagem geral da população, 50% dos brasileiros negros ou pardos são pobres, enquanto apenas 25% dos brancos estão nessa condição. Mais um dado impressionante revelado pelo Atlas: uma criança negra tem 66% mais chances de morrer durante seu primeiro ano de vida que uma branca.

Estamos longe da democracia racial. E, infelizmente, apesar de nossa diversidade racial, também estamos longe de nos livrar do preconceito. De forma aberta ou dissimulada, os negros continuam a ser discriminados no trabalho, na escola, enfim, no dia-a-dia.

O Brasil foi o último País do mundo a abolir a escravidão. Não é fácil abandonar uma herança desse porte, nem mudar uma mentalidade construída ao longo de séculos. O desafio é enorme. Mas nem por isso nos desanima. Hoje, já podemos comemorar o crescimento da consciência sobre os direitos da comunidade afro-brasileira. Nunca as mensagens contra a discriminação e a favor da igualdade racial

estiveram tão presentes nos meios de comunicação e nos debates políticos e acadêmicos como estão hoje.

Vale, aqui, lembrar a Lei nº 10.639, de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica. Um sinal de que caminhamos em direção a uma sociedade plural em todos os aspectos.

Nossa maior conquista, entretanto, é a aprovação do Estatuto de Igualdade Racial. O projeto, do Senador Paulo Paim, cria mecanismos indutores da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e institui o sistema de cotas para os afro-brasileiros nas universidades públicas. Também prevê meios para que os afro-descendentes tenham visibilidade nos meios de comunicação e mecanismos para melhorar as condições de acesso dos negros à Justiça e para o reconhecimento das terras ocupadas pelos remanescentes dos quilombos. O Estatuto cria, ainda, o Fundo de Promoção da Igualdade Racial, para financiar as ações previstas na nova lei.

Cabe a todos nós, agora, estarmos atentos para que o Estatuto seja cumprido, na prática. Afinal, mesmo depois de estabelecidos marcos legais e implementados programas de integração, muitas barreiras culturais e econômicas ainda terão de ser vencidas para que possamos nos ver como uma sociedade igualitária.

Se não virarmos essa página tão vergonhosa de nossa História e não resgataremos a dignidade de um povo que tanto vem contribuindo para a nossa economia e cultura, como olharemos a nós mesmos? E como olharemos para o mundo?

Publicado em 20-11-05.

UM BASTA À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Estamos em plena Campanha do Ativismo, uma campanha mundial que dura 16 dias e que tem como alvo a violência contra a mulher. Violência que não escolhe classe social, idade, raça, grau de instrução, etnia ou orientação sexual. Somente aqui no Brasil, uma em cada cinco mulheres já sofreu algum tipo de violência. A estimativa é de que cerca de quatro mulheres sejam espancadas a cada minuto no País – uma a cada 15 segundos, e de que uma em cada três ou quatro meninas seja abusada sexualmente antes de completar 18 anos.

O mais triste é que essa violência é, antes de tudo, doméstica. De acordo com a Sociedade Mundial de Vitimologia, que analisou a condição feminina em 54 países, somos os campeões mundiais no *ranking* da violência doméstica contra a mulher. Em 70% dos incidentes, o agressor é o próprio marido ou o companheiro. Pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz mostra que 53% das mulheres vítimas de agressões graves de origem sexual viviam com o agressor há mais de dez anos. E levantamento do Movimento Nacional dos Direitos Humanos constata que **72% dos assassinatos de mulheres são cometidos por homens que privam de sua intimidade.**

A violência contra a mulher pode ser física, sexual ou psicológica e também pode significar desigualdades salariais e o uso do corpo feminino como objeto. O tráfico internacional de mulheres e meninas chega a cerca de 900 mulheres que são levadas todos os anos do Brasil para o exterior por redes internacionais de exploração sexual, de acordo com relatório do Congresso dos Estados Unidos da

América sobre tráfico de seres humanos. Para mudar esse cenário de dor, medo, risco e humilhação, é preciso vontade política e ação por parte do Governo, além do envolvimento dos três Poderes e de toda a sociedade. Só com essa união de esforços é possível criar uma rede eficaz de atendimento e proteção à mulher.

Esse esforço começa por uma ampla campanha de conscientização. **Violência contra a mulher é crime, precisa ser denunciado e punido. O silêncio significa cumplicidade com o agressor.** Mas é fundamental que as vítimas tenham garantia de proteção e certeza de que a denúncia terá, efetivamente, resultado. Vale lembrar que apenas 2% das queixas de crimes envolvendo violência contra a mulher terminam em punições no Brasil, segundo levantamento de organizações envolvidas com a causa.

A violência contra a mulher tem de ser assumida por todas as esferas governamentais como uma questão de política pública. Além de ampliar o atendimento à mulher que se encontra em situação de violência e de ampliar o número de abrigos, é necessário investir em delegacias especializadas, na capacitação e no treinamento de pessoal para atender as vítimas e encaminhar as denúncias.

No Judiciário, também há muito o que se fazer. As mulheres agredidas precisam ter pleno acesso à Justiça. E, embora as Defensorias Públicas da Mulher já sejam realidade, elas precisam ser ampliadas e fortalecidas. No Congresso Nacional, nosso compromisso é a aprovação do Projeto de Lei nº 4.559, de combate e prevenção à violência doméstica e sexual contra a mulher. Um projeto amplamente discutido com os movimentos feministas e de mulheres e que promete ser um marco na luta contra a violência de gênero. O desafio é enorme, mas nem por isso deve nos desanimar. O Brasil com que todos sonhamos não comporta essa mancha tão vergonhosa.

Publicado em 27-11-05.

É PRECISO REDUZIR O PODER DOS EUA NA INTERNET

A Cúpula Mundial sobre a Sociedade de Informação, que terminou há poucos dias, na Tunísia, aprovou a criação de um fórum internacional para debater o controle da internet – o Fórum de Governança da Internet. Embora o Sistema de Nomes de Domínios, que governa o tráfego na rede mundial de computadores, não tenha saído das mãos da Icanm (entidade sujeita à ação do Departamento de Comércio americano), a aprovação do documento é uma primeira vitória no sentido de reduzir o poder dos EUA sobre a internet ou, pelo menos, de abrir o debate em torno da descentralização do poder na rede.

Este é um debate fundamental. Afinal, já são mais de 870 milhões de usuários no mundo inteiro. O comércio eletrônico faz parte do dia-a-dia de 627 milhões de pessoas e movimenta trilhões de dólares. No Brasil, a exclusão digital é um problema que precisa ser enfrentado com seriedade, em todas as suas instâncias. Mesmo assim, já somos 23 milhões de usuários e nosso varejo *on line* deve fechar 2005 com um faturamento de R\$9,8 bilhões, segundo a Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico.

O problema é que ***o poder da internet cresce na mesma proporção dos crimes eletrônicos, que envolvem pedofilia, venda de órgãos, fraudes financeiras, sabotagens, roubo de informações e apologia de todo tipo de delito.*** O Brasil, infelizmente, aparece no topo do *ranking* mundial nesse gênero de crime. Os dados, divulgados no ano passado durante conferência internacional com peritos em crimes cibernéticos,

são impressionantes: de cada dez *hackers* no mundo, oito vivem no Brasil. Também têm origem brasileira cerca de dois terços dos responsáveis pelas páginas de pedofilia.

A legislação brasileira ainda está engatinhando no assunto e os autores dos crimes eletrônicos raramente são punidos. Um atraso que precisa ser revertido com a maior urgência. Foi exatamente a preocupação com a definição e a punição desses crimes modernos que me levou a apresentar, há cinco anos, projeto de lei tipificando os delitos de informática. Em tramitação na Comissão de Educação do Senado, a proposta estabelece penas rigorosas para os crimes eletrônicos.

Outro projeto importante, do Senador Delcídio Amaral, é o que obriga as provedoras de acesso à rede a manter cadastros atualizados de usuários dos correios eletrônicos no País. Aprovado, o projeto garantiria maior agilidade na investigação de crimes cometidos por meio da rede.

Os crimes eletrônicos fazem parte da pauta do fórum criado agora em Túnis, assim como o correio eletrônico, o comércio *on line* e os nomes de domínio, entre outras questões. Está acesa também a discussão sobre o nível de ingerência que os governos devem ter na internet. Há quem credite o êxito das operações da rede exatamente à distância que separa a internet da burocracia estatal. Pode até ser verdade, mas, mesmo que não aceitemos a idéia da censura a *sites* e *blogs* por motivos políticos, é difícil imaginar o Estado fora de questões como os cibercrimes.

A lenta democratização da rede é outro problema grave. Para se ter uma idéia, o número de usuários da internet no G8 – o grupo dos sete países mais ricos mais a Rússia – é igual ao número de usuários no resto do mundo. Pesquisa divulgada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil mostra que 68% dos brasileiros nunca usaram a rede e que só 9,6% a usam diariamente.

A internet é, sem dúvida, a grande ferramenta do futuro. Mas precisamos estar alertas para que ela seja usada em prol do desenvolvimento integrado e sustentável de toda a humanidade e não como motivo para mais desigualdade. A Conferência de Túnis pode ser um passo importante nesse sentido.

Publicado em O Globo em 2-12-05.

POLÍTICA PARA O SALÁRIO MÍNIMO

Um país que se pretende do Primeiro Mundo não pode ter um salário mínimo de Quarto Mundo. Mais ainda: não pode abrir mão de uma política definitiva para o mínimo, que garanta a efetiva recuperação do poder de compra do trabalhador. Essas duas considerações básicas são ponto de partida para a discussão sobre o reajuste do salário mínimo, que vem sendo constantemente aviltado desde que foi criado, em 1940.

As centrais sindicais defendem, para 2006, um valor de R\$400, contra os R\$321 propostos pelo Governo. É precipitado falar em valores exatos, antes de um estudo rigoroso. Mas a briga vai muito além dos números. Se a área econômica alardeia o impacto de qualquer reajuste um pouco mais elevado nas contas públicas, em especial na Previdência e nas prefeituras, os cálculos do Dieese são impressionantes: para cobrir, efetivamente, as necessidades básicas da família, o trabalhador brasileiro não poderia ganhar menos de R\$1.468. Um valor irreal no nosso cenário econômico, mas que dá a exata medida do tamanho da dívida social que precisamos resgatar.

Precisamos aprovar o maior salário mínimo que a nossa economia possa pagar. ***E uma política econômica austera não pode, de forma alguma, ser obstáculo para a valorização do poder de compra do trabalhador,*** com os falsos argumentos de que um salário mínimo mais forte teria efeitos desastrosos sobre o nível de emprego e sobre a Previdência Social.

A valorização do salário mínimo não pode ser definida da noite para o dia, nem seu baixo valor pode ser corrigido em poucos meses. O mais urgente é estabelecer uma política nacional de recuperação

do poder de compra do mínimo. Em 2004, durante a elaboração do orçamento, introduzimos a vinculação do mínimo ao PIB *per capita*. Este ano, o Governo decidiu dar um aumento real para o mínimo, elevando seu valor para R\$300. Mas a Comissão Quadripartite para o Salário Mínimo, constituída a partir de sugestão do próprio Governo, até hoje não apresentou resultados concretos. O Congresso, agora, toma as rédeas do assunto e, a partir de uma comissão especial instalada nesta semana, vai propor uma política definitiva para o mínimo.

Embora tenha que pesar o impacto nas contas públicas, essa política precisa levar em conta o longo período de desvalorização do salário mínimo e estar associada ao crescimento do produto nacional e ao aumento da produtividade da economia. E, acima de tudo, precisa ser vista como estratégia de elevação do rendimento básico da economia. A recuperação do poder de compra do trabalhador é fundamental para estimular o crescimento econômico e, com ele, a geração de emprego e renda no País.

Apostar no crescimento, no atual momento, é uma questão de sobrevivência econômica. A queda de 1,2% do PIB nacional, no último trimestre, é alarmante. O País não pode mais conviver com o atual aperto da política fiscal, com juros tão elevados e um contingenciamento absurdo de recursos, que freiam os investimentos e derrubam nosso crescimento econômico. Um crescimento de menos de 3% do PIB este ano é, no mínimo, vergonhoso, diante de um cenário mundial que aponta um crescimento médio de 6,4% dos países emergentes.

No debate sobre a recuperação do poder de compra do trabalhador, outra proposta, que venho defendendo há meses, ganha peso importante: a desoneração dos produtos da cesta básica. A isenção de ICMS sobre esses produtos significaria, na prática, aumentar em cerca de 20% o poder de compra dos menores salários. Significaria melhor distribuição de renda e elevação da capacidade de consumo interno. Mais riqueza e mais justiça social.

Publicado em 4-12-05.

PRIORIDADE PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

A violência urbana já matou 50 mil brasileiros este ano, mais do que a guerra do Iraque, que, em dois anos e meio, fez aproximadamente 30 mil e 900 vítimas civis. Mais: a cada 15 segundos, uma mulher é espancada ou estuprada no Brasil. A violência policial também é escandalosa. Em 2005, somente as polícias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais mataram quase cinco vezes mais que todas as polícias dos Estados Unidos.

Os dados fazem parte de um relatório sobre direitos humanos no Brasil, apresentado na semana passada por um grupo de 26 entidades civis. O documento, que traça ainda um quadro cinzento sobre o trabalho escravo, a violência no campo e a situação dos migrantes ilegais no País, confirma um diagnóstico assustador: vivemos, hoje, uma situação de caos na segurança pública.

Homicídios, agressões, assaltos, estupros, tráfico e guerra de quadrilhas fazem parte de nosso dia-a-dia numa velocidade espantosa. A insegurança e o medo são agravados pela sensação da impunidade – basta lembrar que, em São Paulo, não mais que 12% dos crimes são solucionados e acabam em punição, quando não há flagrante.

As raízes da violência estão plantadas na exclusão social. Falta emprego, moradia, educação, saneamento, assistência na área social e de saúde para milhões de brasileiros. O Brasil precisa, acima de tudo, retomar o caminho do desenvolvimento econômico e da justiça social, o que está longe de justificar a ausência de uma política pública efetiva na área de segurança, capaz de combater o crime organizado e reduzir a atual escalada de violência.

No orçamento da União para 2005, não foram reservados mais que R\$412 milhões para o Fundo Nacional de Segurança Pública. Pior: desse total, foram executados apenas 12% dos valores previstos. A evolução do orçamento do Fundo Penitenciário Nacional também é desoladora. Basta dizer que, em valores nominais, o orçamento para o corrente exercício é ligeiramente inferior ao executado em 2001.

É claro que a obrigatoriedade na alocação de recursos não vai acabar com o problema da violência no País. Mas é impossível enfrentar a violência sem o compromisso efetivo de que haverá recursos suficientes para o exercício profissional, a remuneração digna e o treinamento constante de nossos policiais. Foi nesse sentido que apresentei, em outubro passado, uma Proposta de Emenda Constitucional prevendo percentuais mínimos de gastos com segurança pública – 15% para a União; 7% para os estados e 1% para os municípios. Tais recursos não poderiam, sob hipótese alguma, ser contingenciados.

Essa é apenas uma das dezenas de propostas que estão tramitando no Congresso Nacional sobre segurança pública. A reestruturação dos órgãos de segurança, a revisão das atribuições das guardas municipais, o investimento em ações preventivas, na capacitação e qualificação das forças policiais, o problema da superlotação dos presídios e inúmeras outras questões têm de ser analisadas com a maior urgência.

Um desafio e tanto, que será agora encarado por uma comissão especial de parlamentares encarregada de sistematizar os projetos sobre segurança pública. A expectativa é que até o fim do ano legislativo consigamos avançar na votação de medidas emergenciais, que possam aliviar o caos na área de segurança. E que signifiquem um primeiro passo para a redução da impunidade e do medo.

Publicado em 11-12-05.

NOVA SUDENE PARA UM NOVO NORDESTE

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, entre 1983 e 2003, a participação do Nordeste no Produto Interno Bruto nacional caiu de 14,1% para 13,8%. A queda parece pequena, mas, na verdade, é significativa. Ainda mais se levarmos em conta que 28% da população brasileira vive no Nordeste.

É preciso enfrentar de vez o problema das desigualdades regionais no Brasil e retomar, com urgência, uma política de desenvolvimento específica para o Nordeste. O projeto de recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene, já aprovado no Senado, volta agora para a Câmara dos Deputados, onde, tenho certeza, também passará sem problemas, assegurando uma instância fundamental de deliberações sobre investimentos prioritários para uma das regiões mais sofridas do País.

Criada por Juscelino Kubitschek e estruturada sob a inspiração do economista Celso Furtado, nos anos 50, a Sudene patrocinou importantes avanços para o Nordeste, agindo em situações de emergência e favorecendo o desenvolvimento econômico da região. Acabou extinta em 2001, depois de um processo de desgaste e esgotamento, sendo substituída pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste. Mas a agência nunca foi dotada de condições mínimas para alavancar, de fato, o desenvolvimento regional.

Nossa expectativa, agora, **é que a nova Sudene resgate as idéias de Celso Furtado, que imaginava uma instituição transparente e eficaz, com real poder de planejar e efetivar um conjunto de ações destinadas ao**

desenvolvimento sustentável do Nordeste, não apenas de aprovar projetos isolados com incentivos fiscais oriundos do Centro-Sul do Brasil.

A nova Sudene precisa ter instrumentos institucionais, recursos humanos e financeiros, poder de articulação e decisão política para atacar os problemas tradicionais do Nordeste. O maior desafio é erradicar, ou pelo menos reduzir de forma substancial, a pobreza na região. Para isso, é preciso adotar políticas e iniciativas que assegurem a inclusão social e o alargamento do mercado interno regional, evitando os riscos da degradação ambiental e preservando a identidade cultural do povo nordestino. As cadeias produtivas com maior potencial competitivo na região, em especial as que geram mais empregos, têm de ser incentivadas e priorizadas.

O perfil da nova Sudene deve aproximá-la de um órgão de inteligência do Nordeste, que funcione diretamente ligado à Presidência da República, como caixa de ressonância política dos legítimos interesses do Nordeste. Um órgão pequeno, de referência, com um Conselho Deliberativo enxuto, formado pelos governadores do Nordeste e pelos ministros da Fazenda, do Planejamento e Integração Nacional, e que tenha agilidade nas discussões e deliberações. O trabalho de articulação entre todos os ministérios dará a abrangência e a coordenação necessárias para o efetivo desenvolvimento da região nordestina.

Enfim, a principal ação da Sudene deverá ser o diagnóstico do potencial do Nordeste, das necessidades financeiras para financiá-lo e do nível de integração entre seus estados na região. Como forma de alavancar recursos para o desenvolvimento sustentável da região, especialmente para empresas públicas na área de infra-estrutura, a proposta é a criação do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, o FDNE, vinculado ao Tesouro Nacional, com um valor equivalente, hoje, a R\$1 bilhão, não contingenciável. Com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, o FNE, de que o Banco do Nordeste já dispõe, seria criado o BNBPARG, órgão regional nos moldes do BNDESPARG, por meio do qual as empresas do Nordeste teriam acesso à Bolsa de Valores e ao mercado de capitais.

O fato é que não podemos mais aceitar o papel de região periférica, nem sermos o refúgio de empresas do Centro-Sul preocupadas

em diminuir seus custos, aproveitando a mão-de-obra barata do nordestino. Queremos uma nova Sudene para um novo Nordeste, onde os custos baixos sejam o resultado de políticas integradas em todos os aspectos – fiscal, tarifário, de infra-estrutura e de formação de recursos humanos. Não pode haver igualdade entre desiguais. Esse deve ser o ponto de vista não só de um novo Nordeste, mas de um novo Brasil.

Publicado no Correio Braziliense em 15-12-05.

BALANÇO 2005

Natal é tempo de fé e renovação. Também é tempo de fazer o balanço do ano, de comemorar nossas realizações, refletir sobre o que ficou pendente e resgatar nossos sonhos. Dois mil e cinco foi um ano difícil, conturbado. A crise política atropelou a dignidade nacional, arranhou a imagem de nossas instituições e pautou a maior parte dos debates dentro e fora do Congresso. Mas o balanço, sem dúvida, é positivo. O Senado Federal fecha o ano com a certeza de ter cumprido à risca suas responsabilidades: investigar as denúncias, debater e votar matérias de interesse do País.

A maturidade de nossa democracia falou mais alto que a crise. As Comissões Parlamentares de Inquérito tiveram, desde o início, todo apoio para conduzir as investigações de forma transparente e rigorosa. Independente dos conflitos políticos, muitas vezes inevitáveis, a orientação sempre foi clara: os trabalhos tinham de ser pautados pela mais absoluta seriedade e isenção. ***Se o ritmo das investigações não chegou a ter a celeridade desejada pela sociedade, os primeiros resultados das CPIs já deixaram claro que essa crise não vai, como muitos acreditavam, “acabar em pizza”.***

Neste balanço de fim de ano, o que mais chama a atenção é o fato de não termos ficado paralisados diante das denúncias de corrupção e caixa dois. Mesmo com cinco CPIs em funcionamento – além das CPIs dos Correios, do Mensalão e dos Bingos, tivemos as da Terra e da Emigração Ilegal – o Senado, em momento algum, diminuiu o ritmo de votações no plenário e nas Comissões Permanentes. Foram quase duas mil matérias examinadas, mais de 700 só no segundo semestre.

Na área social, um dos destaques foi a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. A aprovação da licença-maternidade e paternidade em caso de adoção foi outro avanço inquestionável, assim como a aprovação do Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua. Os servidores públicos também garantiram a paridade dos salários da aposentadoria com o pessoal da ativa, a partir da aprovação da PEC Paralela da Previdência.

A Lei de Biossegurança foi outro destaque e a recriação da Sudec e da Sudam, uma vitória não só para o Nordeste e para a Amazônia, como para todo o Brasil, tão marcado pelos desequilíbrios regionais. A simplificação do processo civil, com o fim do processo de execução, e a aprovação do uso de meios eletrônicos nos ritos processuais, foram duas conquistas importantes no sentido de tornar a Justiça mais ágil e eficaz.

O Senado pode comemorar, ainda, a aprovação da Medida Provisória nº 255, que reeditou os benefícios tributários previstos na Medida Provisória do Bem, deu maior fôlego para os pequenos negócios e aliviou as dívidas previdenciárias dos municípios.

A minirreforma eleitoral foi uma resposta precisa à crise política. O projeto aprovado no Senado prevê a redução dos gastos com propaganda eleitoral, maior controle das contas de campanha e punição mais rigorosa para eventuais crimes. A reforma política, cada vez mais urgente, está estacionada na Câmara dos Deputados.

O balanço positivo das atividades do Senado inclui a criação de um grupo especial para estudar medidas capazes de reduzir a burocracia, um dos principais entraves ao desenvolvimento nacional. Inclui, ainda, a discussão em torno da reforma orçamentária, as sugestões para a mudança na edição e tramitação das medidas provisórias e a instalação de uma comissão mista para discutir uma política permanente de valorização do salário mínimo. Questões fundamentais para o País, que devem ter seu debate aprofundado no próximo ano.

Publicado em 25-12-05.

CADERNO DE FOTOS

Renan Calheiros, acompanhado de diversos colegas senadores, chega ao Congresso Nacional na solenidade de abertura dos trabalhos legislativos, em 15 de fevereiro de 2005.



Os príncipes espanhóis Felipe de Borbón Y Grécia e Letizia Ortiz também visitaram o Congresso Nacional, acompanhados por Renan.

Acompanhado de deputados e senadores, o Presidente Renan Calheiros recebe os Presidentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Paulo Skaf, e da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos.





Em audiência, o Presidente Renan recebe o Ministro da Cultura, Gilberto Gil.

O Núncio Apostólico do Brasil, Dom Lorenzo Baldisseri, visitou o Presidente do Congresso, Renan Calheiros.



Prestigiando todas as iniciativas municipalistas, Renan recebe o Presidente da Associação Brasileira dos Municípios, Dr. José do Carmo, acompanhado da Presidente da Associação dos Municípios Alagoanos, Prefeita Rosiana Beltrão, de Feliz Deserto (AL).

Uma constante em todo o primeiro ano do mandato do Presidente Renan: reuniões com os líderes do Senado Federal.



Outra constante no primeiro ano como Presidente do Congresso Nacional: reuniões com os presidentes dos partidos políticos.

Com a delegação da Associação Nacional da República Socialista do Vietnã.





Uma pausa nos trabalhos legislativos. À noite, jogo de futebol reunindo deputados e senadores.

O Presidente Renan Calheiros preside a solenidade do Dia Internacional da Mulher.



Acompanhado dos Senadores Teotônio Vilela Filho e Heloísa Helena, Renan visitou as zonas mais atingidas pela seca, em Alagoas. Na comitiva, a Presidente da Associação dos Municípios Alagoanos – AMA, Prefeita Rosiana Beltrão.

Com a Ministra Nilcéia Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres.



Um dos ministros que foi recebido em audiência foi Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior.

Na residência oficial do Senado, o Presidente Renan e sua esposa Vêrônica recebem diversas personalidades pelo Dia Internacional da Mulher. Entre elas, a ex-Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima.





O Ministro Nelson Jobim, do STF, e o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, mais os Senadores Tião Viana, João Alberto e Eduardo Siqueira Campos ouvem Renan Calheiros na cerimônia que registrou a homenagem aos 20 anos da redemocratização.

Renan recebeu em audiência o Ministro de Justiça, Márcio Thomaz Bastos.



Com o então Ministro de Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, hoje Presidente do PSB.

Renan discursando na sede da Confederação Nacional de Indústria, por ocasião do lançamento da Agenda Legislativa da Indústria.



Renan recebeu a Ordem do Mérito Militar, nas dependências do Exército.

Outra autoridade estrangeira recebida pelo Presidente Renan: o Embaixador no Brasil, diplomata Michele Valensine.





O Presidente Renan Calheiros recebe o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Alagoas, Juiz Pedro Inácio da Silva. O Senador Luiz Otávio da Silva (PA) acompanhou a audiência.



O Presidente Renan mostra as dependências do Senado ao Presidente Tabaré Vázquez, do Uruguai.



Em audiência com o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta.

Outra constante das atividades da Presidência do Senado Federal é a prestação de contas por meio de entrevistas coletivas à imprensa.



Na presença de D. Lily Marinho, viúva do jornalista Roberto Marinho, por ocasião do lançamento do livro “Dr. Roberto”, em dependências do Senado Federal.

Renan presidiu solenidade de lançamento do “Minuto do Município”, pela TV Senado, em apoio às atividades municipais de todo o País.





Um encontro marcante: o arquiteto Oscar Niemeyer, que projetou Brasília, em audiência com Renan. Presente, também, o Senador Paulo Octávio (DF).

Outro Presidente que esteve visitando o Parlamento brasileiro foi o Presidente da Angola, José Eduardo dos Santos.



Recebendo o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Roberto Busato.

*Renan Calheiros recebe os
Presidentes do Parlamento
Europeu na sala de
audiências do Senado
Federal.*



*Renan fala em cerimônia
realizada no Congresso em
favor do desarmamento.*

*Renan recebeu em audiência
os representantes do
Congresso Empresarial
Brasil/Estados Unidos.*





Renan discursa no Encontro Nacional da Frente Nacional pela Lei da Micro e Pequena Empresa.

Ao lado de outras autoridades e do Presidente da República, Renan participou da posse da Ministra Dilma Rousseff, na Casa Civil da Presidência da República.



Renan também recebeu em audiência o representante da Unesco no Brasil, Dr. Jorge Werthein.

Mais uma das inúmeras manifestações realizadas em 2005, a Via Crucis “Por Um Brasil sem Armas”.



Discursando, ao lado dos Ministros Márcio Thomaz Bastos e Nilmário Miranda, por ocasião da promulgação do decreto legislativo que autorizou o referendo sobre armas e munições.

Com o Presidente Lula, na posse dos novos Ministros das Comunicações (Hélio Costa), Saúde (Saraiva Felipe) e Minas e Energias (Silas Rondeau).





Renan recebe o Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza.



Renan recebe seu colega Presidente do Senado da Suíça.



O Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Enrique Inglesias, ouve as ponderações do Presidente Renan Calheiros.

O Presidente da União Nacional dos Estudantes, Gustavo Petta, foi recebido pelo Presidente Renan.



Renan conversa com vereadores de várias regiões do Brasil.

Outra constante na agenda do Presidente do Congresso: reuniões com os presidentes e relatores das diversas CPIs que movimentaram o Parlamento brasileiro.





Renan presidiu a sessão que comemorou os 20 anos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

No lançamento do livro “ABC das Alagoas”, o Presidente Renan discursa para os convidados; entre eles, o Governador Ronaldo Lessa e os Senadores Teotônio Vilela e José Sarney (AP)



Na inauguração do novo aeroporto de Maceió, o Presidente Lula cumprimenta D. Verônica e o Presidente Renan Calheiros.

Renan visita as instalações da Fenasucro, quando discursou em sua abertura, em São Paulo.



O Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, ouve o pronunciamento de Renan num dos muitos encontros em favor dos municípios brasileiros.

Ao lado da esposa Vêrônica, Renan ouve os agradecimentos do ator Marcos Frota no lançamento da Semana de Valorização dos Deficientes.





Renan recebe os cumprimentos do Presidente Lula, por ocasião da convenção do Partido Comunista do Brasil.

No fórum “Reforma das Instituições do Estado Brasileiro”, Renan cumprimenta o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, ladeado pelo Presidente do STF, Nelson Jobim, e o ex-Ministro João Paulo dos Reis Véloso.



O Presidente da CNI, Armando Monteiro, entrega ao Presidente do Senado o documento com as reivindicações da indústria. Também presentes os Senadores Ney Suassuna, José Agripino, Flexa Ribeiro e Fernando Bezerra.

O Presidente do Parlamento Europeu, o espanhol Joseph Borrel Fontelles, também foi recebido pelo Presidente do Senado Federal.



O Senado Federal destinou sessão especial para comemorar os 80 anos do jornal "O Globo". O Presidente das Organizações Globo, José Roberto Marinho, foi saudado pelo Presidente Renan.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, esteve em audiência com o Presidente Renan.





Com o Presidente da República e outras autoridades nas comemorações do “Dia do Aviador,” na Base Aérea de Brasília.

Com o Presidente do STF, Ministro Nelson Jobim.



O Presidente Lula cumprimenta Renan, oportunidade em que recebeu a Comenda do Mérito Aeronáutico.

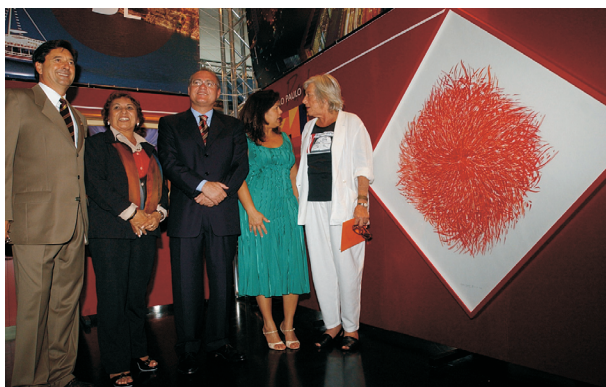
Outra autoridade internacional que esteve em visita ao Senado foi o Príncipe Phillippe, da Bélgica.



Ao lado do Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, e do Ministro Luiz Dulci, Secretário-Geral da Presidência da República, Renan presidiu a cerimônia de abertura do Seminário sobre Celso Furtado.

O Senado Federal aplaudiu a exposição “Artistas Plásticos Brasileiros”, realizada no Salão Negro do Congresso Nacional. Acompanhado da esposa Vêrônica, o Presidente Renan prestigiou os artistas nacionais.





A artista italiana Maria Bonomi representou o Estado de São Paulo na exposição “Artistas Plásticos Brasileiros”. Verônica Calheiros, que também é diplomada em Artes Plásticas, conversa com a artista na abertura do evento.

Os Presidentes da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, e do Senado, Renan Calheiros, recebem o Presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, com reivindicações sobre o salário mínimo.



O Presidente da Áustria, Heinz Fischer, em conversa altamente profissional com o Presidente Renan.